

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**MARIANA FALCÃO CHAISE**

**MUDANÇAS DE REGIME NO PÓS-PRIMAVERA ÁRABE?  
OBSTÁCULOS A PARTIR DAS POLÍCIAS POLÍTICAS  
NO EGITO, NA ARGÉLIA E NA TUNÍSIA**

**Porto Alegre**

**2017**

**MARIANA FALCÃO CHAISE**

**MUDANÇAS DE REGIME NO PÓS-PRIMAVERA ÁRABE?  
OBSTÁCULOS A PARTIR DAS POLÍCIAS POLÍTICAS  
NO EGITO, NA ARGÉLIA E NA TUNÍSIA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

**Orientador:** Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi

**Porto Alegre**

**2017**

#### CIP - Catalogação na Publicação

Chaise, Mariana Falcão  
Mudanças de regime no pós-Primavera Árabe?  
Obstáculos a partir das polícias políticas no Egito,  
na Argélia e na Tunísia / Mariana Falcão Chaise. --  
2017.  
166 f.

Orientador: Carlos Schmidt Arturi.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política,  
Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Mudança de Regime. 2. Polícias Políticas. 3.  
Reforma no Setor de Inteligência. 4. Primavera  
Árabe. 5. Inteligência Governamental. I. Arturi,  
Carlos Schmidt, orient. II. Título.

**MARIANA FALCÃO CHAISE**

**MUDANÇAS DE REGIME NO PÓS-PRIMAVERA ÁRABE?  
OBSTÁCULOS A PARTIR DAS POLÍCIAS POLÍTICAS  
NO EGITO, NA ARGÉLIA E NA TUNÍSIA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ciência Política.

**Orientador:** Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi – Orientador  
PPG Ciência Política/UFRGS

---

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva  
PPG Ciência Política/UFRGS

---

Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser  
PPG Relações Internacionais/UNESP, UNICAMP, PUC-SP

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Sonia Maria Ranincheski  
PPG Ciência Política/UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Estes agradecimentos, a despeito de situados na quarta página da presente dissertação, foram os últimos parágrafos por mim escritos, não apenas a fim de que refletissem real sinceridade, como por este processo de pesquisa, formulação e escrita ter sido – até o último momento – inspirado e maturado por pessoas queridas. A primeira a ser citada, e não poderia ser diferente, pois fundante e fundamental, é meu orientador, Carlos Arturi, que além de tê-lo sido de maneira comprometida, foi e é o exemplo de professor pelo qual desejo me guiar: empenhado em seu papel docente e deste consciente; orientador e conselheiro; professor e amigo.

Agradeço, na sequência, a minha família, notadamente aos meus pais, Valéria e Carlos Eduardo, por terem apoiado minhas decisões – desde sempre, mas em especial nos últimos dois anos – e por terem confiado em mim e em meus objetivos – mesmo, e talvez mais fundamentalmente, quando eu própria fui recalcitrante. Agradeço também ao meu irmão Rodrigo, cuja admiração – sei – sempre foi mútua.

Agradeço aos meus amigos, em primeiro lugar àqueles que são também pares internacionalistas, sobretudo a Pedro e Bernardo, pelos debates acalorados, embora sempre inspiradores e – para mim – sempre edificantes, pelas cervejas compartilhadas, pelos sorrisos confidentes, por uma amizade tão óbvia, tão fundamental. Agradeço a minhas amigas, a minhas desde sempre amigas; minhas amigas rosarienses, minhas amigas de infância: Camila, Diana, Eduarda, Julia, Marta e Sofia. A estas só precisaria agradecer pelo amor transbordante e “apenas” isso bastaria. Agradeço, enfim, a Matheus, por ser confidente, por ser companheiro, por ser colega, crítico e revisor; agradeço por ter sempre visto – e por ter sempre me apontado – o melhor de mim mesma.

Agradeço, finalmente, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política o qual integrei pela acolhida em um novo campo de estudos, pelos estímulos à reflexão crítica, pelas lições e pelas trocas. Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cuja importância escapa muito à valoração. Agradeço, finalmente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior por ter possibilitado este mestrado.

Meu sangue se converteria em água nos seus olhos?  
Você esqueceria minhas roupas cobertas de sangue?  
Você vestiria – sobre o meu sangue – roupas adornadas  
com prata e com ouro?  
(...)  
Não se reconcilie,  
mesmo que tenham coroado você Emir.  
Como você pisa no corpo do filho de seu pai?  
Como você se torna o soberano?  
Nos rostos de falsa alegria?  
Como você olha nas palmas daqueles que apertaram sua mão  
e não vê sangue,  
em cada palma?

Não se Reconcilie, Amal Dunqul<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Extrato do poema do célebre poeta egípcio Amal Dunqul, composto enquanto um chamado a Anwar Sadat para não assinar os acordos de Camp David com Israel. Nos protestos de 2011, este mesmo poema foi atualizado e utilizado enquanto um apelo ao povo egípcio para não se reconciliar com o regime incumbente, de Hosni Mubarak (traduzido do inglês).

## RESUMO

A dissertação analisa as reformas no setor de inteligência governamental promovidas após a chamada Primavera Árabe em três países árabes e norte-africanos – Egito, Argélia e Tunísia – , especialmente aquelas empreendidas no âmbito das agências de inteligência reconhecidas enquanto polícias políticas: aquelas responsáveis pela repressão interna, as quais atuam politicamente, contando com margens de autonomia e com capacidade de penetração entre os quadros da sociedade civil. O objetivo é contrariar o argumento levantado por diversos analistas, que afirmam que tais países conheceram, no pós-Primavera, a verdadeiras mudanças de regime. Nossa hipótese de pesquisa é justamente a manutenção dos principais elementos definidores dos regimes anteriores às manifestações populares de 2010 e 2011, notadamente do papel político a cargo das forças de segurança e da atuação política das agências de inteligência, os quais não permitem que argumentemos pela mudança dos regimes. Para tanto, promovemos uma análise das dinâmicas históricas destes países, atentando especialmente para os momentos de criação e de mutação/reforma destas agências. Metodologicamente, portanto, nos inscrevemos em uma abordagem histórico-comparativa. Finalmente, a maneira como as agências analisadas foram reformadas, sem o estabelecimento de medidas de transparência, ou de controles externos aos serviços de inteligência, parece confirmar nossa hipótese de pesquisa.

**Palavras-chave:** Mudanças de Regime; Polícias Políticas; Reforma no Setor de Inteligência; Primavera Árabe.

## **ABSTRACT**

The monograph analyzes the reform in the intelligence sector promoted after the so-called Arab Spring in three Arab and North African countries – Egypt, Algeria and Tunisia – especially those undertaken within the framework of the intelligence agencies recognized as political polices: those responsible for internal repression, who acted politically, counting on marginal autonomy and with the capacity for penetration among the cadres of civil society. Our aim is to contradict the argument put forward by several analysts, who affirm that those countries experienced, in the post-Arab Spring, real processes of regime changes. Our hypothesis is precisely the maintenance of key elements which defined the regimes prior to the popular demonstrations of 2010 and 2011, notably the political role of the security forces and the politicization of the intelligence agencies, which do not allow us to argue for the regime's changes. To do so, we promote an analysis of the historical dynamics of these countries, paying special attention to the creation and mutation/reform of the intelligence agencies. Methodologically, therefore, we subscribe to a historical-comparative approach. Finally, the way in which the agencies analyzed have been reformed, without the establishment of transparency measures or external controls of the intelligence services, seems to confirm our hypothesis.

**Keywords:** Regime Change; Political Polices; Intelligence Sector Reform; Arab Spring.



## **ATENÇÃO**

Este trabalho foi estruturado segundo as Resoluções nº 114/2014 e 115/2014 da Câmara de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Conforme a resolução 115/2014: “a Tese, Dissertação ou Trabalho de Conclusão de Curso deverá conter, além do(s) artigo(s), os elementos identificatórios normatizados pelo Sistema de Bibliotecas da UFRGS, Introdução ao tema ou problema, contendo descrição geral dos objetivos e uma ampla revisão bibliográfica, bem como Considerações Finais, contendo síntese dos resultados gerais que serviram de base para as conclusões, e mais Referências Bibliográficas pertinentes à Introdução e ao capítulo final, além dos Anexos”

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Tipologia das agências de inteligência.....	39
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

### EGITO

<b>ASO</b>	- <i>Arab Socialist Organization</i>
<b>ASU</b>	- <i>Arab Socialist Union</i>
<b>CSO</b>	- <i>Central Special Office</i>
<b>EGIS</b>	- <i>Egyptian General Intelligence Service</i>
<b>FJP</b>	- <i>Freedom and Justice Party</i>
<b>FMI</b>	- <i>Fundo Monetário Internacional</i>
<b>GID</b>	- <i>General Investigation Directorate</i>
<b>HSS</b>	- <i>Homeland Security Sector</i>
<b>LR</b>	- <i>Liberation Rally</i>
<b>MID</b>	- <i>Military Intelligence Directorate</i>
<b>NDP</b>	- <i>National Democratic Party</i>
<b>NPUP</b>	- <i>National Progressive Union Organization</i>
<b>NU</b>	- <i>National Union</i>
<b>RAU</b>	- <i>República Árabe Unida</i>
<b>SCAF</b>	- <i>Supreme Council of the Armed Forces</i>
<b>SLO</b>	- <i>Social Liberal Organization</i>
<b>SSIS</b>	- <i>State Security Investigation Service</i>

### TUNÍSIA

<b>AQMI</b>	- <i>Al-Qaeda do Magreb Islâmico</i>
<b>CNPR</b>	- <i>Conseil National de Protection de la Révolution</i>
<b>CNS</b>	- <i>Conseil National de Sécurité</i>
<b>CPR</b>	- <i>Congrès pour la République</i>
<b>DAG</b>	- <i>Direction des Affaires Générales</i>
<b>DCSS</b>	- <i>Direction de Coordination des Services Spéciaux</i>
<b>DGSCE</b>	- <i>Direction Générale de la Sécurité du Chef de l'État</i>
<b>DSM</b>	- <i>Direction de la Sécurité Militaire</i>
<b>DSN</b>	- <i>Direction de la Sûreté Nationale</i>
<b>DST</b>	- <i>Direction de la Sûreté du Territoire</i>
<b>FDTL</b>	- <i>Forum Démocratique pour le Travail et les Libertés</i>
<b>MTI</b>	- <i>Mouvement de la Tendance Islamique</i>
<b>PLC</b>	- <i>Parti Libéral Constitutionnel</i>
<b>PSD</b>	- <i>Parti Socialiste Destourien</i>
<b>RDC</b>	- <i>Ressement Constitutionnel Démocratique</i>
<b>RG</b>	- <i>Renseignements Généraux</i>
<b>SDG</b>	- <i>Service de la Documentation Générale</i>
<b>UGTT</b>	- <i>Union Générale Tunisienne du Travail</i>

### ARGÉLIA

<b>ALN</b>	- <i>Armée de Libération Nationale</i>
<b>AO</b>	- <i>Association des Oulémas</i>
<b>AQMI</b>	- <i>Al-Qaeda do Magreb Islâmico</i>

<b>AVV</b>	- <i>Alliance de l'Algérie Verte</i>
<b>CCD</b>	- <i>Centre de Communication et de Diffusion</i>
<b>CIE</b>	- <i>Centre d'Information et d'Études</i>
<b>CLAS</b>	- <i>Commandement de Coordination de la Lutte contre les Activités Subversive</i>
<b>CNCD</b>	- <i>Coordination Nationale pour le Changement et la Démocratie</i>
<b>CNRA</b>	- <i>Conseil National de la Révolution Algérienne –</i>
<b>CR</b>	- <i>Conseil de la Révolution</i>
<b>CRUA</b>	- <i>Comité Révolutionnaire d'Unité et d'Action</i>
<b>DAS</b>	- <i>Département des Affaires Sécuritaires</i>
<b>DCE</b>	- <i>Direction du Contre-Espionnage</i>
<b>DCPJ</b>	- <i>Direction Centrale de la Police Judiciaire</i>
<b>DCPSA</b>	- <i>Direction Centrale de la Prévention et de la Sécurité de l'Armée</i>
<b>DCSA</b>	- <i>Direction Centrale de la Sécurité de l'Armée</i>
<b>DCSA</b>	- <i>Direction Centrale de la Sécurité de l'Armée</i>
<b>DDSE</b>	- <i>Direction de la Documentation et de la Sécurité Extérieure</i>
<b>DGSPS</b>	- <i>Direction Générale de la Prévention et de la Sécurité</i>
<b>DIM</b>	- <i>Département d'Infiltration et de Manipulation</i>
<b>DREC</b>	- <i>Direction des Relations Extérieures et de la Coopération</i>
<b>DRS</b>	- <i>Département du Renseignement et de la Sécurité</i>
<b>DSI</b>	- <i>Direction de la Sécurité Intérieure</i>
<b>ENA</b>	- <i>Étoile Nord-Africaine</i>
<b>FEM</b>	- <i>Fédération des Élus Musulmans</i>
<b>FFS</b>	- <i>Front des Forces Socialiste</i>
<b>FIS</b>	- <i>Front Islamique du Salut</i>
<b>FLN</b>	- <i>Front de Libération Nationale</i>
<b>GCR</b>	- <i>Groupement de Contrôle des Réseaux</i>
<b>GIA</b>	- <i>Groupe Islamique Armé</i>
<b>GIS</b>	- <i>Groupement d'Intervention Spéciale</i>
<b>GPRA</b>	- <i>Gouvernement Provisoire de la République Algérienn</i>
<b>GSPC</b>	- <i>Groupe Salafiste pour la Prédication et le Combat</i>
<b>HCS</b>	- <i>Haut Conseil de Sécurité</i>
<b>MALG</b>	- <i>Ministre des Liaisons générales et Communications</i>
<b>MDA</b>	- <i>Mouvement pour la Démocratie en Algerie</i>
<b>OS</b>	- <i>Organisation spéciale</i>
<b>PCF</b>	- <i>Partido Comunista Francês</i>
<b>PPA</b>	- <i>Parti du Peuple Algérien</i>
<b>RG</b>	- <i>Renseignement Généraux</i>
<b>RND</b>	- <i>Rassemblement National Démocratique</i>
<b>SDECE</b>	- <i>Service de Documentation Extérieure et de Contre-Espionnage</i>
<b>SM</b>	- <i>Sécurité Militaire</i>

## ÍNDICE

<b>PARTE I: CONTEXTUALIZAÇÃO.....</b>	<b>14</b>
APRESENTAÇÃO.....	15
CONTEXTUALIZAÇÃO .....	25
1 Regimes e Mudanças de Regime.....	30
2 Segredo, Polícias Políticas e Serviços de Inteligência .....	37
ESTUDO DE CASO 01	
EGITO: UMA PRIMAVERA INCOMPLETA .....	43
1.1 A Formação do Egito Nasserista .....	44
1.2 Do Nasserismo ao Estado-Mubarak .....	51
1.3 A Revolução de Lótus e o Desmantelamento do SSIS.....	62
ESTUDO DE CASO 02	
TUNÍSIA: UMA PRIMAVERA ENGANADA.....	71
2.1 A Formação da Tunísia Neo-Destouriana .....	72
2.2 Do Bourguibismo ao Benalismo.....	77
2.3 A Revolução de Jasmim e o Desmantelamento da <i>Sûreté de l'État</i> .....	86
ESTUDO DE CASO 03	
ARGÉLIA: UMA PRIMAVERA PERDIDA .....	93
3.1 A Formação da Argélia Pretoriana .....	94
3.2 De Boumediène ao “Decênio Negro” .....	102
3.3 A Argélia de Bouteflika e o Desmantelamento do DRS .....	111
<b>PARTE II: ARTIGO .....</b>	<b>119</b>
1 Introdução.....	120
2 Estado, regime e polícias políticas: três camadas da dominação .....	124
3 Das Independências às Primaveras: a evolução das polícias políticas no Egito, na Argélia e na Tunísia.....	128
4 As Primaveras Árabes e o desmantelamento das polícias políticas: mudança ou manutenção dos regimes? .....	135
5 Considerações Finais .....	142
<b>PARTE III: CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>145</b>
CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA A AGENDA DE PESQUISA .....	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	150

**PARTE I**  
**CONTEXTUALIZAÇÃO**

## APRESENTAÇÃO

O presente trabalho analisa os processos políticos de três regimes autoritários – Argélia, Egito e Tunísia – no âmbito de uma conjuntura marcada por manifestações populares demandantes de suas derrubadas, a denominada Primavera Árabe,<sup>2</sup> iniciada no final do ano de 2010. Para tanto, voltaremos nossa atenção à formação e às posteriores reformas de uma estrutura fundamental, centrada na manutenção da ordem: os serviços de inteligência no formato de polícias políticas, leia-se, as agências responsáveis pelo monitoramento interno, amplamente politizadas e não-raro autônomas. Os casos destes três regimes dialogam entre si, não apenas devido às semelhanças de suas trajetórias políticas, mas – verdadeiramente – devido à influência que possuem uns sobre os outros, derivada de seu contexto espacial, geopolítico e cultural: três países árabes e norte-africanos, que entre final de 2010 e início de 2011 foram sacudidos pela possibilidade e pela efetivação de manifestações contra seus incumbentes políticos, cujo traço comum era a crítica à atuação das polícias políticas. Poucos foram os trabalhos subsequentes, no entanto, que se preocuparam em analisar as reformas promovidas nestas estruturas: suas propostas, suas motivações e seus desdobramentos. Dada a atuação anterior das polícias políticas e em vista da maneira como foram reformadas, poderíamos argumentar que houve uma efetiva transição dos regimes argelino, egípcio ou tunisino? Este trabalho pretende demonstrar que não.

Ainda que poucos concentrados na temática da inteligência governamental, muitos foram os autores que buscaram explicações causais para os eventos políticos que abalaram o Mundo Árabe-Muçulmano a partir do final do ano de 2010, os quais tiveram como epicentro um município no centro da Tunísia, alastrando-se de Rabat a Mascate. Tais explicações para a Primavera Árabe – no entanto – variam, especialmente quando comparados trabalhos que recorrem à análise de casos individuais, uma vez que as próprias trajetórias e antecedentes de países que assistiram às manifestações populares, embora próximos, diferem. Uma porção considerável desta literatura – apoiada ainda nas teorias da modernização que remontam aos anos 1950 e 1960 –, busca nos eventos destacados o mote da democratização. Estes trabalhos, que começaram a surgir já em 2011, ora pintam a Revolução de Jasmim tunisina como o paradigma de transição política, modelo a ser seguido pelos seus pares regionais (BOUBARKI, 2015; STEPAN, 2012), ora destacam o fim do monopólio e da supremacia

---

<sup>2</sup> A expressão se tornou corrente após artigo publicado pelo professor Marc Lynch na *Foreign Policy*, em janeiro de 2011, uma semana antes da queda de Ben Ali. No artigo, Lynch compara os protestos na Tunísia, na Jordânia, no Kuwait, no Egito, aos protestos de Beirute em 2005 e afirma que não espera daqueles a fagulha necessária para transições políticas nos Estados em questão.

política dos militares egípcios (GHABRA, 2014; EL-ANIS, HAMED, 2013), ora apontam para a iminência de uma primavera argelina, antevendo para Abdelaziz Bouteflika parelha sorte à de Ben Ali e à de Hosni Mubarak (ROBERTS, 2011). Nenhuma destas hipóteses e previsões, porém, resistiram ao tempo ou foram subsequentemente validadas.

Seguramente, a proposição de cenários possíveis não é empreendimento simples; as variáveis que podem determinar e caracterizar eventos políticos são múltiplas e cabe ao analista a seleção daquelas independentes. Neste processo investigativo, há arbítrio e há também – como não poderia deixar de haver – ideologia. Estudar regimes não-democráticos pode parecer anacrônico ou de interesse exclusivamente histórico. Igualmente, pode servir à confirmação de hipóteses que possuem em si profunda normatividade, ou por considerarem o autoritarismo um modelo ilegítimo de governo, ou por considerarem-no uma etapa provisória, em direção a um modelo superior de ordem política. Assim, algumas das análises anteriormente destacadas, ao assumirem a dicotomia autoritarismo/democracia em busca do padrão democrático resultante da evolução de qualquer regime político, negligenciam a complexidade dos regimes em questão e a maneira pela qual as lutas entre forças pelo poder do Estado os moldam de modos próprios e originais, perdendo – portanto – capacidade explicativa (HINNEBUSCH, 2010; DABÈNE, GEISSER, MASSADIEU, 2008).<sup>3</sup>

É com esta crítica em mente que Michel Camau e Vincent Geisser (2003) se questionam: “É possível e legítimo analisar o autoritarismo com outros olhos que aqueles da democratização, mesmo que para evitar as armadilhas de uma teleologia corrente?”<sup>4</sup> (CAMAU, GEISSER, 2003, p.15). Ainda, é possível pensar os regimes autoritários em todo seu potencial reformista, sem o horizonte normativo que conduz a compará-los aos padrões da democracia ocidental, tal qual sua etapa superior? É possível pensar o autoritarismo não em termos de déficit democrático ou de potencial para a democratização, descartando, portanto, qualquer possibilidade de patologização do fenômeno ou de exotização? Mormente, é possível analisar os países árabes norte-africanos sem cair no orientalismo saidiano, no “excepcionalismo árabe”?<sup>5</sup> Essas perguntas são postas mesmo tendo em vista que sempre –

<sup>3</sup> A literatura específica sobre a resiliência do autoritarismo nos países árabes, tanto do Oriente Médio, quanto do Norte da África, muitas vezes peca também em seus pressupostos, tributários das teorias da modernização. Ao se perguntar sobre o fenômeno da não democratização dos regimes, alguns analistas recorrem aos conhecidos argumentos do “excepcionalismo árabe”, ora apontando para a capacidade coercitiva dos regimes como empecilhos à democracia (BELLIN, 2004), ora para aspectos próprios da cultura árabe (KEDOURIE, 1992; LEWIS, 1990, HUNTINGTON, 1996). Novamente, a visão dicotômica entre o obscurantismo tradicionalista e a modernidade ocidental.

<sup>4</sup> No original: “*Est-il possible et légitime d’analyser l’autoritarisme avec d’autres yeux que ceux de la démocratisation, ne serait-ce que pour déjouer les pièges d’une téléologie ambiante?*”.

<sup>5</sup> Edward Said (1990) denominou orientalismo um sistema europeu e eurocêntrico de conhecimentos sobre o “Oriente”, corpo criado de teoria e prática com o objetivo de dominar, reestruturar e governar.



conforme nos ensina Leca (1985) – o debate sobre regimes políticos é suscitado por alguma preocupação avaliativa ou por alguma polêmica empírica ou teórica.

Este trabalho pretende responder positivamente a estas questões e é, de fato, construído a partir de uma polêmica empírica, qual seja, houve transição ou não de regimes no Egito, na Argélia e na Tunísia após a onda protestatária iniciada em dezembro de 2010, considerando-se o contraste entre as evidências recolhidas para fins deste trabalho e as diversas análises confirmando inequivocamente a hipótese de transição de regime. O que este trabalho não busca, no entanto, é o diagnóstico do “bom governo”, do “melhor governo”, ou a teorização para o futuro do modelo não-democrático.

A dinâmica permanece um domínio pouco explorado na Ciência Política, a qual, em geral, apresenta-se mais preocupada com a análise estática, com o estudo dos estados de equilíbrio e dos pontos de rupturas, que na determinação das mudanças (ROUQUIÉ, 1985). As próprias análises tipológicas, as quais isolam as categorias autoritarismo e democracia, obedecem a um método metafísico, no sentido hegeliano do termo, cujas características repousam justamente em preferir a imobilidade ao movimento, em isolar categorias, absolutas, opostas e intransponíveis (POLITZER, 2007).

Segundo Huntington (1971), esta carência observada de pesquisas sobre mudança política estaria diretamente relacionada à pouca ênfase dada à política comparada dentro do campo da Ciência Política. A mudança política e a política comparada estariam, conforme o autor, intimamente relacionadas, na medida em que ambas buscam a comparação entre semelhanças e diferenças: a primeira ao longo do tempo e a segunda ao longo do espaço (HUNTINGTON, 1971).

O presente estudo é uma tentativa de comparação entre fenômenos observáveis em três países árabes e norte-africanos, fenômeno este que relaciona dois períodos temporais, antes e após as manifestações iniciadas em 2010 na Tunísia, no intuito de identificar diferenças possíveis entre os países, mas especialmente entre os dois períodos identificados. Argumentaremos, seguindo técnica descrita por Rouquié (1985), que a fim de determinarmos a ocorrência de mudanças temos que tomar como variáveis aqueles elementos que – dentre tantos outros – bastam para alterar a natureza do poder em um determinado contexto. Temos que buscar quais são as características que dão identidade a cada um dos regimes a serem estudados – uma investigação, portanto, de natureza bastante etnológica – e com base nestas construir nossa narrativa e nossa análise. Segundo Rouquié, pode haver alterações em diversos componentes da vida política sem que haja verdadeiramente uma mutação; ao mesmo tempo, mudanças empreendidas em um único elemento nevrálgico podem bastar para

afetar a realidade do exercício do poder e sua lógica. Obviamente, para a determinação deste ou destes elementos é necessário um olhar atento à gênese e à evolução dos Estados, o que buscaremos empreender.

Além da caracterização do regime, entretanto, temos que considerar as diferenças entre sua adaptação e sua mutação, ou seja, as diferenças entre mudança dentro do regime – essencial para a sua manutenção e para a sua estabilidade – e a mudança propriamente do regime, dois processos interativos, embora distintos. Esta distinção é uma questão de percepção, logo, de abordagem. Regimes autoritários, especificamente, podem se adaptar a novas condições, demandas e realidades, de modo que a liberalização e a pluralização política podem ser um expediente do Estado, um substituto à democratização, o qual previna ou desarme crises econômicas, políticas, de modo a contrabalançar a insatisfação popular. De tal maneira, o recurso à liberalização é tradicionalmente parte das estratégias de sobrevivência conduzidas pelos regimes no Oriente Médio e no norte africano, uma vez que não necessariamente conduz a verdadeiras mudanças de regime e nem sempre escapa ao controle de seus agentes (ARAFAT, 2009; HINNEBUSCH, 2006).<sup>6</sup>

Tal observação nos conduz a novamente concordar com Rouquié: “a questão da legitimidade é, sem nenhuma dúvida, mais pertinente para compreender a estabilidade do regime que todas as outras dimensões” (ROUQUIÉ, 1985, p.603).<sup>7</sup> Isso porque regimes políticos lançam mão, racionalmente, de estratégias de legitimação, que justificam e impulsionam a dominação política, criando “estoques de legitimidade”, os quais permitem sua sobrevivência. Ao mesmo tempo, a necessidade constante de oferecer tais fórmulas e estratégias é fonte de sua fragilidade: quando o sistema de dominação política não lograr mais extrair legitimidade dos mitos de origem do Estado, quando as promessas de um futuro mais próspero se apresentarem frustrantes, as estruturas de poder passam a ser transparentes e, por conseguinte, ameaçadas. Todas as crises políticas, portanto (e as Primaveras Árabes não são exceções), são também crises de legitimidade (DOBRY, 2000), de modo que para determinar a possibilidade de mudança de regime é necessário considerar quais são as fórmulas de legitimidade oferecidas e se estas encontram-se, verdadeiramente, sob contestação.

---

<sup>6</sup> Para Lagacé e Gandhi (2015), pode ocorrer que autocratas adotem instituições tipicamente associadas ao regime democrático, como eleições, partidos políticos, cortes de justiça, descentralização, no intuito de manter seus governos. Aquelas podem ser usadas, por exemplo, para reunir informações relativas ao apoio ao regime, às preferências populares, cruciais para lidar com desafios políticos antes de se tornarem ameaças concretas. Ademais, estas instituições podem auxiliar os autocratas a cooptarem a oposição, as elites, segmentos de classes, dando-lhes participação política em vistas da continuação dos regimes.

<sup>7</sup> No original: *La question de la légitimité est sans nul doute plus pertinente pour comprendre la stabilité des régimes que toutes les autres dimensions.*

Um segundo ponto é determinar o que são os regimes políticos. Para fins deste trabalho, incidiremos nossa análise sobre suas instituições, sem perder de vista, como dito, as fórmulas de legitimação oferecidas. Compreendemos instituições como construções sociais (no sentido de que carregam entendimentos acerca de como o mundo funciona), as quais estruturam as interações políticas, econômicas e sociais. Elas podem ser tanto informais (tradições, costumes, códigos de conduta), quanto formais (constituições, leis, organizações), tendo como função essencial a diminuição das incertezas acerca dos comportamentos alheios, possuindo valor e estabilidade (HODGSON, 2006; THELEN, 1999). Retomaremos este debate no enquadramento teórico deste trabalho.

Chegamos, enfim, à justificativa para a seleção dos casos e do problema de pesquisa. Egito, Argélia e Tunísia são três repúblicas norte-africanas, as duas primeiras de caráter nacionalista, ambas fundadas na tradição nasserista, e a terceira de caráter liberal, sendo tal distinção bastante relevante, conforme se verá nos estudos de caso. Optamos por limitar nossa análise aos países que possuem modelo republicano, uma vez que as fórmulas de legitimidade oferecidas por estes diferem significativamente das monarquias. Do universo de países norte-africanos, portanto, excluímos o Marrocos. A carência de material impediu que analisássemos também o caso líbio. Egito, Argélia e Tunísia, no entanto, por suas semelhanças e diferenças nos possibilitarão uma comparação bastante rica. Os três Estados, ao emergirem de suas independências nacionais adotaram um modelo estatal baseado em dois elementos vitais: a preponderância do Poder Executivo e o sistema de partido-único. Esses dois elementos são, seguramente, essenciais na caracterização dos regimes quando de suas Independências. Posteriormente, já nos anos 1970, a liberalização política permitirá a proliferação de novos partidos. Os partidos fundados por Nasser, Boumediène e Bourguiba, no entanto, permanecerão – ao menos até 2011 – preponderantes, pautando ainda o jogo de poder. Sobre estes dois aspectos, no entanto, abunda literatura.

O terceiro elemento que argumentaremos completar a caracterização dos regimes é relativo à participação política de um ator não-político, denominado *Pouvoir*<sup>8</sup> no caso argelino e *Al-nidham*<sup>9</sup> no caso egípcio e tunisino. Na Argélia e no Egito, devido ao modo como a independência fora conquistada e aos grupos que estavam então mobilizados, são os militares que representam este terceiro ator, concentrando fatias importantes do poder político. Na Tunísia, por outro lado, o presidente Bourguiba tinha consciência da ameaça à autoridade civil imposta por militares fortes em países árabes; de tal modo, no modelo

---

<sup>8</sup> Do francês: o poder.

<sup>9</sup> Do árabe: a ordem ou o sistema.

tunisino, a força política e repressiva não foi posta a cargo do Exército, mas da segurança interna, dirigida pelo Ministério do Interior, assumida aqui como este terceiro elemento.

Assim, consideraremos – enquanto pressuposto metodológico – que os três elementos que caracterizaram tais Estados no momento de suas fundações foram a preponderância do Executivo, o partido-único e o papel político a cargo das forças de segurança. Sobre este último existem sim alguns estudos, mas praticamente inexitem aqueles que apontem para uma estrutura fundamental, imperativa para a manutenção das fórmulas de poder: as polícias políticas. Ironicamente, a despeito da centralidade do aparato securitário para a estabilidade destes regimes, é surpreendente que tão pouco tenha sido escrito sobre a *Mukhabarat*, sobre as agências de inteligência do mundo árabe (IGNATIUS, 2013; BARAK, DAVID, 2010).

Este trabalho buscará justamente preencher esta lacuna, sendo nosso objetivo analisar as reformas no setor de inteligência após as manifestações características das Primaveras Árabes, principalmente naquelas agências responsáveis pela repressão interna, buscando nelas a evidência da transição ou da não transição de regime.

Argumentaremos – residindo neste ponto nossa hipótese de pesquisa – que pela maneira como tais reformas foram empreendidas, pelo formato anterior da atuação dos serviços de inteligência e de sua importância para a caracterização e sustentação dos regimes autoritários não é possível argumentarmos pela ocorrência de transições dos regime, mesmo que tenha havido, no caso do Egito e da Tunísia, mudanças de governo. Ao final, buscaremos demonstrar que as reformas empreendidas a partir de 2011 não foram resultado de um impulso modernizador ou democratizante dogmaticamente aceitos, nem foram resultado de um processo de transição política considerando-se uma escala ideal de objetivos. Antes sim, foram fruto das dinâmicas próprias de elites e de burocracias que buscam perpetuar-se, mantendo os regimes que lhes são afeitos, dentro de um modelo de Estado construído a partir de disputas internas, sendo a democracia, o pluralismo, o liberalismo econômico, estratégias possíveis para tanto.

Uma vez que nossa análise envolve países entre si similares e destoantes, o estabelecimento de relações causais únicas para a mudança das relações dos Estados com as sociedades e de ambos com os serviços de inteligência se mostraria simplista, sendo este um problema de qualquer trabalho que tenha ambições comparativas e diacrônicas. Compreender as manifestações que levaram milhares de cidadãos às ruas em busca de mudanças demanda não apenas uma compreensão detalhada das semanas e meses que antecederam estes eventos, como da estrutura política, econômica e social que os possibilitou. Na defesa da retomada dos

processos sociais e políticos, desde as lutas pela independência, os quais resultaram nestes modelos de Estados e de interação social, Reginaldo Nasser (2011) defende:

Em um mundo onde tantos analistas insistem em recorrer a explicações em termos de história antiga, textos sagrados, “choque de civilizações” ou “despotismo oriental”, é preciso retomar as interpretações históricas que colocam em primeiro plano as variáveis de cunho sociológico, econômico e político, na medida em que as reivindicações sobre a legitimidade, as desigualdades sociais e a arbitrariedade estão na ordem do dia (NASSER, 2011, p.146)

Por concordarmos com esta visão, procederemos a uma análise das dinâmicas históricas destes três países e destas instituições, buscando responder a três perguntas fundamentais: (i) como foram estabelecidas as polícias políticas, em quais contextos e com quais propósitos; (ii) como e porque foram reformadas desde as Independências; (iii) como interagem, historicamente, com outras instituições, especialmente com o Poder Executivo e com as Forças Armadas. No plano metodológico, portanto, utilizaremos uma abordagem histórico-comparativa.<sup>10</sup>

Em relação ao enquadramento teórico deste trabalho, a escola histórica e sociológica<sup>11</sup> do paradigma neo-institucionalista nos será útil. Em primeiro lugar, pois as instituições tomadas como variáveis independentes são, para esta escola, resultantes de disputas por poder (THELEN, 1999, IMERGUT, 1998). Em segundo lugar, considerando-se que tais instituições são socialmente construídas, no sentido de que carregam em si visões de mundo e padrões culturais, eventos que ocorrem quando da fundação dos Estados podem resultar em configurações institucionais que definirão as futuras trajetórias possíveis, fenômeno para o qual os autores dão o nome de *path-dependence*. A História, portanto, não é vista como uma simples sequência de fatos, nem é tomada simplesmente como uma série de eventos situados no passado; o que ocorre no momento X pode moldar fundamentalmente o que ocorre no momento Y e a distribuição de poder é ela própria *path-dependent* (PIERSON, 2015; STEINMO, 2010; MAHONEY, 2001).

Ambas estas ideias nos permitem levantar hipóteses relativas às possibilidades de mudança de regime, a partir da análise de como tais emergiram e se consolidaram, quais as instituições que lhes serviram de apoio, quais foram seus desafios ao longo do período analisado e como os regimes fizeram face a estes. Isso porque as “conjunturas críticas” (Cf.

---

<sup>10</sup> Cf. Pierson, Skocpol (2008); Tilly (1989); Evans (2004).

<sup>11</sup> Cf. Peres (2008).

DOBRY, 2000), períodos ou situações de crise conjuntural (tal qual as manifestações inscritas nas Primaveras Árabes), fazem parte do argumento da *path dependence*, segundo o qual:

Arranjos institucionais implementados em um determinado momento se enraízam devido a sua habilidade de moldar incentivos, visões de mundo e recursos dos atores e grupos afetados por tais instituições. Neste contexto analítico, *conjunturas críticas* são vistas como momentos nos quais a incerteza quanto ao futuro de um arranjo institucional permite agência política e escolha a desempenhar um papel causal determinante na criação de uma instituição em um determinado caminho do desenvolvimento, um caminho que, em seguida, persiste durante um longo período de tempo (CAPOCCIA, 2015, p.147).<sup>12</sup>

O neo-institucionalismo nos lembra, portanto, que a configuração institucional do regime faz diferença em vista de processos de mudança. Igualmente, nos alerta para o fato de que os regimes, mesmo os autoritários, não são todos idênticos, variando segundo seu nível de “institucionalização”, o qual molda e é moldado pelas forças sociais que são incluídas ou excluídas destes regimes (HINNEBUSCH, 2006).<sup>13</sup>

Finalmente, para a escola histórica e sociológica, a análise dos momentos de mudança institucional é de especial interesse, uma vez que quando estas ocorrem não apenas altera-se o quadro de constrangimentos nos quais os atores tomam decisões, tal qual seria sua consequência para escola da escolha racional, como tais ocorrências remodelam os próprios objetivos e ideais que impulsionam a ação política. Assim, conflitos sobre instituições e sobre o formato de suas mudanças desnudam interesses e relações de poder (STEINMO, THELEN, LONGSTRETH, 1992).

Este trabalho, em vista de sua realização, apoiou-se na literatura especializada, bem como em relatórios de organizações não-governamentais relativos a práticas de tortura e de intimidação, em relatos de ex-agentes de inteligência e em fontes abertas, especialmente jornais locais, em vista da atualidade da temática e de seus desdobramentos em curso. Igualmente, quando não-classificadas, este trabalho apoiou-se em legislações concernentes ao setor de segurança. Logicamente, o maior desafio no estudo da inteligência governamental é a

---

<sup>12</sup> No original: *institutional arrangements put in place at a certain point in time become entrenched because of their ability to shape the incentives, worldviews, and resources of the actors and groups affected by the institution. In this analytical context, critical junctures are cast as moments in which uncertainty as to the future of an institutional arrangement allows for political agency and choice to play a decisive causal role in setting an institution on a certain path of development, a path that then persists over a long period of time.*

<sup>13</sup> A partir do exposto, porém, nos afastamos de uma parte desta literatura neo-institucionalista que considera que a história é composta por longos períodos de estase e de pontos abruptos de ruptura, geralmente a partir de choques exógenos, ignorando, portanto, a possibilidade de mudanças institucionais lentas, endógenas e adaptativas (STREECK, THELEN, 2005). Para fins deste trabalho, buscaremos aliar a análise das reformas no setor de inteligência à reconstrução dos governos no Egito, na Argélia e na Tunísia desde suas independências, considerando suas características, seus alicerces, e as fórmulas de legitimação oferecidas em cada período.

coleta de material de pesquisa. Surpreendentemente, o país com menor literatura disponível foi a Tunísia, considerada a mais liberal das repúblicas árabes. No caso do Egito, muito se escreveu sobre a inteligência, especialmente durante as guerras árabe-israelenses, embora a maior parte sob a perspectiva europeia e israelense, tendo essa literatura sido utilizada, embora com cautela. No caso da Argélia, a maior parte da bibliografia disponível concentra-se nas operações encobertas promovidas durante a Guerra Civil da década de 1990. Uma vez que este trabalho não se concentra na dimensão mais propriamente tática e operacional da atividade de inteligência, mas em seu caráter estratégico e político, muitas destas informações foram filtradas.

No plano organizacional, este trabalho foi estruturado de acordo com as Resoluções nº 114/2014 e 115/2014 da Câmara de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. De tal forma, foi organizado em três partes. A PARTE I, além da presente Apresentação, é composta por uma breve contextualização do objeto de pesquisa e pelos três estudos de caso, em ordem: Egito, Tunísia e Argélia. A Contextualização contém um breve debate sobre Estado, poder e legitimidade, considerados aqui como uma espécie de primeira dimensão da dominação política; na sequência, um debate relativo ao conceito de regime, nossa segunda dimensão, e sobre mudanças de regime, temática essencial para a construção de nosso argumento de pesquisa; por fim, como uma terceira dimensão da dominação, um debate sobre a burocracia estatal, especificamente sobre os serviços de inteligência no formato de polícias políticas. Os estudos de caso subsequentes são também divididos em três seções cada, temporalmente definidas: a formação dos Estados pós-independentes, o pré-Primavera Árabe e o pós-Primavera Árabe, atentando para a evolução dos serviços de inteligência, em busca das respostas às três perguntas anteriormente propostas. Por tratarmos de países ainda pouco estudados e pouco referenciados no Brasil, a apresentação dos estudos de caso individuais e detalhados apresentou-se uma contribuição interessante, embora não obrigatória, segundo as normas da Universidade. Sua inclusão neste trabalho, porém, tratando-se de três casos, teve como consequência uma maior extensão da PARTE I em relação às outras duas partes.

A PARTE II desta dissertação corresponde ao artigo em formato para publicação, requisito parcial para a obtenção do título de Mestra. Este se dividirá em uma breve seção teórica, a condensação da PARTE I, e em duas breves seções comparativa entre os três países selecionados, uma tratando da evolução das polícias políticas antes de 2011, quando das manifestações populares, outra tratando dos desdobramentos das reformas no setor de inteligência promovidas subsequentemente. O artigo, sendo uma espécie de resumo da

PARTE I, peca – seguramente – pela repetição (inclusive havendo a reprodução literal de alguns parágrafos contidos na primeira parte). A tentativa, no entanto, de comparação mais sistemática entre os três países justifica sua empresa e o interesse em sua leitura. A PARTE III corresponde, finalmente, às considerações finais desta dissertação, às propostas para a agenda de pesquisa e às referências bibliográficas.

Enfim, este trabalho é resultado de um esforço de pesquisa que remonta ao meu Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais. Neste, analisei a reforma no setor de inteligência argelino e seus possíveis impactos para o sistema político da Argélia. Esta dissertação é uma tentativa de prover maior robustez às hipóteses então encontradas, alargando o número de casos, dois anos após colhidos os primeiros resultados.



## CONTEXTUALIZAÇÃO

A Contextualização serve enquanto apoio teórico aos estudos de caso propostos (conforme resolução da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), sendo nosso interesse específico nesta seção compreender por quais motivos um determinado regime, um tipo de exercício do poder, um grupo ou classe política, se mantêm e se perpetuam e de que modo e em que medida se alteram seus métodos de dominação política. Ao se propor a analisar reformas em um setor estatal estratégico e as possibilidades de mudança de regime após uma onda de questionamentos populares à legitimidade dos governos que se apresentavam ao final do ano de 2010 em três países de regime autoritário, este trabalho deve partir – pela via lógica – de uma concepção de Estado, de poder, dominação e legitimidade, a fim de lançarmos os primeiros entendimentos na construção do nosso problema de pesquisa. Após debatidos estes primeiros conceitos, e – na sequência – definidos aqueles relativos a *regime*, *serviço de inteligência* e *polícia política*, os estudos de caso servirão para analisarmos, empiricamente, suas evoluções históricas em cada um dos três países selecionados.

Como sabido, termos como Estado e política são polissêmicos. O que é consensual em suas definições, no entanto, segundo nos aponta Bobbio (2014[1986]) – e aquilo que estes dois conceitos tem em comum (sendo inclusive o fator de sua intercambialidade) –, é a referencia ao fenômeno do *poder*: o poder dos homens sobre outros homens. Sobre este, há na filosofia política três vertentes conceituais, embora seu exato significado e natureza sejam ainda alvos de polêmica.<sup>14</sup> Para Max Weber, em uma abordagem relacional, o poder é uma relação entre dois sujeitos, na qual o primeiro obtém do segundo um determinado comportamento, mesmo em face de sua resistência; assim, seria um meio para a realização de um determinado fim, sendo a instrumentalização de uma vontade individual (BOBBIO, 2014[1986]; GIDDENS, 2014).

No campo da Ciência Política, ao menos nos Estados Unidos, o que se observou a partir dos anos 1950 foi, porém, um curioso abandono dos estudos sobre Estado e poder, tanto devido à percepção de que este não poderia ser rigorosamente definido e de que aquele não passava de uma abstração anacrônica, como devido ao foco do comportamentalismo – então a abordagem dominante – em uma concepção mais atomizada da política, no qual a escolha individual seria o foco de análise (SKOCPOL, 1985; PIERSON, 2015). Este trabalho, porém, se apoia em uma literatura, o Neo-Institucionalismo de vertente histórica e sociológica, que

---

<sup>14</sup> Além da vertente weberiana, para Hobbes, em uma abordagem substancial do poder, este é uma coisa que se possui e que se usa para alcançar um fim. Para Locke, em uma abordagem substantivista, o poder não é algo para se alcançar um fim, mas a capacidade de um sujeito de obter determinados efeitos (BOBBIO, 2014[1986]).

retoma as instituições enquanto variáveis independentes, curiosamente resgatando da sociologia alemã e de Max Weber o entendimento sobre Estado. Este passa a ser compreendido e empregado não mais enquanto mera arena para demandas de grupos sociais, mas como ente potencialmente autônomo, no sentido de poder também moldar processos sociais e políticos. Para nós, portanto, a abordagem weberiana, inerentemente conflitiva, se apresentará de grande valia considerando-se ainda que a maior contribuição de Weber para o estudo das sociedades “subdesenvolvidas” – para as quais os problemas fundamentais colocam-se no plano político, um plano dinâmico – está justamente em suas análises e explicações sobre o fenômeno do poder e da dominação (FERNANDES, 2008).

Max Weber é considerado o fundador da sociologia interpretativa, a qual ele próprio estabelece como histórica e sistêmica. O ideal de dar uma fundamentação lógica à ciência histórica (e às “ciências da cultura” de um modo geral) remonta a Heinrich Rickert, de quem era autoproclamado discípulo. Rickert opunha-se – como Weber o fará – ao naturalismo comtiano, que buscava nas “leis” históricas o objetivo último da pesquisa científica. Advogava, pois, que o mundo sensível, a realidade, é infinitamente complexo e multifacetado, de modo que é impossível apreendê-lo em sua totalidade sem o recurso a conceitos, que são em si mesmos uma realidade dinâmica, logo, provisória. Diferentemente dos conceitos generalizantes das ciências da natureza, no entanto, os conceitos históricos referem-se a realidades investidas de *valor social*, de modo que o fim último da História é investigar, nos fenômenos históricos, as redes causais que a eles se atrelam (MATA, 2006; ARON, 1964).

Nossa pesquisa, que se propõe a analisar a história política do Egito, da Argélia e da Tunísia – a partir de suas independências nacionais, mas especialmente no contexto das manifestações iniciadas em 2010 – enquanto uma sucessão de lutas entre grupos pela imposição de valores, a partir da construção de estratégias de dominação e da construção de regimes políticos, bebe fundamentalmente da análise weberiana, a qual nos trará lições fundamentais. Enquanto uma primeira lição, Weber nos demonstra que os dirigentes políticos se inscrevem em um sistema de dominação, exercendo o poder de modo condizente com as suas bases de legitimidade, esta baseada na crença, de naturezas diversas. Para tanto, lançam mão de estratégias, que justificam e impulsionam a dominação política, criando “estoques de legitimidade”, os quais permitem sua sobrevivência.

Com razão, muitos autores apresentam as administrações coloniais uma forma inequívoca de exercício coercitivo do poder, de *naked power* conforme formulação de Bertrand Russell (2004), ou seja, uma autoridade não fundamentada em legitimidade ligada a qualquer ideologia, a qualquer justificação racional da organização do poder. Os estudos de

caso nos mostrarão, no entanto, que nos três países os movimentos nacionalistas se iniciaram não necessariamente a partir do questionamento à legitimidade dos laços coloniais, mas da distribuição dos benefícios resultantes das relações de patronagem estabelecidas entre as metrópoles e os líderes locais. Muitos destes primeiros movimentos – inclusive – se inspiraram nas ideias metropolitanas, especialmente no liberalismo francês, e as utilizaram enquanto estratégias políticas. As independências representarão, na sequência, a erosão parcial das linhas coloniais de patronagem e a reconstrução das relações de poder entre novos beneficiários (LECA, SCHMEIL, 1983).

De tal forma, representaram Gamal Nasser, no Egito, Houari Boumediène na Argélia e Habib Bourguiba na Tunísia arquétipos do líder carismático weberiano, aquele que subverte o passado – no caso, a experiência colonial – sendo, portanto, eminentemente revolucionário. Sua dominação, e – por consequência – a obediência dos dominados, são resultados – em parte – da crença em seu prestígio enquanto “eternos combatentes”, enquanto “líderes nacionalistas”, ou “pais fundadores”.<sup>15</sup> A legitimidade, no entanto, é indissociável de sua duração e a dominação carismática, em específico, tem caráter extraordinário. Para Weber (1944), caso não seja efêmera e tome o caráter de relação durável, a dominação carismática deve mudar seu caráter: ou se racionaliza, ou se tradicionaliza, ou ambas as coisas em diferentes aspectos. Os motivos para tanto são tanto o interesse ideal ou material dos que obedecem na continuação da comunidade, quanto o interesse ideal e material do quadro administrativo em manter a existência de sua relação e de sua posição (WEBER, 1944).

Quando o capital heroico dos primeiros líderes não mais se mostrou passível de legitimar o regime fundado quando das Independências, novas estratégias de legitimação e de dominação política tiveram que ser elaboradas, tanto em vista de novas conjunturas e pressões internacionais, quanto em vista de mudanças na estrutura populacional e, conseqüentemente, de novas aspirações econômicas e sociais. Esse foi o quadro que permitiu e impulsionou a liberalização econômica e política característica destes países nos anos 1980 e 1990.<sup>16</sup> Foi também neste quadro que se observou a eclosão de movimentos violentos, demandantes de

---

<sup>15</sup> Para uma análise das estratégias de legitimação no Egito e na Argélia, desde a independência nacional até o final da década de 1970, leia-se, nos governos de Gamal Nasser e Houari Boumediène, escrevi um breve artigo, publicado pela revista Agenda Política, “Estratégias de Legitimação: a construção de uma memória coletiva pelos governos militares do Egito e da Argélia no Pós-Independência” (2016). Neste, além da retórica do nacionalismo e do socialismo de matriz árabe, busquei analisar os principais símbolos dos novos Estados: os hinos, as bandeiras e trechos constitucionais de exaltação ao papel dos *mujahideen* nestas sociedades.

<sup>16</sup> No início dos anos 1980, os três Estados se confrontarão com um dilema: no contexto de uma crise econômica mundial, a lógica do seu modo de desenvolvimento se traduzia por uma contração da capacidade distributiva do Estado. Era necessária uma fórmula de gestão dos conflitos assentada em um novo consenso mínimo entre forças sociais e políticas. Assim, foi necessária a atenuação da empresa do Estado sobre a sociedade e suas instituições, do que se lê liberalização econômica e política (CAMAU, 1992).

participação política aos atores islamistas, proponentes de novos valores. As manifestações populares iniciadas em 2010, novamente, foram crises dos modelos de dominação colocados pelos regimes, uma vez que seus valores foram questionados e alternativas de organização e de dominação foram buscadas.

Segundo Weber (1944), no entanto, para haver o rompimento de um modelo qualquer de dominação deve haver igualmente a criação de uma nova burocracia, sendo ela o mediador entre dominantes e dominados e aquela que garante a efetividade dos mandos. Em uma conjuntura de crise de legitimidade, porém – como aquela das mobilizações iniciadas em 2010 –, o anúncio ou a efetivação de reformas inova somente até os limites do repertório de ação anterior. Os regimes, assim, anunciam reformas – com maior ou menor celeridade – como um dos elementos necessários para o reestabelecimento da ordem, que, afinal, é o objetivo primeiro do seu quadro administrativo, sendo uma alternativa à repressão. Mesmo aqueles menos diretamente ameaçados, havendo uma conjuntura crítica em seu entorno, são incitados a promover mudanças. Consequentemente, os regimes respondem às suas próprias falhas estabelecendo novos órgãos políticos, eliminando antigos (CAMAU, VAIREL, 2014).

Assim, o segundo ponto de interesse ao qual nos leva a reflexão de Max Weber é a peculiaridade do quadro administrativo enquanto estrutura governamental potencialmente autônoma, especialmente aquela porção diretamente ligada à repressão política. Considerando que, para Weber (1944), a realidade histórica é uma luta constante, o é também entre o senhor e o quadro administrativo. Este entendimento será particularmente interessante quando analisarmos o caso argelino, no qual questionaremos se o impulso à reforma no setor de inteligência não teve o objetivo único de firmar a autoridade do presidente, a partir do desmantelamento de uma burocracia que não servia aos desígnios de Abdelaziz Bouteflika, mas aos seus próprios.

O terceiro ponto da análise weberiana que será útil à construção deste trabalho tem um caráter metodológico e relaciona-se, em primeiro lugar, à necessidade da construção de tipos ideais. Os tipos nos emancipam das ilusões metafísicas (ARON, 1964), nos auxiliando no entendimento e na interpretação de uma realidade que é, como já dito, complexa. Os tipos permitem a ordenação dos fatos observados e a eliminação dos fatos secundários. No entanto, este instrumento indispensável é também provisório, pois – nas palavras de Weber (1973) – ele é um conceito *genético*, ou seja, intrinsecamente histórico. A interpretação weberiana do caráter multifacetado da realidade, porém, e da utilização dos tipos ideais a partir de um substrato histórico concreto, parece ter passado ao largo da leitura de alguns autores, que advogam pela universalidade dos conceitos e pela universalidade das práticas. Segundo Badie

e Hermet (1990), esse duplo universalismo corresponde a um preconceito: a cultura não interviria na elaboração das categorias de análise, o que encontra refúgio nas teorias da modernização. Essas ideias, entretanto, não sobrevivem aos estudos empíricos, obrigando a Ciência Política a adotar uma abordagem mais sociológica de seus objetos de estudo, uma vez que os problemas que a História nos coloca se tornam consideravelmente mais complexos quando fenômenos semelhantes ocorrem em fases (no tempo) e em culturas (no espaço) distantes. Ao buscarmos analogias e ao nos apropriarmos de arsenais conceituais forjados para outros modelos, ignorando processos históricos particulares, estamos suscetíveis de emprendermos um debate vazio em conteúdo, preocupado tão somente com ideais semânticos.

Assim, por exemplo, quando avaliarmos os tipos possíveis de regimes políticos na sessão subsequente, ainda que estes sirvam para a simplificação de uma realidade multiforme e multifacetada, sua aplicação será limitada à formulação dos problemas por parte de cada autor que cria as tipologias. Não buscaremos transplantar modelos e categorias interpretativas da realidade histórica europeia para o contexto árabe e norte-africano, como o fazem muitos analistas. Negamos, portanto, qualquer vinculação à ideia de etapas mecânicas e universais necessárias para a evolução social, para a evolução da ordem política. É exatamente por esse motivo que, aliado ao debate sobre tipos de regimes, procederemos aos estudos de caso.

Finalmente, não há, para Weber, uma determinação unilateral do conjunto da sociedade por apenas um elemento, ponto que ele desenvolve melhor na *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* que em *Economia e Sociedade*. As relações causais são sempre parciais, no sentido de serem apenas fragmentos da realidade e apenas prováveis, no sentido de não existir determinismo histórico (ARON, 2000). De tal forma, para fins deste trabalho se mostrará necessário afastar definitivamente o argumento de que a coerção é a característica única de regimes ditos autoritários, ponto que buscaremos explorar também na sessão seguinte. A legitimidade, como nos mostra Weber, é um conceito subjetivo, tendo origem na crença, embora seja inerentemente racional, pois social. Estas crenças podem ter uma racionalidade econômica, por exemplo, que é, no entanto, indissociável de outras motivações, o que explica fenômenos singulares como o nacionalismo árabe, a ascensão dos islamistas ou as manifestações populares de 2010 e 2011. O recurso, portanto, aos estudos de caso e à reconstrução das estratégias dos regimes desde suas independências – em suas múltiplas manifestações – se fará indispensável à nossa argumentação subsequente.

## 1 Regimes e Mudanças de Regime

O monopólio legítimo da coerção física é uma das características definidoras do Estado moderno, segundo a definição célebre de Max Weber, utilizada por este trabalho. Ainda assim, a maneira de exercê-la, o tipo de coerção e a intensidade de seu uso podem variar entre os diversos tipos de regime (LINZ, 2000[1975]). De tal maneira, para além do Estado, conceito demasiado abstrato e demasiado amplo para nossos propósitos, faz-se necessário – tanto para análises de casos individuais, como em vistas de comparações – o estudo dos regimes, leia-se, das *regras do jogo* político dentro dos Estados individuais.

Desde o princípio da filosofia política, a descrição dos regimes esteve ligada à busca do “bom governo”, ou seja, a algum tipo de preocupação avaliativa, sendo, por esse mesmo motivo, um debate controverso, por muito tempo ligado à ideia de natureza humana em si.<sup>17</sup> No entanto, como evidenciar a “verdadeira natureza do regime” sem suscitar discussões intrinsecamente normativas, as quais pouco contribuiriam ao debate científico?

A divisão tripartite aristotélica clássica<sup>18</sup> foi abandonada pela Ciência Política e pela Sociologia contemporâneas, ao menos em sua versão original. Novamente, no entanto, abundam novas obras que debatem o antigo problema dos regimes políticos, algumas ainda de caráter patentemente prescritivo, como a Teoria da Modernização já citada, a qual deixou de lado as tipologias clássicas para abraçar a dicotomia moderno/tradicional, ambígua, etnocêntrica, com profundo senso positivo e crença no futuro da modernidade ocidental. Esse tipo de enfoque considera que os dinamismos das sociedades “tradicionais”, “arcaicas”, “subdesenvolvidas” provêm de fatores externos e que suas peculiaridades estruturais, tal qual a ação de grupos políticos ou de instituições sociais, não são mais que desvios (*deviant cases*) de uma norma pré-estabelecida.<sup>19</sup> Daniel Lerner – por exemplo – debatendo especificamente o Oriente Médio, argumenta que esta região permanecia habitada por cidadãos de valores e práticas “tradicionais”, cuja superação deveria ser alcançada via adoção de valores e práticas pertencentes ao Ocidente “moderno”: urbano, industrial, alfabetizado e participativo (LERNER, 1964).

<sup>17</sup> Segundo Leca (1985), as tipologias clássicas de regimes políticos são construídas a partir de três elementos: o elemento formal (número de governantes), o elemento substancial acerca do projeto (respeito a lei, ao costume) e o elemento substancial acerca da repartição da riqueza.

<sup>18</sup> Aristóteles (2011), no Livro III da Política – buscando analisar como funcionavam os regimes das cidades gregas –, avançou em relação à divisão tripartite platônica, baseada no número de detentores do poder (Monarquia, Oligarquia, Democracia), estabelecendo que agregado a este critério deveria haver um outro de profundo senso ético: a busca do interesse comum, no caso dos tipos puros, ou dos interesses particulares, dando origem estes últimos aos tipos corrompidos. Aristóteles adicionou este critério, segundo ele próprio argumenta, para promover um exame filosófico da matéria, e não apenas um exame de ordem prática.

<sup>19</sup> Cf. Rustow (1967), Sutton (1963), Pye, Verba (1965).

Possivelmente, não houve nenhuma região do mundo onde os pressupostos da Teoria da Modernização fossem mais questionáveis que no Oriente Médio, muito possivelmente dado o contexto em que foram elaboradas. Hoje, uma vez passada a “Terceira Onda” *huntingtoniana* e uma vez que mesmo os países produtores de petróleo, de alta renda *per capita*, não se democratizaram, analistas passaram a focar suas análises na excepcionalidade cultural da região, conforme já apontado. No entanto, mesmo que não aceitemos esta abordagem, e abandonemos o horizonte da democratização, a questão avaliativa, conforme argumenta Leca (1985), dificilmente conseguirá ser superada pela Ciência Política, pois não podemos nos eximir das “polêmicas” de nossas épocas, nem do horizonte ideológico que nos circunscreve.

A respeito da classificação de tipos de regimes, no período contemporâneo os dois clássicos no tema, sem dúvida alguma, são *Democracia e Totalitarismo* de Raymond Aron (1966) e *Regimes Autoritários e Totalitários* de Juan Linz (2000[1975]). Nem Aron nem Linz estão em busca do “bom governo”, embora partam também da observação empírica da realidade concreta. Para Aron (1966) – na tradição de Montesquieu –, a teoria sociológica dos regimes políticos deve incidir sobre as instituições e não sobre as ideias ou sobre as justificativas que os regimes reclamam para si, ou seja, deve recair sobre aquilo que é essencial para a caracterização de cada regime do ponto de vista institucional. Por esse motivo, promove uma divisão entre dois tipos ideais de regimes políticos: os regimes de partido-único – caracterizado pelo monopólio, concedido a um partido, da atividade política legítima, confundindo-se este e sua ideologia com o Estado – e os regimes de partidos múltiplos.<sup>20</sup> Sobressai-se aqui, como dito, a ênfase em fatores políticos e institucionais.

Linz difere de Aron, no entanto, na ênfase à estrutura partidária, dando preferência a algo que abrange o modelo de partido, mas que não se limita a ele: o grau de pluralismo. Um dos efeitos disso é a separação, em relação a Aron, de um terceiro tipo ideal, um tipo *sui generis*, que não seria mera categoria intermediária ou residual, nem um regime misto, um *continuum*, parte uma coisa, parte outra, cientificamente inconveniente. Referimo-nos ao autoritarismo. Assim, Linz promove a sua famosa classificação tripartite autoritarismo-democracia-totalitarismo<sup>21</sup>, o que nos permitirá uma caracterização mais ampla dos regimes a serem estudados, para além do partido político. Primeiramente, o que o autor chama de

---

<sup>20</sup> Diversos outros autores buscaram promover tipologias a partir do modelo partidário, dentre eles, Samuel Huntington e Clement Moore (1970) e Sartori (1970).

<sup>21</sup> Posteriormente, Linz, juntamente com Alfred Stepan, percebendo que quase a grande maioria dos regimes não democráticos modernos seriam autoritários, reformulou o modelo tripartite e propôs uma tipologia revisada, constituída pelos regimes democrático, autoritário, totalitário, pós-totalitário e sultanístico.

democracia – a qual não é o foco da obra, especialmente dedicada à Espanha franquista – é a livre formulação das preferências políticas, através das liberdades fundamentais de associação, reunião, expressão, para fins de competição livre e não violenta por postos governamentais. Os regimes não-democráticos, por outro lado, definem-se pelos limites de fato impostos às liberdades, em graus variados. Qualquer regime de partido-único, portanto, mesmo que com elementos democráticos a ele internos, limitaria a participação de cidadãos não dispostos à filiação, logo não se qualificaria como uma democracia; no entanto, em teoria, pode haver competição livre sem partidos políticos. Por esse motivo, Linz os extrapola em sua classificação.

Nesse reino das não-liberdades pode haver elementos democráticos, mas a linha que separa totalitarismo de autoritarismo é ainda mais difusa. Os três critérios utilizados pelo autor para diferenciá-los são o grau de monismo *versus* de pluralismo limitado, mobilização *versus* despolitização da população, centralidade da ideologia *versus* predominância de mentalidades<sup>22</sup>, respectivamente características dos regimes totalitários e autoritários, ao menos em seus tipos ideais. Especificamente falando sobre o autoritarismo, neste tipo de regime a distinção entre Estado e sociedade não é totalmente obliterada. Linz alinha-se, portanto, à defesa de Hanna Arendt (1966), que afirma categoricamente que o autoritarismo implica uma limitação das liberdades, mas jamais sua abolição. Esse pluralismo limitado pode ser tanto real como de fato. Pode ser confinado estritamente aos grupos políticos ou estendido a grupos de interesse. Nos países selecionados, esse conceito pode ser observado tanto em relação às eleições, amplamente denunciadas por manipulações (quando existente), como pelos mecanismos de cooptação de líderes, os quais refletem na caracterização das elites, e pelas várias formas de patrimonialismo, pontos que serão analisados oportunamente.

Nesta mesma linha, Guy Hermet (1985), argumenta contra ideia ocidental da ilegitimidade dos regimes autoritários, atentando para o fato de que estes não são necessariamente carentes de legitimidade popular, não necessariamente descumprem as normas codificadas de sucessão, nem as cessões e atribuições de poderes são resultado exclusivamente de confrontações violentas. Afirma que tais concepções ingênuas levam os cientistas políticos a relegar o autoritarismo ao inferno de um “antipolítico”, sem escrutinar suas características. Ademais, o autor afirma que não raro tais regimes se revestem de elementos formais, mesmo constitucionais. Nesse sentido, acerca de seu plano institucional, o autoritarismo:

---

<sup>22</sup> Segundo o autor, mentalidades são maneiras de pensar e de sentir, mais emocionais que racionais, as quais provêm modos não codificáveis de reagir em determinadas situações.



Está longe de se circunscrever ao agenciamento de um despotismo arbitrário e caprichoso que equivaleria à negação mesma do poder institucionalizado. Sem exceções, os governos autoritários contém pelo menos um círculo institucional no sentido sociológico ou estruturalista do conceito (...) tais como o Exército, a administração, as Igrejas, os meios de negócio, eventualmente um ou os partidos e sindicatos. Notamos, simultaneamente, que essa institucionalização se articula em sistemas de governos variados (HERMET, 1985, p.275-276)<sup>23</sup>

Sobre as possibilidades de mudança de regime, este é um tema duplamente privilegiado: em termos de construção da pesquisa e em termos empíricos. Boaventura de Souza Santos (2001) é quem nos aponta o excepcional desta temática. Em termos de construção da pesquisa, pois são nos períodos de transição que as perguntas mais simples fazem mais sentido, dado que a complexidade, para ser compreendida, deve ser interpelada de maneira simples, didática. Essas perguntas simples, em momentos de estabilidade política, social, cultural, não raro são preteridas, uma vez que confiamos em respostas já obtidas e em conhecimentos já consolidados. Em termos empíricos, pois processos de transição são também processos de grande criação e de grande destruição, não de destruição criativa em termos schumpeterianos, mas “processos de criação, concomitantes com processos de destruição, sem que se saiba muito bem a coerência entre eles, muitas vezes” (SANTOS, 2011, p.14). Assim, são nestes períodos de grande complexidade, nos quais observamos grandes descontinuidades e grandes turbulências, que nos é permitida não apenas criatividade à pesquisa, às hipóteses, mas também nos é permitido pôr a prova o tipo de conhecimento que produzimos academicamente, pensar a relação entre as ideias e o mundo real, entre o dever-ser (o produto de teorias) e o ser concreto.

Voltando para o elemento dinâmico delineado por Huntington (1971) na apresentação deste trabalho, Aristóteles já se perguntava, no livro V da *Política*, quais eram as causas das revoluções nas Cidades, ou seja, já buscava compreender como se mantêm os regimes e quais seriam as formas possíveis de derrubá-los.<sup>24</sup> No campo do pensamento Árabe-Muçulmano

---

<sup>23</sup> No original: *[l'autoritarisme] est loin de se circonscrire à l'agencement d'un despotisme arbitraire et capricieux que équivaldrait à la négation même de pouvoir institutionnalisé. Sans exception aucune, les gouvernements autoritaires recèlent   tout le moins un circuit institutionnel au sens sociologique ou structuraliste du concept (...) telles que l'armée, l'administration, les Eglises, les milieux d'affaires, éventuellement un ou des partis et syndicats. On notera, simultanément, que cette institutionnalisation s'articule dans des syst mes de gouvernement tr s vari s.*

<sup>24</sup> Tais revolu es podem dar-se de duas formas. A primeira visa   constitui o propriamente (ou seja, aos regimes), de modo que os líderes da revolu o desejam alterar sua natureza, da oligarquia para a democracia, por exemplo. Na segunda forma, os líderes não desejam alterar a constitui o, mas desejam obter o poder, mantendo-a preservada. Para Aristóteles, as rebeliões são levadas – principalmente – apelo desejo de igualdade, do caso de empreendida por homens que pensam ser iguais e possuem menos que outros, ou pelo desejo de desigualdade, contrariamente, por homens que pensam serem superiores e possuem tanto o quanto outros.

clássico, o mais proeminente dos autores (também profundamente influenciado pelo pensamento aristotélico), aquele que adiantou muitas das preocupações do que hoje entendemos por Ciências Sociais, versou justamente sobre as mudanças de regimes e as sucessões dinásticas: Abu Zaid Ad’ul-Rahman Ibn Khaldun, no século XIV, na Tunísia. Em *Muqaddima*, ou Filosofia Social (1958), Ibn Khaldun propõe uma historiografia baseada na crítica racional, no exame e na verificação dos fatos, na investigação cuidadosa das causas, eximindo-se de considerações morais, metafísicas, ou normativas, afastando-se – portanto – definitivamente da tradição da *Falsafa*,<sup>25</sup> da tradição neoplatônica. Segundo Campanini (2007), Ibn Khaldun oferece menos um modelo de sociedade islâmica e mais uma análise desencantada de como se deveria governar um Estado a fim de evitar sua ruína.

O pensamento político de Ibn Khaldun, no entanto, mostra-se demasiado fatalista, prevendo um ciclo inevitável de decadência dos impérios devido à incompatibilidade do espírito de clã, ou da solidariedade agnática, da *assabiyya* (segundo sua mais famosa conceituação), que anima a conquista do Império, com a vida urbana. Esse ciclo, no entanto, teria sua saída a partir da adoção de instituições racional-burocráticas, seguindo a própria lógica weberiana (HINNEBUSCH, 2010; MOJUEAN, 1981). No mundo árabe-muçulmano contemporâneo, os ciclos khaldunianos de legitimação e deslegitimação dos regimes, apontados também por Camau (1992) como a herança estrutural mais evidente dos Estados norte-africanos surgidos das independências, interagem com as novas instituições políticas: “a dominação carismática pode ser institucionalizada em um sistema de partido-único, mas quando a ideologia declina, líderes substituem a *assabiyya* da elite e o clientelismo a fim de controlar as instituições do Estado, resultando em neo-patrimonialismo” (HINNEBUSCH, 2010, p.2005-2006).<sup>26</sup> De tal modo, a dominação dos líderes é tanto potencializada quanto estrangida por instituições modernas e os regimes combinam práticas “modernas” com uma cultura política específica, uma retórica de legitimação, que ora tende às retóricas nacionalistas, anti-imperialistas e socialistas, como nos anos 1950 e 1960, ora para o discurso liberal ou islamista, como nos anos 1980 e 1990.<sup>27</sup>

Primeiramente sobre tais instituições modernas, Arturi (2001) aponta que os autores que buscam explicar as transições de regime a partir da identificação de seus atores centrais e

<sup>25</sup> O campo da filosofia islâmica, tributária do pensamento grego clássico, tendo servido de mediadora entre este e a cultura latina no Medievo (SPINELLI, 2013).

<sup>26</sup> No original: *Charismatic rule might be institutionalized in a single party system, but when ideology declines, leaders substitute elite asabiyya and clientalism to control state institutions, resulting in neo-patrimonialism.*

<sup>27</sup> Segundo Consuelo Cruz, “a cultura política influencia a legitimação dos regimes e a elevação e deslocamento dos árbitros do mesmo modo que ela influencia a construção e efetividade da arbitragem (...) a cultura política molda o entendimento dos atores sobre o que é justo e o que é viável – ela molda seu realismo normative” (CRUZ, 2005, p.2).

com base em seu voluntarismo (o enfoque “micropolítico”) incorrem em formalização e simplificação em excesso, além de ignorarem a história política e institucional dos países em questão, supervalorizando a racionalidade dos atores, justamente em momentos nos quais as referências políticas habituais não estão presentes, nas quais – portanto – a racionalidade é limitada. Para o autor, é necessário considerar, além das estratégias dos atores políticos, as estruturas institucionais pré-existentes e características dos regimes autoritários (“macro variáveis” políticas). Assim, o autor se associa à análise neo-institucionalista, apontada na apresentação deste trabalho como a diretriz teórica adotada. Linz e Stepan (1996) seguem esta mesma linha: “as características do regime não democrático anteriormente vigente têm profundas implicações quanto às *vias* possíveis para a transição e para as *tarefas* que os diferentes países terão de enfrentar” (LINZ, STEPAN, 1996, p.77). Para esses autores, no entanto, além das macro variáveis referentes ao regime anterior, existem duas variáveis relacionadas aos atores que são centrais à análise: qual a base da liderança do regime – ou seja, quem é o grupo nuclear no controle do aparato estatal, quem é a elite estatal –, e quem deu início e controla a transição (pontos que buscaremos também colocar em evidência em nossos estudos de caso).

Especificamente, nos perguntamos quais seriam as características do regime anterior referida pelos atores citados que nos permitiriam determinar a ocorrência de mudança de regime. Alain Rouquié (1985) esclarece, em primeiro lugar, que as relações entre mudança de regime ou transformação de regime repousam em imprecisões terminológicas, as quais necessitam serem superadas em nossa análise, sendo tais relações complexas e interativas. A diferença entre ambas as ideias é uma questão de abordagem: aquilo que determina a estabilidade de um regime não é nada mais que a manutenção de suas características distintivas, as quais – logicamente – devem ser determinadas em um trabalho de natureza empírica.

Nesse sentido, Dowding e Kimber (1983), estudando justamente o sentido de estabilidade e instabilidade política, argumentam que a estabilidade não é um conceito abstrato, desde que fuçamos de outros conceitos abstratos como “regime” ou “sistema político” e enfatizemos um regime ou um sistema em particular; nesse caso, estabilidade política seria a manutenção de facetas particulares da sociedade, aqueles que os identificam enquanto tais. Assim, defendem que “estabilidade política é o estado no qual um objeto político existe quando ele possui a capacidade de prevenir contingências que forçam a sua não sobrevivência, leia-se, que forçam uma mudança em um ou mais destes critérios de identidade

do objeto” (DOWDING, KIMBER, 1983, p.238-239).<sup>28</sup> Assim, para os autores, a estabilidade política não seria o imobilismo, mas seria um conceito dicotômico, uma vez que – em vista de determinadas contingências – um regime seria ou instável ou estável, não havendo “graus de estabilidade”. Rouquié partilha deste entendimento e argumenta que, na compreensão da estabilidade política, a questão da legitimidade é, sem sombra de dúvidas, a dimensão mais pertinente, uma vez que nenhum regime poderia jamais ser estável prescindindo desta. Legitimidade, no entanto, tomada não como variável independente, mas como variável interveniente, o que corrobora nossa operacionalização da “cultura política” dos países a serem analisados, explicitada acima.

Essas considerações vão ao encontro do que Raymond Hinnebusch (2006, 2010), que – tratando da persistência do autoritarismo no Oriente Médio – esclareceu que regimes autoritários podem adaptar-se a novas condições, internas e externas, e que estratégias de liberalização e pluralização política seriam mais um substituto para a democratização que uma etapa para a democracia, conforme advogado por muitos. “Democratização”, neste sentido, diria respeito especificamente ao estabelecimento de eleições livres, participação popular e liberdades individuais, ao passo que “liberalização”, a mudanças que limitam o poder do Estado de intervir na vida dos cidadãos, permitindo alguma liberdade de expressão e atividade de oposição (NAJIB, 1997).

Ambos os processos foram resultado do exaurimento dos modelos mobilizacionais pós-independência, da baixa competitividade verificada no setor público – que resultou em excesso de consumo e falta de investimentos –, da queda do preço do petróleo e de pressão por ajustes neoliberais, bem como de guerras dispendiosas e derrotas militares. Nesse ponto, “o dirigente se transformou de um homem do povo carismático em um monarca presidencial, que goza de mandato indefinido e possui vasto poder de patronagem, que o permite cooptar e rotar as elites e sustentar suas redes de clientela” (HINNEBUSCH, 2010, p.211).<sup>29</sup> A base da sua legitimidade e da legitimidade do regime se alteraram, mas como veremos, a preponderância do Poder Executivo e a influência do anterior partido-único se mantiveram, mesmo com a abertura política, por meio de corrupção e cooptação.<sup>30</sup> Igualmente, o setor de

<sup>28</sup> No original: *political stability is the state in which a political object exists when it possesses the capacity to prevent contingencies from forcing its non-survival- that is, from forcing a change in one or more of that object's criteria of identity.*

<sup>29</sup> No original: *the ruler is transformed from a charismatic man of the people into a presidential monarch enjoying indefinite tenure and with vast powers of patronage allowing him to co-opt and rotate elites and sustain clientele networks.*

<sup>30</sup> Ainda segundo Hinnebusch (2010): *greater freedom of the press and expression and party pluralism is allowed to appease the middle class but is combined with 'red lines' to prevent the opposition access to the masses, thereby ensuring that the ruling party remains dominant; the pluralization of parties, by*

segurança manteve sua reserva de fatias relevantes do poder político e a atuação das polícias políticas se mostrou cada vez mais presente.

Finalmente, e sobre este último ponto, quando Linz e Stepan (1996) tratam especificamente da burocracia estatal – foco do nosso trabalho – afirmam que se a burocracia não for politizada e conseguir manter padrões profissionais, pode ser que não haja necessidade imediata de reformas administrativas. No contraponto, “em alguns casos, um expurgo mais ou menos limitado entre os burocratas, incluindo os militares e o judiciário seria desejável. Mas se a hierarquia militar desempenhou um papel importante no regime não-democrático anterior, expurgos desse tipo podem ser bastante difíceis” (LINZ e STEPAN, 1996, p.86). Sobre tal tema, trataremos na sessão seguinte, dedicada às polícias políticas.

## **2 Segredo, Polícias Políticas e Serviços de Inteligência**

Dos conceitos de dominação e de Estado apresentados na primeira sessão deste trabalho, concluímos que qualquer ação política orienta-se – necessariamente – para o aumento do controle sobre o Estado e sobre suas instituições. Ainda, as ideias de Max Weber nos permitiram vislumbrar que o conceito de luta não enquadra apenas as relações entre Estado e sociedade, mas – igualmente – as relações entre parcelas do Estado, ou seja, entre instituições estatais. Da segunda sessão, apreendemos que em um regime autoritário não se define apenas por sua capacidade repressiva, o que não lhe é exclusivo. A necessidade de oferecer fórmulas legítimas de dominação também é um ponto relevante que deve ser salientado na análise do potencial para manutenção de um regime, pois é do esgotamento destas que resultam as crises de legitimidade e as possibilidades de ruptura.

Ainda sobre Max Weber, um importante elemento surge quando o autor debate a burocracia: o segredo, sendo a posse da informação uma fonte possível de poder, uma vez que nesta se apoiam – teoricamente – as decisões mais eficazes. Nesse sentido, a burocracia se utiliza do segredo como um modo de aumentar seu poder dentro do Estado, sendo o “segredo oficial” ou “segredo profissional” uma invenção específica do poder burocrático:

O conceito do “segredo do cargo” é sua descoberta específica [da burocracia] e nada é defendido por ela com tal fanatismo como essa atitude (...) Se a burocracia é confrontada com um Parlamento, luta com um instinto seguro de poder contra todos os testes realizados por este para procurar por seus próprios meios conhecimentos especiais (...) um Parlamento mal informado e, portanto, sem poder, é naturalmente

melhor acolhido pela burocracia, sempre que tal ignorância seja conciliável com seus próprios interesses (WEBER, 1944, p.745).<sup>31</sup>

Existe, no entanto, uma porção da burocracia, pertencente ao setor de segurança estatal, diretamente responsável pela repressão, mas que possui uma função extraordinária em vista da necessidade de assegurar a continuidade da dominação: garantir o estoque necessário de informações úteis ao Estado e a seus fins. Para tanto, esse serviço age por meios também extraordinários: por meio do segredo, não enquanto mero expediente possível, mas recurso oficialmente chancelado. A necessidade de segredo para o bom cumprimento de suas funções, no entanto, gera uma tensão fundamental entre esta burocracia e aquelas camadas às quais ela se subordina. Trataremos nesta sessão, dos serviços de inteligência, dos serviços de informação, cujas análises suscitam, mesmo nas democracias atualmente consolidadas, a clássica questão formulada pela filosofia política: quem vigia o vigilante/quem cuida do cuidador?

A atividade de inteligência *lato sensu* refere-se à coleta, análise e disseminação de informações sensíveis, adjetivo este empregado devido à vulnerabilidade de suas fontes e de seus métodos de coleta, dos quais resulta a necessidade de segredo. Seu escopo de atuação pode ser tanto externo, caso provenha as informações necessárias à formulação da política externa, da política de defesa, ou – no contraponto – pode ser interno, interessado na segurança pública, na inteligência criminal, na segurança interior. Igualmente, pode haver uma inteligência de caráter civil, ou de caráter militar, sendo esta exclusivamente para fins de defesa nacional, normalmente atuando além das fronteiras nacionais (HERMAN, 2001).

Assim, a principal função de qualquer serviço de inteligência é a defesa do Estado contra ameaças potenciais, a defesa de sua integridade e de sua soberania, leia-se, de sua capacidade de exercer poder, de modo que a inteligência pode ser considerada a dimensão informacional do “compelir o outro à nossa vontade” (DAVIES, 1994; GILL, 1994). No entanto, grande parte das análises tende a dar maior ênfase às relações entre informação e legalidade que propriamente à relação entre informação e poder. Para Cepik (2003), os serviços de inteligência – juntamente com as Forças Armadas e as polícias – formam o núcleo coercitivo do Estado contemporâneo, desempenhando atividades defensivas, mas também ofensivas, na área de informações. Assim, além da função principal (de prover informações processadas),

---

<sup>31</sup> No original: *El concepto del "segredo del cargo" es su descubrimiento específico, y nada es defendido por ella con tal fanatismo como esta actitud (...) Si la burocracia se enfrenta con un Parlamento, lucha con un seguro instinto de poder contra todo ensayo realizado por éste para procurarse por sus propios medios conocimientos especiales (...) un Parlamento mal informado y, por tanto, sin poder, es naturalmente mejor acogido por la burocracia, siempre que tal ignorancia sea conciliable con sus propios intereses.*

haveria funções secundárias associadas ao uso da informação para a dominação e para a maximização do poder. Nesse sentido, os serviços de inteligência modernos possuiriam uma “dupla face, informacional e coercitiva” (CEPIK, 2003, p.80). De tal maneira, enquanto burocracia estatal:

[Os] Serviços de inteligência não são meros instrumentos passivos dos governantes, agentes perfeitos da vontade de seus dirigentes ou mesmo materializações de um tipo ideal de burocracia racional-legal weberiana. Antes de tudo, porque sua atuação impacta as instituições e o processo político de muitas formas e porque essas organizações têm seus próprios interesses e opiniões acerca de sua missão (CEPIK, 2003, p.76).

Uma vez que seu ciclo de atividades busca prover o tomador de decisão dos insumos necessários para tanto, a atividade de inteligência não é um fim em si mesma, não cabendo à esta, em teoria, a proposição de políticas ou sua execução. Não raro, no entanto, ocorre aquilo que John Gannon (2008) define como “politização”, ou seja, a distorção voluntária na análise da informação a fim de satisfazer as demandas dos chefes de inteligência ou das autoridades políticas. Sobre esse tema, a lógica de análise dos serviços de inteligência governamental segue a orientação da literatura relativa às democracias liberais, especialmente anglo-americanas, de modo que alguns modelos teóricos se apresentam demasiado simplistas ao assumir que o estudo do sistema estadunidense ou inglês descreveria arranjos de inteligência de modo universal. Existe, na realidade, uma ampla variedade de experiências nacionais de inteligência, que não são nem liberais, nem democráticas. Os processos podem ter algumas características comuns, mas o contexto nacional no qual opera o serviço de inteligência, incluindo fatores objetivos e subjetivos, é crucial para compreendê-lo (GILL, 2008).

Em virtualmente todos os regimes autoritários, por exemplo, o aparato de inteligência é um elemento central tendo em vista a manutenção da dominação política. Eles se apoiam nestas organizações no intuito de identificar os inimigos externos e internos e de neutralizar a oposição ao governo, de modo que uma característica de tais serviços neste tipo de regime é, seguramente, seu envolvimento em abusos aos direitos humanos, em especial contra a população civil nacional. Precisamente devido a essa dependência, os serviços de inteligência potencialmente crescem em tamanho e em poder, o que resulta em sua potencial autonomização (BRUNEAU, 2001).

É com base no grau de *autonomia*, a habilidade das agências de praticarem ações sem a interferência do poder estabelecido, e no grau de *penetração*, relativo à capacidade das agências de penetrarem na sociedade civil em busca de informações e, provavelmente, para a

condução de operações de contra-inteligência, que se sugerem os três principais tipos de agências de inteligência elencados por Keller: o Gabinete de Inteligência Doméstico<sup>32</sup>, a Polícia Política<sup>33</sup> e, no caso mais extremo, o Estado de Segurança Independente<sup>34</sup>, conforme quadro abaixo. O Gabinete de Inteligência Doméstica, segundo a tipologia do autor, possui poderes limitados e atribuições específicas e não conduz coleta de informações relativas a cidadãos ou a grupos políticos. A Polícia Política possui maior margem de autonomia, produz inteligência política e está mais insulada em relação à supervisão judicial e legislativa, sendo mais responsiva aos grupos que encontram-se no poder e aos quais está subordinada. Finalmente, o Estado de Segurança Independente possui objetivos próprios, que podem ou não ser coincidentes com aqueles das elites políticas, não possui controles externos sobre suas atividades, atuando de modo opaco, pois suas atividades e alvos são autorizados desde dentro da agência (KELLER apud GILL, 1994).

		PENETRAÇÃO		
		ALTA	MÉDIA	BAIXA
AUTONOMIA	ALTA	A Estado de Segurança Independente	B	C
	MÉDIA	D	E Polícia Política	F
	BAIXA	G	H	I Gabinete de Inteligência Doméstico

Quadro 1 – Tipologia das agências de inteligência Elaboração própria (Fonte: Gill, 1994).

É sobre estes últimos dois tipo de agência, ambos – em diferentes graus – autônomos, ao qual alude Bobbio (2015), quando versa sobre serviços secretos:

Sempre houve e sempre haverá um poder invisível contra o Estado. Ele é integrado pelas associações delituosas, a máfia, as associações subversivas, os grupos de conspiradores e de terroristas (...) Sempre houve, e infelizmente nada indica que tenha deixado de existir, um *poder invisível dentro do Estado*, que abarca os serviços secretos voltados à segurança interna e externa do Estado, a organização da espionagem e da contraespionagem (BOBBIO, 2015, p.38) [grifo da autora].

Este poder invisível, faz parte daquilo que o autor define como o “Estado discricionário”, livre para operar fora do princípio da legalidade, contraposto ao “Estado normativo”, o Estado

<sup>32</sup> No original: *Domestic Intelligence Bureau*

<sup>33</sup> No original: *Political Police*

<sup>34</sup> No original: *Independent Security State*



de direito. Uma de suas facetas são os serviços secretos, segundo o autor, um mal necessário a qualquer Estado, mesmo um Estado democrático, mas cuja “degeneração pode dar vida a uma verdadeira e própria forma de governo oculto” (Ibid, p.34). Quanto mais o sistema político apresenta-se autoritário, mais a função policial do serviço de inteligência, em seu duplo aspecto preventivo e repressivo, se concentra na proteção deste sistema político, de suas instituições, em detrimento das necessidades de justiça e de segurança da população. Prevenção e repressão, assim, confundem-se: todos os indivíduos e grupos que não aderem ao sistema tornam-se uma ameaça (BAYLE, 2006).

Para fins deste trabalho, consideraremos que as características de cada Estado e sua evolução exercem grande influência na formatação de seus serviços de segurança e de seus serviços de inteligência. De tal maneira, estudaremos a trajetória dos serviços de inteligência no Egito, na Argélia e na Tunísia até as reformas que foram empreendidas posteriormente às manifestações características da Primavera Árabe. Buscaremos analisar as escolhas organizacionais feitas quando do surgimento das primeiras agências, as mudanças nos interesses e preferências dos atores relevantes e os eventos externos e internos que forçaram reformas, sendo estes, basicamente, os elementos elencados por Zegart (1999) como condicionantes do desenho e do desenvolvimento dos sistemas nacionais de inteligência, também elencados na apresentação deste trabalho.

Nas repúblicas árabes surgidas da independência, técnicas “modernas” foram adotadas, tais quais o preenchimento do corpo de oficiais com os membros do partido ou a profissionalização as Forças Armadas, no sentido *huntigtoniano* do termo, combinados com a nomeação de homens leais ao presidente para postos-chave, especialmente para as unidades responsáveis pela proteção do regime. Assim, a proliferação de agências de inteligência múltiplas para o controle da oposição, do Exército e de umas às outras foi de fundamental importância (MAKARA, 2013; HINNERBUSH, 2010).

Em árabe, os serviços de inteligência são chamados *mukhabarat*, que significa intimidação, censura, ou *istikhabarat*, literalmente “informação de inteligência”, sendo a fórmula mais utilizada no norte africano, exceto no Egito. Desde sua fundação, os serviços de inteligência árabes se concentraram tradicionalmente em questões internas, mesmo porque até a criação do Estado de Israel, não havia alvos externos de relevo. Assim, as agências nestes países lidavam – e, em grande parte, continuam a fazê-lo – com a segurança interna do regime, o que explica parcialmente suas características enquanto instrumentos para a segurança, mas também enquanto estruturas que influenciam a vida política em seus respectivos países. O sinal mais evidente desta realidade foi a quantidade de oficiais de

inteligência que assumiram altas funções políticas nos seus respectivos governos (CAROZ, 1978).

Com a derrubada de Hosni Mubarak, no Egito, e de Ben Ali, na Tunísia, abriu-se a possibilidade para reformas nos serviços de inteligência, pauta dos manifestantes que protestaram em nome do fim de regimes e de reformas constitucionais. No Egito, desde 1952, quando os Oficiais Livres derrubaram o reinado do Rei Faruk, a *mukhabarat* é usada no silenciamento da oposição política, sejam os liberais, os islamistas, os comunistas, tendo servido no reforço ao partido nasserista e – posteriormente – no partido criado pelo presidente Anwar Sadat. O notório Serviço de Investigação de Segurança do Estado (*State Security Investigations Service* - SISE) foi formalmente dissolvido ainda em 2011. Na Tunísia, em trajetória similar, a Direção de Segurança do Estado (*Direction de la Sûreté de l'État* - DSE), identificada como “polícia política”, encarregada de vigiar e de reprimir opositores benalistas, foi desmantelada dois meses após a fuga do presidente. Na Argélia, ainda que não tenha havido manifestações populares de grande monta, o Departamento de Inteligência e de Segurança (*Département du Renseignement et de la Sécurité* - DRS), que atuou enquanto polícia política na década de 1990 devido às exigências do combate à insurgência islâmica, passou por reformas em 2013.

Novamente, quando tratam de reformas nos serviços de inteligência, os diversos autores tendem a focar em reformas de caráter democratizante. Bruneau e Matei (2011) afirmam que esse processo seria composto de alguns passos: primeiro, após criarem-se as novas agências ou se reorganizarem as antigas, cunhar leis que estabeleçam o papel, o controle e a transparência do serviço de inteligência; posteriormente, formar e fortalecer instituições e mecanismos para o controle do serviço, envolvendo diretamente os poderes executivo, legislativo e judiciário; finalmente, aumentar o interesse do público em temas de inteligência e de segurança, tanto fomentando uma cultura de inteligência quanto institucionalizando processos que apoiem a transparência e a efetividade. Resumidamente, para Born e Wetzling (2007) haveria cinco camadas desejáveis de *accountability* para os serviços de inteligência: controles internos às próprias agências, controles executivos, congressual, judiciários e externos, incorporando nestes a imprensa e os *Think Tanks* independentes. Nossos casos de reformas na inteligência não obedecem à lógica dessas análises, nem aos modelos propostos, tendo por base uma realidade diversa, devido ao caráter não-democrático dos regimes estabelecidos.

## ESTUDO DE CASO 01 EGITO: UMA PRIMAVERA INCOMPLETA

Pare este banho de sangue! Nós demandamos que o exército intervenha agora!<sup>35</sup>  
Cidadão egípcio, 2011, via Facebook

A centralidade do Egito para o mundo árabe e muçulmano – seja em termos históricos e políticos, seja em termos culturais e linguísticos – é um fato incontestável. Muitos historiadores sustentam a tese de que a ocupação do Egito pelas tropas napoleônicas, em 1798, representou não apenas a primeira incursão do imperialismo europeu em um país do mundo muçulmano, como o ponto de partida de um processo de modernização, princípio do sentido ético e político do Estado árabe moderno, cujas consequências são manifestas hoje. A Revolução de Lótus, a variação egípcia das manifestações populares iniciadas no final do ano de 2010 na Tunísia, foi representativa do esgotamento de um modelo de organização do Estado egípcio, embora não tenha tido como resultado, paradoxalmente, a superação de sua lógica: preservam-se – hoje – não apenas o caráter não-democrático do regime, como seus principais sustentáculos. Apesar das diversas análises que defendiam o ocaso da capacidade política dos militares egípcios e dos diversos cenários que previam que estes realizariam a transição democrática, delegando o poder aos civis ao final do ciclo de transição, os militares egípcios mantêm-se no poder, sem romper com o modelo de dominação por eles instituído após a independência nacional. O Egito é o mais antigo dos Estados árabes. Foi desde o Egito que se propagou o conteúdo árabe de uma ideia cara à Revolução Francesa e cara às novas nações que então se estabeleciam: a ideia de que aqueles que falavam a mesma língua e partilhavam das mesmas memórias coletivas deveriam viver juntos em uma sociedade politicamente independente (HOURANI, 2013[1971]). Sendo o Egito centro dinâmico em seu contexto, o início e os resultados de sua Primavera naturalmente trariam impactos às suas contrapartes nos países vizinhos.

O serviço de inteligência egípcio, além de um dos sustentáculos do regime estabelecido pelos Oficiais Livres, impactou também o mundo árabe, tendo servido como instrumento para a disseminação das ideias de independência e de soberania desenvolvidas por Gamal Abd el-Nasser. É reputado como a maior, mais antiga e mais efetiva comunidade de inteligência do mundo árabe. Sua história, intimamente ligada à evolução de sua política externa e ao desenvolvimento das ameaças à hegemonia política do nasserismo, teve contornos dramáticos. Finalmente, resistiu às manifestações populares, praticamente intocado.

---

<sup>35</sup> No original: *Stop this bloodbath! We demand the army to intervene now.*

## 1.1 A Formação do Egito Nasserista

A percepção inglesa da ocupação bonapartista no Egito foi de ameaça às suas possessões na Índia, uma porção valiosa do Império Britânico. A presença francesa, no entanto, durou menos de três anos, tendo as tropas napoleônicas fracassado em avançar rumo à Síria – devido à intervenção britânica e otomana – e fracassado no enfrentamento à resistência autóctone.<sup>36</sup> Um dos enviados pelos otomanos para conter a França, Muhammad Ali (1805-1848), pai-fundador do Egito moderno, impôs-se, na sequência, enquanto governador. O seu governo foi marcado pelo fortalecimento dos laços econômicos com a Europa, em detrimento dos antigos laços com províncias do Império Otomano, pela criação de uma força militar própria, de destinos expansionistas,<sup>37</sup> e – finalmente – pela transformação do Cairo, de uma mera província otomana, em centro político, cultural e militar pujante. A abertura para os capitais e para as empresas europeias, especialmente a partir dos sucessores de Muhammad Ali, entretanto, cobraria seu preço anos mais tarde: em 1882, os britânicos – conscientes de sua posição estratégica – ocupariam militarmente o Egito, inaugurando um período que duraria setenta anos (FAHMY, 1999; DYKSTRA, 1999).

A tentativa de modernizar o Egito envolveu reformas educacionais, investimentos no setor agrícola, expansão das redes férreas e de comunicação, além da construção do Canal de Suez, aberto em 1869. As obras públicas, no entanto, demandavam capitais, os quais eram tomados emprestado de financistas europeus, especialmente ingleses. Em 1876, o Egito já não podia mais pagar suas obrigações, de modo que lhe foi imposto o controle financeiro anglo-francês para a salvaguarda dos interesses destes.<sup>38</sup> O aumento da influência estrangeira no país e o crescente aumento dos impostos irromperam em movimentos de tonalidades nacionalistas e arabistas. Em 1881, um grupo de oficiais liderados pelo general Ahmed Urabi cercaram o Palácio Qasr el-Raml, demandando a saída do Quediva<sup>39</sup> Tewfik Pasha, o fim do monopólio turco sob as patentes mais altas e o fim da influência europeia no Egito. Com a justificativa de proteger cidadãos europeus que então residiam em Alexandria e de reestabelecer a ordem, tropas inglesas invadiram o país em julho de 1882. Após a derrota de

<sup>36</sup> A força expedicionária britânica, no entanto, permaneceria mais dois anos, comprometendo-se a restaurar a soberania otomana ao Egito e temendo uma tentativa de retorno francês (DYKSTRA, 1999).

<sup>37</sup> O exército criado por Muhammad Ali permitiu a expansão do controle do Cairo sobre toda a província do Egito, bem como a expansão rumo ao Sudão. Por pouco tempo, também sobre o Hijaz, o Iêmen, a Síria e mesmo partes da Anatólia (FAHMY, 1999).

<sup>38</sup> Ao passo que a França buscava delimitar sua esfera de interesses no Magreb: na Tunísia e na Argélia

<sup>39</sup> Título de vice-rei conferido pelo Império Otomano.

Urabi, o Quediva aboliu formalmente o exército egípcio, o qual viria a ser reestruturado sob oficiais britânicos. Uma vez que a rebelião serviu como catalizador à ocupação britânica, Urabi foi figura esquecida, até sua memória ser retomada, anos depois, por um novo grupo de oficiais nacionalistas: os Oficiais Livres, desta vez bem-sucedidos em seus intentos (HOURANI, 2013[1971], MCGREGOR, 2006).

Embora militarmente ocupado pelos britânicos, o Egito permanecia uma província do Império Otomano, sob a dinastia fundada por Muhammad Ali, pagando tributos ao Sultão, embora progressivamente mais cativo à rede de interesses britânicos e, conseqüentemente, politicamente mais vulnerável. Até 1914, o representante britânico operou sob o título de agente ou cônsul-geral, com primazia na esfera financeira. Na prática, no entanto, o Quediva devia à Inglaterra sua posição, de modo que era flexível aos seus interesses em outras áreas. Quando os otomanos entraram na Primeira Guerra Mundial ao lado dos Impérios Centrais, os britânicos declararam o Protetorado do Egito, a lei marcial e a substituição do Quediva (DALY, 1999).

As demandas da guerra estimularam maior burocratização dos Estados coloniais, não apenas no Egito, mas também na Tunísia e na Argélia, protetorado e território franceses, respectivamente. A coleta de informações sobre potências inimigas e o combate e promoção de propaganda “subversiva” teve de institucionalizar-se. Igualmente, não eram poucas as insurgências de egípcios contra o protetorado inglês, de modo que o policiamento político da população se fazia imperativo. Em 1910, o assassinato do Primeiro-Ministro copta Butrus Ghali Pasha por um nacionalista egípcio havia estimulado o estabelecimento de uma pequena organização de inteligência, o Escritório Especial Central (*Central Special Office – CSO*), destinado à coleta de informações relativas a cidadãos egípcios e a grupos considerados “subversivos”. Assim, acumularam-se arquivos sobre estudantes egípcios, grupos nacionalistas e cidadãos residentes no exterior, em cooperação com Londres e em seu interesse. Quando o Egito se tornou um protetorado, a CSO foi colocada sob o M15, agência britânica de inteligência interna e de contraespionagem (JEFFERY, 2010; SIRRS, 2010; THOMAS, 2008).

A ocupação militar britânica afetou profundamente o pensamento político árabe-muçulmano. Um dos líderes da ala civil da oposição nacional foi Muhammad Abduh, teólogo iminente e professor da Universidade de Azhar. O ponto de partida de seu pensamento era o problema da decadência interna das sociedades islâmicas, um problema antigo do pensamento árabe-muçulmano, tributário de Ibn Khaldun, mas que tomou grande fôlego com o avanço do Ocidente. Abduh não deplorava a mudança e tinha profunda admiração pelas ideias europeias;

via com bons olhos a modernização e considerava o desenvolvimento fato inevitável. Temia, no entanto, a secularização e o transplante das instituições europeias sem o devido controle por parte dos nacionais, sem a distinção entre o positivo e o negativo das direções de mudança sugeridas. Era, portanto, o arquétipo do reformista islâmico do século XIX, cuja influência se provará duradoura, não apenas no Egito. Abduh teve diversos discípulos, o mais notório entre eles foi Saad Zaghlul, um político de carreira (HOURANI, 2005[1983]).

Em 1918, Zughlul, que era então vice-presidente da recém formada Assembleia Nacional, formou uma delegação (*Wafd*, em árabe) para ir à Londres demandar a independência do Egito e a dissolução do então governo. A opinião pública egípcia mostrou-se fortemente favorável ao grupo, ao passo que o governo britânico recusou o pedido e declarou Zughlul e sua delegação uma ameaça à ordem pública. Quando Zughlul e outros dois apoiadores foram presos, uma série de tumultos e manifestações violentas eclodiram entre março e abril de 1919, confirmando que o protetorado não gozava de apoio entre os egípcios. A “Revolução de 1919” teve resultados em 1922, quando a Grã-Bretanha declarou o fim do protetorado, ainda que tenha reservado para si a defesa do país, a defesa dos estrangeiros e das minorias do Sudão. Para os egípcios, a declaração claramente representava a perpetuação do controle inglês, de modo que os movimentos nacionalistas se radicalizariam e por mais trinta anos as relações anglo-egípcias se manteriam tensionadas (HOURANI, 2005[1983]); DALY, 1999).

O Wafd converteu-se em partido político,<sup>40</sup> empenhando-se no debate sobre direitos reservados, embora afastando-se do perfil combativo que o havia caracterizado anteriormente.<sup>41</sup> A partir das eleições legislativas de 1924, na qual obteve 90% dos assentos, dominaria o cenário político nacional, com apoio dos profissionais liberais, de setores da burguesia e dos proprietários rurais. Sua retórica liberal trabalhava pela reestruturação da política egípcia a partir do modelo liberal-democrático europeu; clamava mudanças, mas mudanças graduais; defendia um nacionalismo de caráter egípcio, mas não ainda árabe; objetivava a independência, mas mesmo esta era concebida de maneira limitada. O período do domínio do Wafd no Egito entrou para a historiografia como a “Era Liberal” (OSMAN, 2013; HOURANI, 2005[1983]).

Em 1936, o Wafd logrou a abolição do direito reservado inglês de proteger as comunidades estrangeiras no Egito. Um dos resultados foi um acordo para a

---

<sup>40</sup> Partidos políticos que reivindicavam repúdio ou aproximação com os ingleses e com a monarquia já existiam desde antes de 1914.

<sup>41</sup> Uma nova constituição foi promulgada em 1923 e o Quêdiva mudou seu título para Rei.

“egipcionalização” do Ministério do Interior e do Ministério da Defesa. De tal modo, a CSO, a polícia política, foi colocada sob o novo Ministério do Interior, embora recebesse também ordens diretamente do Palácio, sendo sua missão a garantia da segurança interna. Ademais, sob cada um dos braços das Forças Armadas foi alocada uma agência de inteligência, sendo suas responsabilidades a contra inteligência e a coleta de informações no exterior, além da garantia da lealdade dos militares ao regime. A maioria dos oficiais de inteligência, no entanto, era treinada por instrutores britânicos, de modo que era natural a manutenção da influência de Londres sobre estes serviços (GENIDY, SALAM, 2016; MAKELA, 2014; SIRRS, 2010; CAROZ, 1978).

Na garantia da segurança interna, o principal foco de ameaça ao regime do Wafd e, posteriormente, do regime nasserista, sendo – portanto – o alvo primeiro da inteligência egípcia, será uma pequena sociedade religiosa fundada em 1928, a qual terá, além do Egito, profundos e duradouros impactos no Oriente Médio e no conjunto da ordem mundial. A Sociedade dos Irmãos Muçulmanos foi criada por Hassan el-Banna, para quem o estado da política no Egito era reflexo do secularismo que avançava. Como movimento islamista, os Irmãos advogam que o Islã era um “sistema completo”, ou seja, que não existia separação entre a religião e a política, conforme era praticado na Turquia de Atatürk. Acreditam que a única maneira de preservar as características islâmicas da identidade egípcia seria imbuindo valores, práticas e ensinamentos islâmicos ao cotidiano, sendo necessário – portanto – um movimento capaz de remodelar a percepção dos muçulmanos sobre si mesmos. Só reconheciam como legítimos governantes que agissem conforme a Sharia, opondo-se – portanto – à dominação estrangeira. Al-Banna foi o primeiro a transformar a retórica islâmica sobre a identidade egípcia, deixando do lado o elitismo e o intelectualismo do debate teológico, de Muhammad Abduh, por exemplo, e abraçando o populismo político (AL-ANANI, 2016; MICHELL, 1993).

Os Irmãos Muçulmanos organizaram um braço militar e de inteligência durante os anos 1940, particularmente no intuito de se preparar para a *jihad* contra Israel. Igualmente, os Irmãos começaram progressivamente a se infiltrar nas fileiras do Exército e nos postos do governo, preparando o terreno para um eventual golpe de Estado. O regime egípcio, portanto, não mediu esforços em seu combate. Em 1948, o Primeiro Ministro al-Niqrashi foi assassinado e um Irmão Muçulmano foi associado ao crime. Diversos movimentos de oposição ao governo foram alvo de repressão, mas especialmente os Irmãos, milhares dos quais foram presos, embora não el-Banna. Um ano depois, o fundador da organização foi também assassinado, possivelmente pela polícia política. Um dos jovens oficiais que foi

interrogado por supostas ligações com os Irmãos Muçulmano foi, curiosamente, Gamal Abd el-Nasser, quem se mostraria – em alguns anos – o real adversário ao regime estabelecido (AL-ANANI, 2016; COOK, 2011; CAROZ, 1978).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os egípcios novamente buscaram debater os direitos reservados pelos britânicos. Londres, no entanto, não aceitava as pretensões do Egito sobre o Sudão, nem a retirada de suas tropas da zona do Canal de Suez, ponto importante na defesa dos interesses britânicos no mediterrâneo oriental e na África. Ademais, a derrota do Egito contra Israel em 1948 voltou os oficiais contra a monarquia e contra o governo, acusando-os de tê-los enviado à guerra pouco preparados e com equipamentos inadequados. Entre final de 1951 e início de 1952, irromperam diversos confrontos entre forças britânicas e guerrilheiros egípcios. O colapso da ordem abriu oportunidade para a tomada de poder por um grupo secreto de oficiais egípcios, sem uma ideologia definida, sem um projeto de país, nem intentos claros de permanecerem no poder. Em 23 de julho de 1952, os Oficiais Livres, jovens da primeira geração de cadetes admitidos da academia militar após a abertura para todas as classes sociais, assumiram o poder. O movimento tinha apoio das classes populares e da pequena burguesia, sendo um contraponto – portanto – ao caráter elitista do Wafd (OSMAN, 2013; HOURANI, 2013[1971]; COOK, 2011).

Muhammad Naguib tornou-se Presidente da República e Gamal Nasser, vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Interior. Em dois anos, aboliram uma monarquia de cento e cinquenta anos, o Parlamento e os partidos e organizações políticas, estabeleceram o sistema de partido-único, sob o Agrupamento de Libertação (*Liberation Rally* – LR), removeram políticos civis, proclamaram a República, a reforma agrária, a reforma trabalhista, acataram a independência do Sudão. Oito dias após a tomada de poder, a CSO foi dissolvida e em seu lugar foi instituída uma nova agência, em um primeiro momento chamada Departamento de Segurança do Estado (*Department of State Security*) e, na sequência, Direção Geral de Investigação (*General Investigation Directorate* – GID), havendo uma continuidade nas suas missões, na sua estrutura e no seu pessoal.<sup>42</sup> A GID começou com quatro departamentos, os quais refletiam suas missões: controle de estrangeiros, sionistas, comunistas e questões internas. Essa última dirigia-se especialmente ao controle dos Irmãos Muçulmanos e dos membro do extinto Wafd: as ameaças à ordem então percebidas. Os Estados Unidos

---

<sup>42</sup> O DGI foi criado no mesmo modelo do *Federal Bureau of Investigation* (FBI) estadunidense. Em 1953, Kermit Roosevelt Jr. – que teve um importante papel na deposição de Mossadeg no Irã – foi enviado pela CIA ao Cairo para auxiliar os Oficiais Livres a construir sua agência de inteligência (COOK, 2011; CAROZ, 1978).



auxiliaram na reestruturação da agência, promovendo treinamento e fornecendo equipamentos (STATCHER, 2014; COOK, 2011; SIRRS, 2010; CAROZ, 1978).

Com a questão sudanesa finalmente resolvida, restava o impasse da ocupação militar britânica na zona do Canal de Suez. Um acordo foi firmado em julho de 1954 entre Cairo e Londres, na qual as forças britânicas deixariam a Zona do Canal, embora pudessem acessá-la em caso de agressão ao Egito, a outro estado árabe ou à Turquia. Os termos do acordo desagradaram a Irmandade Muçulmana, cujos membros passaram a questionar as credenciais nacionalistas dos Oficiais Livres. Teve início uma campanha difamatória na qual Nasser acusava os Irmãos de cumplicidade com os comunistas e com os sionistas, insinuando que o grupo buscava a desestabilização do Egito. Em 26 de outubro, durante a celebração do acordo, um membro dos Irmão Muçulmanos, Mahmoud Abdel Lafit, atirou oito vezes contra Nasser. Nenhum tiro o atingiu, nem o impediu de terminar seu discurso, em tom emotivo:

Meus compatriotas, meu sangue derrama por vocês e pelo Egito. Eu viverei em vossa causa e morrerei por vossa liberdade e honra. Deixem que me matem; não me importa desde que eu tenha incutido em vocês orgulho, honra e liberdade. Se Gamal Abdel Nasser deve morrer, cada um de vocês deve ser Gamal Abdel Nasser... Gamal Abdel Nasser é de vocês e para vocês e ele está disposto a sacrificar sua vida pela Nação (NASSER, Apud ROGAN, 2011, p.288).<sup>43</sup>

Foi esse o fato que permitiu a criação do mito nasserista: Nasser, de uma figura sombria, tornou-se o corajoso e destemido combatente. Nagiub foi acusado de envolvimento na tentativa de assassinato; como resultado, foi afastado da presidência e colocado sob prisão domiciliar.<sup>44</sup> Sete membros da Irmandade Muçulmana foram condenados à morte, entre eles Lafit, mais de 7000 foram presos, acusados de sedição. O movimento, portanto, foi completamente desbaratado pelas forças de segurança. Para a maioria dos observadores, portanto, era claro que a incipiente República havia sobrevivido às turbulências políticas de seus primeiros anos graças à ação da mukhabarat (COOK, 2011; CAROZ, 1978).

No ponto alto de seu regime, Nasser foi – para a vasta maioria dos egípcios – um herói nacional. Logicamente, muito foi por ele instrumentalizado, a fim de cultivar sua imagem

---

<sup>43</sup> No original: *My countrymen, my blood spills for you and for Egypt. I will live for your sake and die for the sake of your freedom and honor. Let them kill me; it does not concern me so long as I have instilled pride, honor, and freedom in you. If Gamal Abdel Nasser should die, each of you shall be Gamal Abdel Nasser ... Gamal Abdel Nasser is of you and from you and he is willing to sacrifice his life for the nation.*

<sup>44</sup> Ainda que Nagiub e Nasser partilhassem do mesmo desejo de aumentar as margens de autonomia do país, a tática para atingí-lo diferiam. A disputa, no entanto, não era ideológica, antes sim, sobre quem governaria o país: civis, na visão de Nagiub, ou militares, na visão de Nasser. Os Oficiais Livres rapidamente se dividiram em dois grupos, centrados nos dois líderes. Nagiub queria um retorno ao poder civil e do Parlamento. Nasser temia que tal resultasse na reemergência das disputas políticas que impediam a modernização do país. (STATCHER, 2014).

heroica, tendo a mídia – que transmitia canções e poemas narrando suas aventuras, projetando-o como o redentor do povo egípcio – um papel central. Dificilmente se poderia diferenciar a genuína expressão do sentimento popular e a propaganda estatal; no entanto, Nasser foi o primeiro a estabelecer um projeto de desenvolvimento verdadeiramente nacional para o Egito, um projeto de futuro, centrado – claro – no papel dos militares, mas baseado em um nacionalismo de caráter pan-árabe e socialista (TAREK, 2013). Segundo Gordon (1992):

Os oficiais empreenderam a construção de uma história oficial quase do momento em que assumiram o poder. Eles aprenderam rapidamente a manipular a imprensa, onde eles publicaram contos glorificados de suas origens e sua tomada de poder, e fabricaram o papel de seus adversários incômodos (GORDON, 1992, p.9).<sup>45</sup>

O manifesto escrito por Nasser, *Filosofia da Revolução*, publicado no final de 1954, tornou-se o registro definitivo das origens dos Oficiais Livres e a história oficial do regime. A obra inicia com a afirmação de que a luta de uma nação é um processo constante de construção, o qual teve como auge, no caso egípcio, a “Revolução de 1952”, destino do Exército nacional. Nasser esclarece, enfim, que o Egito passava por duas revoluções, uma de caráter político – a reconquista da autonomia – e outra de caráter social – a derrocada dos valores existentes, a limitação dos direitos de propriedade da terra –, as quais eram travadas simultaneamente. A superação desta situação exigia uma união completa de classes e confiança plena no Exército:

As Forças Armadas devem estar preparadas para esmagar qualquer tentativa imperialista de frustrar as grandes aspirações populares. É o povo que oferece às suas Forças Armadas os seus filhos e que delas fazem uma força capacitada a servir com absoluta lealdade e dedicação às aspirações nacionais (...) a contínua ascensão do povo aos estágios superiores de evolução econômica e social **faz do Exército uma força poderosa para a defesa do desenvolvimento do país** (NASSER, 1963, p.219-220) [grifo da autora].

A luta pelo desenvolvimento do Egito, se articulariam, nesta visão, com a luta pelo desenvolvimento do conjunto da população árabe-muçulmana. Na defesa da proeminência egípcia na promoção do nacionalismo e do Pan-Arabismo,<sup>46</sup> Nasser utilizou a famosa

---

<sup>45</sup> No original: *The officers undertook construction of an official history almost from the moment they seized power. They learned quickly to manipulate the press, where they published glorified accounts of their backgrounds and their takeover, and fabricated the role of troublesome opponents.*

<sup>46</sup> Na realidade, as origens do Pan-Arabismo remontam ao século XIX, tendo nascido nos clubes literários de Damasco e se desenvolvido nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial. A ascensão de Nasser, porém, marca o início do nacionalismo árabe moderno, uma vez que o líder egípcio conseguiu articular essa difusa ideologia em torno de objetivos políticos práticos, tal como a luta contra o imperialismo (FERABOLLI, 2007).

imagem dos círculos concêntricos expressa também em Filosofia da Revolução: o primeiro círculo é a chamada “zona árabe”; o segundo círculo é o continente africano – uma vez que o Egito se encontra na África e lhe serve de “porta setentrional” –; o terceiro círculo é o conjunto de todos os muçulmanos.

O Pan-Arabismo e o nacionalismo serviam, em última análise, como retóricas poderosas de legitimação das ações dos militares egípcios, tanto de sua política externa intervencionista e de suas operações encobertas nos países vizinhos, quanto da repressão àqueles movimentos nacionais apontados repetidamente como contrários ao melhor interesse da população nacional. Os oficiais egípcios e Nasser buscaram colocar-se como centro da disputa contra o colonialismo e contra a agressão externa, pela realização da “vontade nacional”. Para acelerar o processo de modernização, Nasser criou um Estado autoritário e repressivo, no qual um aparato securitário robusto e redundante penetrava na sociedade, encorajando a obediência pelo “bem do Egito”. Residiu, portanto, nesta visão de “destino manifesto” dos militares a matriz do autoritarismo do regime nasserista (STATCHER, 2014; COOK, 2007).

## **1.2 Do Nasserismo ao Estado-Mubarak**

A partir de 1952, a elite política do Egito – o grupo nuclear no controle do aparato estatal, segundo formulação de Linz e Stepan (1996), referenciada na Parte I – passou a consistir basicamente de oficiais militares, membros civis da administração pública, das empresas públicas e líderes do partido. Os oficiais militares, no entanto, não apenas atuaram na administração pública como criaram virtuais feudos burocráticos dentro das agências e empresas estatais. Assim, foram responsáveis pelo estabelecimento de arranjos de instituições políticas e sociais, as quais foram críticas para a consolidação e manutenção de seu poder. Embora durante o governo de Anwar Sadat os militares egípcios tenham passado por um processo de profissionalização e de “retorno à caserna”, em 2011 ainda eram amplamente reconhecidos como a instituição mais respeitada, autônoma e poderosa do país (TAYLOR, 2014; COOK, 2007; AKHAVI, 1982).

Sobre este arranjo institucional, nenhuma instituição política além da Presidência da República ganhou ampla legitimidade entre o estrato urbano. A constituição de 1956 estabelecia que o presidente deveria ser nomeado pela legislatura; essa nomeação deveria ser aprovada por 2/3 dos parlamentares e posteriormente submetida a plebiscito popular. Desde Nasser, no entanto, o Parlamento não era mais que um instrumento da presidência. O regime

de partido-único forjava uma elite subserviente e forçava a oposição a agir no subterrâneo. O partido-único chamou-se Agrupamento de Libertação (*Liberation Rally* – LR) de 1953 a 1958, União Nacional (*National Union* – NU) de 1958 a 1961 e União Socialista Árabe (*Arab Socialist Union* – ASU) de 1961 a 1976. A fundação da ASU coincidiu com a adoção da ideologia socialista,<sup>47</sup> de modo que – ao contrário de seus antecessores – o novo partido possuía uma base ideológica elaborada. A partir de 1969, instituiu-se que o Presidente da República deveria também ser secretário-geral do partido. De tal forma, Nasser e um pequeno grupo de sua escolha administravam a ASU via Alto Comitê Executivo, constituído por ministros e outros líderes de alto escalão do governo. Era natural que o partido tivesse também um braço de inteligência, dedicado a monitorar cidadãos egípcios nas cidades mais remotas (ARAFAT, 2009, COOK, 2007)

Logo que assumiu a presidência, Nasser promoveu uma reorganização da comunidade de inteligência. Em 1954, as agências de inteligência das três forças das Forças Armadas foram reunidos em uma única, a Direção de Inteligência Militar (*Military Intelligence Directorate* – MID), de modo a aumentar sua coordenação. Para servir de “olhos e ouvidos” de Nasser no exterior, criou-se neste mesmo ano uma nova agência civil, a qual suplantou a MID nas áreas de coleta e análise no estrangeiro e na promoção de ações encobertas: o Serviço de Inteligência Geral Egípcio (*Egyptian General Intelligence Service* – EGIS), subordinada ao Ministério do Interior e, alguns anos mais tarde, diretamente à Presidência da República. O EGIS também fazia coleta interna e a ele foi dada também a responsabilidade de coordenação com as demais agências de inteligência. Com a formação deste triângulo, o EGIS no topo, a MID (subordinada ao Ministério da Defesa) e a DGI (subordinada ao Ministério do Interior) na base, a organização essencial do serviço de inteligência egípcio estava estabelecida. Essa estrutura, com algumas pequenas modificações, permaneceu a mesma até 2011 (RASHED, 2016; SIRRS, 2010; CAROZ, 1978).

No plano doméstico, Nasser deu continuidade à reforma agrária, a qual lhe era funcional não apenas sob o aspecto da justiça social defendida em seu programa de governo, como servia na destituição da base econômica e do poder político da antiga classe de proprietários de terra, associada ao regime do Wafd. A distância entre a retórica do regime e a realidade diminuiu em julho de 1956, quando Nasser nacionalizou o Canal de Suez,

---

<sup>47</sup> O próprio Nasser em *O Povo no Poder* (1968) define e elenca as características do socialismo árabe, que o diferenciam do Socialismo Científico, ou Marxista. Em primeiro lugar, o controle pelo povo dos instrumentos de produção não requer a nacionalização da propriedade privada e a supressão dos direitos de herança, bastando uma redistribuição justa de terras e um setor público eficiente. Em segundo lugar, há uma afirmação da família como a célula mater da sociedade, a qual deve ser protegida para que melhor se preservem as tradições nacionais. Em terceiro lugar, o islã é a religião oficial do país.

assumindo o Egito sua administração, uma expressão do nacionalismo e da liberdade devida à política de não-alinhamento então assumida. A nacionalização foi recebida pela França e pela Inglaterra como um ato de hostilidade. Representou, igualmente, um marco na aproximação entre Egito e União Soviética, país que desde o ano anterior fornecia armas para os egípcios e para seus aliados, rompendo o controle do fornecimento de armas que os Estados Unidos, a Inglaterra e a França haviam tentado manter. A oposição ao Pacto de Bagdá – acordo militar firmado em 1955 entre Irã, Iraque, Paquistão, Turquia e Reino Unido, orquestrado pelos Estados Unidos – contribuiu ainda mais para que o Egito se alienasse da política e da influência estadunidense (HOURANI, 2013[1971]; ARAFAT, 2009, VIGEVANI, 1990).<sup>48</sup>

Inevitavelmente, um governo forte no Egito, com seu próprio abastecimento de armas e com um forte apelo ao pan-arabismo, que logicamente envolvia defesa da causa palestina, era uma ameaça a Israel, mas era também às potências ocidentais, em especial à Inglaterra e à França, a qual enfrentava uma destrutiva guerra de independência na Argélia. A inteligência egípcia promovia as ideias panarabistas e nacionalistas de Nasser no exterior. Sob o MID, Nasser organizou um Braço de Assuntos Árabes (*Arab Branch Affairs*), onde se criaram planos de libertação dos povos árabes, tanto do imperialismo europeu, dos regimes conservadores, nomeadamente do Iêmen, da Jordânia, da Arábia Saudita, quanto dos países aliados aos Estados Unidos: Iraque e Líbano. Entre ações encobertas promovidas pelos egípcios no marco do EGIS, foi criada uma estação de rádio – A Voz dos Árabes – a qual transmitia a propaganda de libertação egípcia, promovendo a visão do Cairo sobre a unidade árabe (OSMAN, 2013; HOURANI, 2013[1971], SIRRS, 2010).

Nasser apoiava fortemente a independência argelina, tendo ajudado na formação da Frente de Libertação Nacional (*Front de Libération Nationale* – FLN) e garantido seu acesso à Voz dos Árabes. Em outubro de 1956, três meses após o anúncio da nacionalização do Canal, uma tentativa de traficar armas desde o porto de Alexandria para os rebeldes argelinos fracassou. No mesmo mês, uma força israelense invadiu o Egito, marchando para a Zona do Canal, logo em seguida, acompanhada por forças francesas e inglesas. Sob pressão soviética e estadunidense, os três países tiveram que retirar-se. O resultado mais evidente da Crise de Suez, porém, foi o aumento da estatura de Nasser. Os anos que se seguiram, que testemunharam Nasser no auge de seu poder e de sua confiança, evidenciaram o aumento de suas atividades subversivas no mundo árabe (HOURANI, 2013[1971]).

---

<sup>48</sup> Nasser foi pioneiro ao propor um novo modelo de relações com os países desenvolvidos, principalmente com os Estados Unidos e com a União Soviética, que utilizasse ambos os blocos antagônicos de maneira complementar, a fim de se atingir um modelo de desenvolvimento mais eficiente, neutro e não alinhado (VIGEVANI, 1990).

Em 1958 foi proclamada a união entre a Síria e o Egito. O Exército sírio foi colocado sob o Estado-Maior egípcio; as agências sírias de inteligência também foram colocadas sob administração central do Cairo. Durante a breve existência da República Árabe Unida (RAU), um exercício prático do pan-arabismo, as atividades subversivas sírio-egípcias aumentaram, especialmente as ações encobertas na Jordânia e no Líbano, um desdobramento natural de uma cooperação que já existia. O colapso da RAU, no entanto, em 1961, além de primeiro choque à agenda do Pan-Arabismo, provocaria uma breve competição entre as agências de inteligência dos dois países (RATMELL, 1998; CAROZ, 1978).

O serviço de inteligência egípcio, contudo, estava longe de se ocupar exclusivamente do front externo. Apesar do apoio de que gozava Nasser e apesar de os conflitos internos serem restritos, o presidente continuava a depender do monitoramento interno para conter adversários potenciais, especialmente comunistas e remanescentes da Irmandade Muçulmana, bem como para proteger seu regime de virtuais conspirações. A tortura sistemática praticada pelo regime, por exemplo, não cessou nestes anos.<sup>49</sup> Ainda em 1958, mesmo sem nenhuma oposição real, uma “Lei de Emergência” foi promulgada, a qual delegava ao governo poderes extraordinários em caso de estado de emergência, além de estabelecer uma justiça paralela, o Tribunal de Segurança do Estado (*State Security Court*), destinada a crimes relacionados à segurança pública e à segurança nacional (COOK, 2011; CAROZ, 1978)

Os Irmãos Muçulmanos, no entanto, haviam recomeçado – clandestinamente – a se reorganizar por volta de 1957. Seu novo líder era Sayyid Qutb, cujas ideias radicais (que influenciaram, posteriormente, a formação da al-Qaeda) admitiam que o Egito nasserista fosse alvo da *jihād*, pois identificava-o com a *Jahiliyyah*, com a ignorância pré-islâmica<sup>50</sup>. Em 1965, foi descoberto um plano para tentar assassinar Nasser, bem como os diretores das agências de inteligência, o qual foi logo descoberto pelo MID. Os Estados Unidos foram acusados de envolvimento, fato que demonstra, mais uma vez, a deterioração das relações entre Cairo e Washington (COOK, 2011; SIRRS, 2010; CAROZ, 1978).

A história da Guerra dos Seus Dias (1967), entre Israel de um lado, Egito, Síria e Jordânia de outro, escapa aos objetivos deste trabalho. Suas consequências, no entanto, são relevantes. Nasser e seus aliados foram derrotados, os israelenses ocuparam a Península do Sinai, a Cisjordânia, as Colinas de Golã e Jerusalém. Nasser tornou-se, enfim, mortal. A derrota para o “colonialismo sionista” marcou o fim do nasserismo. A ajuda que Israel

---

<sup>49</sup> Muitos biógrafos destacaram a personalidade profundamente desconfiada do presidente, que imprimiu suas características ao seu regime.

<sup>50</sup> O termo *Jahiliyyah* quer dizer “a idade da ignorância”, referindo-se ao período anterior ao islamismo, e não apenas ao politeísmo, mas à mentalidade virulenta, vingativa, arrogante dos homens (ASLAM, 2015).

recebera dos Estados Unidos ofuscou todo o auxílio prestado pelos soviéticos ao Egito. A hegemonia dos militares na vida política egípcia também sofreu abalos, sendo a derrota o marco de início da desmilitarização da política egípcia (OSMAN, 2013; COOK, 2011; COOK, 2007).

Os serviços de inteligência egípcios eram o principal sustentáculo do regime, mas sua condição de influenciadores da política egípcia, combinada com sua capacidade de penetração na sociedade e com suas amplas prerrogativas, permitiam sua politização, conforme teorizado na Parte I deste trabalho. Diversos oficiais de inteligência mais antigos haviam assumido posições importantes no governo. Abdel Hakim Amer era, na época da derrota, vice-presidente, além de deter o controle da MID e de ajudar na seleção dos diretores das demais agências de inteligência. Era, portanto, sem dúvida alguma, um dos homens mais poderosos do país e um poderoso adversário interno a Nasser. Nasser culpou Amer pela derrota na Guerra de 1967, juntamente com o Ministro da Guerra e com o diretor do EGIS, os quais – segundo o presidente – tentaram manipular resultados do conflito de modo a tomarem o poder. O que ele chamou de “Estado de Inteligência” – expressão daquilo que Keller, na Parte I deste trabalho, chamaria de “Estado de Segurança Independente” – deveria ser vencido (COOK, 2011; CAROZ, 1978).

Nasser reorganizou os diretores da inteligência. O “Estado de Inteligência”, no entanto, continuou a florescer e foi um de seus legados ao seu sucessor, Anwar Sadat. As novas figuras centrais – o Ministro de Estado Sami Sharaf, encarregado da inteligência no âmbito da Presidência da República, o Ministro do Interior Sharawi Gum’ah, encarregado da DGI, o Ministro da Defesa Muhammad Fawzim responsável pela DMI, Ahmad Kamal, diretor do EGIS – dominariam, logo, o cenário político. Um segundo legado seria a prática sistemática da tortura, mais uma prova do poder a cargo das agências de inteligência e do Ministério do Interior (OSMAN, 2013; CAROZ, 1978).

A derrota na Guerra também suscitou manifestações populares no Egito, as maiores desde 1952, demandando eleições livres e a retirada da polícia política dos campus universitários, onde esta era extremamente ativa. Os Irmãos Muçulmanos, neste processo, conquistavam novos simpatizantes, inclusive entre as classes educadas e entre as camadas médias. Em setembro de 1970, Nasser morreu de ataque cardíaco e mais de 6 milhões de egípcios foram às ruas prestar suas últimas homenagens. O próximo na linha sucessória era Anwar Sadat, vice-presidente, membro fundador dos Oficiais Livres e militar de carreira (OSMAN, 2013).

A presidência de Sadat foi marcada por um forte processo de “desnasserização”, o qual incluiria a profissionalização das Forças Armadas, a abertura econômica e a abertura política. Sadat herdou a presidência de Nasser, mas não seu carisma, nem seus poderes operacionais. Assim, uma de suas primeiras providências foi a reorganização dos quadros políticos, especialmente daqueles encarregados do aparato de segurança. Em 1971, um plano para depor Sadat havia vindo à luz. O objetivo dos conspiradores era manipular o presidente a favor de seus interesses; quando Sadat começou a empreender uma linha política independente do Comitê Executivo da ASU, decidiu-se pela sua derrubada. Sharaf, Gum’ah, Fawzim, Kamal, representantes do “Estado de Inteligência”, além do Ministro de Informações e do vice-Secretário-Geral da ASU, foram julgados responsáveis por conspirar contra a Presidência e posteriormente presos. Foram substituídos por oficiais aliados e de confiança do novo presidente, permitindo a Sadat a criação de sua própria base de poder (CAROZ, 1978).

A chamada “Revolução Corretiva” foi a sua tentativa de reorientar o regime: o novo presidente prendeu políticos poderosos, rotou os oficiais de alta patente, promulgou uma nova constituição, em 1971, e expulsou os conselheiros soviéticos, em 1972. Especialmente importante, diversos analistas apontaram para a diminuição do número de oficiais com funções administrativas e burocráticas, sendo um indicador de “retorno à caserna”, embora os militares tenham permanecido além do controle da sociedade civil e gozando de larga influência política. Sobre a Mukhabarat, Sadat tentou aumentar o apoio ao seu mandato prometendo terminar com a censura à imprensa, com a vigilância aos cidadãos egípcios, e com os campos de concentração. Baixou um decreto para reorganizar a GID, a polícia política, como prova de boa fé. A GID passou a se chamar Serviço de Investigação de Segurança do Estado (*State Security Investigation Service – SSIS*). Suas missões, no entanto, de coleta interna de inteligência e contra inteligência permaneceram as mesmas, tendo se tratado, portanto, de uma reforma meramente cosmética (STACHER, 2014; SIRRS, 2010; COOK, 2007).

O ponto mais dramático de sua presidência, no entanto, com as mais duradouras consequências, foi a Guerra de Outubro de 1973, quando as forças egípcias cruzaram o Canal de Suez e atacaram Israel. Embora o desfecho tenha sido uma vitória tática de Israel, uma onda de euforia nacional investiu Sadat de súbita popularidade. Os Estados Unidos entraram na disputa como partes no acordo de liberação da Península do Sinai. Seu preço, no entanto, foi o rearmamento do Exército egípcio com armamentos estadunidenses e a abertura da economia do Egito a bens e serviços ocidentais. Foi o início da liberalização econômica, da



*infitah*, que viria acompanhada da liberalização política e do aumento da cooperação em inteligência com os Estados Unidos, entre o EGIS e a CIA (AMIN, 2011).

No campo econômico, a política de liberalização foi lançada já em 1974. Abriu-se o Egito aos produtos importados, os quais passaram a competir com aqueles da indústria local. Ademais, Sadat seguiu uma política de empréstimos externos, a altas taxas de juros. Com o aumento das receitas decorrentes do retorno do Canal de Suez, com a restauração dos campos de petróleo do Sinai, com o aumento dos preços deste produto, com a ajuda externa e com o aumento do turismo, o Egito passou por uma breve fase de prosperidade econômica. Esse nova política de abertura beneficiou também os militares. No início dos anos 1980, os militares egípcios já haviam dominado sua própria fatia dos setores lucrativos da economia egípcia, desde o setor comercial, indústrias – incluindo a fabricação de armas, eletrônicos, bens de consumo –, de serviços – aviação e turismo – e agrícola (AMIN, 2011; COOK, 2007).

No campo político, Sadat deu fim ao partido-único. Em 1976, a ASU foi dividida em três correntes: uma de esquerda, chamada Organização União Nacional Progressista (*National Progressive Union Organization* – NPUP), ou *Tagammu*, uma de direita, chamada Organização Liberal Social (*Social Liberal Organization* – SLO), e uma de centro, chamada Organização Socialista Árabe (*Arab Socialist Organization* – ASO). Um mês depois, Sadat anunciou que as três plataformas se tornariam três novos partidos políticos. Esses novos partidos, no entanto, foram organizados em torno de Sadat. A cada um foram designadas lideranças cooptadas, líderes próximos ao presidente, fabricando-se – de tal modo – uma falsa oposição ao regime. O partido de centro teve uma vida curta; logo foi substituído pelo Partido Democrático Nacional (*National Democratic Party* – NDP), o partido de Sadat e – posteriormente – de Hosni Mubarak. O sistema multipartidário foi um componente para a sobrevivência do regime, não uma etapa para a democratização, e – conforme estabelecido na Parte I – o encorajamento do pluralismo foi uma estratégia política, mantendo-se o caráter autoritário do regime (ARAFAT, 2009).

Em 1977, a nova lei dos partidos políticos determinava que novos partidos se comprometessem com um conjunto de princípios bastante amplos – unidade nacional, aliança com os trabalhadores, paz social – de modo que a lei era usada conforme a conveniência do regime. O NDP, de qualquer modo, manteve sempre ampla maioria parlamentar, fosse pela manipulação das eleições, fosse pelo maior acesso à mídia e ao financiamento, fosse por ser favorecido pelas leis estabelecidas. Sob Sadat, portanto, assim como durante os anos de nasserismo, o Parlamento era uma extensão do poder do presidente (ARAFAT, 2009; COOK, 2007).

Ainda no âmbito de sua abertura econômica, Sadat acatou sugestão do FMI e cortou uma ampla gama de subsídios implementados pelo nasserismo. A percepção de que a situação econômica não beneficiava todas as camadas sociais da mesma maneira e a corrupção patente do governo, passariam a favorecer aqueles que apresentavam alternativas ao regime. Estes eram, historicamente, os islamistas. Sadat havia tentado assumir certo grau de “legitimidade religiosa”, soltando antigos membros dos Irmãos Muçulmanos presos, adotando para si a alcunha de “guardião da fé”, promovendo o ensino religioso. Os serviços sociais que eram oferecidos pelos Irmãos Muçulmanos às populações de baixa renda, serviços de saúde, distribuição de comida, assistência para desempregados, eram, porém, mais convincentes. Os Irmãos reemergiram nos anos 1970 fortalecidos e sob novos formatos de atuação (OSMAN, 2013).

Também nos anos 1970, um grupo dentro dos Irmãos Muçulmanos, mais radical, chamado *Jama'at al-Islamiyya* (em árabe, Associação Islâmica), agregando estudantes e professores universitários, insurgiu-se contra a preponderância do pensamento de esquerda nos campi. Foram perseguidos pelo SSIS, com ajuda da Irmandade Muçulmana. No final dos anos 1970, a própria *Jama'at* se dividiu entre aqueles que apoiavam ou não o uso da violência contra o governo. Entre os que desposavam ações violentas e planejavam um golpe de Estado e o assassinato das figuras-chave do regime, formou-se um pequeno grupo, mais disciplinado, chamado *al-Jihad*. Entre seus idealizadores estava um jovem médico chamado Ayman al-Zawahari (SIRRS, 2010).

Foi um eventos no front externo, no entanto, que impactou fortemente os movimentos islamistas egípcios: a assinatura dos acordos de Camp David, que deram fim ao até então cordial relacionamento do regime com os Irmãos Muçulmanos e cimentou definitivamente o papel do Egito enquanto líder do mundo árabe. A paz com Israel, combinada com o cenário econômico já detalhado, foi vista como uma traição, não só pelos antigos aliados do Egito, especialmente pela Líbia, como por sua população, suscitando críticas, como o célebre poema de Amal Dunqul, epígrafe deste trabalho, posteriormente atualizado e utilizado pelos manifestantes de 2011, embora referindo-se à “traição” de Mubarak. Em setembro de 1981, grandes manifestações tiveram início. O SSIS esteve mobilizado na defesa da segurança interna, assumindo um papel preponderante dentro do aparato securitário. No dia 06 de outubro, no entanto, um homem chamado Nabil ‘Abd al-Magid al-Maghribi – que estava sendo já monitorado pelo SSIS por ligações com a *al-Jihad* – assassinou Sadat. O assassinato entrou para a historiografia como a maior falha da história de inteligência do Egito (KAHANA, 2013; COOK, 2011).

O vice presidente era Hosni Mubarak, que se provou o mais longevo líder desde Muhammad Ali. Sendo de uma geração posterior, Mubarak – ao contrário de Nasser e de Sadat – não foi um Oficial Livre de 1952. No entanto, era militar de carreira, oficial da Força Aérea, marechal após 1973, além de condecorado como herói de guerra. A experiência de ver Sadat ser assassinado, incitou em Mubarak um foco completo na segurança. Era um homem profundamente militarizado, imprimindo em seu regime esta característica. De fato, o primeiro ato de sua presidência foi a declaração do Estado de Emergência, segundo lei aprovada por Nasser em 1958. Com o intuito primeiro de combater a *al-Jihad* e – posteriormente – em face da grande violência dos anos 1990, o Estado de Emergência estendeu-se ininterrupto por todo o período Mubarak, permitindo detenções sem julgamento, censura à imprensa e repressão à organização política. Logicamente, sob o Estado de Emergência o presidente e, por extensão, o Ministério do Interior e as agências de inteligência, detinham tremendo poder (GENIDY, SALAM, 2016).

As circunstâncias do assassinato de Sadat haviam levantado dúvidas: porque tinha falhado a segurança presidencial? Em que extensão havia militares envolvidos no assassinato? Havia a MID sido infiltrada? Apesar de disputas internas e de desconfianças, o SSIS e o MID lograram capturar a maioria dos líderes da *al-Jihad*. Um grande esquema de segurança fora montado dentro de campi universitários, no qual diversos estudantes foram presos e posteriormente torturados para se obterem informações sobre a organização. Entre os presos estava al-Zawahiri, quem relatou:

Lá eles nos chutavam, eles nos batiam, eles nos chicoteavam com cabos elétricos, eles nos feriam com eletricidade! Eles nos feriam com eletricidade! E eles usavam os cães selvagens! E eles nos penduravam nos marcos das portas com nossas mãos presas nas costas! Então, onde está a democracia? Onde está a liberdade? Onde estão os direitos humanos? Onde está a justiça? Nós nunca esqueceremos, nós nunca esqueceremos! (AL-ZAWAHIRI, Apud, SIRRS, 2010, p.151-152).<sup>51</sup>

Muitos destes jovens foram soltos e posteriormente recrutados para lutar na Guerra do Afeganistão, na qual os Estados Unidos auxiliavam os *mujahedin* na luta contra a ocupação soviética. Esses jovens recrutados, entre eles al-Zahawiri, ganhariam experiência na guerrilha. Quando os soviéticos deixaram o Afeganistão, al-Zahawiri retornou ao Egito, desta vez para liderar a *al-Jihad*. Em 1992, se juntou ao seu antigo companheiro de Afeganistão, o

---

<sup>51</sup> No original: *There they kicked us, they beat us, they whipped us with electric cables, they shocked us with electricity! They shocked us with electricity! And they used used the wild dogs! And they hung us over the edge of the doors with our hands tied at the back! So where is the democracy? Where is the freedom? Where are the human rights? Where is the justice? We will never forget, we will never forget!*

multimilionário saudita Osama bin Laden, no Sudão, de onde continuou a liderar a *al-Jihad*, até que esta se fundisse – em 1998 – à rede islamista transnacional al-Qaeda, sendo al-Zahawiri – hoje – seu líder (TAREK, 2013).

No plano doméstico, o Egito enfrentaria ao longo dos anos 1990 a ameaça dos “árabes afegãos” e a radicalização dos movimentos islamistas. Os motins, a violência e as manifestações promovidas eram alimentados por descontentamentos com a situação socioeconômica, com a desigualdade crescente e com a corrupção no seio do governo. Em 1986, os preços do petróleo haviam caído e a taxa de desemprego, aumentado. No ano seguinte, o Fundo Monetário Internacional (FMI) forçou a adoção de um plano de ajuste estrutural para o Egito. As décadas seguintes assistiram a baixas taxas de crescimento, ao aumento ainda maior do desemprego e ao declínio do crescimento da renda *per capita*. A inflação, no entanto, manteve-se sob controle (AMIN, 2011).

No Egito, os anos entre 1992 e 1997 foram particularmente violentos, sendo esta a mesma época na qual a Argélia enfrentava uma sangrenta guerra contra os islamistas, tendo a inteligência egípcia – por esse motivo – se apoiado fortemente na cooperação com a inteligência argelina. Após a perseguição aos membros da *al-Jihad*, sua organização-mãe, *Jama'at al-Islamiyya*, promoveu uma série de ataques violentos a oficiais egípcios, a intelectuais e a turistas, com um total aproximado de 1.300 mortos durante esse período. O governo se voltou ao SSIS – a polícia política – para combater os islamistas, cujos métodos brutais de interrogatório e de tortura foram duramente criticados pelos círculos de direitos humanos. Sendo o SSIS um instrumento formidável de repressão estatal, o regime utilizou a ameaça islamista também para promover perseguições aos membros da Irmandade Muçulmana, a grande ameaça a sua hegemonia política, embora estes não se envolvessem há décadas em ações de caráter violento (AZZIZ, 2016; COOK, 2011; SIRRS, 2010).

No plano político, Mubarak afastou antigas lideranças políticas e formou um gabinete de jovens tecnocratas, buscando apoio nos círculos de negócio, de modo a atrair empresários e empreendedores às fileiras do NDP. Os militares foram progressivamente mais afastados da política. Primeiramente, porque Mubarak aumentou os poderes da polícia e do SSIS, em detrimento das Forças Armadas, fato evidenciado tanto pelo aumento do orçamento do Ministério do Interior,<sup>52</sup> quanto pelo maior acesso que este gozava ao presidente. Segundo, porque Mubarak diminuiu o número de militares indicados para pastas ministeriais. O novo diretor do EGIS, Umar Soleiman, foi uma figura extremamente próxima ao presidente, sendo

---

<sup>52</sup> Entre 2002 e 2008, o orçamento da polícia multiplicou por sete, ao passo que o das Forças Armadas, por dois (FRISCH, 2013).

– inclusive – um dos cotados para sucedê-lo na presidência. O que a opinião pública egípcia temia, no entanto, era que a sucessão presidencial se desse em favor do filho de Hosni Mubarak, Gamal Mubarak, algo que seguiria o ocorrido na Síria, onde Hafez al-Assad foi sucedido por seu filho, Bashar al-Assad, nos anos 2000. Os militares ressentiam-se da ascensão de Gamal na vida política egípcia e de suas pretensões à presidência, não apenas porque Gamal carecia de credenciais militares, mas porque suas ideias de liberalização econômica entravam em conflito com os interesses dos militares, que representavam já 40% dos *outputs* da economia no país (AZIZ, 2016; RASHED, 2016; FRISCH, 2013; ARARAF, 2009).

Em 2004, formou-se um movimento de coalisão chamado *Kifaya* (basta), composto por intelectuais de esquerda, nasseristas, liberais e islamistas, que demandavam uma transformação democrática do Egito, sendo seu objetivo mais imediato impedir a ascensão de Gamal Mubarak à presidência. Seus membros, portanto, pressionavam por eleições abertas e justas. Segundo um de seus líderes:

No *Kifaya* nós descobrimos que os partidos políticos eram penetrados pelo regime e pelo aparato de segurança e que a sociedade civil era totalmente marginalizada. Para lidar com essa situação, fomos para as ruas e descobrimos que esta seria a principal variável da mudança (Apud GHABRA, 2015, p.201).<sup>53</sup>

No início de 2005, Mubarak buscou demonstrar seu comprometimento com as reformas liberalizantes demandadas. Anunciou a emenda do artigo 76 da Constituição, possibilitando eleições presidenciais multipartidárias em substituição ao referendo de candidato único. O que parecia uma vitória para aqueles que pediam maior abertura política demonstrou-se, logo, um engodo. Os partidos de oposição permaneceram fracos, carecendo de recursos para disputar a presidência. As forças de segurança, ademais, seguiram interferindo no processo, não impedindo a compra de votos, o suborno e a fraude, além de promoverem violência, repressão e intimidação, principalmente contra os candidatos dos Irmãos Muçulmanos. Em setembro daquele ano, Mubarak foi reeleito com 88,6% dos votos (ARAFAT, 2009).

Novas emendas, em 2007, abriam caminho para as pretensões de Gamal Mubarak, ao bloquear todas as possibilidades reais de candidaturas de oposição. O artigo 179 sofreu uma

---

<sup>53</sup> No original: *In Kifaya we discovered that political parties were penetrated by the regime and the security apparatus and that the civil society was totaty marginalized. To deal with this situation we went to the street and found it to be the the main variable for change.*

emenda que permitia que civis fossem processados em cortes militares. A emenda do artigo 88 enfraquecia a supervisão das eleições pelo Poder Judiciário. A emenda do artigo 05 efetivamente bloqueava os Irmãos Muçulmanos de formarem um partido político (GHABRA, 2015).

Tais alterações no plano político, as suspeitas que elas suscitavam, e o aumento súbito dos preços de alimentos e de produtos de consumo básico levaram diversos protestantes às ruas. Essas manifestações, no entanto, foram também produto de uma década de ativismo sindical. Entre 1998 e 2010, mobilizou-se entre 2 e 4 milhões de egípcios por meio de greves e de outras formas de ação coletiva, refletindo já o patente déficit de legitimidade de que o regime sofria. Para a vasta maioria dos egípcios, o contrato social que prometia segurança, emprego, educação e saúde – a promessa de um futuro mais justo – havia falhado completamente (BEININ, DUBOC, 2014).

Em 2010, Mubarak submeteu-se a uma cirurgia na Alemanha. Seu estado de saúde e as perspectivas de sucessão, bem como os problemas econômicos e políticos listados, debilitavam o regime e aumentavam o prestígio de seus opositores. Enquanto aproximavam-se as eleições legislativas de dezembro de 2010, no entanto, 250 membros dos Irmãos Muçulmanos estavam presos e 30% de seus candidatos haviam sido desqualificados pelo regime. As eleições realizadas testemunharam novamente as mesmas violências, intimidações e irregularidades. O NDP, nesse cenário, conquistou 81% do total de assentos. Logicamente, o SSIS teve papel importante na fraude promovida. Dessa vez, porém, a oposição não se intimidou, declarando a ilegitimidade do processo eleitoral e pedindo sua anulação. Logicamente, a resposta do governo era a única para a qual ele estava preparado: repressão. Os ventos vindos da Tunísia, entretanto, já sopravam (COOK, 2011).

### **1.3 A Revolução de Lótus e o Desmantelamento do SSIS**

Reginaldo Nasser (2011) demonstra que o que aconteceu no Egito – paralelamente ao ocorrido na Tunísia, mas também no Iêmen e na Líbia – foi o colapso de uma ordem pós-colonial que perdera sua legitimidade. A Revolução de Lótus, nesse sentido, bem como suas contrapartes, foi decorrência tanto de fatores conjunturais – as desigualdades econômicas resultantes do modelo de liberalização adotado, combinadas com os impactos da crise de 2008 – quanto fatores estruturais, relacionados à estrutura de classes, ao dinamismo societário

existente, bem como à capacidade do regime de oferecer respostas críveis aos problemas percebidos.<sup>54</sup>

Menos de um mês após a queda de Zine el-Abidine Ben Ali na Tunísia, no dia 25 de janeiro – propositadamente coincidindo com um feriado em homenagem à Polícia Nacional – manifestantes organizaram um protesto em frente ao Ministério do Interior, a fim de expressar seu ultraje à brutalidade policial e demandar o fim do Estado de Emergência. Em dois dias, as dezenas de milhares de pessoas concentradas na *Tahrir Square* transformaram-se em um milhão de cidadãos, espalhados por sete províncias. No dia 28 de janeiro, apelidado “Dia da Raiva”, profissionais de todas as categorias – profissionais liberais, professores, trabalhadores sindicalizados, mesmo burocratas do Estado – juntaram-se aos manifestantes, que entraram em choque com a polícia nos arredores da *Tahrir Square*. No mesmo dia, ocorreu uma tentativa frustrada de tomar o prédio do Ministério do Interior. A aversão à polícia era manifesta em face da depredação às delegacias e às estações policiais. Sedes do NDP eram também depredadas (STACHER, 2014; COOK, 2011).

O presidente Mubarak, no entanto, aparentava ter pouco a temer; podia contar, afinal, com um forte aparato de segurança interna, cujos soldados eram treinados na repressão às multidões, com o SSIS, que penetrava – então – todas as camadas sociais e aspectos da vida dos egípcios, e com um partido fiel e politicamente hegemônico. Em seu primeiro discurso, Mubarak procurou demonstrar que apenas havia protestos porque um Egito era um país livre e democrático, denunciando – portanto – a manipulação, por parte dos islamistas e de alguns grupos pró-Estados Unidos, das massas que se manifestavam. A falta de entendimento do regime acerca do que se passava suscitou, novamente, a única resposta presumível e reconhecida, a forte repressão (GHABRA, 2015; LACHAPELLE, 2014; COOK, 2011).

A despeito do que afirmara Mubarak, porém, havia – de fato – três grupos disputando a interpretação do significado das manifestações. O primeiro, que havia sido a vanguarda revolucionária, tendo planejado e executado os protestos do dia 25, era composto basicamente por jovens egípcios, que compreendiam as manifestações como uma “revolução”, destinada a reestruturar por completo o Estado e a sociedade e a romper – portanto – com o “antigo regime”, embora a relação com o estabelecimento de uma democracia formal fosse

---

<sup>54</sup> Neste sentido, no plano econômico, a desregulamentação desenfreada e a abertura promovida, impedindo o Estado de fomentar políticas industriais e comerciais sustentáveis, resultaram em altas taxas de desemprego – especialmente entre jovens –, em baixo crescimento econômico e em crescentes disparidades sociais. No plano político, as possibilidades de dar vazão às críticas eram pequenas dado o monopólio do poder político por Mubarak, no interesse do NDP e da comunidade de negócios que o apoiava. Esse monopólio, conforme visto, era assegurando pela inteligência governamental, tanto no sentido da repressão às alternativas possíveis, quanto da manipulação eleitoral, tal qual o ocorrido em 2010 (NASSER, 2010; ARAFAT, 2009).

ambivalente: a “legitimidade revolucionária” era vista como superior a qualquer legitimidade formal que uma eleições pudessem promover. O segundo grupo entrou tardiamente nas manifestações.<sup>55</sup> Para estes, estas serviam para promover amplas reformas no Estado egípcio, sem – no entanto – desbaratá-lo totalmente. A crise que se apresentava era resultante da corrupção de Mubarak e das elites que lhe davam suporte, as quais haviam usurpado as instituições em seu benefício, de modo que a democracia formal era bastante desejável: os Irmãos Muçulmanos e seus aliados pertenciam a este grupo. Finalmente, um terceiro grupo possuía uma visão mais minimalista: o objetivo das manifestações era remover Mubarak e seus aliados do poder e garantir que Gamal Mubarak não sucedesse seu pai. O regime, no entanto, deveria ser mantido. Esse grupo associava-se aos militares e, na falta de uma ideologia distintiva, filiava-se a um discurso nacionalista, que se distinguia do discurso islamista e do liberalismo e socialismo dos revolucionários (FADEL, 2016).

Após a tentativa malfadada de tomar o prédio do Ministério do Interior, o Exército foi chamado às ruas para conter os manifestantes. A presença dos militares foi – de certa forma – reconfortante, uma vez que serviria de substituto à brutalidade da polícia. Como a mais respeitada instituição do país e como a instituição que havia se distanciado da ação dos serviços de segurança, os militares foram capazes de se colocarem naquele momento, aos olhos públicos, como “guardiões do povo egípcio” (TAYLOR, 2014).

No dia 10 de fevereiro, um forte otimismo espalhou-se, em vista do anúncio de que Mubarak se adereceria novamente em discurso. Todos na *Tahrir Square* aguardavam sua renúncia. Mubarak, no entanto, se mostraria resiliente. Às 23 horas, delegou parte de seus poderes ao novo vice-presidente, o diretor do EGIS, Umar Soleiman, anunciou que se manteria na presidência até setembro, quando eleições seriam promovidas, além de prometer novas reformas constitucionais. Os protestantes inflamaram-se, determinados a marchar até o palácio presidencial e retirar o presidente à força. Os oficiais das forças de segurança interna não desertaram. Divididos, no entanto, foram reticentes em assumir os custos da repressão imperativa para manter Mubarak no poder. Os militares, igualmente, negaram-se a atirar nos manifestantes (GHABRA, 2015; LACHAPELLE, 2014; AMIN, 2011). No dia 11 de fevereiro, às 6 da manhã, o novo vice-presidente anunciou: “Cidadãos, nestas difíceis circunstâncias que o país enfrenta, o presidente Mohamed Hosni Mubarak decidiu deixar seu

---

<sup>55</sup> Os dirigentes dos Irmãos Muçulmanos inicialmente hesitaram em unir forças a um movimento que eles percebiam como de iniciativa dos liberais. Os jovens membros, mais entusiastas dos protestos, no entanto, travaram um intenso debate dentro do movimento até que os Irmãos, o mais organizado grupo dentro do movimento islamista do Egito, reconheceram a oportunidade de derrubar o regime e incentivaram a mobilização de sua base (TAREK, 2013).



cargo como Presidente da República e confiou no Supremo Conselho das Forças Armadas para administrar os assuntos nacionais” (SULEIMAN, 2011).<sup>56</sup>

Essas 34 palavras deram fim aos 29 anos de governo Mubarak e aos 18 dias de mobilização popular. O Supremo Conselho das Forças Armadas (*Supreme Council of the Armed Forces – SCAF*), um grupo de vinte generais, assumiu os poderes presidenciais durante 18 meses, um período de transição que se provaria, no entanto, bastante difícil. O significado da tomada de poder pelo SCAF é que o que havia de mais antigo no regime permanecia no poder; embora o impopular chefe de Estado tenha sido deposto, aqueles que asseguravam seu poder e mantinham-se como fonte de sua força e de sua legitimidade permaneciam. A remoção, portanto, do ditador não necessariamente resultaria no fim de seu regime autoritário (AZIZ, 2016; GHABRA, 2015).

Após a renúncia de Mubarak, seu vice-presidente também renunciou. O NDP foi dissolvido e seus ativos foram transferidos para o Estado; o Parlamento, controlado pelo NDP, foi igualmente dissolvido. Devendo responder às demandas populares por mudanças, o SCAF anunciou que um comitê constitucional por eles escolhido reescreveria cinco artigos constitucionais, sendo que as modificações deveriam passar por referendo em dois meses. Proclamou que eleições legislativas ocorreriam em junho, seguidas de eleições presidenciais, dois meses depois. O processo eleitoral, finalmente, seria conduzido pelo Poder Judiciário, não mais pelo Ministério do Interior, uma antiga exigência dos opositores de Mubarak (EL-ANIS, HAMED, 2013; COOK, 2011).

Logicamente, a estratégia de alterar artigos da constituição sem dissolvê-la era funcional aos militares, pois estes promoveriam algumas das mudanças requeridas, sem – no entanto – alterar fundamentalmente o regime por eles instituído, sem afetar sua influente posição no sistema político, nem ameaçar seus interesses econômicos. Foi devido a este raciocínio que os oficiais do SCAF marcaram as eleições presidenciais para depois do prazo dado à promulgação das alterações constitucionais (FRISCH, 2013).

Igualmente, o SCAF mostrou-se relutante em assumir a difícil tarefa de reestruturar o poderoso Ministério do Interior. Sua abordagem foi, novamente, bastante conservadora. Os militares, em um gesto de comprometimento com as reformas no setor de segurança, demitiram 670 oficiais da segurança interna, a maioria pertencente ao detestado SSIS, dissolvendo-o. Em seu lugar, foi criada uma nova agência, o Setor de Segurança Interna

---

<sup>56</sup> No original: *Citizens, in these difficult circumstances the country is going through, the President Mohamed Hosni Mubarak has decided to leave his position as the president of the Republic, and has entrusted the Supreme Council of the Armed Forces to administer the nation's affairs.*

(*Homeland Security Sector* – HSS). O SSIS mantinha diversos arquivos sobre as atividades de cidadãos egípcios e também de militares, os quais poderiam conter informações prejudiciais aos intentos do SCAF. Assim, a dissolução da polícia política foi tanto funcional, quanto foi cosmética, uma vez que o novo HSS detinha os mesmos poderes e as mesmas funções de sua antecessora. Copiou-se, portanto, a mesma estratégia que usaram Sadat e Mubarak quando ascenderam à presidência. Além dos oficiais do antigo SSIS, apenas o antigo ministro do interior e mais alguns poucos oficiais foram afastados. As elites securitárias, portanto, saíram – em sua maioria – isentas das manifestações de janeiro e de fevereiro (SAYAGO, 2015; LACHAPELLE, 2014; MAKELA, 2014; EL-ANIS, HAMED, 2013; BRUMBERG, SALLAM, 2012).

Seguindo o calendário, as propostas de emendas constitucionais foram submetidas a referendo em 19 de março de 2011. Os Irmãos Muçulmanos, que então se organizavam em um novo partido, o Partido da Justiça e da Liberdade (*Freedom and Justice Party* – FJP), apoiaram as alterações, que definiam o calendário eleitoral.<sup>57</sup> Sendo, naquele momento, o movimento mais organizado para disputar eleições, consideravam uma vantagem que estas fossem realizadas prontamente. Por outro lado, os novos partidos que se formavam, os liberais e os revolucionários, fizeram campanha contra a aprovação das emendas, seja porque queriam mais tempo para a realização das eleições, seja porque queriam uma constituição inteiramente nova. 77% dos egípcios, entretanto, votaram “sim” pelas alterações propostas (MOMANI, MOHAMED, 2016).

As eleições, no entanto, foram adiadas, sob fortes protestos populares. Apenas em 15 de fevereiro de 2012, os egípcios puderam votar em eleições parlamentares, nas quais 2/3 dos candidatos seriam eleitos por voto proporcional e 1/3 por voto majoritário. Com 55% de comparecimento às urnas, os Irmãos Muçulmanos conquistaram 47% do total de assentos legislativos, ao passo que os salafistas,<sup>58</sup> organizados no novo *al-Nour Party*, conquistaram outros 24%. Os liberais e os revolucionários foram politicamente isolados. As eleições presidenciais tiveram início em 23 de maio, primeiramente com nove candidatos. Os mais votados, os quais iriam a segundo turno, foram Mohammed Morsi, da Irmandade Muçulmana e Ahmed Shafiq, o último Primeiro-Ministro de Mubarak. Antes do segundo turno, no

---

<sup>57</sup> Além do calendário eleitoral, o comitê estabeleceu a limitação da reeleição em dois mandatos, durando quatro anos cada, o fortalecimento da independência do judiciário, o controle parlamentar da declaração de Estado de Emergência (COOK, 2011).

<sup>58</sup> O salafismo trata-se de uma corrente conservadora do islamismo sunita. Normalmente emprega-se salafismo enquanto sinônimo de wahabismo, movimento que chegou ao ápice na Arábia Saudita, onde defende purificar o islamismo para devolvê-lo às suas raízes do século VII, rotulando os muçulmanos não-wahhabistas como apóstatas. É tributário da escola Hanbalita.

entanto, em 14 de junho de 2012, a Suprema Corte egípcia decidiu pela nulidade das eleições parlamentares, por compreender que os votos majoritários deveriam ter sido reservados a candidatos independentes, quando – na realidade – foram disputados por todos os partidos políticos. Novamente, todo o poder legislativo foi concentrado no SCAF, embora os membros que haviam sido eleitos para a nova assembleia constituinte tenham permanecido enquanto tais (MOMANI, MOHAMED, 2016; STACHER, 2015; AL-ANIS, HAMED, 2013).

Antes das eleições presidenciais, o SCAF emitiu uma “declaração constitucional”, a qual limitava sensivelmente o poder do próximo presidente, temendo, logicamente, uma vitória dos islamistas. Em junho de 2012, de fato, Mohammed Morsi, o líder de um movimento que foi ilegal do Egito por quase um século, venceu as eleições com 51,7% dos votos e 52% de comparecimento às urnas. Um de seus primeiros atos como presidente foi justamente cancelar o último decreto dos militares, reassumindo os poderes presidenciais que os generais haviam garantido para si, bem como os poderes legislativos, na inexistência de um Parlamento (MOMANI, MOHAMED, 2016).

Mohammed Morsi permaneceu exato um ano na presidência, sendo seu curto mandato marcado também por fortes protestos populares e por uma forte polarização entre o campo islamista e o campo liberal. Obviamente, a eleição de Morsi, o primeiro candidato eleito em eleições verdadeiramente democráticas no Egito, abriu uma grande janela de oportunidade para reformas no setor de segurança; esta não foi – no entanto – aproveitada. O que Morsi fez foi idêntico ao promovido pelo SCAF: mudanças nas patentes mais altas das Forças Armadas, nos postos públicos e nas direções das agências de inteligência. Irmãos Muçulmanos foram indicados para ocupar ministérios, instituições públicas e mesmo sindicatos (RACHED, 2016; MAKELA, 2014).

Neste cenário, os liberais e os revolucionários acusaram Morsi de “Ikhwanization”<sup>59</sup>: de infiltração de membros dos Irmãos Muçulmanos no aparato estatal. Um olhar atento, no entanto, revela algumas contrassensos nesta denúncia. O ministro do interior escolhido, por exemplo, General Ahmed Gamal al-Din, era um importante membro do NDP de Mubarak, tendo sido líder do NDP no Parlamento. O novo ministro da defesa, Abdel Fattah Saeed Hussein Khalil el-Sisi (que assumiria, na sequência, a presidência), havia sido chefe da MID. O chefe do novo HSS, General Khaled Tharwat, era um antigo oficial do extinto SSIS, a agência responsável justamente pelo monitoramento dos Irmãos Muçulmanos. Segundo Mohamed Al-Kassas, contudo, membro da Irmandade Muçulmana, a escolha se Tharwat era

---

<sup>59</sup> O termo provém de *Ikhwan*, “irmãos” em árabe.

justificável; em suas palavras “os Irmãos Muçulmanos querem controlar o Ministério do Interior e suas agências afiliadas ao apontar oficiais de dentro do ministério que costumavam ter boas relações com o grupo durante o governo de Mubarak” (AL-KASSAS, Apud, ABDEL-BAKY, 2012).<sup>60</sup>

O Ministério do Interior e suas agências de segurança, portanto, foram deixadas a cargo dos homens anteriormente leais a Mubarak, uma estratégia de satisfazer, ao invés de reformar o setor de segurança, de modo a garantir a continuidade de seu mandato. Uma vez, porém, que Morsi não forjou reais relações de confiança e de cooperação, nem com os militares, nem com as forças de segurança interna, sua estratégia se provaria um retumbante fracasso (AZIZ, 2016; RASHED, 2016; GENIDY, SALAM, 2016; SAYIGHO, 2015; ASHOUR, 2013; BRUMBERG, SALLAM, 2012).

Como dito, os membros da Assembleia Constituinte, a qual havia sido criada pelo parlamento dissolvido, deram continuidade aos seus trabalhos. No final de 2012, no entanto, aqueles membros pertencentes aos partidos liberais e seculares abandonaram a assembleia, por discordâncias profundas em relação aos islamistas, especialmente relativas ao papel da religião na sociedade. O projeto de constituição aprovado desagradou os militares. No início de 2013, os egípcios retornaram à *Tahrir Square*, pedindo a volta dos militares e o fim do governo Morsi. Enquanto o palácio presidencial era cercado durante as novas manifestações, as forças de segurança se mostraram copiosamente ausentes (FADEL, 2016; MOMANI, MOHAMED, 2016).

Em 03 de julho de 2013, o ministro da defesa, Abdel Fattah Saeed Hussein Khalil el-Sisi, anunciou a deposição de Morsi e indicou o presidente da Suprema Corte, Adly Mansour, como presidente interino, apoiado pela Polícia Nacional, pelas Forças Armadas, por setores do judiciário, por grupos religiosos moderados, pelos coptas, pelos liberais e pelos revolucionários, inclusive pelo *Nour Party*. Logo teve início uma repressão sistemática aos Irmãos Muçulmanos, ou a quaisquer suspeitos de serem seus simpatizantes. Em agosto, mais de 500 apoiados de Morsi foram mortos em confrontos com a polícia, sem que nenhum membro das forças de segurança tenha sofrido qualquer represália. Igualmente, perseguiram-se todos aqueles – islamistas ou secularistas – que defenderam que o 03 de julho havia sido um Golpe Militar. As velhas práticas de interrogatório, tortura, vigilância foram usadas pelo novo HSS, em busca de dissidentes, demonstração do poder a cargo do setor de segurança, em

---

<sup>60</sup> No original: *The Muslim Brotherhood wants to control the Interior Ministry and its affiliated agencies by appointing officials from inside the ministry that used to have good relations with the group during Mubarak's rule.*

geral, e da comunidade de inteligência, em particular (RACHED, 2016; AZIZ, 2016, SAYIGO, 2015). Segundo a Anistia Internacional, o Egito testemunhou, entre 2013 e 2014, um estado de “violência em uma escala sem precedentes, com as forças de segurança cometendo graves violações aos direitos humanos, rotineiramente usando força excessiva, inclusive letal, contra protestantes da oposição e manifestações nos campi universitários” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2014).<sup>61</sup>

A constituição aprovada em janeiro de 2014, não possui qualquer artigo que preveja supervisão civil do setor de segurança, nem da inteligência governamental, embora garanta ao Ministério do Interior o poder de veto a qualquer lei relativa à Polícia Nacional. No que toca às Forças Armadas, o ministro da defesa passa a ser nomeado apenas mediante aprovação do SCAF pelos próximos dois mandatos presidenciais; a justiça militar retém a capacidade de julgar civis quando estes representem uma ameaça a assuntos de autoridade dos militares; o orçamento militar passa a ser tema do Conselho Nacional de Defesa, sem nenhum dispositivo de transparência ou supervisão legislativa previstos. Finalmente, a nova constituição proíbe qualquer partido político baseado em religião, raça ou gênero (EGITO, 2014). O texto foi amplamente criticado por liberais e por revolucionários por delegar demasiados poderes aos militares (TAREK, 2013).

Em 05 de maio de 2014, uma eleição controversa elegeu o General Sisi sétimo Presidente da República do Egito, dando continuidade à repressão aos Irmãos Muçulmanos e a seus simpatizantes, missão a cargo do poderoso HSS. A ascensão do Estado Islâmico, ou *Daesh*, no norte do Sinai, desde 2014, contribui para que todos os islamistas sejam tratados enquanto ameaças à segurança interna. O ex-presidente Morsi e centenas de membros dos Irmãos Muçulmanos foram, neste quadro, acusados de terrorismo e sentenciados à prisão ou à pena de morte. A escalada das ameaças externas – seja por organizações terroristas atuando no Sinai, seja pelos problemas na fronteira com a Líbia, seja pelos numerosos ataques no vale do Nilo – provou-se funcional à preservação do papel político dos militares, apoiados por uma poderosa comunidade de inteligência e por grande legitimidade popular, bem como para a reconstrução da centralidade de um HSS que não passou por nenhuma reforma significativa (ALEXANDRINI, FRIESEN, 2016; MOMANI, MOHAMED, 2016).

Em 24 de março de 2017, Hosni Mubarak, após seis anos detido pela morte de manifestantes durante os protestos de 2011, foi formalmente absolvido (ALJAZEERA, 2017).

---

<sup>61</sup> No original: *violence on an unprecedented scale, with security forces committing gross human rights violations, routinely using excessive, including lethal, force against opposition protesters and at demonstrations on university campuses.*

Segundo Mai el-Sedany, do *think tank* estadunidense *Tahrir Institute for Middle East Policy*, a absolvição possui “significativo valor simbólico, pois reflete um fracasso absoluto das instituições jurídicas e legais egípcias (...) é um indicativo de uma crise mais profunda e mais complexa da justiça transnacional”.<sup>62</sup> Ainda, “é uma clara mensagem a todos os egípcios de que ninguém será responsabilizado por nenhuma corrupção ou opressão nesse país – o Estado é leal a seus homens e continuará a sê-lo (...) não sonhem com nenhuma revolução novamente (THE GUARDIAN, 2017).<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup> No original: *Significant symbolic value in that it reflects an absolute failure of Egyptian judicial and legal institutions (...) It is indicative of a deeper, compounded crisis of transitional justice.*

<sup>63</sup> No original: *This is a clear message to all Egyptians that no one will be held accountable for any corruption or oppression in this country – the state is loyal to its men and will continue to be (...) Don't dream of any revolution again.*

## ESTUDO DE CASO 02 TUNÍSIA: UMA PRIMAVERA ENGANADA

A segurança do Estado são os cachorros do Estado<sup>64</sup>  
Cidadão tunisino, 2011, via Facebook

A fascinação das elites tunisinas pelo Ocidente, por suas técnicas, por suas ideias, por seus modelos de organização, veio em par com a fascinação das elites ocidentais pelas particularidades da Tunísia, sempre vista e exposta como um modelo de nação, de desenvolvimento econômico e de organização política em um mundo árabe demasiado tradicional, violento e arcaico. Foram muitos os autores, jornalistas, analistas políticos, que – no contexto do espriar das manifestações então chamadas “Primavera Árabe” – apontaram para a Tunísia como a única possibilidade real de uma transição política rumo a um modelo verdadeiramente democrático, previsão esta repetida em outros contextos de mudança política neste país, mas desde sempre frustrada. A Tunísia, historicamente o mais aberto, o mais mediterrâneo dos países árabes e o mais propriamente “árabe” dos países magrebinos, de fato, intriga em um primeiro momento por apresentar características destoantes em relação aos seus vizinhos: o caráter secular e liberal de sua República, sua política externa originariamente pró-Ocidente, sua cultura europeizada, a organicidade de sua estrutura sindical, a profissionalização de suas Forças Armadas, o nível de seu desenvolvimento econômico, o status social concedido às mulheres. São muitos, no entanto, os pontos que ligam a Tunísia aos países de seu entorno e, em especial, ao Egito e à Argélia. Sua Revolução de Jasmim, a despeito de todas as particularidades de seu desenrolar, não teve o desenlace brilhante vislumbrado tantas vezes, fato que se faz evidente quando colocado lado a lado à sua contraparte egípcia e quando questionado o conteúdo das reformas no setor de inteligência empreendidas após 2011.

A história dos serviços de inteligência na Tunísia, tal como no Egito, é estreitamente ligada à sua trajetória política, à história do protetorado francês e dos regimes de Bourguiba e de Ben Ali. Desde sua criação, suas agências foram instrumentalizados pelo âmbito político, como forma de perpetuar esses regimes por meio da vigilância e da repressão aos projetos e lideranças alternativas, agindo – não raro – enquanto polícia política, sob a autoridade do Ministério do Interior. A reforma e o controle do aparato de inteligência representaria, para a Tunísia, a garantia de uma verdadeira mudança de regime, uma vez que sua preponderância e ação anterior o caracterizaram. A simples extinção da *Direction de la sûreté de l'État*

---

<sup>64</sup> No original: *La surête de l'État sont les chiens de l'État.*

promovida em 2011, no entanto, realizada fora de qualquer arcabouço de justiça transacional, não se mostra suficiente para atestarmos a sua concretização.

## 2.1 A Formação da Tunísia Neo-Destouriana

Como nos demais casos aqui analisados, o modelo de colonização da Tunísia, seu desfecho e as características constituintes do Estado independente nos fornecem a matriz das estruturas que observaremos quando das manifestações de 2011, incluindo o serviço de inteligência em suas diversas agências, tributário, em parte, da organização colonial. A Tunísia, assim como o Egito, fora um território relativamente autônomo do Império Otomano. Sua conquista pela França inscreveu-se no mesmo contexto de reorganização das potências europeias a partir da expansão econômica, comercial e militar que se seguiu à Revolução Industrial e à Revolução Francesa, de rivalidade franco-britânica pela hegemonia europeia e de progressiva decadência de Istambul. No Congresso de Berlim (1878), o Chipre foi cedido à Inglaterra, que – como contrapartida – reconheceu a primazia da França na gestão da dívida pública tunisina, em detrimento das pretensões italianas.<sup>65</sup> Em 1881, um conflito tribal na fronteira com a Argélia, relacionado ao roubo de cabeças de gado, precipitou a ocupação militar francesa e a assinatura do Tratado de Bardo que a reconhecia, em nome da manutenção da ordem e da segurança, do avanço civilizatório, não sem insurreições – do norte ao sul da Tunísia –, ao passo que a população local associou a defesa de seu território à defesa de sua identidade islâmica (I MÁS, 1997; GARCIA, 1997).

A França optou por uma colonização no formato de protetorado, como a Inglaterra o fez no Egito, mas diferentemente do que havia imposto à Argélia cinquenta anos antes, país que conhecera um modelo de colonização direta, de anexação.<sup>66</sup> Assim, reconhecia-se a soberania do Bey<sup>67</sup> na regência das questões políticas e judiciais, embora sua capacidade diplomática, financeira e militar fosse restrita, posta sob “proteção” da metrópole e em seu

---

<sup>65</sup> O endividamento externo da Tunísia é resultante de um decreto de 1856, estimulado pelo cônsul francês e pressionado pela presença de esquadras francesas no porto de Goleta, que garantia a igualdade entre muçulmanos e não-muçulmanos perante a lei, a abertura comercial, além de permitir a compra de imóveis por estrangeiros. A política de modernização que se seguiu, as reformas no exército, a revitalização urbana e as construções suntuosas, estiveram condicionadas ao endividamento externo. Em 1869, as potências estabeleceram uma comissão anglo-franco-italiana para gerir a situação da dívida, preparando terreno para as deliberações da Conferência de Berlim (GARCIA, 1997).

<sup>66</sup> Tal se deu, essencialmente, por dois fatores. Em primeiro lugar, a opinião pública francesa era contrária a uma nova empresa colonial no formato argelino, vista como uma aventura custosa, em benefício único de uma minoria de capitalistas e especuladores. Também, no plano internacional, a França temia retaliações italianas (KASSAB, OUNAÏES, 2010).

<sup>67</sup> Título concedido ao vassalo do sultão de Istambul, cargo hereditário instalado a partir do século XVII.



benefício. O Residente Geral, portanto, era o intermediário oficial e único entre o governo francês e as autoridades tunisinas para todas as questões comuns aos dois países, bem como entre o Bey e os agentes diplomáticos de todas as demais nações (CAMAU, 1989).

O regime de protetorado implicou na manutenção de instituições tunisinas pré-existentes, bem como na criação de novas, a partir de novas necessidades, instituições estas destinadas aos diferentes setores da atividade política, econômica, administrativa, e ao controle dos funcionários e dos cidadãos tunisinos. Neste ponto, a atividade de inteligência, instrumento importante para a manutenção da ordem colonial, formou-se progressivamente a partir de três eixos, sob autoridade plena e exclusiva da administração francesa. Primeiro, os comandos militares da região sul, porção do país que conhecera os mais altos índices de violência contra o domínio da França e que – conseqüentemente – esteve sob controle direto do Exército francês. Em segundo, a Direção de Segurança Nacional (*Direction de la Sûreté Nationale* – DSN), que concentrava os comissários, inspetores e agentes de polícia de toda a Regência. Finalmente, os controladores civis, os quais respondiam diretamente ao Residente Geral e coletavam, em especial, informações relativas à administração dos chefes tunisinos locais. O trabalho de inteligência tinha por objetivos tanto o reconhecimento geográfico e humano da região, quanto a luta contra a espionagem promovida por potências europeias concorrentes (incluindo o combate à propaganda comunista) e o controle dos atos “subversivos” empreendidos pela população autóctone como meio para fragilizar a autoridade colonial. A luta contra os movimentos de independência, logicamente, se inscreverá, anos mais tarde, neste marco (CHOUIKHA, GOBE, 2015; HACHED, FERCHICHI, 2014; KASSAB, OUNAÏES, 2010).

A medida que a Tunísia era incorporada à economia francesa, por meio do aumento do afluxo de mercadorias importadas, de empresas francesas estabelecidas em solo tunisino, as relações de solidariedade tribal enfraqueciam. A destruição da antiga ordem econômica levou ao empobrecimento gradual das camadas camponesas e artesãs tradicionais, ao declínio dos setores dedicados ao comércio tradicional e à sedentarização forçada, ao mesmo tempo em que os *colons* franceses garantiam para si as melhores terras e os cargos públicos de primeiro escalão (I MÁZ, 1997; HOURANI, 2013[1991]; CAMAU, 1989).

A emergência dos primeiros movimentos nacionalistas modernos é indissociável deste processo. Após uma geração de domínio francês, um setor da elite, marginalizado da atividade pública, bilíngue, educado em escolas e sob os valores franceses, além de

fortemente influenciado pelo pensamento reformista do século XIX<sup>68</sup>, formou um primeiro movimento político: os Jovens Tunisianos. Inspirados nos Jovens Turcos, que ascenderam ao poder em 1908 na Turquia, expressavam, desde 1907, suas ideias no periódico *Le Tunisien*. Não chegaram a questionar o protetorado francês, não por prudência política, mas por acreditarem que os valores ocidentais eram compatíveis com a sociedade árabe e que a colonização era funcional à correção de sua realidade, convencidos – portanto – da “missão civilizatória francesa”. Assim, buscavam persuadir os franceses, especialmente os *colons*, de que os tunisinos somente seriam leais ao regime se obtivessem melhores posições dentro de sua estrutura, notadamente, melhores postos no governo e melhores escolas, sem renunciar à sua crença islâmica, nem à sua personalidade tunisina. Demandavam, pois, a “liberdade” e a “justiça” da tradição política francesa para consigo (HOURANI, 2005[1983]; BRONDINO, 1990).

Os franceses, no entanto, mesmo seus setores socialistas, foram pouco receptivos aos Jovens Tunisinos, vários de seus líderes tendo sido exilados e o movimento desbaratado. A frustração com o descaso metropolitano, a participação de soldados tunisinos na I Guerra Mundial e o eco dos Quatorze Pontos do presidente Wilson levaram à radicalização do movimento nacionalista. Em 1920, antigos membros dos Jovens Tunisinos haviam criado o Partido Liberal Constitucional (*Parti Libéral Constitutionnel* – PLC), ou Destour, um tipo ainda frouxo de agrupamento de líderes, os quais demandavam a promulgação de uma constituição (*Destour* em árabe) que liberasse a Tunísia dos “laços de escravidão”: não se tratava, no entanto, da independência plena, mas da garantia de igualdade dos tunisinos perante a elite francesa residente. Foi em uma revista ligada ao destourianismo, *La Voix du Tunisien*, na qual colaboravam jovens próximos ao socialismo francês e aos valores seculares, que se proclamou pela primeira vez a soberania do povo como um ideal nacional. Em um dos seus artigos, um jovem advogado – Habib Bourguiba – preconizou a independência tunisina, completada por um tratado de amizade e de união com a República Francesa. Em 1934, Habib Bourguiba e seu grupo romperam com o Destour, criando o Neo-Destour, partido que monopolizou a vida política nacional até a independência, confundindo-se esta com a sua

---

<sup>68</sup> A tendência reformista do século XIX era tributária de ideias desenvolvidas no Egito e na Turquia, que influenciaram fortemente as elites tunisinas. O principal objetivo era ajudar esses países a deixar para trás o obscurantismo e o tradicionalismo, de modo a fazer face aos desafios impostos pelas novas potências europeias que avançavam sobre o mundo islâmico. Tais reformistas acreditavam que a principal razão do progresso no Ocidente era a racionalização da administração e do governo. Assim, uma das principais demandas dos reformistas tunisinos era o estabelecimento de uma monarquia constitucional e de instituições modernas. Essas políticas, logicamente, eram estimuladas pela França e pela Inglaterra (BOUBAKRI, 2015).

progressiva hegemonia social e política e com a figura de Bourguiba: o “supremo combatente” (GARCIA, 1997; CAMAU, 1989):

Durante os últimos anos do protetorado, o Neo-Destour tentou e conseguiu monopolizar todos os âmbitos da vida social e absorver seus representantes. Para eles, os dirigentes neodestourianos não duvidam em fazer suas desde as aspirações comunitárias mais particularistas até os ideais mais gerais do povo tunisino de pertencer à *Umma* islâmica e ao povo árabe. Daí resulta um afã de controle de todas as manifestações sociais ou políticas de matriz anticolonial que se dão na Tunísia (I MÁ S, 1997, p.164).<sup>69</sup>

Como o *Wafd* do Egito, o movimento nacional tunisino se baseou no arsenal ideológico do colonizador para formular suas demandas. Sua orientação liberal, seu caráter heterogêneo e – por vezes – populista, foi funcional para o êxito da causa nacional. No entanto, o nacionalismo tunisino se não libertou da retórica liberal, nem assumiu credenciais próprias, como o fizera Nasser. De tal modo, o modelo de nacionalismo na Tunísia carregava em si as contradições do futuro Estado, um Estado aparentado ao reformismo do século XIX e herdeiro do Estado colonial: autoritário, personalista e patrimonialista em seu estilo, gradualista em seus métodos de governo (HERMASSI, 1972).

A II Guerra Mundial reorientou as forças no quadro mundial. A Tunísia fora particularmente atingida, tendo sido ocupado pelas forças alemãs (em novembro de 1942) e posteriormente reconquistado pelos Aliados (em maio de 1943).<sup>70</sup> Muitos dos tunisinos, incluindo neodestourianos e o próprio Bey, simpatizaram com a propaganda nazista, devido ao seu conteúdo antisemita<sup>71</sup> e à sua rivalidade com a França. Bourguiba, no entanto, deteve a vantagem moral de ter oferecido apoio inequívoco aos franceses. Após a reconquista aliada, publicou um manifesto de caráter antifascista, que reafirmava sua negativa a hostilidades contra a França, declarando: “fora da França não há salvação” (GARCÍA, 1997, p.193). Em 1954, precipitado pela derrota em Dien Bien Pu e pela Guerra na Argélia, o presidente do conselho francês reconheceu a autonomia interna da Tunísia, embora a França mantivesse prerrogativas nas áreas de defesa e relações exteriores, além de 3/7 dos representantes nos conselhos municipais das cidades mais importantes durante um período de vinte anos. Para os

<sup>69</sup> No original: *Durante los últimos años del protectorado el Neo-Destour intenta y consigue monopolizar todos los ámbitos de la vida social y absorber a sus representantes. Para ellos, los dirigentes neodestourianos no dudan en hacer suyas desde las aspiraciones comunitarias más particularistas hasta los ideales más generales del pueblo tunecino de pertenecer a la umma musulmana y al pueblo árabe. De ahí resulta un afán de control de todas las manifestaciones sociales o políticas de matriz anticolonial que se dan en Túnez.*

<sup>70</sup> A Tunísia foi o país do norte da África que conheceu os níveis de destruição mais altos: suas instalações portuárias e industriais foram sistematicamente bombardeadas, seus campos de cultivo arrasados e linhas férreas cortadas (I MÁ S, 1997).

<sup>71</sup> Muitos judeus compunham a elite da época e eram recrutados pela administração colonial, em detrimento da população árabe e muçulmana.

neodestourianos da corrente de Bourguiba, a autonomia representava uma etapa da negociação,<sup>72</sup> mas para outras correntes significou submissão aos interesses franceses, gerando distensões no partido. Em março de 1956, a França reconheceu a independência da Tunísia; no ano seguinte, a República foi proclamada e dois anos depois, foi promulgada uma nova constituição, que anunciava a soberania popular, a separação dos poderes e os direitos fundamentais, além de refletir a crença de Bourguiba em um Executivo forte, que fizesse face aos desafios securitários dos primeiros anos de independência (BOUBAKRI, 2015; HOURANI, 2013[1991]).

A Tunísia não conheceu, portanto, uma guerra de independência tal qual a Argélia, embora tenha assistido a alguns focos de luta armada, especialmente ao sul. Não foi palco também de Golpes Militares, comuns nos países vizinhos, como ocorrera na Argélia e no Egito. Igualmente, a corrente majoritária de seu movimento nacionalista era favorável a uma estratégia de independência pactuada e a uma política de amizade com relação à França. Bourguiba, no entanto, não constituía ainda o chefe incontestável da nação, nem o Neo-Destour se apresentava coeso a toda prova. Houve dois importantes focos de liderança política entre 1954 e 1956, cujas derrotas representaram a raiz do modelo de unicidade da vida política assumida pelo regime de Bourguiba, matriz de seu autoritarismo.

No seio do partido, Bourguiba teve de fazer frente a Salah Ben Youssef, que se opôs veementemente ao tratado de reconhecimento da autonomia interna. Fortemente influenciado pelo movimento nacionalista árabe, encabeçado por Nasser, e pelo pensamento islamista praticado na célebre Universidade de Zitouna, propunha um desenvolvimento autônomo, com acento no potencial da identidade árabe e islâmica, tendo forte apoio na região sul do país, onde movimentos tribais e camponeses se levantavam contra o Neo-Destour, uma vez que sua política de modernização privilegiava a região norte e as zonas costeiras. O conflito entre os dois líderes teve como resultado a vitória da visão modernizante de Bourguiba, que utilizou a ameaça youssefista para pedir à França a aceleração do processo de independência, privando Youssef de seu argumento original e barrando um movimento alternativo: panarabista e contrário aos interesses franceses. Foi a emergência do movimento youssefista e a tentativa de golpe promovida por este após a independência, que possibilitou a sobreposição do “securitário” ao “político” e o desenvolvimento de uma visão orgânica de nação, que recusava o conflito, assimilado à sedição, negando a pluralidade política como expressão da divergência de interesses (CHOUIKHA, GOBE, 2015; ASFORD, 1965).

---

<sup>72</sup> O próprio termo *bourguibismo* tornou-se sinônimo de uma forma pragmática de empreender a descolonização, de uma “política por etapas” (CAMAU, GEISSER, 2004).

Uma segunda liderança que desafiou Bourguiba imediatamente após a independência foi Ahmed Ben Salah, líder da União Geral Tunisina do Trabalho (*Union Générale Tunisienne du Travail* – UGTT), a principal central sindical da Tunísia, fundada em 1946. Ben Salah pressionou o governo de Bourguiba pela adoção de uma política econômica que eliminasse a influência francesa e o controle monetário, além de privilegiar o desenvolvimento do país e empreender reformas sociais. Suas críticas abertas ao governo levaram Bourguiba a encorajar uma cisão na UGTT que eliminasse Ben Salah e a enfraquecesse, de modo que fosse colocada firmemente sob controle do Neo-Destour, assegurando seu monopólio do poder político (ASHFORD, 1965; MOORE, 1962).

As purgas no partido foram o anúncio da violência que assumiria o aparato estatal e do caráter repressivo das relações futuras entre este e a sociedade, a despeito da promessa de uma sociedade livre e democrática, a despeito do liberalismo ambíguo e do constitucionalismo tático. O novo autoritarismo tinha pouca relação com as aspirações nacionalistas, embora se instrumentalizasse delas, do seu imaginário, como forma reclamar legitimidade histórica e nacional ao regime, aliado ao controle da mídia e a um aparato securitário e de inteligência que garantisse a repressão a todas as organizações políticas dissidentes e a todas as demandas sociais autônomas. A nova ideologia nacionalista e estatista tornou um “dever nacional” que todas as organizações agissem tal qual agentes do Estado pós-independente, um tipo de ideologia aparentada ao corporativismo europeu devido ao seu caráter de imposição ideológica “de cima para baixo”. Prevenindo desafios e em nome da “unidade nacional”, da “harmonia nacional”, Bourguiba colocou sob seu comando e influência, a partir de cooptação, não apenas o aparato do partido-único, mas uma variedade de organizações/associações socioeconômicas e políticas, de direitos humanos, de direitos das mulheres, sindicatos, mesmo organizações não-governamentais, sob a falsa fachada da participação democrática. A partir de 1987, seu sucessor, Zine el-Abidine Ben Ali, não seguiria caminho diferente, presidindo um Estado herdeiro da colônia francesa e moldado por Bourguiba (KHADDAR, 2011; HALLIDAY, 1990).

## **2.2 Do Bourguibismo ao Benalismo**

A elite tunisina é desproporcionalmente oriunda do Sahel, região oeste da Tunísia, de onde provinha Bourguiba, sendo o regionalismo um elemento importante da vida política do país. Desde a implantação de um Estado independente, os postos do governo e as lideranças do Neo-Destour estiveram praticamente sobrepostos; igualmente, dada a orientação secular do

partido, nenhuma liderança religiosa foi visível na elite política até meados da década de 1970. Assim, virtualmente todos os membros ativos da elite exercem e exerceram historicamente sua influência através das estruturas políticas, e não através de instituições alternativas como as organizações econômicas e os órgãos culturais. Quase todo o exercício de poder legítimo derivou direta ou indiretamente da figura de Bourguiba, em sua dupla capacidade de Presidente da República e de presidente do partido (STONE, 1982).

Ausentes, portanto, da estrutura política em geral estiveram os militares, contrariamente ao verificado nos países árabes vizinhos, muito devido a este contexto e à ausência de atividade militar para o estabelecimento da independência nacional. Bourguiba tinha plena consciência da ameaça à autoridade civil imposta por militares forte nos países árabes e da possibilidade sempre latente de golpes militares. Criou, de tal maneira, barreiras legais que prevenissem que os militares formassem ou mesmo se filiassem a partidos políticos, que votassem ou ocupassem cargos públicos. Ao Exército não era permitido que participasse do processo decisório, incluídos dos planos para a defesa nacional ou do seu próprio orçamento. Igualmente, os militares nunca receberam compensações materiais extras pelos seus serviços prestados ao Estado, nem controlavam setores econômicos, tal qual ocorria no Egito e na Argélia. A missão das Forças Armadas Tunisinas foi restrita à defesa da soberania nacional, sendo – apesar de modestas em tamanho e em acesso a recursos – reconhecidas por seu profissionalismo (PATCHON, 2014; ALEXANDER, 2014, TAYLOR, 2014; HANLON, 2012; STEPAN, 2012)

Como forma de fazer frente aos seus vizinhos, Bourguiba confiou no campo diplomático, em políticas de aproximação com os países fronteiriços e em políticas de compromisso com a França e com os Estados Unidos.<sup>73</sup> Como seu antecessor, Ben Ali se apoiava mais na segurança interna, ligados ao Ministério do Interior, e nos serviços de inteligência para a garantia da segurança interna, delegando a segurança externa aos seus parceiros. Contrariando uma espécie de senso comum entre os analistas, há pouca evidência de deserção durante a Revolução de Jasmim, mesmo porque grande parte dos oficiais era selecionada e promovida com base em sua lealdade ao partido e ao programa do governo (PATCHON, 2014; ALEXANDER, 2014)

O Neo-Destour, que em 1964 passará a se chamar Partido Socialista Destouriano (*Parti Socialiste Destourien* – PSD), não era ideologicamente definido, sendo marcado pelo

---

<sup>73</sup> A partir da independência, Bourguiba articulou uma Doutrina de “Defesa Total”, segundo a qual a segurança do país dependia da coesão entre militares e a população. Para tanto, instituiu a conscrição universal e estabeleceu academias militares (PATCHON, 2014).

pragmatismo de Bourguiba, uma maneira de acomodar o corporativismo do seu regime. A Constituição de 1969 não fazia referência alguma ao monopólio do Neo-Destour (TUNÍSIA, 1959), embora qualquer nova associação devesse passar pelo crivo do Ministério do Interior para constituir-se, ou seja, pelo consentimento de um governo umbilicalmente ligado ao PSD. O partido organizou-se em células, baseadas em bairros e em cidades, responsáveis pela discussão de temas locais, além de veículos para a mobilização e a educação das massas nos valores do partido. Logicamente, estas células também tinham por função exercer um controle sobre a população e fornecer informações, leia-se, inteligência, à direção do partido. O órgão executivo máximo, a única autoridade verdadeiramente deliberativa do PSD, o *Bureau Politique*, tinha seus líderes eleitos no congresso do partido. Seus componentes, no entanto, não passavam de consultores de Bourguiba, que não permitia a ascensão de qualquer potencial rival ou futuro sucessor. O PSD, portanto, representava uma máquina de patronagem e era a expressão máxima do personalismo do regime, do presidencialismo forte: o presidente que controlava o partido-único e o partido-único que dominava a Assembleia Nacional (MOORE, 1962).

O fato de o partido carecer de uma ideologia bem delimitada fez com que os déficits socioeconômicos e o autoritarismo aparente se tornassem cada mais censuráveis, uma vez que o argumento de que o regime autoritário serviria a um propósito maior – por vezes – parecia carecer de fundamento. Como resultado, os oponentes do regime propunham projetos alternativos que o substituíssem e não raro sua oposição apresentava-se crível (ALEXANDER, 2014). O serviço de inteligência sob Bourguiba, portanto, principalmente aquela porção identificada como “polícia política”, foi moldada principalmente a partir da evolução das tensões políticas internas.

Em abril de 1956, um mês após a independência plena, o governo tunisino procedeu à “tunificação integral dos serviços de segurança” (TURKI, 2011, p.11)<sup>74</sup>, herdando da administração colonial a estrutura da DSN, que passou à autoridade do recém formado Ministério do Interior, sob o comando de Taïeb Mehiri. A DSN, primeiramente sob a direção de Driss Guiga – e logo em seguida de Béji Caïd Essebsi, não casualmente o atual presidente tunisino – era constituída então por agências diversas, calcadas no modelo francês: (i) o Informações Gerais (*Renseignements Généraux* – RG), responsável pela coleta de informações relativas às expectativas dos cidadãos sobre o regime, (ii) o Serviço de Documentação Geral (*Service de la Documentation Générale* – SDG), responsável pela

---

<sup>74</sup> No original: *tunification intégrale des services de sécurité*.

redação dos relatórios produzidos e, em seu núcleo, (iii) a Direção de Segurança do Território (*Direction de la Sûreté du Territoire* – DST), agência colonial responsável pela coleta de informações relativas aos movimentos considerados terroristas e extremistas. A DST era, ao mesmo tempo, uma agência de inteligência e um serviço de polícia judiciária, sendo notabilizada pelas práticas de tortura, física e moral, empregadas nos interrogatórios. Era a DST a agência comumente identificada como a “polícia política” do regime. Foi a tentativa de golpe contra Bourguiba, empreendida por youssefistas (associados a agentes da inteligência do Egito, onde estava exilado Ben Youssef, sob a proteção de Nasser) em 1962, e as agitações da oposição de esquerda que trabalharam pelo reforço da estrutura policial e de inteligência, que passou então a infiltrar agentes entre a população no objetivo de coletar informações concernentes a possíveis ameaças e opositores políticos. (HACHED, FERCHICHI, 2014; SALEM, 2011; SÉRÉNI, 2011; CAROZ, 1978). Em depoimento, Ahmed Ben Othman –líder histórico da esquerda tunisina, preso em 1966 por filiação ao grupo *Perspectives* – denunciou as práticas da DST:

Quanto à polícia política, a DST, ela me submeteu a todos os tipos de torturas (...) Durante todo o inquérito, apenas a polícia política estava operando sem qualquer restrição, nem qualquer controle por parte dos juízes. Ela prendia as pessoas às centenas, procurava, apreendia os bens, torturava noite e dia. Nós não recebíamos nem a assistência de um advogado, nem a visita de parentes. Nós não podíamos nem escrever, nem receber cartas e todas as leituras eram proibidas. O isolamento total. E ao sofrimento físico se somavam os sofrimentos morais mais condenáveis ainda. O processo foi simplesmente uma paródia da justiça (...) fui eu quem fui vítima da violência, primeiro por parte da polícia paralela do partido-único, depois por parte da polícia política, ele me respondeu cinicamente que era normal que o regime se defendesse (OTHMAN, 1979, Apud, HACHED, FERCHICHI, 2014, p.53).<sup>75</sup>

O movimento *Perspectives*, foi um movimento político de esquerda e de extrema esquerda que teve origem nos meios estudantis de cidadãos tunisinos instalados em Paris, no início dos anos 1960, tendo sido desmantelado logo em seguida. Militantes do *Perspective* e membros do Partido Comunista Tunisino, que esteve na ilegalidade desde 1963, foram – junto dos membros do movimento youssefista – as primeiras vítimas de encarceramento por parte

<sup>75</sup> No original: *Quant à la police politique, la DST, elle me soumit à toutes sortes de tortures, physiques et morales (...) Durant toute l'enquête, seule la police politique opérait, sans la moindre retenue, ni le moindre contrôle de la part des juges. Elle arrêtait des gens par centaines, fouillait, saisissait les biens, torturait nuit et jour. On ne recevait ni l'assistance d'un avocat, ni la visite des parents. On ne pouvait ni écrire ni recevoir de courrier et toute lecture était interdite. L'isolement total. Et aux souffrances physiques s'ajoutaient des souffrances morales plus accablantes encore. Le procès fut tout simplement une parodie de justice (...) c'était moi qui avait été victime de violence d'abord de la part de la police parallèle du Parti unique, ensuite de la part de la police politique, il me répondit cyniquement que c'était normal et que le régime se défendait.*



do regime de Bourguiba, especialmente após a criação, em 1968, do Tribunal de Segurança do Estado (*Cour de Sûreté de l'État*), responsável pelo julgamento dos crimes e delitos contra a segurança interior e exterior do Estado (BOUBAKRI, 2015; CHOUIKHA, 2010; CAMAU, GEISSER, 2004).

Ao longo dos anos 1970 e 1980, a contestação sindical chegaria ao seu paroxismo. Em 1975, o serviço de inteligência havia passado por uma pequena reorganização. A DSN fora renomeada Departamento de Assuntos Gerais (*Direction des Affaires Générales – DAG*), subordinada ao Diretor Geral da Segurança Nacional (*Directeur général de la sûreté nationale*), agrupando sob si cinco agências: a Subdireção de Informações Gerais (*Sous-Direction des Renseignements Généraux*), antiga RG, (ii) o Serviço de Documentação e de Arquivos (*Service de la Documentation et des Archives*), antiga SDG, (iii) a Subdireção de Fronteiras (*Sous-Direction des Frontières*), (vi) a Subdireção de Estudos e de Pesquisa (*Sous-Direction des Études et de la Recherche*) e, finalmente, (v) a Subdireção da Segurança do Estado (*Sous-Direction de la Sûreté de l'État*), ou simplesmente *Sûreté de l'État*, antiga DST. A mudança, no entanto, fora somente na nomenclatura; os mesmos funcionários permaneceram nos mesmos cargos, empregando os mesmos métodos. Em 1977, Zine el-Abidine Ben Ali, um militar de carreira, fora nomeado Diretor-Geral da *Sûreté Nationale* e nove anos mais tarde, Ministro do Interior. Anteriormente, havia sido um dos responsáveis pela criação da Direção da Segurança Militar (*Direction de la Sécurité Militaire – DSM*), voltada à inteligência externa, agência que dirigiu entre 1964 e 1974 (HACHED, FERCHICHI, 2014; TEBIB, 2011).

A política de liberalização econômica promovida nos anos 1970, após anos de “reformismo autoritário”, permitiu à UGTT se posicionar enquanto um ator incontornável da cena política e social tunisina. Em janeiro de 1978, o sindicato chamou sua primeira greve geral desde a Independência, fortemente reprimida em uma ação coordenada entre a Polícia Nacional e o Exército. O ressentimento popular contra o massacre promovido, apelidado “Quinta-Feira Negra”, criou um clima propício a manifestações progressivamente mais violentas contra o Estado, realizadas com a cumplicidade de um país vizinho: a Líbia, refúgio de antigos militantes youssefistas. Igualmente, foi um marco para o impulso aos movimentos islamistas, em gestação desde o início da década, em um contexto de reafirmação do Islã popular (CHOUIKHA, GOBE, 2015; CAMAU, 1989).<sup>76</sup>

---

<sup>76</sup> Em 1980, um comando de 60 pessoas vindas da Líbia – em geral antigos militantes youssefistas – cruzaram a fronteira argelina e ocuparam a cidade mineira de Gafsa. A ação, que deixou 48 mortos entre civis e militares, teve como objetivo deslanchar uma insurreição contra o regime de Bourguiba (CHOUIKHA, GOBE, 2015).

A liberalização econômica veio acompanhada de uma liberalização política tímida e parcial, na qual a corrente islamista, principalmente representada pelo movimento *Jama'at al-Islamiyya* (em árabe, Associação Islâmica),<sup>77</sup> foi deliberadamente excluída. No contraponto, o Partido Comunista e dois outros partidos de oposição (*Mouvement des Démocrates Socialistes* e *Parti de l'Unité Populaire*) foram, enfim, legalizados. As ideias islamistas, no entanto, avançavam entre as elites universitárias, no meio rural e nas fileiras do sindicalismo reivindicativo, deixando para trás o espaço restrito da mesquita e a marginalidade das seitas, tornando-se, portanto, o adversário político mais sério à hegemonia do PSD. Diversos líderes foram perseguidos e encarcerados ao criticarem o personalismo do regime, o descontrole das finanças públicas, a corrupção e os desvios morais do governo. Em 1979, a *Jamâ'a al-islamiyya* se transforma em Movimento da Tendência Islâmica (*Mouvement de la Tendence Islamique – Jama'at al-Islamiyya*). Em 1989, em Movimento *Ennahda*, que em outubro de 2011 se sairá vitorioso nas eleições pós-Revolução de Jasmim (CAMAU, 1989; VANDEWALLE, 1988).

Ao nomear para o cargo de Primeiro-Ministro – em outubro de 1987 e no intuito de neutralizar a ameaça islamista – o general Zine el-Abidine Ben Ali, que acumulou este ao cargo de Ministro do Interior, Bourguiba escolheu um nome capaz de resistir aos seus desígnios. Ben Ali entrou em desacordo com Bourguiba sobre a pena de morte exigida pelo presidente a ser imposta ao líder do MTI, Rached Ghanouchi, casualmente, o Primeiro-Ministro em janeiro de 2011. O MTI tinha já fortes ramificações nas elites do país, inclusive entre a polícia e as Forças Armadas, que se preparavam para derrubar o regime à força. De modo a impedir uma convulsão social inevitável, Ben Ali se adiantou, amparado pelo comandante da Guarda Nacional, general Habib Ammar (posteriormente nomeado Ministro do Interior), e declarou Habib Bourguiba, o “eterno combatente” e o fundador da República tunisina, mentalmente incapacitado. As lideranças militares não haviam sido informadas dos planos de golpe (JEBNOUN, 2014; CAMAU, 1989).

O “*Coup d'État Médico*”, conforme se popularizou, foi marcado pela destituição de Bourguiba e sua substituição pacífica, constitucionalmente chancelada, pelo Primeiro-Ministro há um mês nomeado. Nos primeiros anos, Ben Ali se apresentou como o homem da “renovação nacional”, na defesa do pluralismo político e dos direitos humanos. No entanto, como visto, Ben Ali havia feito carreira no setor de inteligência, cujo reforço ao longo dos anos de regime benalista não seria, naturalmente, gratuito (HALLIDAY, 1990). A partir da

---

<sup>77</sup> Havia ainda pequenos grupos mais radicais e mais violentos, como o *Parti de la Libération Islamique* (PLI) e, mais tarde, a Jihad Islâmica.

década 1990, carecendo da legitimidade histórica de seu antecessor, o que dificultava o controle da opinião pública nacional, carecendo das redes de contato dentro do partido e em vista da forte repressão promovida por seu governo, em especial aos islamistas, a Tunísia benalista se tornou um estado policial por excelência, devido ao aumento visível do efetivo das forças policiais, à ação do serviço de inteligência e às práticas arbitrárias que os caracterizaram: prisões, torturas e detenções forçadas. O apoio de Washington e Paris, no entanto, preocupados com contenção dos movimentos islamistas, foi pleno (HENRY, 2007).<sup>78</sup>

Ben Ali teve formação no curso de inteligência militar na escola de inteligência do Exército estadunidense, em Maryland.<sup>79</sup> De volta à Tunísia, foi diretor da DSM durante dez anos, diretor geral da *Sûreté de l'État*, além de ter servido como embaixador na Polônia nos anos 1980, antes de ser nomeado Ministro do Interior, quando conseguiu construir para si redes clientelistas com o aparato de segurança. Seu regime, orientado pelos imperativos de segurança nacional, não serviu para romper com os pilares do regime de Bourguiba, tendo mantido a centralidade e a onipotência do Executivo, o monopólio político do partido-único e, como explicitado, o controle policial da sociedade tunisina. Assim, sob Ben Ali, três foram os eixos de poder e de autoridade: o palácio, onde encontrava-se o complexo administrativo e político (sobrepuesto, como visto, às lideranças partidárias), seu entorno familiar, complexo burocrático-patrimonial posteriormente notabilizado pelos excessos de sua esposa, Leila Ben Ali, e o aparelho de segurança interna, que asseguraria a manutenção desta estrutura nos anos subsequentes. O Ministério do Interior, portanto, e mais especificamente a *Sûreté de l'État*, abrigariam uma forma de polícia política designada a vigiar e punir os opositores. Como no governo de Bourguiba, as Forças Armadas permaneceram um ator secundário no domínio securitário, sem controle de fatia alguma de poder político (CHOUIKHA, GOBE, 2015; JEBNOUN, 2014).

Em outubro de 1984, três anos antes da subida de Ben Ali à Presidência da República, ocorreu uma reorganização do Ministério do Interior, que serviria de base ao sistema policial do regime benalista, principalmente devido à ampliação do serviço de inteligência, à multiplicação de seus canais e a sua concentração nas mãos do Chefe de Estado, que nos anos de benalismo permitiu a nomeação pelo próprio presidente dos responsáveis de primeiro

---

<sup>78</sup> Segundo Henry (2007), “não é tanto a quantidade de repressão *per se* que define este como um *rogue regime*, ou como um regime muito repressivo, mas a extensão na qual suas práticas desviam das expectativas da comunidade local e da comunidade mais ampla. Desta perspectiva – percebendo a liderança política desses regimes como desviante das normas sociais aplicáveis – segue-se que regimes como os de Ben Ali são vulneráveis por dentro. Não é tanto a quantidade como a natureza irracional da repressão que os deslegitima” (Ibid., p.311, [traduzido do inglês]).

<sup>79</sup> *U.S. Army Intelligence Center and School*, em Ford Holabird, Maryland.

escalão das principais agência, logicamente, homens do partido, mas também fiéis a Ben Ali. A DAG fora novamente renomeada Direção de Coordenação dos Serviços Especiais (*Direction de Coordination des Services Spéciaux – DCSS*)<sup>80</sup> e a Direção Geral da Segurança Nacional (*Direction Générale de la Sûreté Nationale*), que a subordinava, ao receber uma nova agência de controle de fronteiras e de relações exteriores, assume um papel de coordenadora de praticamente todas as direções e agências do Ministério do Interior. Ademais, ela foi autorizada a estabelecer novas unidades operacionais nacionais, regionais e no exterior. Finalmente, um novo serviço foi criado para a Guarda Nacional, dotando-a de uma função de inteligência no domínio político e de pesquisa nos domínios econômico e social. A Guarda Nacional, que em sua origem se ocupava do controle das zonas rurais (ao passo que a polícia se ocupava das cidades), passou progressivamente a ampliar sua presença nas comunas, marcando uma mudança de sua vocação para o controle urbano. A concorrência entre Guarda Nacional e Polícia, entre a Polícia e a *Sûreté de l'État*, e a multiplicação de agências com funções sobrepostas era funcional ao regime, no intuito de melhor controlá-las (TAYLOR, 2014; HACHED, FERCHICHI, 2014).

Logo que ascende à presidência, Ben Ali assumiu diretamente o controle sobre a Direção Geral de Segurança do Chefe de Estado (*Direction Générale de la Sécurité du Chef de l'État – DGSCÉ*), que não mais responderia ao Ministério do Interior, criando – portanto – seu próprio corpo de agentes de inteligência. Ainda em 1987, montou o Conselho Nacional de Segurança (*Conseil National de Sécurité – CNS*),<sup>81</sup> que teria por missão coletar e analisar todas as informações relativas à segurança interna e externa. Nos vinte e três anos de seu regime, no entanto, Ben Ali não delegou responsabilidades substantivas ao CNS, confiando a segurança do país ao Ministério do Interior e, particularmente, à *Sûreté de l'État* e à DGSCÉ (JEBNOUN, 2014).

Em 1988, Ben Ali mudou o nome do partido para Agrupamento Constitucional Democrático (*Ressemblement Constitutionnel Démocratique – RDC*), reafirmando seu compromisso com uma democracia. Em vista da popularidade crescente dos movimentos islamistas moderados, o presidente buscou apropriar-se de alguma legitimidade islâmica, da mesma maneira que o fizera Sadat e Mubarak no Egito: aparecia portando roupas brancas, escolhia slogans com símbolos religiosos e realizou a ‘Umrah: a peregrinação individual à

---

<sup>80</sup> Sob sua autoridade permanecia: (i) *Direction de la sûreté de l'État*, (ii) *Direction des services techniques*, (iii) *Direction des relations extérieures*, (iv) *Direction des études et de la documentation*, (v) *Sous-direction des frontières*

<sup>81</sup> Composto pelo Primeiro-ministro, pelo Ministro da Defesa, pelo Ministro das Relações Exteriores, pelo Ministro do Interior, pelo secretário do Ministério do interior, pelo Chefe do Estado Maior das Forças Armadas e pelo Diretor DSM.

Meca. Como símbolo de mudança e como prova de distanciamento do seu antecessor, mandou soltar centenas de presos políticos de Bourguiba, alguns deles islamistas. Nas eleições de 1989, não obstante, as fantasias foram todas destruídas: Ben Ali se recusou a modificar o código eleitoral, de modo que os partidos de oposição permaneceram sem oportunidades reais de competir com o RDC. Os próprios partidos que foram autorizados eram, via de regra, amplamente favoráveis ao regime, servindo para prover falsa legitimidade democrática às eleições. Ben Ali também se recusou a legalizar o MTI, que mudaria logo em seguida seu nome para Movimento *Ennadha*. A marginalização do movimento islamista permaneceria criando fortes tensões na cena política da Tunísia (ALEXANDER, 2014; ROTEBERG, 2007; HALLIDAY, 1990).

O final dos anos 1980 e início dos anos 1990 foram um período de racionalização dos serviços de Inteligência tunisinos. Foram anos de forte repressão aos islamistas, concomitante ao início da Guerra da Argélia e à repressão aos “árabes afegãos” no Egito. Após o anúncio da descoberta de um complô organizado pelo Ennadha para a instalação de um regime islamista na Tunísia, em 1991, centenas de militantes foram presos e executados. Militares ligados ao plano foram também presos e torturados:

Repressão sistemática nas delegacias, nos postos da Guarda Nacional, nas prisões, nas vias públicas ou em residências privadas sem carta rogatória. As forças de segurança realizaram buscas sem mandato. Intimidações, investigações ostensivas, vigilância de residências, despejamentos sem justa causa, controles policiais ilegais de contas bancárias, interceptações de cartas, telefonemas anônimos ameaçadores, confisco de identidades, de passaportes e montagens de fitas de vídeo e fotos pornográficas se tornaram prática comum (BELHASSEN, 2004, p.400).<sup>82</sup>

No campo econômico, desde o início de seu governo, Ben Ali se engajou em respeitar as cláusulas de ajuste estrutural acordadas em 1986 entre seu antecessor e o FMI, em retribuição a ajuda financeira. O aumento da taxa de crescimento anual verificada entre 1987 e 1996, no entanto, não teve como contrapartida a diminuição da taxa de desemprego. Na metade dos anos 1990, a Tunísia empreendeu um plano de integração à economia mundial, marcado pela assinatura de diversos acordos de livre comércio com a União Europeia, e de privatizações, principalmente de sociedades públicas ligadas ao setor de serviços e à indústria

---

<sup>82</sup> No original: *Répression systématique dans les commissariats, les postes de la garde nationale, les prisons, sur la voie publique ou dans les domiciles privés sans commission rogatoire. Les forces de sécurité procéderont à des perquisitions sans mandat. Intimidations, filatures ostentatoires, surveillances de domiciles, licenciements abusifs, contrôles policiers illégaux de comptes bancaires, interceptions de courriers, appels téléphoniques anonymes menaçants, confiscation de papiers d'identité, de passeports et montages de cassettes vidéos et photos pornographiques deviennent des pratiques courantes.*

manufatureira. Em razão da crise mundial de 2008, as taxas de crescimento baixaram, ao passo que o desemprego e as disparidades regionais cresceram ainda mais (ZEMNI, 2015; CHOUIKA, GOBE, 2015).

Os anos 2000 foram também anos de ascensão do terrorismo internacional. Em abril de 2002, logo após os atentados nos Estados Unidos, a Al-Qaeda reivindicou a autoria de um atentado suicida à sinagoga de Ghriba, local de peregrinação da comunidade judaica, revelando brechas no esquema de segurança da Tunísia, a despeito da força policial do regime benalista. Um ano mais tarde, a Tunísia adotou uma lei antiterrorismo, na esteira de esforços mundiais, tendo a sua definição ampla de “terror” e de “terrorismo” sido duramente criticadas pela Anistia Internacional e pelas Nações Unidas, pela potencialidade de serem utilizadas para repressão interna. Até 2006, a *Sûreté de l'État* se ocupava das ameaças terroristas. Após os combates violentos que ocorreram entre grupos armados jihadistas-salafistas vindos da Argélia e os serviços de segurança tunisinos na região de Soliman, no entanto, foi criada uma nova direção de prevenção ao terrorismo, no seio da Direção Geral de Segurança Nacional (*Direction Générale de la Sûreté Nationale*) (HACHED, FERCHICHI, 2014).

O decênio de 2000, marcado pela forte repressão política, pelo aumento das tensões securitárias, mas também pelo desemprego e pelo declínio econômico, assistiu ao início da erosão do caráter dissuasivo da repressão benalista (LAMLOUM, 2006). A partir de 2008, as manifestações contra o governo assumiram proporções incontornáveis. A *Sûreté de l'État*, a agência mais bem investida na sobrevivência do regime, não tinha a capacidade operacional de dispersar as massas de indignados. Paradoxalmente, a forte centralização, o clientelismo e a corrupção no seio dos serviços de inteligência governamentais, direta ou indiretamente, contribuíram para o deslanchar das mobilizações que resultariam na queda de Ben Ali.

### **2.3 A Revolução de Jasmim e o Desmantelamento da *Sûreté de l'État***

A Revolução de Jasmim foi iniciada nas regiões mais marginalizadas da Tunísia, aquelas que sentiam mais duramente os efeitos da pauperização. A imagem do autoimolação do jovem Mohammed Bouazizi, um jovem desempregado da remota cidade de Sidi Bouzid, que protestava, em 17 de dezembro de 2010, por justiça social e contra a corrupção generalizada do regime benalista, tornou-se a mais célebre da Primavera Árabe, manifestações que se espalharam rapidamente pelo mundo árabe, ainda que seu primeiro resultado tenha sido a queda Ben Ali: presidente durante vinte e quatro anos que caiu em menos de vinte dias. Ao contrário, no entanto, de um clichê recorrente, a Revolução de

Jasmim não foi espontânea, sendo – em realidade – tributária dos movimentos que a precederam. A própria cidade de Sidi Bouzid havia sido palco, poucos meses antes, de manifestações de agricultores contra políticas oficiais de expropriação de terras.

De tal maneira, o cenário político tunisino se apresenta significativamente mais complexo do que o pretendido por alguns analistas, notadamente aqueles que apresentam a Tunísia como o modelo de transição política a ser seguido por seus pares, talvez por carecerem suas análises de um contexto amplo da construção do modelo político do país, ou talvez por simples ideologia e apego ao verniz liberal e secular da República Tunisina. Como ocorreria dias depois no Egito, a Revolução de Jasmim foi o resultado imediato do autoritarismo de Ben Ali e o resultado de uma longa luta contra a exclusão e a marginalização que se desenrola desde a Independência, a qual foi potencializada após a abertura econômica dos anos 1980. Apesar de o país ter sido bem sucedido na realização de eleições nacionais amplamente avaliadas como livres e justas e apesar de não ter havido rupturas no processo pós-revolucionário (tal qual ocorrido com o presidente Morsi no Egito), um dos principais pilares estabelecidos pelo regime de Bourguiba, reforçado durante os anos de benalismo, se mantém firme, na medida em que o setor de segurança interna resiste às subsequentes tentativas de reestruturação e a reforma empreendida no setor de inteligência levanta dúvidas sobre sua real efetividade.

No mesmo dia em que Bouzizi ateou fogo em si, sua família e alguns militantes saíram às ruas em protesto. Diversas pequenas manifestações iniciaram nas cidades vizinhas, congregando pessoas identificadas com suas demandas. Foram os primeiros choques entre os manifestantes e as forças policiais. Células sindicais locais, jovens estudantes – impulsionados pelas altas taxas de desemprego – e advogados<sup>83</sup> – os quais tiveram um papel importante de atrair a classe média para as mobilizações – contribuíram para que os protestos adquirissem um caráter nacional; chegaram a Túnis, Sousse, Sfax em 31 de dezembro, entoando o que seria o slogan da Primavera Árabe: “o povo quer a queda do regime”. Símbolos do poder estatal, como postos de polícia e células do partido, foram depredados em retaliação à repressão empreendida, bem como às diversas residências pertencentes a Ben Ali e a sua família. A medida que policiais se juntavam aos manifestantes, o Exército ocupava as ruas. Apenas em 10 de janeiro, Ben Ali se endereçou à população, prometendo novos empregos e denunciando “a instigação terrorista à revolta popular”. A partir de 13 de janeiro, a direção da UGTT – percebendo a mudança na correlação de forças – passou a apoiar

---

<sup>83</sup> Desde 2000, a Organização Nacional dos Advogados fez feroz oposição ao regime de Ben Ali.

plenamente as manifestações, chamando uma greve geral, virada decisiva para a queda de Ben Ali. A união entre trabalhadores, camadas urbanas e marginalizadas, funcionários públicos, classe média e elites econômicas resultou na fuga de Ben Ali e de sua família para a Arábia Saudita no dia 17 de dezembro (ZEMNI, 2015; CAMAU, 2014):

A insurgência dos marginalizados, em seguida, vestiu o traje de uma hipotética "sociedade civil burguesa", no sentido de que a exigência de dignidade social se faria apenas com a liberdade do cidadão. Provavelmente é este um dos postulados da grande narrativa da revolução espontânea, sem líderes e elaborada por espectadores entusiásticos. Mas também é o início de uma outra história, sem narrativa, a de uma "transição" dominada pelas contradições entre as reivindicações não satisfeitas dos aspirantes à dignidade e a estruturação do campo político em torno de questões constitucionais (CAMAU, 2014, p.59).<sup>84</sup>

A qual transição assistiu a Tunísia a partir de fins de 2011? Logo após a fuga de Ben Ali, entre fevereiro e março de 2011 criou-se um vazio de poder sem precedentes no país. Três decisões, porém, apontaram para a possibilidade de concretização de uma verdadeira mudança de regime. Primeiramente, o RCD, partido histórico tunisino, fundado por Bourguiba nos anos 1930, foi oficialmente dissolvido após forte pressão do Conselho Nacional de Proteção da Revolução (*Conseil National de Protection de la Révolution – CNPR*), recém institucionalizado e composto por partidos de esquerda, associações de defesa dos direitos humanos e organizações profissionais diversas, no intuito de dar continuidade aos desígnios da Revolução de Jasmim. Poucos dias depois, os dois novos chefes do Executivo dissolveram a constituição e o parlamento, sendo autorizados a governar por decreto. Finalmente, o novo ministro do interior interino, Farhat Rajhi, destituiu 42 servidores do Ministério do Interior associados ao antigo regime, incluindo 11 diretores de agências de segurança, semelhante ao ocorrido no Egito no mesmo período. Em março, Rajhi desmantelou por decreto a notória *Sûreté de l'État*, um dos alvos principais dos manifestantes, pois amplamente reconhecida como a polícia política do benalismo. Os funcionários da *Sûreté de l'État* que não foram dispensados, foram repartidos entre as outras agências. Igualmente foi suprimido o posto de diretor geral da *Sûreté nationale*. Como no Egito, entretanto, as reformas não avançariam além deste ponto, não atingiriam as forças policiais, nem a Guarda

---

<sup>84</sup> No original: *L'insurrection des marginalisés a alors revêtu les atours d'une hypothétique « société civil bourgeoise » au sens où l'exigence de la dignité sociale ne ferait qu'une avec celle de la liberté du citoyen. Sans doute est-ce là l'un des postulats du grand récit de la révolution spontanée e sans leaders, ébauché par les spectateurs enthousiastes. Mais c'est aussi le débout d'une autre histoire, sans récit, celle d'une « transition » dominée par les contradictions entre les revendications insatisfaites des aspirants à la dignité et la structuration du champ politique autour d'enjeux constitutionnels.*



Nacional, nem chegaria às demais agências de inteligência (SAYIGHO, 2015; MAHFOUDH, 2014; HANLON, 2012; SÉRÉNI, 2011).

Um dos indicadores de que uma reforma no âmbito do Ministério do Interior era objetivo do governo interino, no entanto, foi a preparação, a partir de julho, de um Livro Branco com propostas de Reforma no Setor de Segurança, as quais incluíam novas reformas no âmbito da inteligência governamental, da Polícia Nacional, além de propostas para uma maior transparência do Ministério do Interior e para o fim de detenções baseadas em ideologias políticas e crenças religiosas (MAHFOUDH, 2014; HANLON, 2012). Uma ação de grande impacto foi o estabelecimento de uma comissão eleitoral independente, que supervisionasse as eleições a serem realizadas ainda em 2011. Até então, a legislação existente previa que o Ministério do Interior era “responsável pela organização e pelo bom desenrolar das eleições, bem como pela proclamação dos resultados” (TUNÍSIA, 1975, p.1).<sup>85</sup> A nova comissão foi uma condição-chave para a realização de um processo eleitoral justo, livre e transparente.

Nas eleições de outubro de 2011, após mais de uma centena de formações políticas terem sido legalizadas, o Ennahda conquistou 89 dos 217 assentos na Assembleia Nacional, a qual deveria preparar a nova constituição. Uma vez que nenhum partido obteve maioria absoluta na votação, o segundo e o terceiro partido mais votados – o Congresso para a República (*Congrès pour la République* – CPR) e o Fórum Democrático para o Trabalho e Liberdades (*Forum Démocratique pour le Travail et les Libertés* – FDTL), ou Ettakatol –, ambos seculares, se juntaram ao Ennahda em uma coligação, que optou por Moncef Marzouki, do CPR, como presidente e Hamadi Jebali, do Ennahda, como Primeiro-Ministro. Logo no início dos debates na Assembleia Constituinte, no entanto, o papel da religião na vida pública e a proposta de imposição da Sharia como fonte de lei fundamental, geraram tensões entre partidos e militantes dos campos islamista e secular, novamente cindindo o campo político e desviando o foco das questões socioeconômicas. Um novo partido secular criado em 2012, o *Nidaa Tounes* representará, a partir de então, o principal antagonista do Ennahda (CHOUIKHA, GOBE, 2015; ALEXANDER, 2014).

Paralelamente, alguns ataques terroristas de pequena escala haviam iniciado ainda em 2011,<sup>86</sup> ecoando contra as políticas e as ambições do Ennahda. Um dos motivos imediatos foi

---

<sup>85</sup> No original: *Le Ministère de l'intérieur est responsable de l'organisation et du bon déroulement des opérations électorales ainsi que de la proclamation de leurs résultats.*

<sup>86</sup> Entre os mais importantes, o assalto, em setembro de 2012, à embaixada e a uma escola estadunidense em Túnis, o assassinato de Choukri Belaïd e de Mohamed Brahmi, dois homens políticos, em 2013. Neste mesmo ano, um ataque suicida a um hotel de luxo em Sousse e outro na costa da cidade de Monastir.

o decreto assinado em fevereiro, seis dias após a fuga de Ben Ali, garantindo anistia geral para prisioneiros políticos condenados pelo ex-presidente. Em março de 2012, um relatório das Nações Unidas constatou que todos os prisioneiros condenados com base da lei antiterrorismo haviam sido libertados (ONU, 2012). Um destes foi Seifallah Ben Hassine, que fundará a organização *Ansar al-Sharia*, uma organização salafista.<sup>87</sup> O Ennahda não logrou canalizar para si a contestação salafista-jihadista em plena ascensão entre os jovens proletários de bairros populares. A *Ansar al-Sharia* representará esses setores heterogêneos, sendo considerada pelas autoridades a responsável pela maior parte da violência social, juvenil, política e religiosa posterior à queda do regime benalista. No campo secular, cada nova violência era uma oportunidade para demonstrar à classe média que a soberania do Estado, bem como o pluralismo de valores e de modos de vida, estavam em risco, de modo que um retorno ao Estado policial era necessário à saúde do país, com ou sem o apoio do Ennahda (AYARI, MERONE, 2014).

Além da situação interna, diversas células e grupos terroristas – como a *Okba ibn Nafaa Battalion* e a Al-Qaeda do Magreb Islâmico (AQMI) – começaram a atuar na fronteira com a Argélia. A difícil situação na Líbia também teve reflexos nas fronteiras tunisinas, zona de trânsito para redes regionais de contrabando de armas e para refugiados, alguns partidários de ideologias extremistas. Esse cenário aumentou a pressão sobre as forças de segurança, incluindo os militares. Igualmente, nacionais tunisinos constituem – hoje – um dos maiores contingentes de combatentes islamistas na Síria, além de muitos integrarem as forças do grupo Estado Islâmico no Iraque e na Líbia (ARIEFF, HUMUD, 2015; MAHFOUDH, 2014).

Neste contexto, o desmantelamento da *Sûreté de l'État*, passou a ser amplamente criticado por minar a capacidade do Estado de conter a ameaça salafista. De tal maneira, os quarenta e dois funcionários dispensados em 2011 como esforço de reforma no setor foram reintegrados em abril de 2013. Ademais, o fato de Livro Branco ter sido arquivado pelo governo do Ennahda sob a justificativa de ser produto do “antigo regime”, começou a levantar suspeitas de que o real objetivo dos islamistas era partidarizar o aparato securitário, acusações semelhantes às levantadas contra os Irmãos Muçulmanos no Egito, sob o nome de *Ikhwanização* (SAYAGHO, 2016; SAYAGHO, 2015; HACED, FERCHICHI, 2014).

Temendo-se que o escalonar das ameaças securitárias levassem a uma *Coup d'État* militar, ao estilo do General Sisi no Egito, o Primeiro-Ministro assinou um “roteiro” para completar-se a transição política tunisina, no qual o passo seguinte seria a promulgação de

---

<sup>87</sup> Ansar al-Charia da Tunísia foi criado em abril de 2011 e foi rapidamente sucedida por dois grupos homônimos na Líbia e no Iêmen (AYARI, MERONE, 2014).

uma nova constituição, bem como a convocação de eleições presidenciais e legislativas. A nova Constituição foi finalmente promulgada em janeiro de 2014, após longos embates entre forças secularistas e islamistas. A Constituição, no entanto, dedica apenas o Artigo 17 às Forças de Segurança Interna, o qual simplesmente determina que estas apenas podem ser estabelecidas pelo Estado, em conformidade com a lei e a serviço do interesse público (TUNÍSIA, 2014a). Não tratou de uma reestruturação do Ministério do Interior ou nas agências de segurança, cujo funcionamento e organização permaneceram uma “caixa preta”. Igualmente, não fez referência alguma à fiscalização, à transparência ou a controles democráticos de qualquer natureza.

Nas eleições legislativas de 2014 e nas eleições presidenciais de dezembro deste mesmo ano, o partido *Nidaa Tounes* se saiu vitorioso, representando um declínio na influência do Ennadhah, que nem ao menos apresentou um candidato à presidência. O *Nidaa Tounes* elegeu para a Presidência de República seu fundador: Béji Caïd Essebi, um próximo colaborador de Bourguiba, tendo servido como diretor da DSN, Ministro do Interior e Ministro da Defesa durante seu regime. Sob Ben Ali, ocupou também o cargo de Ministro do Interior, entre outros postos. Diversos militantes de alto escalão do seu partido participaram igualmente do governo de Ben Ali, levantando entre diversos analistas a suspeita de um “retorno ao antigo regime” (ARIEFF, HUMUD, 2015; CHOUIKHA, GOBE, 2015). Em janeiro de 2015, um decreto fixou as estruturas das agências de inteligência, mas o texto não está disponível para consulta (TUNÍSIA, 2015a).<sup>88</sup> Em julho de 2015, devido a novos ataques jihadistas, um Estado de Emergência foi proclamado e sucessivamente prorrogado, estando ainda hoje em vigor, sendo a última prorrogação estabelecida em 17 de janeiro de 2017 (TUNÍSIA, 2017; TUNÍSIA, 2015b). Desde março de 2015, o país tem sido alvo de ataques terroristas reivindicados pelo grupo Estado Islâmico, ao museu do Bardo, a um hotel de luxo em Sousse, embora o mais comentado tenha sido um ataque à Guarda Presidencial em plena Túnis, na qual doze agentes foram mortos.

O ataque à Guarda Presidencial apontou mais uma vez para as deficiências do Ministério do Interior em conter as ameaças terroristas. De tal maneira, o presidente Essebi e seu o Primeiro-Ministro, Habib Essid (que foi chefe de gabinete do Ministro do Interior durante os anos 2000), se viram tanto na necessidade de dispensar comandantes de polícia e oficiais de segurança – sob o argumento de terem falhado na prevenção destes ataques – como de planejar uma reorganização do Ministério, apelando a profissionais que serviram a Ben

---

<sup>88</sup> Em novembro de 2014, a DSM foi renomeada *Agence des Renseignements et de la Sécurité pour la Défense* (TUNÍSIA, 2014b).

Ali. Abderrahmane Hadj Ali foi nomeado diretor geral da *Sûreté Nationale* em dezembro de 2015, posto que havia sido suprimido em fevereiro de 2011. Hadj Ali integrara o Ministério do Interior no âmbito da Subdireção de Fronteiras durante os anos 1970 e em 1987 foi nomeado diretor geral da Guarda Presidencial, a DGSCÉ, seguramente um dos postos mais próximos de Ben Ali, tendo permanecido neste durante quatorze anos nesta função (DAHNBUM, 2015).

### ESTUDO DE CASO 03 ARGÉLIA: UMA PRIMAVERA PERDIDA

[o DRS] é uma verdadeira instituição que tece sua teia por tudo  
(...) nenhum homem pode manter-se no poder sem seu apoio.  
É um Estado dentro do Estado<sup>89</sup>  
Lyes Laribi

Argel encontra-se a cerca de 750 quilômetros da costa francesa, de Marselha, especificamente, principal porto comercial da França. “Joia da República” francesa no século XX, a Argélia é, territorialmente, um país magrebino e africano, etnicamente, árabe e berbere, culturalmente, preso entre suas credenciais islâmicas e o francesismo de suas elites. Em sua relativamente breve história pós-independência, passou por transformações profundas: por um processo revolucionário único no Terceiro Mundo e no Oriente Médio, por golpes militares e tentativas de *putsche*, por manifestações populares violentamente reprimidas, por uma guerra civil dura. Diferentemente do Egito e da Tunísia, contudo, a Argélia – cuja política é seguidamente referida como “revolucionária” em diversos sentidos – não enfrentou as turbulências políticas e sociais resultantes da Primavera Árabe, tendo assistido, no contraponto, a breves e desarticuladas manifestações. Esse fato intrigou aqueles analistas que previam a inevitabilidade de uma variante argelina do sucedido nos países vizinhos. Reformas, no entanto, ocorreram, uma delas no seio da polícia política, possivelmente com consequências maiores para o regime que aquelas empreendidas nos casos egípcio e tunisino. O Exército argelino ocupou, historicamente, uma posição central na política do país. Foram as disputas entre este, o governo e o partido que definiram a história nacional, embora até meados dos anos 2000 a primazia dos militares fosse inquestionável, a ponto de ser recorrente na literatura uma marcada dicotomia entre o “poder formal” e o “poder efetivo”, o *Pouvoir*: evidencia do descompasso nas relações entre civis e militares.

No âmbito dos serviços de inteligência, o caso argelino é também paradigmático. O *Département du Renseignement et de la Sécurité* era considerado a mais militarizada e a mais opaca das agências de inteligência do mundo. Sua atuação foi essencial para a manutenção do regime argelino, embora ele próprio conservasse consideráveis parcelas de autonomia: a agência que elegeu e demitiu presidentes, que manipulou eleições e movimentos islamistas e que perseguiu a oposição política implacavelmente. A sua extinção, em 2013, foi recebida ora

---

<sup>89</sup> No original: *[DRS] est une véritable institution que tissera sa toile partout (...) aucun homme ne peut se maintenir au pouvoir sans son soutien. C’est un État dans l’État.*

com euforia, ora com desconfiança. Quais seriam motivações para seu desmantelamento? Fora ele real ou fora ele cosmético?

### 3.1 A Formação da Argélia Pretoriana

Anos após a retirada de suas forças do Egito, já em 1808, Napoleão concebeu a ideia de estabelecer uma base de operações e de observação no Norte da África, a qual permitisse fazer frente à pirataria inglesa e aos corsários berberiscos, dos quais, para proteger-se, os franceses obrigavam-se a pagar tributos ao Bey otomano. A localização ideal para esta base fora identificado em uma pequena península de Sidi Ferruch, a apenas 20 quilômetros de Argel. Foi precisamente este ponto que serviu para o desembarque de 1830. A Argélia era então um dos mais importantes enclaves comerciais do Mediterrâneo meridional e um importante exportador de trigo para a França, Os contatos entre franceses e argelinos, contudo, ultrapassavam o âmbito meramente comercial, incluindo a concessão de créditos e a formalização de negociações bilaterais. Foi uma questão creditícia, durante a campanha do Egito, que dera – anos mais tarde – a justificativa para a invasão francesa. Em 1798, em pleno Diretório, o Bey havia fornecido trigo à França, sem que dívida resultante fosse saldada. Em 1827, o Bey Husayn rompeu relações diplomáticas com Paris devido ao crédito pendente, ao que a França respondeu com um bloqueio marítimo a Argel, o qual se manteve durante três anos. O bombardeio de um barco diplomático francês na costa argelina deu ao governo ultraconservador de Polignac, enfim, o pretexto definitivo à intervenção. Em junho de 1830, tropas francesas desembarcaram em Sidi Ferruch. Em julho, Argel havia sido conquistada e o Bey havia sido rendido (I MÁ S, 1997; GARCÍA, 1997).

A invasão francesa devia-se mais aos interesses dos mercadores de Marselha, no entanto, que a uma política previamente definida, de modo os franceses careciam de um projeto claro de ocupação, dividindo-se entre os que apoiavam-na total ou restritamente. As zonas costeiras foram rapidamente colonizadas e já em 1840 foram assimiladas ao sistema administrativo francês, sendo governadas por funcionários franceses. O interior, contudo, protagonizou desde o princípio revoltas contra a dominação estrangeira, lideradas pelo Bey deposto, mas – especialmente – por Abd el-Qader. Este organizou a resistência com apoio da aristocracia religiosa, invocando a *jihad* contra o invasor francês, e por mais de quinze anos manteve uma estrutura política paralela (HOURANI, 2013[1991]; I MÁ S, 1997).<sup>90</sup>

---

<sup>90</sup> Mesmo após a derrota de Abd el-Qader e de seu exílio em Damasco, novos focos de insurreição se mantiveram. Em 1971, houve a insurreição de Muhamad al-Hay Muqranik, a qual foi duramente reprimida. Seu

Gradativamente conquistado pela força das armas, o sistema colonial na Argélia diferiu do que se estabeleceria, anos mais tarde, na Tunísia francesa, devido ao fato de que a constituição francesa de 1848 proclamava a Argélia parte integrante do território da França. O muçulmano argelino, neste sistema, era súdito francês, porém não cidadão. Ascender à cidadania era possível, bastava que se abandonasse o estatuto muçulmano, renúncia esta que era – naturalmente – associada à apostasia. Este formato de lei supunha, portanto, a manutenção de um regime de exceção para a maior parte da população muçulmana na Argélia, que ficava à mercê do intervencionismo administrativo, capacitado para exercer repressão sem nenhum controle judicial, em benefício, logicamente, dos *colons*, ou *pieds-noirs*, que rapidamente se assentavam (GARCÍA, 1997).

Os franceses, claro, conheciam pouco do território e da população que submetiam ao seu domínio. Como na Tunísia, o estabelecimento de uma administração colonial supôs o estabelecimento de um sistema de coleta de informações. As primeiras instituições desta natureza organizadas em território argelino eram subordinadas à autoridade militar e destinavam-se ao reconhecimento do território e da população, à análise da opinião pública nativa, ao controle dos impostos e à prevenção de ameaças à colonização. Havia um centro de Informações Gerais (*Renseignement Généraux* – RG) em Argel e outro em Constantina, além de pequenos centros regionais. Posteriormente, o comando da Gendarme colonial também se fará responsável pela coleta e análise de informações; bem mais tarde, em 1934, devido à falha em antecipar motins antissemíticos ocorridos em Constantina, uma agência central e mais profissionalizada foi criada. O Centro de Informações e de Estudos (*Centre d'Information et d'Études* – CIE) era o responsável por filtrar as informações recolhidas de informantes e da mídia, além de informações sensíveis vindas dos postos da Gendarme, da Polícia, das prefeituras e dos militares (THOMAS, 2013; CULLOT, 1987). Ao contrário do Egito e da Tunísia, porém, a matriz da estrutura da inteligência argelina pós-Independência não virá das agências coloniais francesas, mas daquelas que lhes fizeram face.

Após 1880, não ocorreram mais revoltas armadas expressivas, de modo que a administração civil foi substituindo gradativamente a ocupação militar. A França, a partir de 1871, adaptou para a Argélia o sistema administrativo centralizado estabelecido na metrópole: em Argel, em Constantina e em Oran, os franceses estabeleceram departamentos diretamente responsáveis a Paris, cada qual com seu próprio prefeito e conselho municipal, supervisionados por um Governador-Geral (JACKSON, 1977).

---

desbaratar colocou fim à primeira fase de colonização. A partir dos anos 1971, portanto, a administração civil irá substituir, gradativamente, a militar, entrando-se em uma nova fase (I MÁS, 1997).

A colonização se apoiava na expropriação das melhores terras, política que corria paralelamente ao isolamento das tribos e à destruição das instituições nativas mediante a aplicação pura e simples da legislação francesa. Ademais, o sistema de cultivo de cereais, necessários à subsistência, foi gradativamente substituído por cultivos destinados à exportação, como vinhas e algodoeiros, integrados ao circuito de comercialização através das novas malhas ferroviárias, símbolos da colônia. A população fora forçada à sedentarização e rumou às cidades, onde – proletarizada – buscava trabalho. Na administração pública, os melhores postos eram destinados aos *colons*, de modo que entre as antigas elites, aquelas frações que cooperaram com o colonizador foram reduzidas à posição de funcionários subalternos (HOURANI, 2013[1991]; I MÁ, 1997; GARCÍA, 1997). Analisando a dimensão psicológica da colonização, Franz Fanon declarou:

A violência com a qual a supremacia dos valores brancos é afirmada e a agressividade que permeou a vitória desses valores sobre os paradigmas de vida e de pensamento do nativo significam que, em revanche, o nativo ri em deboche quando os valores ocidentais são mencionados em sua frente. No contexto colonial, o colono só conclui seu trabalho invadir o nativo quando este admite em voz alta e clara a supremacia dos valores do homem branco (FANON, 2005[1961], p.42).<sup>91</sup>

A resistência de Abd el-Qader era ainda expressa em termos sobretudo tradicionais: defesa do território e defesa da identidade islâmica. No começo do século XX, começaram a surgir pequenos focos de reformismo religioso nas zonas rurais, embora mais tímidos que no Egito e na Tunísia, países que contavam com fortes e estruturados centros islâmicos. Quando surgiu uma classe culta moderna, nas primeiras décadas do século XX, alguns jovens intelectuais de formação ocidental seguiram o caminho dos tunisinos e, em 1907, fundaram os Jovens Argelinos, um movimento laico, que – como sua contraparte – lutava pela assimilação dos argelinos à sociedade francesa, nos moldes denunciados por Fanon, por deputados argelinos eleitos, pelo reparto justo dos impostos. A questão nacional não era abordada, de modo que a soberania francesa não era questionada (HOURANI, 2005[1983]); GARCIA, 1997).

Após a Primeira Guerra Mundial, porém, a empresa colonial iniciou seu processo de declínio. O recrutamento de 173.000 jovens argelinos para lutar ao lado dos franceses, bem

---

<sup>91</sup> No original: *The violence with which the supremacy of white values is affirmed and the aggressiveness which has permeated the victory of these values over the ways of life and of thought of the native mean that, in revenge, the native laughs in mockery when Western values are mentioned in front of him. In the colonial context the settler only ends his work of breaking in the native when the latter admits loudly and intelligibly the supremacy of the white man's values.*



como a posterior imigração de mão-de-obra rumo à metrópole, em vista dos esforços de reconstrução, colocaram argelinos em contato com a verdadeira vida política e sindical francesa, permitindo que se criassem fóruns para debater os problemas nacionais. Será justamente em Paris, no ano de 1926, que Messali Hajj, sob os auspícios do Partido Comunista Francês (PCF), fundará a Estrela Norte-Africana (*Étoile Nord-Africaine* – ENA), movimento que pedirá o fim da discriminação aos argelinos e a independência total da Argélia. A ENA logo foi desbaratada e, em 1937, se converteria em Partido do Povo Argelino (*Parti du Peuple Algérien* – PPA). Ainda em 1927, Ferhat Abbas formou a Federação dos Eleitos Muçulmanos (*Fédération des Élus Musulmans* – FEM), de tendências assimilacionistas, composta por uma elite moderada, paralelo ao Neo-Destour tunisino e ao Wafd egípcio. No campo islamista, em 1932, Ben Badis criou a Associação dos Ulemás<sup>92</sup> (*Association des Oulémas* – AO), que igualmente não postulava uma cisão radical com a França, mas buscava recuperar a tradição islâmica e a supremacia moral do Islã. Esses primeiros movimentos de inspiração nacional-religiosa serviam para unificar os argelinos e reforçar a importância da personalidade nacional (GARCIA, 1997; YAZBEK, 1983).

A luta anticolonial, porém, seria intensificada após a Segunda Guerra Mundial. Uma vez mais, tropas argelinas haviam lutado ao lado dos franceses, sob promessa de que, findada a Guerra, o regime colonial também terminaria. O que findaria, logo, porém, seriam as esperanças para tanto. Grandes eventos foram promovidos, em maio de 1945, para comemorar a retirada das forças nazistas da França e o fim da Guerra. Em Sétif, entretanto, a leste de Argel, protestos nacionalistas buscaram demonstrar a hipocrisia dos *colons*, que – ao festejarem a “libertação” que havia sido finalmente alcançada – aparentavam esquecer a situação à qual submetiam os colonizados. Bandeiras argelinas foram desfraldadas. Os militares franceses abriram fogo contra a multidão, provocando várias mortes, as quais levaram a novos levantes, todos duramente reprimidos. Sobre o episódio, o célebre escritor argelino, Kateb Yacine, escreveu: “É em 1945, em Sétif, que o meu humanitarismo foi posto à prova pela primeira vez com o mais atroz dos espetáculos. Ali se cimentou meu nacionalismo (...) foi principalmente essa negação de tudo o que me haviam ensinado que me abriu os olhos” (YACINE, Apud, YAZBEK, 1983, p.26).

O intrincado jogo subterrâneo entre grupos nacionalistas veria emergir um novo ator: os jovens radicalizados, frustrados com a administração francesa, indispostos à ação “legal”, à conciliação. Preparava-se a estrutura política e paramilitar para deflagrar-se, enfim, uma

---

<sup>92</sup> Teólogos do Islã, ou sábios das leis e da religião.

insurreição armada, aprofundando-se a cisão entre os “legalistas”, especialmente agrupados sob Messali Hajj, e os que propunham a libertação pelas armas. Em 1947 foi criada a Organização Especial (*Organisation Spéciale* – OS), no seio do próprio partido de Messali. Seu objetivo era a preparação para a luta armada: a definição de uma estratégia e a construção de uma equipe e de um Estado-Maior. A OS será desmantelada pela polícia francesa em 1950. Os militantes que escaparam das purgas formarão, quatro anos depois, o Comitê Revolucionário de Unidade e Ação (*Comité Révolutionnaire d'Unité et d'Action* – CRUA), a cisão final com o partido de Messali, formado pelos chamados “nove chefes históricos” da revolução argelina, os quais atuavam externamente, desde o exílio, especialmente desde o Cairo (Ahmed Ben Bella, Ait Ahmed, Mohammed Kider), e os que atuavam desde o território da Argélia (Mohamed Boudiaf, Rabah Bitat, Belkace Krim, Mustafa Ben Boulaid, Murad Didouche, Larbi Ben M’Hidi). Sete meses depois de sua formação, o CRUA anunciou a criação da Frente de Libertação Nacional (*Front de Libération Nationale* – FLN), que dirigiria o levante armado (YAZBEK, 1983).

A Guerra da Argélia teve início em novembro de 1954, com a formação da FLN, e se estendeu até setembro de 1962, tendo sido uma das mais sangrentas do século XX. De um pequeno movimento de guerrilha quando irrompeu a rebelião, a FLN foi bem-sucedida em mobilizar a maior parte da população nativa e em agregar os diversos movimentos políticos e nacionalistas que então se apresentavam: os Eleitos, os Ulemás, os berberes, os comunistas. O único movimento nacionalista não cooptado fora o de Messali Hajj. No auge da guerra, o braço armado da FLN, o Exército de Libertação Nacional (*Armée de Libération Nationale* – ALN), chegaria a contar com mais de 100 mil homens, divididos entre combatentes regulares (*mujahideen*), e *mussebilins*, aqueles dedicados a operações de sabotagem. Seus membros, portanto, tinham raízes populares, distanciando a FLN de outros movimentos de caráter elitista, como os tunisinos durante o mesmo período (I MÁS, 1997; YAZEB, 1983).

A insurreição se estruturou a partir de seis regiões militares chamadas *wilayas*, cada qual liderada por um coronel do ALN, o qual tinha grande autonomia em relação à direção política da FLN.<sup>93</sup> A *wilaya* V, que fazia fronteira com o Marrocos, era a mais notável de todas, comandada por Add el-Hafid Boussouf, cujo assistente era um jovem chamado Houari Boumediène, futuro Chefe do Estado-Maior e futuro presidente. Ali criou-se o embrião dos

---

<sup>93</sup> O Congresso de Soummam, considerado o ato fundador da Argélia moderna, foi realizado em 1956. Buscando prover a FLN e o ALN de uma plataforma política, foi criado o Conselho Nacional da Revolução Argelina (*Conseil National de la Révolution Algérienne* – CNRA), majoritariamente composto por militares, cujo objetivo era garantir uma república argelina unitária, socialista e democrática, a partir de uma perspectiva de primazia do campo político sobre o militar. Assim, a FLN se transmutava de uma guerrilha em um verdadeiro partido político, ainda que profundamente cindido (AGERON, 1983).

serviços de inteligência argelinos: o *Promotion Zabana* foi uma escola criada por Boussof para formar especialistas em transmissão de rádio e em escutas, devido à necessidade de proteger os dirigentes nacionalistas de infiltrações dentro de seus corpos políticos e de combater as operações lançadas pelo serviços de inteligência franceses. A existência de um serviço de transmissão permitiu a elaboração da Voz da Argélia Livre e Combatente (*Voix de l'Algérie Libre et Combattante*), programa clandestino de rádio, apoiado e financiado pelo Cairo, que transmitia a propaganda oficial do movimento independentista (SIFAOU, 2012; LENZE, 2011).

Após o massacre de Sétif, a vigilância da população havia sido substituída pela repressão mais ativa por parte da França. Novos métodos incluíam aumento das restrições à atividade política, a ampliação das prerrogativas policiais para perseguir e prender aqueles acusados de ameaça à segurança pública e a criação de centros de detenção, onde a tortura era amplamente praticada.<sup>94</sup> Era uma preocupação dos franceses evitar o contrabando de armas para os rebeldes argelinos. Neste intuito, e no intuito de vigiar e de perseguir os líderes nacionalistas que atuavam desde o exterior, o Serviço de Documentação Exterior e de Contraespionagem (*Service de Documentation Extérieure et de Contre-Espionnage – SDECE*) metropolitano fora acionado (THOMAS, 2013; RIEGLER, 2012).

Muito se discutiu sobre a origem da *Main Rouge*, um grupo vigilante e paramilitar que teve paralelos na *Main Noire*, que atuou no Marrocos, e na *Main Rouge*, que atuou na Tunísia, objetivando prevenir o processo de descolonização por meio de ataques aos defensores do autogoverno e da soberania. Documentos militares franceses e relatos de ex-agentes revelaram, posteriormente, que operações encobertas faziam parte dos esforços de guerra contra a FLN e contra outros movimentos paralelos e que estas tinham pleno apoio das autoridades de Paris. A *Main Rouge*, de tal maneira, era uma criação do SDECE. Esta promoveu diversos atentados em território argelino, mas também na Alemanha Federal, onde traficantes de armas eram suspeitos de abastecerem as fileiras da FLN.<sup>95</sup> A Tunísia e o Marrocos também eram focos de ajuda à libertação da Argélia, embora o principal apoio financeiro e logístico fosse proveniente do presidente Nasser no Egito, fato que precipitou – como visto – o apoio francês à invasão do Canal de Suez, em 1956 (FORCADE, 2012; RIEGLER, 2012; VON BÜLOW, 2008).

---

<sup>94</sup> Em novembro de 1952, início da guerra contra a FLN, a França enviara três batalhões de paraquedistas, uma força de elite que se destacara na Indochina.

<sup>95</sup> Entre 1956 e 1961, uma série de atentados ocorreram na República Federal da Alemanha, antes da regulamentação sobre a venda de armamentos, provavelmente promovidos pelo *Main Rouge*. Esse período de transição foi testemunha da ação de traficantes de armas, cujo comércio era fortemente focado no Oriente Médio e no Norte da África (BÜLOW, 2008).

Diversos dos líderes históricos da FLN foram capturados pelas forças francesas e muitos foram exilados. No Cairo, sob a proteção de Nasser, formou-se, em setembro de 1958, o Governo Provisório da República Argelina (*Gouvernement Provisoire de la République Algérienne* – GPRA), cujo primeiro presidente foi Ferhat Abbas. Sob o GPRA, foi alocado um importante ministério, o Ministro das Relações Gerais e de Comunicações (*Ministre des Liaisons générales et Communications* – MALG), a cargo de Add el-Hafid Boussof e com base em Trípoli, na Líbia. Normalmente identificado como o primeiro serviço de inteligência argelino, o MALG tinha como objetivos a manutenção da comunicação entre o GPRA e suas unidades externas, a compra de armamentos e outros suprimentos no exterior, o recrutamento para os quadros da FLN e, claro, o controle da população. Uma escola para seus quadros foi criada, da qual saíam os futuros oficiais de inteligência, conhecidos – então – como “Boussof Boys”. Em 1962, diversos destes alunos foram enviados à União Soviética a fim de serem iniciados nas práticas da KGB (SIFAOU, 2012; LARIBI, 2007; BÜLOW, 2008).

Em 19 de março de 1962, um cessar-fogo foi assinado entre a França e Krim Balkacem, chefe da delegação do GPRA. Os Acordos de Évian conduziram, em julho, à independência argelina. Ao passo que esta se aproximava, no entanto, uma disputa pelo poder se abateu entre os companheiros de ontem, opondo – de um lado – o GPRA e – de outro – os militares reunidos no ALN, apoiados pelo MALG e pelas *wilayas* I, IV e V.<sup>96</sup> A fim de defender os interesses dos militares, o chefe do Estado-Maior do ALN, Houari Boumediène estabeleceu uma aliança com Ahmed Ben Bella, um dos líderes históricos da FLN, possivelmente, o mais proeminente, que contava com apoio do presidente Nasser. Em agosto, uma Assembleia Nacional Constituinte, presidida por Ferhat Abbas, elegeu Ben Bella para a presidência da nova República. Na sequência, o GPRA foi dissolvido e a constituição de 1963, que definia a Argélia como uma república popular, democrática e socialista, consolidava a FLN como partido-único. Houari Boumediène, que havia contribuído decisivamente para a ascensão de Ben Bella, se tornaria ministro da defesa e, posteriormente, vice-presidente (LENZE, 2011; YAZEB, 1983; ZARTMAN, 1970)

Ben Bella, porém, desconfiava de Boumediène. O princípio da primazia do civil sobre o militar, que animara a formação da FLN, caducara em vista das contingências da guerra. O partido não contava com uma ideologia ou com um plano de governo definidos no momento da Independência. Mostrava-se, igualmente, altamente fragmentado, uma vez que a luta contra a colonização não havia sido articulada em torno de um único líder. Nesse cenário, o

---

<sup>96</sup> As *wilayas* II, III, IV, se colocaram contra a sua conversão a uma força militar convencional, buscando preservar sua autonomia, se colocando, portanto, contra a coalisão dominante (ZARTMAN, 1970).

verdadeiro lócus de poder, a única instituição realmente organizada em 1962, não era o partido em si, mas o ALN, de modo que as possibilidades de um golpe militar não eram desprezíveis (YEFSAH, 1992). Em suas memórias, o coronel Yahya Rahal descreveu o tênue equilíbrio de forças que se estabelecia: “Coronel Boumediène se colocou ele próprio voluntariamente atrás de Ahmed Ben Bella, que foi colocado na presidência, sempre resguardando os meios de poder real, que é o Exército (RAHAL, 1997, p.153-154).<sup>97</sup>

Incapaz de atacar Boumediène diretamente, Ben Bella perseguiu duas estratégias. Em primeiro lugar, aproximou-se da oposição de esquerda; ao mesmo tempo, buscou remover alguns dos aliados de Boumediène do Conselho de Ministros, ameaçando o controle do Exército sobre a política nacional: forçou a demissão do ministro do interior para ocupar o posto ele próprio, bem como do ministro de informações. Em dezembro, Ben Bella era Presidente da República, ministro do interior, de finanças e de informações, bem como secretário-geral da FLN. Em maio de 1965, anunciou a demissão de Abdelaziz Bouteflika de seu posto de ministro dos assuntos estrangeiros. Aproveitando a proximidade da Conferência Afro-Asiática, a qual – sendo realizada em Argel – consolidaria Ben Bella como símbolo das lutas no Terceiro Mundo, Houari Boumediène precipitou sua derrubada, denunciando o personalismo do governo, a necessidade de salvaguarda dos valores militares, sendo o ALN o verdadeiro “guardião da revolução” (LARIBI, 2007; YAZEB, 1983; ZARTMAN, 1970).

O golpe militar de 1965 produziu uma mudança decisiva na história argelina. Os militares, organizados em torno do novo Conselho da Revolução (*Conseil de la Révolution* – CR) substituiriam todas as antigas instituições, criando um sistema político essencialmente militarizado e reduzindo a FLN a um pequeno escritório localizado dentro das instalações do ALN. O regime de Boumediène, de tal forma, eliminou a maioria dos membros da classe política tradicional e reuniu o que ele chamou de “elites simbólicas”: aqueles com experiência de guerrilha. Como no Egito nasserista, os militares argelinos utilizaram o nacionalismo enquanto retórica na luta pela independência e – posteriormente – na justificação de seu projeto de desenvolvimento, conjugado ao ideal socialista (JACKSON, 1977; HERMASSI, 1972). Claramente fazendo um contraponto às posições de Ben Bella, em discurso de 1965, Boumediène utilizou todas estas imagens:

A Revolução é do povo e a ele deve continuar a pertencer, sem se desviar (...) nosso rumo socialista e nossa Revolução constituem a consciência de milhares de mártires e o resultado de uma grande luta das forças

---

<sup>97</sup> No original: “Colonel Boumediene a place lui-mem volontairement derrière Ahmed Ben Bella, qui a été placé à la présidence, garde toujours les moyens de pouvoir réel, qui est l’armée”.i

revolucionárias deste país (...) há gente que pensa que isso é um golpe militar. A Argélia não é o país dos golpes. Há gente pensando que esta foi uma ação militar, mas nós respondemos que é uma ação de militantes, de uma elite de militantes, e que essa elite não é aquela que conheceu a luta nos salões ou nas capitais estrangeiras. No momento em que os verdadeiros combatentes estavam nos maquis, vivendo nas tocas com os camponeses, compartilhando o sofrimento no meio do povo e dos autênticos revolucionários, muitos estavam nas capitais estrangeiras e falavam em nome da Revolução (BOUMEDIÈNE, 1965 Apud POERNER, 1966, p.125).

O papel dos militares enquanto legítimos herdeiros dos valores da Revolução Argelina, conjugados às narrativas de um futuro possível, mais justo, mais próspero, constituíram a base do carisma de Boumediène e a matriz de seu regime autoritário. A criação de um mito ao redor da Guerra de Independência promovida pelo regime, através da propaganda oficial, dos símbolos nacionais e do sistema educativo, garantiu o respeito popular aos militares, que tentaram incorporar eles próprios o espírito da nacionalidade argelina. Neste sistema, o partido-único e o Parlamento, não passarão de braços do Poder Executivo durante a presidência de Boumediène. A partir de 1965, o poder político na Argélia possuirá uma base tripartite, cuja proeminência de um ou de outro pontuará momentos distintos da história nacional: o presidente forte, o Exército vigilante e um serviço de inteligência politizado, militarizado e poderoso (ADDI, 2001; STONE, 1997).

### 3.2 De Boumediène ao “Decênio Negro”

A política argelina foi dominada por uma pequena, porém estável oligarquia civil-militar, composta por militares profissionais – representados em organizações-chave, como o Conselho de Ministros e o CR, embora sob “uniformes” civis – e por burocratas civis, tanto aqueles responsáveis pela administração pública, quando pelas empresas do Estado. Os militares enquanto instituição, no entanto, a partir da ascensão de Boumediène, reservaram-se o papel de “guardiões”. Assim, envolveram-se na política nacional apenas quando requereram as circunstâncias: em 1962, como já visto, na disputa de poder com o GPRA e com os líderes dissidentes das *wilayas*, em 1965, com o Golpe Militar e, como veremos, em 1992, dando início ao “Decênio Negro”. À parte estes momentos, os militares seguiram uma política de “retorno à caserna”, de profissionalização, observando o processo político atentamente, mas sem governar diretamente, exatamente como no Egito (LAYACHI, 2014; COOK, 2007; ADDI, 2001; ENTELIS, 1982).

Uma diferença em relação ao caso egípcio, no entanto, é que os serviços de segurança, especificamente o serviço de inteligência, não são independentes em relação aos militares. O

serviço de inteligência argelino, da mesma maneira que o ALN, devido ao contexto singular de seu nascimento, anterior à formação do Estado-nação, enquanto instrumento da FLN para fazer frente à pujança colonial, compartilha da mesma ideia de possuir “uma legitimidade superior àquela do Estado, sendo este próprio, ou sua coluna vertebral” (SIFAOUÏ, 2012, p.22)<sup>98</sup>. É também por meio deste que os militares intervieram na vida política, especialmente para evitar ameaças à sua hegemonia política (ZERAOUÏ, 2012).

O partido-único, a FLN, monopolizava os meios de poder e o debate político nacional, embora tivesse pouca autonomia decisória: os militares tinham a prerrogativa informal de apontar o futuro presidente e aqueles desejosos de ocupar posição no governo deveriam ter sua aprovação. A existência do partido, no entanto, provia o sistema político de maior legitimidade e sua institucionalização impedia a ascensão de elites concorrentes. Como no Egito e na Tunísia, o partido era organizado a partir de células regionais, reunidas em comitês nacionais, sob o controle do secretário-geral (ADDI, 1997; JACKMAN, 1977).

Quando assumiu o poder, Boumediène dissolveu o Parlamento, cancelou a constituição promulgada por Ben Bella e tomou a precaução de não nomear um ministro da defesa, que detivesse autoridade sobre as Forças Armadas, em vistas de não ser ele próprio vítima da mesma lógica que utilizou para afastar seu antecessor. Boumediène assumiu ele próprio o ministério, de modo a reter simultaneamente o poder real e o poder executivo. (ADDI, 2001).

Em seu projeto de governo, Boumediène privilegiou a construção de uma economia socialista, baseada nas nacionalizações – principalmente das empresas petrolíferas francesas –, na reforma agrária e em um amplo programa de industrialização. No âmbito da política externa, Boumediène pautou-se pelo neutralismo e pelo não-engajamento, pelo fortalecimento da solidariedade com os países africanos e pelo apoio aos movimentos de libertação, especialmente evidente no caso da Angola. A partir dos anos 1960, o país foi um importante destino para refugiados e exilados políticos e uma importante base de operações para movimentos revolucionários de vários países, inclusive sendo o primeiro Estado árabe a permitir membros do Fatah a treinarem em suas escolas militares. Argel, de tal maneira, tornaria-se um centro internacional dos movimentos de esquerda, anticolonialistas e anti-imperialistas (LAYACHI, 2014; YAZBEK, 1983; CAROZ, 1978).

No âmbito interno, no entanto, Boumediène, com forte suporte da inteligência, foi implacável com relação aos seus opositores. Em 1962, o MALG havia se convertido em

---

<sup>98</sup> No original: *une légitimité supérieure à celle de l'État, voire qu'elle sera celui-ci, sinon as colonne vertébrale.*

Segurança Militar (*Sécurité Militaire* – SM), um verdadeiro sistema político paralelo, com ampla penetração em todos os setores de atividade do país. A SM era subordinada ao Ministério da Defesa, o que quer dizer que desde a ascensão de Ben Bella, esteve sob autoridade direta de Boumediène, tendo contribuído – em 1965 – para o golpe militar que colocou-o no poder. Sendo uma agência centralizada, tinha por missão a coleta e a análise de informações tanto no exterior, quanto em território argelino; tanto relativas à segurança nacional, quanto à sociedade. O SM contava com centros cujo fim exclusivo era penetrar agentes nos quadros da sociedade civil, a fim de identificar eventuais ameaças, de modo que representava também uma poderosa polícia política, onipresente – durante os anos de governo Boumediène – nas empresas públicas, nas universidades e na imprensa. Uma de suas primeiras missões, nesse sentido, foi a neutralização de opositores do regime, especialmente dos berberistas e dos comunistas, bem como de antigos simpatizantes de Ben Bella. É creditada à SM, por exemplo, o assassinato de líderes históricos da FLN, como Krim Balkassem e Muhammad Khider, ambos contrários ao envolvimento dos militares no plano político. Krim Balkassem, inclusive, tendo formado um movimento político próprio, era visto como uma alternativa democrática a Boumediène (SIFAOU, 2012; LARIBI, 2007; CAROZ, 1978).

A tortura, enquanto política de dissuasão foi sistemática. A liberdade de associação e de expressão era restrita e a oposição política fora reduzida à clandestinidade. Em 1967, o coronel Tahar Zbiri, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, um dos apoiadores do golpe de 1965, tentou derrubar Boumediène, por discordâncias em relação à política de incorporação de oficiais franceses que haviam desertado ao ALN. Após desbaratar o *putsch*, o presidente aboliu, em 1968, o Estado-Maior unificado, o qual apenas será recriado em 1984, de modo que o Ministério da Defesa, encabeçado por ele próprio, converteu-se em único responsável, no governo, pela estrutura militar (ROBERTS, 2007; LARIBI, 2007).

Uma nova carta nacional foi aprovada em referendo, em junho de 1976. Em novembro, foi aprovada uma nova constituição, a qual reafirmava a orientação socialista do regime, única alternativa viável ao desenvolvimento, e mantinha, formalmente, o quadro institucional da constituição anterior, mantendo-se – portanto – certa configuração democrática, a qual escondia as redes informais de decisão a cabo dos militares. Um mês depois de aprovada, Boumediène foi formalmente eleito Presidente da República com 95% dos votos, em uma eleição de candidato único. Ele era – então – simultaneamente Chefe de Estado e de Governo, Comandante em Chefe das Forças Armadas, ministro da defesa e secretário-geral da FLN. A eleição de Boumediène, no entanto, coincidiu com a ascensão de



um movimento proveniente das classes mais baixas, desejosas de se colocarem no sistema político do qual eram excluídas, profundamente críticas à corrupção no seio do governo: os islamistas (LAYACHI, 2014; ADDI, 1997).

Esse movimento islamista ascendente era dirigido por Abdellatif Soltani, que pertencia ao movimento dos Ulemás. Ele declarou sua contrariedade à nova constituição, que considerava um atentado à identidade do povo argelino, por ser contrário ao seu conteúdo socialista. Soltani incentivou a oposição islamista armada, organizada por Mahfoudh Nahnah, responsável por diversos atos de sabotagem e de depredação de bens públicos. O movimento islamista será, na sequência, impulsionado pelo sucesso da Revolução Iraniana e pelo retorno dos “árabes afegãos”, que foram ao Afeganistão no intuito de fazer a *jihad*, como o farão no seu retorno, em seus próprios países (LARIBI, 2007).

No auge do culto a sua personalidade, Boumediène faleceu de uma rara doença renal e foi substituído pelo presidente da Assembleia Nacional, Rabat Bitat, o único dos “nove líderes históricos” da FLN ainda em atividade política. Quarenta e cinco dias depois, os chefes militares – encabeçados por Kasdi Merbah, chefe da SM – impuseram Chadli Bendjedid como secretário-geral do partido e, posteriormente, como Presidente da República, de modo que sua nomeação refletiu a determinação do exército em manter-se no centro da política argelina, apontando um militar de carreira, *mujahidin* da Guerra de Independência, para substituir Boumediène (COOK, 2007; LARIBI, 2007; ENTELIS, 1982).

A morte de Boumediène fecha um capítulo da história da SM argelina. A partir de Bendjedid, fica mais clara a dicotomia entre o poder formal, representado pelo chefe do Executivo, e um poder informal, representado por oficiais militares e seus serviços de inteligência, bem como o choque entre ambos. Bendjedid, o presidente cooptado, não era identificado com nenhum clã ou facção, sendo considerado – portanto – um bom “moderador”, ainda que não detivesse o carisma de seu antecessor. Como este, preservará para si a pasta do Ministério da Defesa, embora o Estado-Maior das Forças Armadas tenha sido reestabelecido em 1984, em conformidade com a estruturação do poder dual. Logo em 1990, no entanto, um ministro da defesa seria nomeado, Khaled Nezzar, considerado, naquele momento, por diversos analistas, o real foco de poder na Argélia (ROBERTS, 2007; BENCHIKH, 2004; KERVYN, GÈZE, 2004; ADDI, 2001).

A SM estava em seu zênite quando Boumediène faleceu. A substituição de Kasdi Merbah por Lakehal Ayat, em 1981, e a cisão, em 1987, da SM em duas direções tinham por objetivo dimensionar o poder da agência. A SM foi dividida em Direção Geral de Prevenção e da Segurança (*Direction Générale de la Prévention et de la Sécurité* – DGPS), responsável

pela inteligência externa e contraespionagem, sob autoridade direta da Presidência, e em Direção Central da Segurança do Exército (*Direction Centrale de la Sécurité de l'Armée – DCSA*), responsável pela inteligência interna, subordinada ao Ministério da Defesa e herdeira do caráter de polícia política. Essa reforma, como a fizera Sadat no Egito e Ben Ali na Tunísia, respondia também à política de “desboumediênização” adotada por Bendjedid, tendo diversos aliados do presidente anterior, especialmente aqueles pertencentes ao serviço secreto, sido afastados da vida pública (SIFAOUÏ, 2012; KERVYN, GÈZE, 2004).

Turbulências políticas, porém, chegaram cedo para Bendjedid. As duas crises do petróleo, de 1983 e de 1986, atingiram fortemente a economia argelina, dependente da exportação deste produto. O déficit resultante, em um Estado cuja economia era planejada, gerou queda dos investimentos, aumento nos preços e desemprego, ameaçando a estabilidade política. Houve revoltas em Argel, em 1985 e em 1986, em Sétif e Constantina:

Nos anos 1980, como hoje, o sentimento de desespero era, e continua sendo, vasto. Era ligado a ressentimentos mais profundos, associados à desilusão política, ao desafeto cultural e à aridez espiritual (...) a autoridade centralizada sufocava a escolha e extinguiu as oportunidades, levando a um sentimento generalizado de falta de propósito político. Então, como agora, as pessoas ficaram ressentidas com o aparente desprezo da elite governante para com os argelinos comuns e suas aspirações populistas. A retórica revolucionária do passado, juntamente com o compromisso com o socialismo doméstico e global, há muito perdera seu apelo ideológico para a maioria dos argelinos. A ideologia secular Estado-dirigida provou-se pouco mais que racionalização política para manter o poder de poucos às custas dos muitos descontentes (ENTELIS, 2011, p.5).<sup>99</sup>

Em resposta à difícil conjuntura, Benjedid deu início a um amplo programa de liberalização econômica, como forma de conter o declínio da atividade econômica. Empresas públicas foram vendidas, subsídios foram reduzidos e o controle dos preços, derrubado. O déficit fiscal era combatido com a redução dos gastos do governo. Igualmente, a economia foi aberta ao investimento externo, orientando a Argélia para longe da União Soviética e em direção ao Ocidente, diminuindo seu papel proeminente no Terceiro Mundo. Em 1988, no entanto, a taxa de desemprego, que gravitava em 11% em 1984, chegou a 25%, o poder de compra das famílias decrescia e era visível o aumento das desigualdades entre ricos e pobres.

<sup>99</sup> No original: *In the 1980s, as with today, the sense of desperation was, and remains, vast. It was tied into deeper grievances associated with political disillusionment, cultural disaffection, and spiritual aridity (...) Centralised authority suffocated choice and extinguished opportunity, leading to a generalised sense of political purposelessness. Then as now, people have come to resent the ruling elite's apparent contempt for ordinary Algerians and their populist aspirations. The revolutionary rhetoric of the past along with a commitment to domestic and global socialism had long ago lost their ideological appeal to most Algerians. State-directed secular ideology proved little more than political rationalisation for maintaining the power of the few at the expense of the disaffected many.*

Em outubro de 1988, a mais violenta manifestação pública contra as ações do governo desde a Independência foi o resultado inevitável da conjuntura de crise: era a chamada “Primavera Árabe Argelina”. Após semanas de greve e motins em diversas cidades, pela melhora nas condições de vida e pelo fim da corrupção, os militares foram chamados por Benjedid para reestabelecer a ordem. Em três dias, cerca de 500 pessoas perderam a vida, de modo que o que era uma “Primavera” terminou por receber a alcunha de “Outubro Negro”, devido à forte repressão militar. O resultado foi um princípio de “desmilitarização” da política, uma vez que a brutalidade da repressão mudou, em parte, a percepção da população acerca do papel das Forças Armadas (BOUANEL, 2015; LAYACHI, 2014; ENTELIS, 2011; ÇALENK, 2009). Segundo Hill (2009), estes deixaram de serem vistos como portadores do “espírito sagrado” da guerra de libertação, para se tornarem “cúmplices de um regime ilegítimo”, concentrados na salvaguarda de seus próprios interesses, não no serviço ao povo. O senso de traição, portanto, era visível, mas este processo seria, logo, revertido, devido às exigências do combate à insurgência islâmica dos anos 1990.

Após 1988, o regime foi obrigado a introduzir reformas institucionais e liberalizantes como forma de garantir sua sobrevivência. De tal maneira, em 1989 foi aprovada uma nova constituição. As principais mudanças em relação à constituição anterior foram o desaparecimento do compromisso com o socialismo do texto constitucional e o fim do monopólio político da FLN, dada a garantia ao direito de associação. Quando de sua promulgação, diversos analistas saudaram seu caráter liberal e apontaram para um princípio de transição democrática. Não era a democracia, no entanto, o objetivo do presidente, mas infundir o regime que encabeçava de nova legitimidade. A fachada democrática, por exemplo, não eliminou a proeminência dos militares, nem a preponderando do poder Executivo sobre o Legislativo. Ademais, os novos partidos, para operarem, deveriam pedir permissão do Ministério do Interior, o financiamento externo era proibido (o que servia para dificultar a formação de partidos beberistas, que tinham significativos contingentes populacionais na França) e o financiamento público era proporcional ao número de assentos no parlamento, o que, obviamente, favorecia a FLN (COOK, 2007; ENTELIS, ARONE, 1994).

O multipartidarismo, entretanto, continha o risco de emergência de uma contra-elite, resistente à cooptação. Após a ratificação da nova constituição, uma série de novos partidos emergiram, representando diversas tendências políticas, dos conservadores aos comunistas. Uma facção do movimento islamista que havia se formado nos anos Boumediène criou a Frente Islâmica de Salvação (*Front Islamique du Salut – FIS*), o primeiro partido saído do movimento islamista legalizado no mundo árabe-muçulmano, composta sobretudo por jovens

urbanos e de classes baixas, que oscilavam entre uma maioria de corte reformista e uma minoria antissistêmica, mais radical. Igualmente, Ben Bella retornou ao país para criar o Movimento pela Democracia na Argélia (*Mouvement pour la Démocratie en Algérie – MDA*), bem como Aït Ahmed, após a legalização da Frente de Forças Socialistas (*Front des Forces Socialistes – FFS*) (BOUANEL, 2015; ABU-TARBUSH, 2007; COOK, 2007).

Uma segunda consequência do “Outubro Negro” foi a substituição do chefe da DCSA por Mohamed Mediène, que em 1961 havia sido recrutado pelo MALG, com passagem pela escola da KGB. Em 1990, a DGDS foi oficialmente dissolvida e suas funções, reabsorvidas pela DCSA, que foi renomeada Departamento de Inteligência e de Segurança (*Département du Renseignement et de la Sécurité – DRS*), sob o Ministério da Defesa e encabeçada por Mediène, codinome “Toufik”, um personagem “mítico” argelino, que permanecerá neste mesmo posto até 2015 (SIFAOUÏ, 2012).<sup>100</sup>

Ainda em 1990, a FIS foi a grande vitoriosa das eleições municipais, preparando terreno para as eleições para a Assembleia Nacional no ano seguinte. No primeiro turno das eleições legislativas de dezembro de 1991, a FIS venceu 188 assentos, contra 25 do FFS e apenas 16 da FLN. A vitória da FIS ameaçava a preponderância política do Exército. Quem seria, por exemplo, indicado ministro da defesa? Os militares, neste momento, buscaram o romper o movimento islâmico através do Plano Nezzar, uma estratégia midiática de desinformação, que tinha por objetivo depreciar a imagem da FIS: um partido “perigoso”, que buscava a instauração de uma “teocracia totalitária”. Era recorrente, neste sentido, a infiltração de agentes do DRS dentro do próprio partido, prática que foi denunciada por diversos observadores do processo<sup>101</sup> (KERVYN, GÈZE, 2004).

O segundo turno estava marcado para 16 de janeiro. Pressionado pelas Forças Armadas para cancelar o pleito, Chadli Benjedid renunciou. O golpe militar, orquestrado por Khaled Nezzar, o poderoso ministro da defesa, por Mohamed Mediène, chefe do DRS, além de alguns generais e caciques do regime, foi seguido pela imposição do Estado de Emergência pelo recém-formado Alto Conselho de Segurança (*Haut Conseil de Sécurité – HCS*), uma presidência colegiada composta de cinco generais, a qual suspendeu as eleições de dezembro, dissolveu as assembleias nacionais e municipais, bem como banuiu a FIS da atividade política. O HCS indicou Mohamed Boudiaf para a Presidência da República, chefe histórico da

---

<sup>100</sup> É considerado por muitos autores o homem mais poderoso da Argélia, sendo seguidamente comparado ao lendário John Edgar Hoover, que esteve à frente do FMI por 48 anos. Mediène usa o pseudônimo de “Toufik” e construiu um grande mito em seu torno, nunca aparecendo em público, de modo que muitos argelinos duvidam de sua própria existência.

<sup>101</sup> Cf. Keenan, 2009; Phillips, Evans, 2007; Souaïda, 2001.

Revolução Argelina, até então em exílio do Marrocos, cuja missão seria a repressão aos islamistas que se insurgiam e o reestabelecimento da confiança entre a população e o *Pouvoir* (ENTELIS, 2011).

Em 21 de janeiro teve início um capítulo duro da história da Argélia pós-independente: o “Decênio Negro”, a guerra civil que opôs os militares e as forças de segurança aos islamistas, a qual resultou em milhares de mortes, milhares de desaparecidos e centenas de pessoas deslocadas, fora aqueles torturados, sem que nenhum responsável tenha sido julgados, estando muitos – até hoje – na direção do país (SOUAÏDIA, 2001).

A luta contra o “terrorismo islamista” será dirigida pelo DRS, em colaboração com o novo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Mohamed Lamari, com o serviço de polícia e com a Gendarme. No interior da agência, as principais estruturas projetadas para tanto foram a Direção de Contraespionagem (*Direction du Contre-Espionnage* – DCE), dirigida por Smaïl Lamari, a Direção Central de Segurança do Exército (*Direction Centrale de la Sécurité de l’Armée* – DCSA), dirigida por Kamel Abderrahmane, a Direção da Documentação e da Segurança Exterior (*Direction de la Documentation et de la Sécurité Extérieure* – DDSE), dirigida por Saïdi Fodhil, a Direção de Segurança Interior (*Direction de la Sécurité Intérieure* – DSI), do general Abdelkader Kherfi, e, especialmente, o Grupo de Intervenção Especial (*Groupement d’Intervention Spéciale* – GIS), do coronel Abdelkader Khemene (SIDHOUM, 2003). Segundo depoimento de Habib Souaïdia, antigo oficial das tropas especiais do ALN:

Como muitos dos meus colegas, eu odiava os militares do DRS. Para nós, eram indivíduos sem escrúpulos, não hesitando em abusar do seu poder para obter seus fins. Sabíamos que, historicamente, a SM havia atendido aos generais para todos os “trabalhos sujos”, que seus homens estavam, por assim dizer, sendo utilizados para a manipulação de todos os tipos (truques sujos, infiltrações, etc.) (SOUAÏDIA, 2001, p.69).<sup>102</sup>

Do lado dos islamistas, grupos armados já haviam sido criados nas semanas que antecederam o cancelamento do pleito. Em fevereiro de 1992, os primeiros atentados – sobretudo contra policiais – tiveram início em bairros populares de Argel, espalhando-se por outras cidades. Unidades do exército se encarregaram da garantia da ordem, sem que os soldados e jovens oficiais tivessem qualquer experiência em luta antiterrorista. Gradativamente, divisões entre a liderança e entre os membros da FIS separaram os

<sup>102</sup> No original: *Comme beaucoup de mes camarades de promotion, je détestais les militaires du DRS. Pour nous, c'étaient des individus sans scrupule, n'hésitant pas à abuser de leur pouvoir pour arriver à leurs fins. Nous savions que, depuis toujours, la SM était proposée par les généraux à tous les "sales boulots", que ses hommes étaient, si l'on peut dire, des as de la manipulation en tout genre (coups tordus, infiltrations, etc.)*

moderados e pragmáticos daqueles elementos mais radicalizados. Emergiram, portanto, numerosos grupos islamistas armados, sendo o mais importante o Grupo Islâmico Armado (*Groupe Islamique Armé – GIA*), um grupo formado, principalmente, por “árabes afegãos”, guerrilheiros que haviam formado milícias antissoviéticas na Guerra do Afeganistão, com apoio do Egito e dos Estados Unidos. Sua campanha de terror incluía alvos militares e também civis. Igualmente importante foi uma dissidência deste, formada em 1998: o Grupo Salafista pela Pregação e Combate (*Groupe Salafiste pour la Prédication et le Combat – GSPC*), cujas ações violentas foram instrumentalizadas pelo regime, a fim de desacreditar os islamistas aos olhos da população (GONZÁLES, 2015; LAYACHI, 2014; AHMED, 2006).

Entre 1992 e 1999, enquanto durou a Guerra Civil, três presidentes diferentes foram escolhidos pelas Forças Armadas para governar o país,<sup>103</sup> ao passo que – durante este mesmo período – Mohamed Mediène e Mohamed Lamari permaneceram firmes em seus postos, confirmando serem eles as principais fontes de tomada de decisão. As exigências de combate à insurgência islâmica favoreceram o sobredimensionamento do DRS, que se beneficiava da má definição de suas funções, bem como dos conceitos amplos de “ameaça” e de “terrorismo” contidos no decreto antiterrorista aprovado em 1992, facilitando prisões arbitrárias, o uso de campos de concentração e a prática sistemática da tortura (ASSAM, 2004). Mediène se apresentava, naquele momento, como uma espécie de “salvador”, no plano interno por barrar a implementação de um dito “projeto teocrático”, no plano externo por evitar a apropriação dos recursos provenientes do petróleo nacional por “terroristas”. De tal maneira, “o DRS fez do islamismo e do terrorismo dois objetivos aliados. O fundamentalismo lhe serve porque enfraquece os democratas e o terrorismo o ajuda a legitimar, aos olhos dos parceiros estrangeiros, seu controle sobre a sociedade” (SIFAOU, 2012, p.226).<sup>104</sup>

Entre 1994 e 1996, a luta antiterrorista passaria a um estágio superior. Era o início do “Estado de hiperviolência”, durante o qual milhares de pessoas foram ilegalmente detidas, sistematicamente torturadas e muitas assassinadas. No início de 1996, os adversários já haviam sido praticamente eliminados, à exceção do GSPC. Assim, entre 1996 e 1998, o objetivo será consolidar o poder dos militares. Eleições antecipadas, apoiadas pela nova constituição de 1996,<sup>105</sup> a qual lançava as bases para um retorno ao processo dito democrático

<sup>103</sup> Mohamed Boudiaf, entre fevereiro de 1992 e junho de 1992, quando foi assassinado; Aki Kafi, entre 1992 e 1994, também assassinado; Liamine Zéroual, entre 1994 e 1999, quando renunciou.

<sup>104</sup> No original: *Le DRS a fait de l'islamisme et du terrorisme deux alliés objectifs. L'intégrisme le sert puisque'il lui permet d'affaiblir les démocrates et le terrorisme l'aide à légitimer, aux yeux des partenaires étrangers, sa mainmise sur la société.*

<sup>105</sup> A constituição ratificada em 1996 continha muitas das características da constituição anterior. Ela reassegurou o direito a formar partidos políticos, criou um legislativo bicameral e imbuíu o presidente de

pré-Golpe Militar, são convocadas para abril de 1999. O ex-ministro dos Assuntos Exteriores e braço-direito de Boumediène, Abdelaziz Bouteflika, foi convidado a concorrer à presidência, com apoio tático dos militares e do todo-poderoso DRS, sugerindo um “retorno à Era Boumediène”, embora sob um presidente que carecia da autoridade daquele (SIFAUI, 2012; ROBERTS, 2007; KERVYN, GÈZE, 2004; ADDI, 2001).

### 3.3 A Argélia de Bouteflika e o Desmantelamento do DRS

Bouteflika, o candidato da FLN e o candidato oficial do regime, foi eleito de abril de 1999, após os outros seis concorrentes terem decidido retirar-se da disputa, devido à perspectiva de fraude e de manipulação eleitoral, e em crítica ao papel que desempenhava o DRS na verificação dos candidatos. Era o quadro perfeito do ponto de vista dos comandantes militares que o apoiaram: eles tinham o homem que queriam na presidência, mas cuja “eleição” não o provia de nenhuma legitimidade eleitoral ou democrática, de modo que aquele possivelmente não colocaria nenhum risco à sua preponderância no cenário político (ROBERTS, 2007; ADDI, 2001).

O novo presidente apresentou-se como o homem da reconciliação entre os islamistas e os militares. Em julho de 1999, apresentou a Lei da Concórdia Civil, aprovada em referendo já em setembro, cujo objetivo era “instituir as medidas particulares encaminhadas para desbloquear saídas apropriadas àquelas pessoas implicadas em atos de terrorismo e de subversão que expressem sua vontade de dar fim, com toda consciência às suas atividades criminais” (ARGÉLIA, 1999, p.1).<sup>106</sup> A violência, no entanto, não cessou, uma vez que os principais grupos islamistas não depuseram suas armas. Em 2005, já em seu segundo mandato, o presidente empreendeu uma nova etapa da reconciliação com a aprovação, também em referendo, da Carta para a Paz e a Reconciliação Nacional (*Charte pour la Paix et la Réconciliation Nationale*), novamente chamando a apresentações voluntárias dos islamistas engajados em atos violentos às autoridades competentes. A Carta mostrava-se mais ampla que a lei anterior, inovando ao proibir definitivamente o exercício da atividade política pela FIS e ao explicitar – em seu capítulo sexto – que: “Nenhuma acusação pode ser instituída (...) contra os membros das forças de defesa e de segurança da República por ações empreendidas pela

---

maiores poderes, uma vez que 2/3 dos membros da nova câmara alta, o *Conseil de la Nation*, deveriam ser indiretamente eleitos pelas assembleias locais e 1/3, apontado pelo presidente (COOK, 2007).

<sup>106</sup> No original: *Instituir las medidas particulares encaminadas a desbloquear salidas apropiadas a aquellas personas implicadas en actos de terrorismo o subversión que expresen su voluntad de detener, con toda consciencia, sus actividades criminales.*

proteção de pessoas e bens, pela salvaguarda da nação e preservação das instituições da República argelina democrática e popular” (ARGÉLIA, 2006, p.1).<sup>107</sup> Este artigo representava uma vitória para os militares, que não seriam incriminados pelos crimes perpetrados durante o Decênio Negro (HIDOUCI, 2006).

O GIA havia sido desmantelado em 2002, embora o GSPC tenha se mantido em atividade, atraindo muitos dos islamistas que também haviam se negado a entregar as armas. A partir de 2003, o GSPC começou a deslocar-se em direção ao Sahel. Em 2007, al-Zawahiri, então o segundo na teia de comando na Al-Qaeda, anunciou que o GSPC seria aceito na organização, convertendo-se – a partir de então – em Al-Qaeda do Magreb Islâmico (AQMI), com um braço no noroeste argelino e outro no Sahel. No início de suas operações, a Argélia ainda era palco do maior número de ataques da AQMI; sua ação, no entanto, foi gradativamente sendo deslocada para o sul, especialmente para a Líbia e, em menor medida, para o Mali. O Sahel, portanto, se tornou, tanto por razões estratégicas (ação estadunidense na região desde 2002),<sup>108</sup> como táticas e operacionais (dificuldade da ação em um território montanhoso e árido), o novo front de combate para os islamistas (LOUNNAS, 2014; DAGUZAN, 2010 ; GALITO, 2010).

Bouteflika, assim, beneficiou-se da diminuição da violência islamista na Argélia, bem como do aumento dos preços do petróleo entre 1999 e 2009 e da aproximação com Paris e com Washington, especialmente devida à nova conjuntura de “Guerra ao Terror” e à experiência argelina no combate ao islamismo radical. Em 2004, foi reeleito presidente com 83,48%, ainda apoiado pelo DRS e ainda acusado, pelos seus adversários, de manipulação eleitoral. A partir deste ano, sob o argumento de modernizar e de profissionalizar as Forças Armadas, Bouteflika empreendeu importantes remodelações na cúpula do ALN, com o objetivo de estabelecer uma distancia entre os militares e a Presidência da República e de firmar sua própria autoridade. Em 2006, o presidente anunciou o afastamento do poderoso Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Mohamed Lamari, que servia neste cargo desde 1993, e sua substituição por Ahmed Gaïd Salah, um general próximo ao clã presidencial. Em oito meses, Bouteflika substituiu a maioria dos oficiais anteriormente fiéis a Lamari, “rejuvenescendo” a cúpula militar, claramente esforçando-se na criação de um corpo de

<sup>107</sup> No original: *Aucune poursuite ne peut être engagée (...) à l'encontre des éléments des forces de défense et de sécurité de la République pour des actions menées en vue de la protection des personnes et des biens, de la sauvegarde de la Nation et de la préservation des institutions de la République algérienne démocratique et populaire.*

<sup>108</sup> Em 2002, no âmbito da luta anti-terrorista, os Estados Unidos lançaram a operação *Pan-Sahel Initiative* (PSI), que visava treinar e equipar tropas no Mali, no Níger, no Chad e na Mauritânia. Em 2005, o PSI passa a se chamar *Trans-Saharan Counter-Terrorism Partnership*, a partir da inclusão do Marrocos, Argélia, Nigéria, Senegal e Tunísia (GALITO, 2010).



oficiais leais ao presidente, a fim de garantir sua posição, a partir da compreensão de que os militares, naquele momento, continuavam a influir fortemente no sistema político da Argélia e de que a Presidência da República era dependente, em última análise, dos desígnios dos oficiais. O passo seguinte, que permitiria garantir sua plena autoridade sobre as forças de segurança, seriam a reforma no serviço de inteligência e o afastamento de Toufik (LAYACHI, 2014; COOK, 2007; LARIBI, 2007; ROBERTS, 2007).

Bouteflika foi o primeiro presidente argelino a completar dois mandatos presidenciais. Em 2009, foi reeleito para o terceiro mandato, com 90,2 % dos votos. Em janeiro de 2010, porém, um escândalo de proporções nacionais afetou os mais altos escalões da empresa estatal de produção de óleo e gás: a Sonatrach.<sup>109</sup> O presidente da empresa, Mohammed Meziane, além de três dos quatro vice-presidentes, foram afastados de seus postos, como resultado da investigação iniciada pelo próprio DRS. Para a maioria dos observadores, a investigação foi resultado de uma luta de poder no seio do Estado, opondo os militares e seus serviços de inteligência ao governo, decorrência dos esforços de Bouteflika para alterar o equilíbrio de poder em direção à autoridade civil. O resultado teria sido uma ação orquestrada por Mohamed “Toukik” Mediène contra o presidente argelino visando, além de seu descrédito pessoal, fragilizar uma de suas principais bases de poder – a Sonatrach (DRIS, 2016; ENTELIS, 2011).

A partir de 03 de janeiro de 2011, a Argélia foi o segundo país – logo após a Tunísia – a enfrentar manifestações populares, especialmente em bairros populares de Argel, particularmente devidas ao aumento no preço dos alimentos básico, mas também à corrupção no seio do governo e ao desemprego crônico. Diversos analistas levantaram suposições sobre o que aparentava ser a versão argelina da Primavera Árabe e conjecturaram sobre quais seriam suas consequências ao sistema político nacional: Bouteflika, então com 74 anos, resistiria a possíveis pressões por mudança de regime? Quem o sucederia? Os militares, os serviços de inteligência, seriam – enfim – extirpados da vida política? Todas as hipóteses e previsões, no entanto, se mostraram imprecisas.

---

<sup>109</sup> A Sonatrach foi fundada em 1963, logo após a independência nacional, concebida como um instrumento através do qual o Estado exerceria controle sobre o setor industrial, apoiado na natureza socialista do regime, que pressupunha a existência de empresas estatais, sendo a produção de petróleo e gás também vista como elemento-chave para uma futura posição de proeminência sobre a região do Mediterrâneo sul. A elite governamental, neste sentido, apoiou-se na companhia, cujo lucro os provêm de poder através do aproveitamento dos sistemas de patronagem e de privilégios.<sup>109</sup> No topo deste esquema estaria o presidente, que possui autoridade e responsabilidade pela administração da Sonatrach. Em 2000, o presidente Bouteflika apontou todos os administradores da cúpula da empresa, colocando um aliado, Chakib Khelik, no topo do Ministério da Energia e das Minas, retendo para si substancial poder e autoridade. (ENTELIS, 2012).

Sob os gritos de “tragam-nos açúcar”, em referencia à subida nos preços do produto, jovens proletários de Argel ateavam fogo a prédios públicos, sendo rapidamente reprimidos pelas forças de segurança. Após quatro dias, cinco mortos, alguns feridos e inúmeras prisões, a decisão de Bouteflika de exonerar determinadas mercadorias de suas taxas de importação – aliada à promessas de regulamentação do mercado de alimentos, além de medidas contra o desemprego e pela moradia – interrompeu os motins. Face à violência da repressão, no entanto, alguns atores – pertencentes à oposição partidária e ao espaço cívico – exprimiram, sob o formato de comunicados à imprensa, sua solidariedade aos jovens manifestantes. Ao contrário do Egito e da Tunísia, no entanto, à ação destes jovens não foi somada a ação direta de sindicatos, de partidos políticos ou de organizações de qualquer natureza (BAAMARA, 2014; LAYACHI, 2014; ZEROAUI, 2012).

Ao passo que aqueles deixaram as ruas, outros atores, ao longo dos meses de janeiro e fevereiro, motivados pelos acontecimentos nos países vizinhos, iniciaram mobilizações setorializadas: durante mais alguns dias, as ruas de Argel assistiram a manifestações de advogados, professores, médicos, estudantes, proletários, concentrando suas demandas em considerações exclusivamente ligadas às suas condições de trabalho. No final de janeiro, algumas organizações se juntaram para formar a Coordenação Nacional pela Mudança e pela Democracia (*Coordination Nationale pour le Changement et la Démocratie* – CNCD), a fim de demandar o fim do Estado de Emergência, a abertura do campo político, a liberdade de imprensa e a libertação dos presos detidos nas manifestações do início do mês. Em 12 de fevereiro, a CNCD organizou uma marcha nacional, uma primeira e inédita ação unitária, embora contando com pouca adesão, também devido à ação das autoridades, que impediram o acesso à praça principal e bloquearam as principais vias de acesso à capital. Antes da segunda manifestação, marcada para a semana seguinte, o CNCD se cindiu em dois grupos e logo perdeu sua força (BOUANEL, 2015; BAAMARA, 2014).

Entre os fatores de insucesso das manifestações, diversos autores citam, em primeiro lugar, o fato de que a Argélia já havia experimentado a sua “Primavera” em 1988 e que a memória da Guerra Civil que se seguira dissuadia a população de se engajar em novos protestos, especialmente após as manifestações na Líbia, no Iêmen e na Síria terem se convertido em violência generalizada. Igualmente, os partidos na Argélia eram – naquele momento – demasiado frágeis e demasiado fragmentados; os partidos islamistas, ao contrário do Egito e da Argélia aonde foram bem-sucedidos, não empolgavam, nem se apresentavam enquanto oposição crível, logicamente devido ao histórico de violência islamista dos anos 1990. Finalmente, diferentemente dos dois outros casos aqui analisados, o regime político

argelino não era identificado com o presidente Bouteflika, nem com o FLN; dado o papel político ainda a cargo dos militares, era sabido que a saída de Bouteflika não alteraria significativamente o sistema político estabelecido (BOUANEL, 2015).

Além destes fatores, o presidente Bouteflika foi rápido e convincente em oferecer respostas às demandas postas. Observando o que se passava no Egito e na Tunísia, Bouteflika suspendeu o Estado de Emergência de dezenove anos em 24 de fevereiro, prometeu mais uma vez reformas constitucionais, mudança nas leis eleitorais e nas leis de imprensa, além de paridade de gênero nas instituições públicas. Suas propostas foram bem recebidas, de modo que, logo em seguida, a parca oposição perderia seu *momentum* (LAYACHI, 2014).

Em maio de 2012, eleições legislativas foram realizadas, as quais contaram com vinte e um novos partidos, legalizados três meses antes do pleito, resultando em uma disputa entre quarenta e seis partidos, fato que diluía e fragmentava ainda mais o sistema partidário, tanto no que toca os partidos seculares, quanto os islamistas. A FLN, contra as expectativas daqueles que previram a mudança de regime, venceu o maior número de assentos (220, 47,61% do total), seguido pelo Agrupamento Nacional Democrático (*Rassemblement National Démocratique* – RND), parceiro de coalisão da FLN (68, 14,71% do total). Os islamistas reunidos na Aliança Verde da Argélia (*Alliance de l'Algérie Verte* – AVV), criada para concorrer nestas eleições, perderam assentos em relação à legislatura anterior (47 assentos, contra 60 da legislatura anterior, somados os partidos componentes da coalisão). A grande novidade, devida à nova política de cotas, foi que parlamentares mulheres ocuparam 145 assentos, quase um terço do total, de modo que a Assembleia Nacional Argelina se tornou a mais paritária da região. A essa nova Assembleia Nacional caberia a implementação de reformas, entre as quais a lei de mídia, que permitiria a emergência de novas estações privadas de televisão. Nada, no entanto, foi abordado relativo a um dos mais importantes componentes do sistema político argelino: os militares. Igualmente, nada que propusesse a limitação dos mandatos presidenciais (ACHI, 2015; BOUANEL, 2015; LAYACHI, 2014).

O sucesso das reformas aumentou o perfil de Bouteflika, que – a despeito de sua saúde frágil – contava com renovada popularidade e ambicionava concorrer a um quarto mandato. Após ter promovido, a partir de 2004, remodelações na cúpula da ALN, restava a reforma no poderoso DRS, de modo que pudesse, enfim, governar sem a tutela das forças de segurança. Qual seria, no entanto, o melhor momento para o empreendimento de tal reforma?

Em janeiro de 2013, militantes de um grupo salafista denominado Signatários pelo Sangue (*Les Signataires par le Sang*), uma cisão da AQMI, cruzaram a fronteira entre a Líbia e a Argélia e promoveram um ataque à uma instalação de gás em In Amenas, gerenciada pela

British Petroleum, pela Statoil e pela Sonatrach. A desarticulação do Estado líbio, resultante da intervenção da OTAN, bem como a intervenção francesa no Mali, haviam desestabilizado as fronteiras argelinas. Na ação, 792 pessoas foram tomadas como reféns, entre trabalhadores argelinos e estrangeiros; 37 destas foram executados. Para o governo argelino, o ataque expôs uma série de falhas: tanto falhas na segurança das fronteiras e do próprio complexo de gás, quanto falhas na inteligência, que embora monitorasse o grupo e seu líder fora incapaz de prever o ataque (GONZÁLES, 2015; LE MONDE, 2013).<sup>110</sup>

As falhas verificadas no ataque terrorista em In Amenas foram usadas como justificativa à reforma no setor de inteligência. A estas, claro, se somavam outros fatores conjunturais e questões estruturais: em primeiro lugar, a violência islamista era, em 2013, presente, embora residual, concentrada no sul e em algumas *wilayas*. Igualmente, os escândalos de corrupção no seio da Sonatrach, cuja investigação esteve a cargo do DRS, haviam afetado a cúpula presidencial. Não se pode esquecer, também, o processo de deslegitimação – a partir de denúncias de corrupção e dos diversos dossiês relatando práticas de tortura e de intimidação – dos corpos militares enquanto agentes políticos. Os jovens argelinos, hoje temporalmente distanciados da Guerra de Independência, não comungam da mesma percepção das Forças Armadas enquanto “guardiões” dos valores revolucionários.

No plano estrutural, como visto ao longo deste capítulo, a cúpula militar e o DRS, uma agência de inteligência militar e, em grande parte, autônoma, impunham entraves ao exercício pleno do poder executivo. Nesta perspectiva, a reforma no DRS seria a derradeira de uma série de reformas já empreendidas no âmbito das Forças Armadas, cujo objetivo seria atenuar a capacidade dos militares, e da própria agência em si – devido a sua imensa estrutura, seus amplos poderes informais e sua capacidade de penetração no Estado e na sociedade civil –, de exercer poder e influência política.

A partir do dia 10 de setembro de 2013, uma série de reportagens, inicialmente veiculadas pelo jornal eletrônico *Tout Sur l'Algérie* (TSA) apontavam para uma decisão presidencial ainda não oficialmente publicada de reestruturação profunda do serviço de inteligência argelino. As especulações viriam, logo, a se confirmar. Ainda em 2013, o presidente Bouteflika anunciou aposentadorias nos altos escalões do DRS: dos generais

---

<sup>110</sup> Para a Statoil, um relatório resultante de investigações próprias relativas ao ataque considerou-o um dos maiores ataques terroristas contra instalações de gás e petróleo da história da indústria. As principais conclusões do grupo de investigação incluem que “os militares argelinos não foram capazes de detectar ou de prevenir os atacantes de chegar ao sítio. As medidas de segurança no local não foram construídas para resistir ou retardar um ataque desta escala, e dependeu da proteção militar funcionando eficazmente”. Ademais, “nem Statoil nem a joint venture poderia ter evitado o ataque, mas não há razão para questionar a extensão de sua dependência da proteção militar argelina. Nenhum deles concebia um cenário onde uma grande força de atacantes armados chegasse ao estabelecimento” (STATOIL, 2013, p.9).

Mhena Djebar, diretor da DCSA, Ahmed Kherfi, diretor da DCE, Rachid Lalit, diretor da DDSE e do coronel Fawzi, diretor do serviço de comunicação do DRS, o Centro de Comunicação e de Difusão (*Centre de Communication et de Diffusion – CCD*). Em 2015, em uma nova rodada de aposentadorias, foi afastado Ali Bendaoud, diretor da DSI.

Na sequência, o DRS foi parcialmente desmantelado, uma vez que suas principais agências foram transferidas a outras instâncias. A DCE, a agência responsável pelas escutas telefônicas, pela contraespionagem, pelas ações encobertas, seguidamente referida como “coluna vertebral” do DRS e como a verdadeira polícia política atuante na década de 1990, foi realocada para dentro do Ministério do Interior. A retirada da DCE do âmbito do DRS teve uma implicação prática, relativa à transferência de uma agência militar e de seus funcionários para o âmbito civil. Igualmente, em termos de estrutura de poder, implicou na perda de parte da capacidade das Forças Armadas de penetrar e influir na política e na sociedade argelinas. A DDSE, que ao longo dos anos 1990 foi utilizada para vigiar opositores exilados do regime, foi subordinada diretamente à Presidência da República, com as mesmas implicações relativas à realocação da DCE. Finalmente, a DCSA, que se ocupava da vigilância dos militares e da infraestrutura das Forças Armadas – tendo, durante os anos 1990, concorrido com a DCE na repressão interna e nas operações clandestinas – foi subordinada diretamente ao Estado-Maior das Forças Armadas,<sup>111</sup> assim como o GIS, que possuía a missão – sobretudo ofensiva – de luta contra o terrorismo, tendo servido como braço armado do DRS, sendo a agência que interveio na crise de reféns de In Amenas (embora esta estrutura tenha sido posteriormente dissolvida, em agosto de 2015, e seus membros, redistribuídos). É importante considerar que, apesar de parte destas agências terem se mantido no âmbito militar, o chefe do Estado-Maior desde 2004, após a demissão de Mohamed Lamari, é próximo ao clã presidencial (DRIS, 2016; HAMADI, 2013; KERVYN, GÈZE, 2004; SAMRAOUI, 2003; SIDHOUM, 2004).

O centro responsável pelo controle da mídia – fosse a censura, a difusão de comunicados, o acesso à publicidade – o CCD, o qual foi diversas vezes utilizado pelo DRS como arma política contra o presidente, foi oficialmente dissolvido.<sup>112</sup> Também o foi a Direção Central da Polícia Judiciária (*Direction Centrale de la Police Judiciaire – DCPJ*), agência responsável pela condução das investigações judiciais, tendo sido responsável pelas investigações no âmbito da Sonatrach. A eliminação destas duas agências refletiu não apenas a tentativa de confinar o DRS à matéria de segurança e de defesa, como de extirpar alguns dos meios que o permitiram atuar enquanto polícia política e de atuar contra o Poder Executivo.

<sup>111</sup> Sob a nova denominação de *Direction Centrale de la Prévention et de la Sécurité de l’Armée* (DCPSA).

<sup>112</sup> Em 2015, um serviço de mídia será criado no seio do Estado-Maior das Forças Armadas.

O DRS manteve-se como agência coordenadora no sistema de inteligência argelino, ainda subordinando algumas subdireções responsáveis pela coleta interna e externa.<sup>113</sup> Em 13 de setembro de 2015, após ter sido eleito para o seu quarto mandato, com 81,49% dos votos, Abdelaziz Bouteflika demitiu Mohamed “Toufik” Mediène, chefe do DRS durante 25 anos. Finalmente, em janeiro de 2016, o DRS foi oficialmente dissolvido. Para a coordenação da inteligência governamental foi criada uma nova agência, subordinada diretamente à Presidência da República, portanto independente do Ministério da Defesa, o Departamento de Assuntos Securitários (*Département des Affaires Sécuritaires – DAS*), o qual possui três subdepartamentos: um para segurança interior, um para segurança exterior e uma direção técnica (MAMMERI, 2016; SEMMAR, 2016; BOUDHANE, 2015; DRIS, 2015).

O fim do DRS, no entanto, e o afastamento de Toufik, não significam, forçosamente, o fim da polícia política na Argélia. Tampouco significam um aceno a medidas de transparência e ao estabelecimento de controles externos aos serviços de inteligência, sendo uma evidência para tanto o fato de a própria constituição promulgada em 2016 não possuir qualquer dispositivo desta natureza (ARGÉLIA, 2016).<sup>114</sup> Finalmente, não oferecem perspectiva para uma grande mudança em termos de regime político: como na Tunísia e no Egito, o desmantelamento do DRS argelino aparenta sobretudo ser uma reacomodação de poder no seio do Estado, a partir de disputas entre elites e burocratas por seu controle e a partir da percepção – por parte do presidente – de que seu poder depende da total subordinação da gestão da violência estatal.

---

<sup>113</sup> Especialmente o Grupo de Controle de Redes (*Groupement de Contrôle des Réseaux – GCR*), responsável pela inteligência eletrônica, o Departamento de Infiltrações e de Manipulação (*Département d'Infiltration et de Manipulation – DIM*), o Comando de Coordenação da Luta contra as Atividades Subversivas (*Commandement de Coordination de la Lutte contre les Activités Subversive – CLAS*) e a Direção de Relações Exteriores e de Cooperação (*Direction des Relations Extérieures et de la Coopération – DREC*)

<sup>114</sup> Uma novidade na nova constituição, no entanto, é a criação da Alta Instância independente de Monitoramento de Eleições (*Haute Instance Indépendante de Surveillance des Election*), presidida por uma personalidade nomeada pelo presidente, em consulta com os partidos políticos.

**PARTE II**  
**ARTIGO**

## MUDANÇAS DE REGIME NO PÓS-PRIMAVERA ÁRABE: OBSTÁCULOS A PARTIR DAS POLÍCIAS POLÍTICAS NO EGITO, NA ARGÉLIA E NA TUNÍSIA

Mariana Falcão Chaise

*Artigo apresentado como requisito parcial para  
obtenção do Título de Mestra em Ciência Política<sup>115</sup>*

### RESUMO

O artigo analisa as reformas no setor de inteligência governamental promovidas após a chamada Primavera Árabe em três países árabes e norte-africanos – Egito, Argélia e Tunísia –, especialmente aquelas empreendidas no âmbito das agências de inteligência reconhecidas enquanto polícias políticas: as agências responsáveis pela repressão interna, as quais atuam politicamente, contando com margens de autonomia e com capacidade de penetração entre os quadros da sociedade civil. O objetivo é contrariar o argumento levantado por diversos analistas, os quais afirmam que tais países conheceriam, no pós-Primavera, verdadeiras mudanças de regime. Nossa hipótese de pesquisa é a de que houve justamente a manutenção das principais características definidoras dos regimes anteriores às manifestações populares de 2010 e 2011, em especial o papel político a cargo das forças de segurança e a atuação política das agências de inteligência. Para tanto, promovemos uma análise das dinâmicas históricas destes países, atentando especialmente para os momentos de criação e de mutação/reforma destas agências. A maneira como as agências analisadas foram reformadas, sem o estabelecimento de medidas de transparência, ou de controles externos aos serviços de inteligência, parece confirmar nossa hipótese de pesquisa.

**Palavras-chave:** Primavera Árabe; Mudança de Regime; Polícia Política.

### 1 Introdução

Não há tirania mais cruel que aquela que se exerce na sombra  
das leis e com as cores da justiça<sup>116</sup>  
Montesquieu

A Primavera Árabe<sup>117</sup> foi, nos últimos anos, uma temática cadente, a qual fez ressurgir antigas hipóteses de pesquisa, suscitando especulações diversas relativas aos seus desdobramentos possíveis, muitas das quais não resistiram ao tempo, nem foram subsequentemente validadas. A mais recorrente dentre estas foi a hipótese da democratização dos países árabe-muçulmanos; estes trabalhos – alguns dos quais apoiados ainda nas Teorias da Modernização que remontam aos anos 1950 e 1960 –, ora pintaram a Revolução de Jasmim tunisina como o paradigma de transição política, modelo a ser seguido pelos seus

<sup>115</sup> Artigo padronizado conforme as normas de publicação da Revista Dados de classificação A1 no Qualis 2015 – CAPES, na área de Ciência Política e Relações Internacionais.

<sup>116</sup> No original: *il n'y a point de plus cruelle tyrannie que celle qu'on exerce à l'ombre des lois et avec les couleurs de la justice.*

<sup>117</sup> A expressão se tornou corrente após artigo publicado pelo professor Marc Lynch na *Foreign Policy*, em janeiro de 2011, uma semana antes da queda de Ben Ali. No artigo, Lynch comparava os protestos na Tunísia, na Jordânia, no Kuwait, no Egito, aos protestos em Beirute de 2005.



pares regionais (BOUBARKI, 2015; STEPAN, 2012), ora destacaram o fim do monopólio e da supremacia política dos militares egípcios (GHABRA, 2014; EL-ANIS, HAMED, 2013), ora apontaram para a iminência de uma primavera argelina, antevendo para Abdelaziz Bouteflika parelha sorte à de Ben Ali e à de Hosni Mubarak (ROBERTS, 2011).

Seguramente, a proposição de cenários possíveis não é empreendimento simples; as variáveis que podem determinar e caracterizar eventos políticos são múltiplas e cabe ao analista a seleção daquelas independentes. Neste processo investigativo há arbítrio e há também – como não poderia deixar de haver – ideologia. Estudar regimes não-democráticos pode parecer anacrônico ou de interesse exclusivamente histórico. Igualmente, pode servir à confirmação de hipóteses que possuem em si profunda normatividade, ou por considerarem o autoritarismo um modelo ilegítimo de governo, ou por considerarem-no uma etapa provisória, em direção a um modelo superior de ordem política. Assim, algumas das análises anteriormente destacadas, ao assumirem a dicotomia autoritarismo/democracia em busca do padrão democrático resultante da evolução de qualquer regime político, negligenciam a complexidade dos regimes em questão e a maneira pela qual as lutas entre forças pelo poder do Estado os moldam de modos próprios e originais, perdendo – portanto – capacidade explicativa (HINNEBUSCH, 2010; DABÈNE, GEISSER, MASSADIEU, 2008).<sup>118</sup>

Seis anos após o início das manifestações, evidências não negligenciáveis apontam para a manutenção de elementos nevrálgicos dos regimes que assistiram aos protestos populares, fato que desqualificaria a hipótese da democratização inconteste e mesmo a hipótese da transição dos regimes, mesmo que tenha havido – na maioria dos casos – mudanças de governo. Este trabalho propõe-se a demonstrar a permanência de um destes elementos, o qual não apenas era característica constituinte dos regimes em questão, como trabalhava pelas suas manutenções, possuindo, portanto, caráter excepcional. Analisaremos a evolução, no pós-Primavera Árabe, das polícias políticas.

Para tanto, procederemos à análise dos dobramentos das manifestações em dois países que as assistiram, o Egito e a Tunísia. Como forma de inabilitar a conexão proposta entre as manifestações populares de 2010 e 2011 e reformas supostamente democratizantes, analisaremos igualmente um país que não foi palco para os manifestantes, mas que assistiu a

---

<sup>118</sup> A literatura específica sobre a resiliência do autoritarismo nos países árabes, tanto do Oriente Médio, quanto do Norte da África, muitas vezes peca também em seus pressupostos, tributários das Teorias da Modernização. Ao se perguntar sobre o fenômeno da não democratização dos regimes, alguns analistas recorrem aos conhecidos argumentos do “excepcionalismo árabe”, ora apontando para a capacidade coercitiva dos regimes como empecilhos à democracia (BELLIN, 2004), ora para aspectos próprios da cultura árabe (KEDOURIE, 1992; LEWIS, 1990, HUNTINGTON, 1996). Novamente, a visão dicotômica entre o obscurantismo tradicionalista e a modernidade ocidental.

reformas no setor de inteligência, embora – conforme argumentaremos – não enquanto um passo rumo ao modelo democrático, mas enquanto uma estratégia para a sua própria sobrevivência: a Argélia. Assim, o presente estudo é uma tentativa de comparação entre fenômenos observáveis em três países árabes e norte-africanos, fenômenos estes que relacionam dois períodos temporais, antes e após as manifestações iniciadas em 2010 na Tunísia, no intuito de identificar diferenças possíveis.

Egito, Argélia e Tunísia, por suas semelhanças e diferenças nos possibilitarão uma comparação bastante rica. Os três Estados, ao emergirem de suas independências nacionais adotaram um modelo estatal baseado em três elementos vitais, dois dos quais já bastante cobertos pela literatura: a preponderância do Poder Executivo e o partido-único. O terceiro elemento que argumentaremos completar a caracterização dos regimes é relativo à participação política de um ator não-político, denominado *Pouvoir*<sup>119</sup> no caso argelino e *Al-nidham*<sup>120</sup> no caso egípcio e tunisino. Na Argélia e no Egito, devido ao modo como a independência fora conquistada e aos grupos que estavam então mobilizados, são os militares que representam este terceiro ator, concentrando fatias importantes do poder político. Na Tunísia, por outro lado, o presidente Bourguiba tinha consciência da ameaça à autoridade civil imposta por militares fortes em países árabes; de tal modo, no modelo tunisino, a força política e repressiva não fora posta a cargo do Exército, mas da segurança interna, dirigida pelo Ministério do Interior, assumida aqui como este terceiro elemento.

Sobre este terceiro elemento caracterizador dos regimes em questão, o qual buscaremos aqui analisar, existem alguns estudos, especialmente estudos concentrados na temática das relações civil-militares, embora praticamente inexistam aqueles que apontem para as polícias políticas, estrutura fundamental, imperativa para a manutenção das fórmulas de poder. Ironicamente, a despeito da centralidade do aparato securitário para a estabilidade destes regimes, é surpreendente que tão pouco tenha sido escrito sobre a *Mukhabarat*, sobre as agências de inteligência do mundo árabe (IGNATIUS, 2013; BARAK, DAVID, 2010).

Argumentaremos – residindo neste ponto nossa hipótese de pesquisa – que pela maneira como as reformas no setor de inteligência foram empreendidas, a partir de 2011, e pelo formato anterior de atuação dos serviços e de sua importância para a manutenção da ordem autoritária, não se confirma a hipótese de transições de regime. Ao final, buscaremos demonstrar que as reformas empreendidas não foram resultado de um impulso modernizador ou democratizante dogmaticamente aceitos, nem foram resultado de um processo de transição

---

<sup>119</sup> Do francês: o poder.

<sup>120</sup> Do árabe: a ordem ou o sistema.

política considerando-se uma escala ideal de objetivos. Antes sim, foram fruto das dinâmicas próprias de elites e de burocracias que buscam perpetuar-se, mantendo os regimes que lhes são afeitos, dentro de um modelo de Estado construído a partir de disputas internas, sendo a democracia, o pluralismo, o liberalismo econômico, estratégias pragmáticas possíveis.

Uma vez que nossa análise envolve países entre si similares e destoantes, o estabelecimento de relações causais únicas para a mudança das relações dos Estados com as sociedades e de ambos com os serviços de inteligência se mostraria simplista, sendo este um problema de qualquer trabalho que tenha ambições comparativas e diacrônicas. De tal maneira, procederemos a uma análise das dinâmicas históricas destes três países e destas instituições, buscando responder a três perguntas fundamentais: (i) como foram estabelecidas as polícias políticas, em quais contextos e com quais propósitos; (ii) como e por que foram reformadas desde as Independências; (iii) como interagiram historicamente com outras instituições, especialmente com o Poder Executivo e com as Forças Armadas. São estes, fundamentalmente, os elementos elencados por Zegart (1999) como condicionantes do desenho e do desenvolvimento dos sistemas nacionais de inteligência.

Em relação ao enquadramento teórico deste trabalho, a escola histórica e sociológica<sup>121</sup> do paradigma neo-institucionalista nos será útil. Em primeiro lugar, pois as instituições tomadas como variáveis independentes são, para esta escola, resultantes de disputas por poder (THELEN, 1999, IMERGUT, 1998). Em segundo lugar, considerando-se que tais instituições são socialmente construídas, no sentido de que carregam em si visões de mundo e padrões culturais, eventos que ocorrem quando da fundação dos Estados podem resultar em configurações institucionais que definirão as futuras trajetórias possíveis, fenômeno para o qual os autores dão o nome de *path-dependence*. A História, portanto, não é vista como uma simples sequência de fatos; o que ocorre no momento X pode moldar fundamentalmente o que ocorre no momento Y, de modo que a distribuição de poder é ela própria *path-dependent* (MAHONEY, 2001; PIERSON, 2015; STEINMO, 2010).

Finalmente, o presente artigo se dividirá em três seções. A primeira seção, de caráter teórico, buscará prover-nos de uma noção de Estado, de regime e de polícias políticas, além de debater o sentido da estabilidade política e as possibilidades de operacionalização da ideia de mudança de regime. A segunda seção nos fornecerá uma visão panorâmica da formação e da evolução dos serviços de inteligência no Egito, na Argélia e na Tunísia, desde o estabelecimento das agências coloniais até consolidação das estruturas observadas

---

<sup>121</sup> Cf. Peres (2008).

imediatamente antes do eclodir da Primavera Árabe. Interessa-nos também traçar as principais características constituintes destes Estados e de suas elites políticas. Finalmente, a terceira seção analisará os impactos da Primavera Árabe em termos de reformas no setor de inteligência no Egito e na Tunísia, bem como as reformas promovidas na Argélia e seus principais condicionantes.

## **2 Estado, regime e polícias políticas: três camadas da dominação**

O neo-institucionalismo histórico e sociológico, escola teórica na qual se apoia o presente trabalho, resgatou da sociologia alemã, especificamente de Max Weber, o entendimento sobre Estado, o qual seria, ao invés de mera arena para demandas de grupos sociais, um ente potencialmente autônomo, no sentido de poder também moldar processos sociais e políticos. Nossa pesquisa, que se propõe a analisar a história política do Egito, da Argélia e da Tunísia – a partir de suas independências nacionais, mas especialmente no contexto das manifestações iniciadas em 2010 – enquanto uma sucessão de lutas entre grupos pela imposição de valores, a partir da construção, da manutenção e do desafio a regimes políticos, bebe também de lições fundamentais da análise weberiana, não apenas devido ao seu enquadramento teórico, ao seu entendimento sobre Estado, mas devido à sua compreensão conflitiva da realidade histórica.

De tal forma, uma primeira lição fundamental é a demonstração de Weber – principalmente expressa em *Economia e Sociedade* (1944) – de que os dirigentes políticos se inscrevem em um sistema de dominação determinado e exercem poder de modo condizente com suas bases de legitimidade.<sup>122</sup> Isso porque, o fundamento de toda e qualquer dominação, e – por conseguinte – de toda e qualquer obediência, é a crença: seja a crença na legalidade, seja no prestígio das lideranças, seja na tradição. Crença é, via de regra, legitimidade: a motivação dos que o obedecem. Tal legitimidade, no entanto, é indissociável de sua duração, de modo que todas as crises políticas são, em si, crises de legitimidade e do modelo de dominação estabelecido, a partir de questionamentos aos valores propostos pelos regimes e da

---

<sup>122</sup> A diferença entre poder e dominação encontra-se no fato de que, no primeiro, o comando não necessariamente é legítimo, nem a obediência é um dever. São os motivos subjetivos para a legitimação, que nos permitem a construção de tipos, utópicos, vazios de conteúdo histórico. Trata-se da famosa tipologia dos tipos de dominação weberiana: (i) racional; (ii) afetiva/carismática; (iii) tradicional.

proposição de valores alternativos possíveis.<sup>123</sup> As crises, portanto, não sendo uma exceção as manifestações de 2010 e 2011, corresponderiam à batalha pela trajetória política futura.

Para além das considerações subjetivas, das ideias e das justificativas que os regimes reclamam para si, no entanto, toda dominação sobre uma pluralidade de homens requer um quadro administrativo, o qual é encarregado pela ameaça e/ou pela aplicação da força física para a garantia da validade das ordens. Assim, o Estado deve ser entendido como um instituto político quando e na medida em que “seu quadro administrativo mantenha com êxito a pretensão ao monopólio legítimo da coerção física para a manutenção da ordem vigente” (WEBER, 1944, p.68). De tal forma, Weber afirma que para haver um rompimento definitivo com qualquer modelo de dominação deve haver igualmente a criação de uma nova burocracia, de um novo quadro administrativo, ou seja, de um novo mediador entre dominantes e dominados. Em uma conjuntura de crise política e de legitimidade, porém, o anúncio ou a efetivação de reformas por parte do regime incumbente inova somente até os limites do repertório de ação anterior, sem rompê-lo. Reformas, neste sentido, são anunciadas – com maior ou menor celeridade – enquanto elementos necessários ao reestabelecimento da ordem, sendo, portanto, uma alternativa à pura repressão e, especialmente, um meio para a manutenção do modelo de dominação e do regime estabelecido.

Finalmente, uma terceira lição da análise weberiana, útil a este trabalho, tem um caráter metodológico. Sendo o mundo sensível complexo e multifacetado, é impossível apreendê-lo em sua totalidade sem o recurso a conceitos. Os *tipos ideais* nos emancipam de ilusões metafísicas (ARON, 1964) e nos auxiliam no entendimento e na interpretação da realidade, permitindo a ordenação dos fatos observados e a eliminação daquilo que é secundário para sua compreensão. No entanto, este instrumento indispensável é também provisório, uma vez que é – nas palavras de Weber (1973) – um conceito genético, ou seja, intrinsecamente histórico. Assim, a interpretação weberiana do caráter multifacetado da realidade e da necessidade de utilização dos tipos, embora somente a partir de um substrato histórico concreto, parece ter passado ao largo da leitura de alguns autores, aqueles que advogaram pela universalidade dos conceitos e das práticas. Segundo Badie e Hermet (1990), esse duplo universalismo correspondeu a um preconceito: a cultura não interviria na elaboração das categorias de análise, o que encontrou refúgio, enfim, nas Teorias da Modernização anteriormente apontadas. Essas ideias, como argumentado, não sobrevivem aos

---

<sup>123</sup> A dominação, que deriva da apropriação diferenciada e tornada legítima de bens materiais e/ou simbólicos escassos, implica a omissão ou repressão da busca de valores alternativos – entre os quais não se pode estabelecer critérios racionais ou universais de escolha – por parte dos dominados (COHN, 2003).

estudos empíricos, obrigando a Ciência Política a adotar uma abordagem mais sociológica de seus objetos de estudo, uma vez que os problemas que a História nos coloca se tornam consideravelmente mais complexos quando fenômenos semelhantes ocorrem em fases (no tempo) e em culturas (no espaço) distantes. Assim, ao buscarmos analogias e ao nos apropriarmos de arsenais conceituais forjados em outros contextos, ignorando processos históricos particulares, estamos suscetíveis a empreender um debate vazio em conteúdo, de caráter tão somente semântico.

A noção de regime autoritário é um exemplo de uma categoria aplicada sem atenção ao conteúdo *genético* do regime em questão. Sobre o mundo árabe-muçulmano, especificamente, não houve nenhuma região onde os pressupostos da Teoria da Modernização fossem mais questionáveis, muito possivelmente devido o contexto em que foram elaborados. Seria possível, entretanto, pensar os regimes autoritários, em geral, e os regimes que serão aqui observados, em particular, em todo seu potencial reformista, sem o horizonte normativo que conduz a compará-los aos padrões da democracia ocidental, tal qual sua etapa inferior? É possível pensar o autoritarismo não em termos de déficit democrático ou de potencial para a democratização, descartando, portanto, qualquer possibilidade de patologização do fenômeno ou de exotização? Nesta linha de raciocínio, Guy Hermet (1985), argumenta contra a ideia ocidental da ilegitimidade dos regimes autoritários, atentando para o fato de que estes não são necessariamente carentes de legitimidade popular, não necessariamente descumprem as normas codificadas de sucessão, nem as cessões e atribuições de poderes são resultado exclusivamente de confrontações violentas. Tais concepções ingênuas, enfim, levam os cientistas políticos a relegarem o autoritarismo ao inferno de um “antipolítico”, sem escrutinar suas características.

Assim, para fins deste trabalho, buscaremos analisar, historicamente, quais são as características que dão identidade a cada um dos regimes a serem estudados – uma investigação, portanto, de natureza bastante etnológica – e com base nelas construir nossa narrativa e nossa análise. Igualmente, a identificação destas características será útil à determinação da ocorrência ou não de mudanças de regime. Sobre este tema, segundo nos demonstra Rouquié (1985), pode haver alterações em diversos componentes da vida política sem que haja verdadeiramente uma mutação, uma mudança de regime; ao mesmo tempo, alterações empreendidas em um único elemento nevrálgico podem bastar para afetar a realidade do exercício do poder e sua lógica.

A estabilidade, portanto, não é um conceito abstrato, desde que fuçamos de outros conceitos abstratos como “regime” ou “sistema político” e enfatizemos um regime ou um

sistema em particular; nesse caso, estabilidade política seria a manutenção de facetas particulares do regime analisado, aquelas que o identificam enquanto tal. De tal maneira, “estabilidade política é o estado no qual um objeto político existe quando ele possui a capacidade de prevenir contingências que forcem a sua não sobrevivência, leia-se, que forcem uma mudança em um ou mais destes critérios de identidade do objeto” (DOWDING, KIMBER, 1983, p.238-239).<sup>124</sup> A estabilidade política não seria o imobilismo, mas um conceito dicotômico, uma vez que – em vista de determinadas contingências – um regime seria ou instável ou estável, não havendo, portanto, “graus de estabilidade”. Rouquié (1985) partilha deste entendimento e argumenta que, na compreensão da estabilidade política, a questão da legitimidade é, sem sombra de dúvidas, a dimensão mais pertinente, uma vez que nenhum regime poderia jamais ser estável prescindindo desta. Legitimidade, no entanto, que deve ser operacionalizada enquanto variável não independente, mas interveniente no processo de mudança política.

Essas considerações vão ao encontro de Raymond Hinnebusch (2006, 2010) que – tratando da persistência do autoritarismo no Oriente Médio – esclarece que regimes autoritários podem adaptar-se a novas condições, internas e externas, e que estratégias de liberalização e pluralização política seriam mais um substituto para a democratização que uma etapa para a democracia, conforme advogado por muitos. “Democratização”, neste sentido, diria respeito especificamente ao estabelecimento de eleições livres, participação popular e liberdades individuais, ao passo que “liberalização” corresponderia a mudanças que limitam o poder do Estado de intervir na vida dos cidadãos, permitindo alguma liberdade de expressão e atividade de oposição (NAJIB, 1997). No caso dos países aqui estudados, os modelos de dominação e de legitimidade do pós-Independência se exauriram, seja devido a derrotas militares e a guerra dispendiosas, seja devido à queda nos preços do petróleo e da baixa competitividade do setor público, seja devido às demandas por ajustes neoliberais. Desde as independências, portanto, as bases de legitimidade dos regimes em questão se alteraram, embora tenha-se mantido a preponderância do Poder Executivo e o predomínio do anterior partido-único, mesmo após a abertura política, por meio da cooptação e da corrupção. Igualmente, o setor de segurança manteve fatias importantes do poder político, ao passo que as polícias políticas, instrumentos para a manutenção dos regimes, se fizeram cada vez mais presente. O pós-Primavera Árabe, conforme veremos, não demonstrou o contrário.

---

<sup>124</sup> No original: *political stability is the state in which a political object exists when it possesses the capacity to prevent contingencies from forcing its non-survival- that is, from forcing a change in one or more of that object's criteria of identity.*

Finalmente, sobre os serviços de inteligência – elemento central para a manutenção do poder em virtualmente todos os regimes autoritários – sua função principal é a defesa do Estado contra ameaças potenciais, a defesa de sua integridade e de sua soberania, leia-se, de sua capacidade de exercer poder, de modo que a inteligência pode ser considerada a dimensão informacional do “compelir o outro à nossa vontade” weberiano (BRUNEAU, 2001; DAVIES, 1994; GILL, 1994). É com base no grau de *autonomia* (a habilidade das agências de inteligência de praticarem ações sem a interferência do poder estabelecido) e no grau de *penetração* (a capacidade das agências de penetrarem na sociedade civil em busca de informações) que Keller define uma agência no formato de polícia política: aquela que possui margens de autonomia, que produz inteligência política, necessária à neutralização de potenciais adversários, e que se encontra insulada em relação à supervisão judicial e legislativa, sendo responsiva aos grupos que se encontram no poder e aos quais está subordinada (KELLER apud GILL, 1994).<sup>125</sup>

Quanto mais o sistema político apresenta-se autoritário, mais a função policial do serviço de inteligência, em seu duplo aspecto preventivo e repressivo, se concentra na proteção deste sistema político, de suas instituições, em detrimento das necessidades de justiça e de segurança da população. Prevenção e repressão, assim, confundem-se: todos os indivíduos e grupos que não aderem ao sistema tornam-se uma ameaça (BAYLE, 2006). Nas duas seções seguintes, analisaremos a evolução destes serviços, conjugados à evolução das ameaças – externas, mas especialmente internas – postas aos regimes estabelecidos, bem como às mudanças nos interesses e preferências dos atores políticos mais relevantes.

### **3 Das Independências às Primaveras: a evolução das polícias políticas no Egito, na Argélia e na Tunísia**

O modelo de colonização do Egito, da Argélia e da Tunísia, o modo como lograram-se as independências nacionais e as lideranças que as conduziram nos fornecem a matriz das dinâmicas políticas e das estruturas que observaremos quando das manifestações de 2011, incluindo-se o serviço de inteligência. O Egito e a Tunísia eram territórios relativamente autônomos do Império Otomano. Suas colonizações – inscritas em um mesmo contexto de

---

<sup>125</sup> Uma vez que seu ciclo de atividades busca prover o tomador de decisão dos insumos necessários para tanto, a atividade de inteligência não é um fim em si mesma, não cabendo à esta, em teoria, a proposição de políticas ou sua execução. Não raro, no entanto, ocorre aquilo que John Gannon (2008) define como “politização”, ou seja, a distorção voluntária na análise da informação a fim de satisfazer as demandas dos chefes de inteligência ou das autoridades políticas.



reorganização das potências europeias a partir da expansão econômica, comercial e militar que se seguiu à Revolução Industrial e à Revolução Francesa, de rivalidade franco-britânica pela hegemonia europeia e de progressiva decadência de Istambul – deram-se no mesmo formato de protetorado, no qual Inglaterra e França reconheciam a soberania do Bey otomano, embora este tivesse prerrogativas financeiras e militares restritas, postas sob “proteção” da metrópole. Nos dois países, a atividade de inteligência fora instrumento importante para a manutenção da ordem durante o período colonial, tanto devido às demandas relativas ao enfrentamento à resistência autóctone, quanto à necessidade de reconhecimento geográfico e humano, de controle dos chefes locais e de combate à espionagem promovida por potências europeias concorrentes (incluindo o combate à propaganda soviética). No Egito, o estabelecimento do protetorado foi logo seguido pela organização do Escritório Especial Central (*Central Special Office* – CSO), paralelo à Direção de Segurança Nacional (*Direction de la Sûreté Nationale* – DSN) tunisina. Estas agências trabalhavam em cooperação com a inteligência metropolitana e, logicamente, em benefício das metrópoles, de modo que o monitoramento e o combate aos movimentos propriamente nacionalistas, os quais emergirão já no início do século XX, serão responsabilidade dessas estruturas (CHOUIKHA, GOBE, 2015; THOMAS, 2013; SIRRS, 2010; DALY, 1999; CAMAU, 1989).

Nos dois países, estes primeiros movimentos nacionalistas organizados utilizavam-se da retórica do colonizador para atingir seus desígnios. Formados por jovens de educação ocidental, por setores da burguesia e por proprietários rurais, o partido Wafd egípcio, encabeçado por Saad Zaghlul, e o partido Neo-Destour tunisino, encabeçado por Habib Bourguiba, eram fortemente marcados pela retórica liberal, trabalhando pela reestruturação política de seus países a partir do modelo liberal-democrático europeu; ambos clamavam mudanças, mas mudanças graduais; defendiam um nacionalismo de caráter egípcio e tunisino, mas não ainda árabe; objetivavam a independência, mas mesmo esta era concebida de maneira limitada, a ser lograda a partir de uma estratégia pactuada com o colonizador. O partido de Bourguiba, em 1954, foi bem-sucedido na conquista da independência tunisina, precipitada pela derrota francesa em Dien Bien Pu e pelo início da Guerra na Argélia. A partir de então, prevenindo desafios políticos potenciais e em nome da “unidade nacional”, Bourguiba colocou sob seu comando e influência, a partir de cooptação, não apenas o aparato do partido-único, mas uma variedade de organizações/associações socioeconômicas e políticas, de direitos humanos, de direitos das mulheres, sindicatos, mesmo organizações não-governamentais, sob a falsa fachada da participação democrática (KHADDAR, 2011; HALLIDAY, 1990).

No Egito, porém, a derrota contra Israel em 1948 voltou os oficiais militares contra a monarquia e contra o governo dominado pelo partido Wafd, acusando-os de tê-los enviado à guerra pouco preparados e com equipamentos inadequados. Entre final de 1951 e início de 1952, irromperam diversos confrontos entre forças britânicas e guerrilheiros egípcios. O colapso da ordem abriu oportunidade para a tomada de poder por um grupo secreto de oficiais egípcios, sem uma ideologia definida, sem um projeto de país, nem intentos claros de permanecerem no poder. Em 23 de julho de 1952, os Oficiais Livres, jovens da primeira geração de cadetes admitidos da academia militar após a abertura para todas as classes sociais, assumiram o poder. O movimento tinha apoio das classes populares e da pequena burguesia, sendo um contraponto – portanto – ao caráter elitista do Wafd e uma antítese ao liberalismo de Zaghlul (OSMAN, 2013; HOURANI, 2013[1971]; COOK, 2011).

A elite política do Egito pós-independente, portanto, consistia basicamente de oficiais militares, os quais não apenas atuaram na administração pública, como lograram criar virtuais feudos burocráticos dentro das agências e empresas estatais, tendo sido eles os responsáveis pelo estabelecimento dos arranjos de instituições políticas e sociais críticos para a consolidação e manutenção de seu poder durante o governo de Gamal abd el-Nasser e, em menor medida, de Anwar Sadat e de Hosni Mubarak. Na Tunísia, no contraponto, virtualmente todos os membros da elite pós-independência exerceram sua influência através do partido-único. Ausentes, portanto, da estrutura política em geral estiveram os militares, contrariamente ao verificado nos países árabes vizinhos, muito devido a este contexto e à ausência de atividade militar para o estabelecimento da independência nacional (TAYLOR, 2014; COOK, 2007; AKHAVI, 1982; STONE, 1982).

No Egito, apesar de os militares terem logrado a conquista da independência nacional e, posteriormente, o controle do novo governo via golpe promovido por Nasser, o país não conheceu propriamente uma Guerra de Libertação. Na Argélia, que também fora palco para a emergência dos partidos nacionalistas de caráter liberal, o intrincado jogo subterrâneo entre grupos nacionalistas veria emergir – logo após a Segunda Guerra Mundial – um novo ator: os jovens radicalizados, frustrados com a administração francesa, indispostos à ação “legal”, à conciliação, e preparados para a insurreição armada. A Guerra da Argélia teve início em novembro de 1954, com a formação da Frente de Libertação Nacional (*Front de Libération Nationale* – FLN), e se estendeu até setembro de 1962. Ao contrário do Egito e da Tunísia, a matriz da estrutura da inteligência argelina pós-Independência não virá das agências coloniais inglesas e francesas, mas daquelas que lhes fizeram face (YAZBEK, 1983).

Durante a guerra, diversos dos líderes da FLN haviam sido capturados pelas forças francesas e muitos, exilados. No Cairo, sob a proteção de Nasser, formou-se, em setembro de 1958, o Governo Provisório da República Argelina (*Gouvernement Provisoire de la République Algérienne* – GPRA), sob o qual foi alocado um importante ministério, o Ministro das Relações Gerais e de Comunicações (*Ministre des Liaisons générales et Communications* – MALG), com base em Trípoli. Normalmente identificado como o primeiro serviço de inteligência argelino, o MALG tinha como objetivos a manutenção da comunicação entre o GPRA e suas unidades externas, a compra de armamentos e outros suprimentos no exterior, o recrutamento para os quadros da FLN e, claro, o controle da população argelina (SIFAUI, 2012; LARIBI, 2007).

Em 19 de março de 1962, um cessar-fogo foi assinado entre a França e o GPRA. Os Acordos de Évian resultantes conduziram, em julho, à independência argelina. Em 1965, porém, um golpe militar produziu uma mudança decisiva na história do país. Os militares, organizados em torno do novo Conselho da Revolução (*Conseil de la Révolution* – CR) substituiriam todas as antigas instituições, criando um sistema político essencialmente militarizado e reduzindo a FLN, o partido-único, a um pequeno escritório localizado dentro das instalações do exército. O regime de Houari Boumediène que se instalou eliminou a maioria dos membros da classe política tradicional e reuniu o que ele chamou de “elites simbólicas”: aqueles com experiência de guerrilha. O papel dos militares enquanto legítimos herdeiros dos valores da Revolução Argelina, conjugados às narrativas de um futuro possível, mais justo, mais próspero, constituíram a base do carisma de Boumediène e a matriz de seu regime autoritário (JACKSON, 1977; HERMASSI, 1972).

O fim dos regimes coloniais foi acompanhado de reformas no setor de inteligência, no caso do Egito e da Tunísia a partir da substituição das agências coloniais. Pelo lado egípcio, oito dias após a tomada de poder por parte dos Oficiais Livres, a CSO foi dissolvida e em seu lugar foi instituída uma nova agência, a Direção Geral de Investigação (*General Investigation Directorate* – GID), havendo, no entanto, uma continuidade em termos de encargos, estrutura e pessoal. A GID começou com quatro departamentos, os quais refletiam suas missões: controle de estrangeiros, sionistas, comunistas e questões internas. Essa última dirigia-se especialmente ao controle dos Irmãos Muçulmanos<sup>126</sup> e dos membros do extinto Wafd: as

---

<sup>126</sup> A Sociedade dos Irmãos Muçulmanos foi criada por Hassan el-Banna, em 1928. Para seu fundador, o estado da política no Egito era reflexo do secularismo que avançava. Como movimento islamista, os Irmãos advogam que o Islã era um “sistema completo”, ou seja, que não existia separação entre a religião e a política, conforme era praticado na Turquia de Atatürk. Acreditam que a única maneira de preservar as características islâmicas da

ameaças à ordem então percebidas (STATCHER, 2014; COOK, 2011; SIRRS, 2010; CAROZ, 1978).

Na sequência, em 1954, quando Nasser assumiu efetivamente a presidência, as agências de inteligência das três forças das Forças Armadas foram reunidas em uma única, a Direção de Inteligência Militar (*Military Intelligence Directorate* – MID). Para servir de “olhos e ouvidos” de Nasser no exterior, criou-se neste mesmo ano, uma nova agência civil, a qual suplantou a MID nas áreas de coleta e análise no estrangeiro e na promoção de ações encobertas: o Serviço de Inteligência Geral Egípcio (*Egyptian General Intelligence Service* – EGIS), subordinada ao Ministério do Interior e, alguns anos mais tarde, diretamente à Presidência da República.<sup>127</sup> Com a formação deste triângulo, o EGIS no topo, a MID (subordinada ao Ministério da Defesa) e a DGI (subordinada ao Ministério do Interior) na base, a organização essencial do serviço de inteligência egípcio estava estabelecida. Essa estrutura, com algumas pequenas modificações, permaneceu a mesma até 2011 (RASHED, 2016; SIRRS, 2010; CAROZ, 1978).

Pelo lado tunisino, em um processo semelhante, a estrutura da DSN passou à autoridade do recém-formado Ministério do Interior, sendo constituída, então, por agências diversas, calcadas no modelo francês: (i) o Informações Gerais (*Renseignements Généraux* – RG), responsável pela coleta de informações relativas às expectativas dos cidadãos sobre o regime, (ii) o Serviço de Documentação Geral (*Service de la Documentation Générale* – SDG), responsável pela redação dos relatórios produzidos e, em seu núcleo, (iii) a Direção de Segurança do Território (*Direction de la Sûreté du Territoire* – DST), agência responsável pela coleta de informações relativas aos movimentos considerados terroristas e extremistas, bem como aos movimentos de esquerda, então os maiores opositores ao regime de Bourguiba (HACHED, FERCHICHI, 2014; SALEM, 2011; SÉRÉNI, 2011; CAROZ, 1978).<sup>128</sup>

---

identidade egípcia seria imbuindo valores, práticas e ensinamentos islâmicos ao cotidiano, sendo necessário um movimento capaz de remodelar a percepção dos muçulmanos sobre si mesmos (AL-ANANI, 2016).

<sup>127</sup> O EGIS também fazia coleta interna e a ele foi dada também a responsabilidade de coordenação com as demais agências de inteligência.

<sup>128</sup> Em 1975, o serviço de inteligência havia passado por uma pequena reorganização. A DSN fora renomeada Departamento de Assuntos Gerais (*Direction des Affaires Générales* – DAG), subordinada ao Diretor Geral da Segurança Nacional (*Directeur général de la sûreté nationale*), agrupando sob si cinco agências: a Subdireção de Informações Gerais (*Sous-Direction des Renseignements Généraux*), antiga RG, (ii) o Serviço de Documentação e de Arquivos (*Service de la Documentation et des Archives*), antiga SDG, (iii) a Subdireção de Fronteiras (*Sous-Direction des Frontières*), (vi) a Subdireção de Estudos e de Pesquisa (*Sous-Direction des Études et de la Recherche*) e, finalmente, (v) a Subdireção da Segurança do Estado (*Sous-Direction de la Sûreté de l'État*), ou simplesmente *Sûreté de l'État*, antiga DST. A mudança, no entanto, fora somente na nomenclatura; os mesmos funcionários permaneceram nos mesmos cargos, empregando os mesmos métodos (HACHED, FERCHICHI, 2014; TEBIB, 2011).

A GID egípcia e a DST tunisina – a qual será, em 1975, renomeada Subdireção da Segurança do Estado (*Sous-Direction de la Sûreté de l'État*), ou simplesmente *Sûreté de l'État* – foram ambas notabilizadas pelas práticas de tortura empregadas, pela infiltração de agentes em órgãos públicos e privados, bem como entre a população civil, objetivando coletar informações concernentes a possíveis ameaças e opositores políticos. Ambas correspondiam, de tal forma, segundo formulação de Keller, às “polícias políticas” dos regimes, responsáveis pela manutenção da estabilidade política.

No caso argelino, diferentemente do Egito, os serviços de segurança, especificamente o serviço de inteligência no pós-independência, não eram independentes em relação aos militares. Em 1962, o MALG havia se convertido em Segurança Militar (*Sécurité Militaire* – SM), um verdadeiro sistema político paralelo, com ampla penetração em todos os setores de atividade do país. Sendo uma agência centralizada, tinha por missão a coleta e a análise de informações tanto no exterior, quanto em território argelino; fossem relativas à segurança nacional, fossem relativas à sociedade. O SM representava também uma poderosa polícia política, onipresente – durante os anos de governo Boumediène – nas empresas públicas, nas universidades e na imprensa (SIFAOUÏ, 2012; LARIBI, 2007; CAROZ, 1978).

A morte de Nasser e sua substituição por Anwar Sadat (1970), posteriormente substituído por Hosni Mubarak (1981), a morte de Boumediène e sua substituição por Chadli Bendjedid (1979) e o golpe que derrubou Bourguiba e colocou Zine el-Abidine Ben Ali no poder (1987), foram todos acompanhados de reestruturações no setor de inteligência, como forma de reorientar as alianças no sistema político, de afastar aliados dos presidentes anteriores dos centros decisórios, de garantir aos novos incumbentes – todos os quais careciam do carisma de seus antecessores – linhas próprias de patronagem política, bem como o controle sobre as polícias políticas. Tais reformas foram as únicas empreendidas desde o estabelecimento das agências no período pós-colonial, nenhuma das quais objetivavam alterar a natureza da atividade, sua penetração social, ou seu envolvimento político. Bastaram-se em alterar postos e hierarquias e em renomear as agências, como forma de alijá-las de sua percepção pública enquanto polícias políticas.

No Egito, a GID passou a se chamar Serviço de Investigação de Segurança do Estado (*State Security Investigation Service* – SSIS). Suas missões, no entanto, de coleta interna de inteligência e contra inteligência permaneceram as mesmas. Na Tunísia, logo que ascendeu à presidência, Ben Ali assumiu diretamente o controle sobre a Direção Geral de Segurança do Chefe de Estado (*Direction Générale de la Sécurité du Chef de l'État* – DGSCE), que não mais responderia ao Ministério do Interior, criando – portanto – seu próprio corpo de agentes

de inteligência. Nos vinte e três anos de seu regime, Ben Ali confiou a segurança do país ao Ministério do Interior e, particularmente, à *Sûreté de l'État* e à DGSCE (JEBNOUN, 2014).

Igualmente na Argélia, a SM estava em seu zênite quando Boumediène faleceu. A sua cisão – em 1987 – em duas direções, tinha por objetivo dimensionar o poder da agência, que foi então dividida em Direção Geral de Prevenção e da Segurança (*Direction Générale de la Prévention et de la Sécurité* – DGPS), responsável pela inteligência externa e contraespionagem, sob autoridade direta da Presidência, e em Direção Central da Segurança do Exército (*Direction Centrale de la Sécurité de l'Armée* – DCSA), responsável pela inteligência interna, subordinada ao Ministério da Defesa e herdeira do caracterização enquanto polícia política. Essa reforma, como o fizera Sadat no Egito e Ben Ali na Tunísia, respondia também à política de “desboumediênização” adotada por Bendjedid, tendo diversos aliados do presidente anterior, especialmente aqueles pertencentes ao serviço secreto, sido afastados da vida pública. Em 1990, no entanto, a DGDS foi oficialmente dissolvida devido à repressão promovida no ano de 1988, o chamado “Outubro Negro”, contra manifestantes que demandavam melhora nas condições de vida e o fim da corrupção no seio do governo. Suas funções, portanto, foram reabsorvidas pela DCSA, a qual foi renomeada Departamento de Inteligência e de Segurança (*Département du Renseignement et de la Sécurité* – DRS), sob o Ministério da Defesa, encabeçada por Mediène, codinome “Toufik”, que permanecerá neste mesmo posto até 2015 (SIFAOUÏ, 2012; KERVYN, GÈZE, 2004).

Os anos 1980 e 1990 foram marcados, nos três países, não apenas pela liberalização econômica e política, como pela emergência de movimentos islamistas armados, sendo um período – portanto – de racionalização dos serviços de inteligência, dado o novo quadro securitário. Os motins, a violência e as manifestações promovidas pelos islamistas eram alimentados por descontentamentos com a situação socioeconômica, com a desigualdade crescente e com a corrupção governamental. Sua ação será, na sequência, impulsionada pelo sucesso da Revolução Iraniana e pelo retorno dos “árabes afegãos”, jovens que haviam lutado contra a ocupação soviética no Afeganistão, sob a bandeira da *jihad*.

Ao lado dos salafistas, as ideias islamistas avançavam entre as elites universitárias, no meio rural e nas fileiras do sindicalismo reivindicativo, deixando para trás o espaço restrito da mesquita e a marginalidade das seitas, institucionalizando-se, de modo a se tornar o adversário político mais sério à hegemonia dos partidos-únicos. No Egito, na Tunísia e na Argélia, as polícias políticas voltaram-se ao seu combate. Na Argélia, a abertura política e o multipartidarismo estabelecido em 1988 continham o risco de emergência de uma contra-elite, resistente à cooptação. A Frente Islâmica de Salvação (*Front Islamique du Salut* – FIS), o

primeiro partido saído do movimento islamista legalizado no mundo árabe-muçulmano, composta sobretudo por jovens urbanos e de classes baixas, que oscilavam entre uma maioria de corte reformista e uma minoria antissistêmica, mais radical, venceram o primeiro turno de eleições legislativas em 1991. Antes do segundo turno, entretanto, um novo golpe militar precipitou a eclosão da Guerra Civil, a qual se estenderá até 1999, cujas exigências de combate à insurgência islâmica favoreceriam o sobredimensionamento do DRS (COOK, 2007; SOUAÏDIA, 2001).

O decênio 2000 foi marcado pela ascensão do terrorismo internacional, principalmente a partir da formação, em 2007, da Al-Qaeda do Magreb Islâmico (AQMI), que contava com um braço no noroeste argelino e outro no Sahel. Nos três países, o decênio foi caracterizado também pelo aumento do desemprego e pelo declínio econômico, resultados das políticas econômica neoliberais implementadas. A ordem pós-colonial perdia sua legitimidade, na medida em que novos movimentos civis articulavam-se para demandar novos modelos de organização política, propondo novos valores e questionando a ordem estabelecida.

#### **4 As Primaveras Árabes e o desmantelamento das polícias políticas: mudança ou manutenção dos regimes?**

A Primavera Árabe, de tal maneira, foi decorrência tanto de fatores conjunturais – críticas à corrupção no seio dos governos, desigualdades econômicas resultantes do modelo de liberalização adotado nos anos 1980 e 1990, combinadas com os impactos causados pela crise de 2008 –, quanto fatores estruturais, relacionados à estrutura de classes, aos dinamismos societários existentes nos países que assistiram às manifestações populares, bem como à baixa capacidade dos regimes de oferecerem respostas críveis aos problemas percebidos (NASSER, 2011).<sup>129</sup> Seu início é comumente identificado com a autoimolação de Mohammed Bouazizi, um jovem desempregado da cidade tunisina de Sidi Bouzid, que protestava, em 17 de dezembro de 2010, por justiça social e contra os altos níveis de desemprego e a corrupção generalizada do regime benalista, ateando-se fogo: imagem esta a mais célebre da Primavera Árabe. Manifestações subsequentes foram organizadas por

---

<sup>129</sup> Neste sentido, no plano econômico, a desregulamentação desenfreada e a abertura promovida, impedindo o Estado de fomentar políticas industriais e comerciais sustentáveis, resultaram em altas taxas de desemprego – especialmente entre jovens –, em baixo crescimento econômico e em crescentes disparidades sociais. No plano político, as possibilidades de dar vazão às críticas eram pequenas dado o monopólio do poder político por Mubarak, no interesse do NDP e da comunidade de negócios que o apoiava. Esse monopólio, conforme visto, era assegurando pela inteligência governamental, tanto no sentido da repressão às alternativas possíveis, quanto da manipulação eleitoral, tal qual o ocorrido em 2010 (NASSER, 2010; ARAFAT, 2009).

indivíduos identificados com as demandas de Bouazizi, primeiramente nas regiões mais marginalizadas da Tunísia, aquelas que sentiam mais fortemente os efeitos da pauperização, chegando – finalmente – a Túnis, Sousse e Sfax e, na sequência, impactando o conjunto do mundo árabe-muçulmano. O primeiro resultado da Primavera Árabe, no entanto, foi a queda de Ben Ali: presidente durante vinte e quatro anos, que fugiu para a Arábia Saudita em menos de vinte dias de protestos. Ao contrário, porém, de um clichê recorrente, a Revolução de Jasmim tunisina, a Revolução de Lótus egípcia e suas contrapartes não foram espontâneas, tendo sido – em realidade – tributárias dos movimentos que as precederam.

Menos de um mês após a queda de Ben Ali, no dia 25 de janeiro de 2011 – propositadamente coincidindo com um feriado em homenagem à Polícia Nacional –, manifestantes egípcios organizaram um protesto em frente ao Ministério do Interior, a fim de expressarem seu ultraje à brutalidade policial perpetrada durante manifestações anteriores e demandar o fim do Estado de Emergência, ininterrupto durante todo o período de governo Mubarak. Após uma tentativa malfadada de tomar o prédio do Ministério, o Exército foi chamado às ruas para conter os manifestantes. A presença dos militares foi – de certa forma – reconfortante, uma vez que estes assumiam a missão de manutenção da ordem até então à cargo da Polícia. Como a mais respeitada instituição do país e como a instituição que havia se distanciado da ação dos serviços de segurança, os militares foram capazes de se colocarem, naquele momento, aos olhos públicos, como “guardiões do povo egípcio”, recusando-se a atirar contra os manifestantes.<sup>130</sup> No dia 11 de fevereiro, Hosni Mubarak deixou seu cargo, dando fim aos 29 anos de seu governo e aos 18 dias de mobilização popular (TAYLOR, 2014; STACHER, 2014; COOK, 2011).

Logo após a fuga de Ben Ali criou-se um vazio de poder sem precedentes na história da Tunísia. O presidente da Câmara dos Deputados, Fouad Mebazaâ, assumiu a Presidência da República interinamente já em janeiro, segundo indicação do Conselho Constitucional que se reunira, sendo sua responsabilidade a organização de eleições, as quais se realizariam nove meses depois, em outubro. No Egito, foi o Supremo Conselho das Forças Armadas (*Supreme Council of the Armed Forces – SCAF*), um grupo recém-formado, composto por vinte generais, que assumiu os poderes presidenciais durante 18 meses, até a realização das eleições presidenciais, demonstração do poder a cargo das Forças Armadas egípcias. Foram estes governos provisórios que promoveram o desmantelamento das polícias políticas, a *Sûreté de*

---

<sup>130</sup> Os oficiais das forças de segurança interna não desertaram. Divididos, no entanto, foram reticentes em assumir os custos da repressão imperativa para manter Mubarak no poder.



*l'État*, na Tunísia, e o SSIS, no Egito, enquanto respostas às demandas mais imediatas dos manifestantes, de modo a contrabalançar a insatisfação popular e desarmar a crise política.

Na Tunísia, em fevereiro de 2011, o novo ministro do interior interino destituiu 42 servidores do Ministério, associados ao antigo regime benalista, incluindo 11 diretores de agências de segurança. Em março, desmantelou por decreto a notória *Sûreté de l'État*, um dos alvos principais dos manifestantes, sem substituí-la por outra estrutura. Os funcionários da *Sûreté de l'État* que não foram dispensados, foram repartidos entre as agências remanescentes. As reformas, no entanto, não avançariam além deste ponto, não atingiriam as forças policiais, nem a Guarda Nacional, nem chegaria às demais agências de inteligência. O Ministério do Interior, neste sentido, se manteria uma “caixa preta”, imune às pressões políticas (SAYIGHO, 2015; MAHFOUDH, 2014; HANLON, 2012; SÉRÉNI, 2011).

De modo paralelo, no Egito, em uma abordagem bastante conservadora, os militares reunidos no SCAF demitiram 670 oficiais da segurança interna, a maioria pertencente ao SSIS, dissolvendo-o. Em seu lugar, no entanto, foi criada uma nova agência no âmbito do Ministério do Interior, o Setor de Segurança Interna (*Homeland Security Sector – HSS*). O SSIS mantinha diversos arquivos sobre as atividades de cidadãos egípcios e também de militares, os quais poderiam conter informações prejudiciais aos intentos do SCAF. Assim, a dissolução da polícia política foi tanto funcional, quanto foi cosmética, uma vez que o novo HSS detinha os mesmos poderes e as mesmas funções de sua antecessora (SAYAGO, 2015; LACHAPELLE, 2014; MAKELA, 2014; EL-ANIS, HAMED, 2013).

Nos dois países, portanto, copiou-se a estratégia que usaram – em anos e precedentes – Ben Ali, na Tunísia, Sadat e Mubarak, no Egito, quando estes ascenderam à presidência de seus países: reformas cosméticas, baseadas na substituição de postos-chave e em mudanças de nomenclatura, demonstração não apenas da validade das ideias weberianas, como das estratégias políticas de que falava Hinnebusch na primeira seção deste trabalho. Neste quadro, as elites securitárias sairiam – em sua maioria – isentas das manifestações de dezembro de 2010 e de janeiro de 2011, tanto em termos de reformas significativas em suas estruturas, as quais alterassem seus mandatos e sua capacidade de influenciar a esfera política, quanto em termos de responsabilização pelos abusos cometidos.

Em ambos os países, as eleições subsequentes foram ganhas por partidos islamistas. Na Tunísia, 41% dos assentos na Assembleia Nacional foram conquistados pelo partido

Ennahda,<sup>131</sup> o qual indicou Hamadi Jebali como primeiro-ministro e Moncef Marzouki, de um partido coligado,<sup>132</sup> como presidente. No Egito, os Irmãos Muçulmanos – que então se organizavam em um novo partido, denominado Partido da Justiça e da Liberdade (*Freedom and Justice Party* – FJP) – conquistaram 47% dos assentos legislativos e, em junho de 2012, elegeram Mohammed Morsi, o líder de um movimento que fora ilegal no país por quase um século, presidente da república.

Estas primeiras eleições verdadeiramente democráticas na Tunísia e no Egito abriram novamente a janela de oportunidades para reformas no setor de segurança, a qual não foi, no entanto, aproveitada. O que ocorreu de fato foi mais uma vez mudanças nas patentes mais altas das Forças Armadas, nos postos públicos e nas direções das agências de inteligência, fosse por uma estratégia de conciliação por parte dos islamistas, fosse por receio de um golpe de Estado. Tais políticas, porém, foram acusadas, nos dois países, por liberais e por revolucionários do campo secular de “Ikhwanization”<sup>133</sup>: infiltração de grupos religiosos no aparato estatal. No início de 2013, cindido o campo político dado o debate relativo ao papel da religião na vida pública, os egípcios retornaram à *Tahrir Square*, exigindo a volta dos militares e o fim do governo Morsi. Enquanto o palácio presidencial era cercado durante as novas manifestações, as forças de segurança se mostraram copiosamente ausentes (SAYAGHO, 2016; FADEL, 2016; RACHED, 2016; MAKELA, 2014).

Ao contrário de Hamadi Jebali, que completou seu mandato, Mohamed Morsi foi deposto por ação de seu ministro da defesa, Abdel Fattah Saeed Hussein Khalil el-Sisi,<sup>134</sup> apoiado pela Polícia Nacional, pelas Forças Armadas, por setores do judiciário, por grupos religiosos moderados, pelos coptas, pelos liberais e pelos revolucionários. Logo após o golpe militar teve início uma repressão sistemática aos Irmãos Muçulmanos – acusados de serem uma organização terrorista após um bombardeio na cidade de Mansoura a eles atribuído –, bem como a quaisquer suspeitos de serem seus simpatizantes. As velhas práticas de interrogatório, tortura, vigilância, foram utilizadas pelo novo HSS nesta missão, a mais antiga – conforme visto – a cargo dos serviços de inteligência egípcios. Vários dos oficiais do SSIS que haviam sido afastados retornaram ao serviço, dada a necessidade de combate à

<sup>131</sup> Em 1979, na Tunísia, a *Jamâ'a al-islamiyya* se transforma em Movimento da Tendência Islâmica (*Mouvement de la Tendance Islamique* – MTI), que em 1989 mudará sua nomenclatura para Movimento *Ennahda*,

<sup>132</sup> Uma vez que nenhum partido obteve maioria absoluta na votação, o segundo e o terceiro partido mais votados – o Congresso para a República (*Congrès pour la République* – CPR) e o Fórum Democrático para o Trabalho e Liberdades (*Forum Démocratique pour le Travail et les Libertés* – FDTL), ou Ettakatol –, ambos seculares, se juntaram ao Ennahda em uma coligação. Moncef Marzouki pertencia ao CPR.

<sup>133</sup> O termo provém de *Ikhwan*, “irmãos” em árabe.

<sup>134</sup> Havia servido como chefe da MID durante o governo Mubarak e era o mais jovem integrante do SCAF.

insurgência islamista, demonstração do poder a cargo do setor de segurança, em geral, e da comunidade de inteligência, em particular (RACHED, 2016; AZIZ, 2016, SAYIGO, 2015).

Na Tunísia, igualmente, a *Ansar al-Sharia*, uma organização salafista,<sup>135</sup> promoveu – a partir de 2012 – uma nova onda de violência islamista no país. Além da situação interna que se desenhava, diversas células e grupos terroristas externos – como a *Okba ibn Nafaa Battalion* e a Al-Qaeda do Magreb Islâmico (AQMI) – começaram a atuar na fronteira com a Argélia. A difícil situação na Líbia também teve reflexos nas fronteiras tunisinas, zona de trânsito para redes regionais de contrabando de armas e para refugiados, alguns partidários de ideologias extremistas. Esse cenário aumentou a pressão sobre as forças de segurança, incluindo sobre os militares. O desmantelamento da *Sûreté de l'État*, passou a ser amplamente criticado por minar a capacidade do Estado de conter a ameaça salafista. De tal maneira, os 42 funcionários dispensados em 2011, como esforço de reforma no setor, foram também reintegrados (SAYAGHO, 2016; HACHED, FERCHICHI, 2014; ARIEFF, HUMUD, 2015; MAHFOUDH, 2014).

Ao contrário do Egito e da Tunísia, a Argélia não enfrentou as turbulências políticas e sociais resultantes da Primavera Árabe, tendo assistido – no contraponto – a breves e desarticuladas manifestações, a maioria setorizada, concentrada em demandas particulares de pequenos grupos, sem ter havido a ação direta de sindicatos, de partidos políticos ou de organizações civis de qualquer natureza.<sup>136</sup> Entre os fatores de insucesso de uma variante argelina da Primavera Árabe, diversos autores citam, em primeiro lugar, o fato de que a Argélia já havia experimentado a sua “Primavera” em 1988 e de que a memória da Guerra Civil que se seguira dissuadia a população de se engajar em novos protestos, especialmente após as manifestações na Líbia, no Iêmen e na Síria terem se convertido em violência generalizada. Igualmente, os partidos na Argélia eram – naquele momento – demasiado frágeis e demasiado fragmentados; os partidos islamistas, ao contrário do Egito e da Argélia, onde foram bem-sucedidos, não empolgavam, nem se apresentavam enquanto oposição crível, logicamente devido ao histórico de violência islamista dos anos 1990. Finalmente, diferentemente dos dois outros casos aqui analisados, o regime político argelino não era identificado com o presidente Abdelaziz Bouteflika, nem com o FLN; dado o papel político

---

<sup>135</sup> Ansar al-Sharia da Tunísia foi criado em abril de 2011 e foi rapidamente sucedida por dois grupos homônimos na Líbia e no Iêmen (AYARI, MERONE, 2014).

<sup>136</sup> Sob os gritos de “tragam-nos açúcar”, em referência à subida nos preços do produto, jovens proletários de Argel atearam fogo a prédios públicos, sendo rapidamente reprimidos pelas forças de segurança. Após quatro dias, cinco mortos, alguns feridos e inúmeras prisões, a decisão do presidente Bouteflika de exonerar determinadas mercadorias de suas taxas de importação – aliada à promessas de regulamentação do mercado de alimentos, além de medidas contra o desemprego e pela moradia – interrompeu os motins (BAAMARA, 2014).

ainda a cargo dos militares, era sabido que a saída de Bouteflika não alteraria significativamente o sistema político estabelecido (BOUANEL, 2015).

Além destes fatores, o presidente Bouteflika foi rápido e convincente em oferecer respostas às demandas postas. Observando o que se passava no Egito e na Tunísia, Bouteflika suspendeu o Estado de Emergência que durava, então, dezenove anos, prometeu reformas constitucionais, mudança nas leis eleitorais e nas leis de imprensa, além de paridade de gênero nas instituições públicas. Suas propostas foram bem recebidas, de modo que, logo em seguida, a parca oposição perderia seu *momentum* (LAYACHI, 2014).

O sucesso na implementação destas reformas prometidas aumentou a popularidade de Bouteflika, que – a despeito da saúde frágil e da idade avançada – ambicionava concorrer a um quarto mandato. Como visto, no entanto, seu governo era tutelado pelas forças de segurança e especialmente pelo poderoso DRS, uma agência de inteligência militar e – em grande parte – autônoma em relação ao Poder Executivo e às próprias Forças Armadas, cujo diretor, Mohamed Mediène, ou Toufik, mostrava-se contrário a uma nova reeleição do Chefe de Estado. Bouteflika, porém, utilizou um atentado terrorista a uma instalação de gás em In Amenas, gerenciada pela British Petroleum, pela Statoil e pela Sonatrach (a companhia estatal de gás e petróleo) enquanto justificativa para a reforma na polícia política, alegando falhas no serviço de inteligência governamental.

A partir do dia 10 de setembro de 2013, uma série de reportagens, inicialmente veiculadas pelo jornal eletrônico *Tout Sur l'Algérie* (TSA) apontavam para uma decisão presidencial ainda não oficialmente publicada de reestruturação profunda do serviço de inteligência argelino. As especulações viriam, logo, a se confirmarem: ainda em 2013, o presidente Bouteflika anunciou diversas aposentadorias nos altos escalões do DRS. Na sequência, a agência foi parcialmente desmantelada, uma vez que suas principais direções foram transferidas a outras instâncias, especialmente para o Estado Maior das Forças Armadas, cujo novo chefe era próximo ao clã presidencial, refletindo a tentativa de confinar o DRS à matéria de segurança e de defesa, bem como de extirpar alguns dos meios que o permitiram atuar enquanto polícia política e de atuar contrariamente aos desígnios do Poder Executivo e, especificamente, de Bouteflika (DRIS, 2016; HAMADI, 2013).

O DRS manteve-se como agência coordenadora no sistema de inteligência argelino, ainda subordinando algumas subdireções responsáveis pela coleta de informações no âmbito interno e externo.<sup>137</sup> Em 13 de setembro de 2015, entretanto, após ter sido eleito para o seu

---

<sup>137</sup> Especialmente o Grupo de Controle de Redes (*Groupement de Contrôle des Réseaux – GCR*), responsável pela inteligência eletrônica, o Departamento de Infiltrações e de Manipulação (*Département d'Infiltration et de*

quarto mandato, com 81,49% dos votos, Abdelaziz Bouteflika demitiu Mohamed “Toufik” Mediène, chefe do DRS durante 25 anos. Finalmente, em janeiro de 2016, o DRS foi oficialmente dissolvido. Para a coordenação da inteligência governamental foi criada uma nova agência, subordinada diretamente à Presidência da República, portanto independente do Ministério da Defesa, o Departamento de Assuntos Securitários (*Département des Affaires Sécuritaires* – DAS), o qual possui três subdepartamentos: um para segurança interior, um para segurança exterior e uma direção técnica (MAMMERI, 2016; SEMMAR, 2016; BOUDHANE, 2015; DRIS, 2015).

Na Tunísia, as eleições legislativas e presidenciais de 2014 – após terminado o mandato de Moncef Marzouki – resultaram na vitória do partido *Nidaa Tounes*, que se apresentava como o principal antagonista do Ennadha, o qual nem ao menos apresentou um candidato à presidência. O *Nidaa Tounes* elegeu para a Presidência de República seu fundador: Béji Caïd Essebi, um próximo colaborador de Bourguiba, tendo servido como diretor da DSN, Ministro do Interior e Ministro da Defesa durante seu regime. Sob Ben Ali, ocupou também o cargo de Ministro do Interior, entre outros postos. Diversos membros do alto escalão do seu partido haviam participado igualmente do governo de Ben Ali, levantando – entre diversos analistas – a suspeita de um “retorno ao antigo regime”. Em julho de 2015, devido a novos ataques jihadistas, um Estado de Emergência foi proclamado e sucessivamente prorrogado, estando ainda hoje em vigor, sendo a última prorrogação estabelecida em 17 de janeiro de 2017 (TUNÍSIA, 2017). No Egito, em maio de 2014, uma eleição controversa elegeu o General Sisi sétimo Presidente da República do Egito, o qual deu continuidade à repressão aos Irmãos Muçulmanos e a seus simpatizantes, missão a cargo do novo e poderoso HSS (ARIEFF, HUMUD, 2015; CHOUIKHA, GOBE, 2015).

Tanto na Tunísia quanto no Egito, a escalada das ameaças securitárias internas e externas – seja devido à ação de organizações terroristas, especialmente a partir da emergência do Estado Islâmico, seja decorrente de problemas na fronteira com a Líbia – provou-se funcional à preservação do papel político dos militares, no caso egípcio, e das forças de segurança interna, no caso tunisino, apoiados por uma poderosa comunidade de inteligência e por grande legitimidade popular (ALEXANDRINI, FRIESEN, 2016; MOMANI, MOHAMED, 2016).

---

*Manipulation* – DIM), o Comando de Coordenação da Luta contra as Atividades Subversivas (*Commandement de Coordination de la Lutte contre les Activités Subversive* – CLAS) e a Direção de Relações Exteriores e de Cooperação (*Direction des Relations Extérieures et de la Coopération* – DREC).

Na Argélia, o fim do DRS e o afastamento de Toufik, não significam, forçosamente, o fim da polícia política. Tampouco significam um aceno a medidas de transparência e ao estabelecimento de controles externos aos serviços de inteligência, sendo uma evidência para tanto o fato de a própria constituição promulgada em 2016 não possuir qualquer dispositivo desta natureza (ARGÉLIA, 2016), como não o possuem as constituições aprovadas em 2014 no Egito e na Tunísia (EGITO, 2014; TUNÍSIA, 2014). Finalmente, as reformas na Argélia não oferecem perspectiva para uma grande mudança em termos de regime político: como na Tunísia e no Egito, o desmantelamento do DRS argelino aparenta sobretudo ser uma reacomodação de poder no seio do Estado, a partir de disputas entre elites e burocratas por seu controle e a partir da percepção – por parte do presidente – de que seu poder depende da total subordinação da gestão da violência estatal.

## **5 Considerações Finais**

Este trabalho inscreveu-se no âmbito de dois debates recorrentes e já clássicos da Ciência Política, especificamente caros ao campo latino-americano, embora envoltos ainda em polêmicas empíricas e teóricas: as dinâmicas políticas de regimes autoritários e a resiliência do autoritarismo enquanto ordem política. Buscou-se aqui escrutinar as características de três destes regimes e demonstrar suas estratégias de sobrevivência. No intento de contrariar o argumento recorrente da democratização enquanto uma consequência inevitável da evolução política, este artigo buscou demonstrar que a Primavera Árabe foi um fenômeno bastante mais complexo do que o pretendido por alguns de seus analistas, cujos desdobramentos não ofereceram perspectivas seguras de condução a um verdadeiro processo de democratização destes regimes políticos. Logicamente, a complexidade do mundo sensível apontada pelas ideias weberianas limita substantivamente a condição deste trabalho de oferecer respostas definitivas aos problemas históricos. Tão somente, o presente artigo buscou demonstrar a manutenção dos regimes autoritários a partir das evidências relativas ao tipo de reformas empreendidas no setor de inteligência, especificamente no âmbito das polícias políticas de três países selecionados, dada a compreensão de que a atividade destas agências era um ente caracterizador e fundamental para os regimes estabelecidos imediatamente antes do início das manifestações no Egito, na Argélia e na Tunísia. Existiriam, no entanto, outras características possíveis destes regimes a serem analisadas, as quais não foram, aqui, abordadas.

No que toca a nossa pesquisa, no entanto, buscamos demonstrar que as reformas empreendidas após 2010 no âmbito do SSIS egípcio, do DRS argelino e da *Sûreté de l'État* tunisina – as polícias políticas destes países – não foram baseadas em nenhum intento de prover maior transparência ou de estabelecer qualquer tipo de supervisão externa aos serviços. Basearam-se apenas na substituição dos seus quadros mais visíveis e na mudança de nomenclatura, sem um objetivo claro de romper com sua lógica policialesca, um tipo de reforma que já havia sido empreendida quando das sucessões presidenciais, como formas de acomodação de poder entre elites políticas concorrentes. O escalonar das ameaças securitárias, ademais, nos três países, serviu enquanto justificativa para a manutenção das prerrogativas a cargo destas agências, com apoio popular.

O caso argelino, especificamente, aparentava ser uma exceção, uma vez que reformas no setor de inteligência foram promovidas sem a ocorrência de manifestações coordenadas e organizadas, inscritas no que poderia ter sido uma Primavera Argelina. No entanto, ao demonstrarmos que no Egito e na Tunísia as reformas tiveram um caráter meramente cosmético, servindo novamente à manutenção dos regimes estabelecidos, podemos afirmar que foi este também o intento da reforma na Argélia, qual seja, possibilitar ao presidente Bouteflika exercer suas funções executivas sem a concorrência da tutela das Forças Armadas e dos serviços de inteligência, e mantendo – no entanto – a natureza autoritária do regime político e o caráter policial da agência reformada

Finalmente, este artigo possui uma clara limitação: tratando-se de reformas recentes, os seus desdobramentos futuros devem ainda ser acompanhados. Igualmente, este trabalho não cobre todos os regimes de países árabe-muçulmanos que assistiram à Primavera Árabe e/ou sofreram reformas no setor de inteligência. Podemos ainda, enquanto agenda de pesquisa, alargar o número de casos estudados, de modo a prover maior robustez às nossas hipóteses. Ainda assim, a literatura especializada relativa aos serviços de inteligência destes países é escassa e de difícil acesso, sendo esta talvez a maior dificuldade de quaisquer estudos em inteligência governamental. Para os casos aqui reunidos, mesmo o material existente apresentou-se, por vezes, incompleto ou contraditório. No entanto, nem o Egito, nem a Argélia e a Tunísia, nem o mundo árabe-muçulmano em geral, apresentam singularidades que dificultem ou mesmo impeçam seu estudo ou sua compreensão, havendo apenas particularidades as quais revestem todo e qualquer objeto de análise. As tradicionais agendas dos Estudos de Inteligência – as quais tendem a focar unicamente nos casos inglês e estadunidense, não raro com alto grau de generalização – não devem ser descartadas quando da análise destes países, uma vez que contribuem para sua compreensão; ainda assim, devem

ser alargadas e revisadas, de modo a incluir essa diversidade de agendas oferecidas, as quais – em última análise – reforçam o próprio campo de estudos.



**PARTE III**  
**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS PARA A AGENDA DE PESQUISA

Nosso objetivo neste trabalho foi analisar um processo ao longo do tempo, como estratégia empírica e metodológica para responder a uma pergunta de caráter empírico, a qual deriva de um debate tão atual quanto polêmico: houve, no pós-Primavera Árabe, mudanças de regime nos casos do Egito, da Argélia e da Tunísia? Para tanto, utilizamos dois casos positivos, ou seja, nos quais houve manifestações populares, e um caso negativo, no qual tais manifestações não ocorreram. Enquanto conclusão, propomos que, nos três países, as reformas no setor de inteligência levadas a cabo após 2011 obedeceram à mesma lógica das reformas que foram empreendidas quando das sucessões presidenciais: alterações de pessoal em postos-chave das principais agências e mudanças de nomenclatura. Não houve, portanto, segundo nossa interpretação, uma clara indicação da existência de um processo de mudança de regime nos países estudados.

No Egito e na Tunísia, as agências identificadas enquanto polícia política – o SSIS egípcio e a *Sûreté de l'État* tunisina – foram ambas desmanteladas e parte de seus funcionários, afastados, logo após o estabelecimento dos governos interinos, como forma de corresponder às expectativas dos manifestantes e de aplacar a insatisfação popular. Em nenhum dos dois países, no entanto, os esforços de reforma tiveram continuidade, no sentido de atingirem as demais agências, ou mesmo as Forças Armadas, a Gendarmerie, a Polícia Nacional, de modo a converter-se em verdadeiro processo de Reforma no Setor de Segurança. Tampouco, nos dois países, implementou-se qualquer medida que provesse maior transparência ao serviço de informações, ou qualquer mecanismo de supervisão externa a estes. O escalonar das ameaças securitárias, neste quadro, serviu enquanto justificativa ao retorno às tradicionais práticas destas agências, anteriormente alvos de críticas, contando agora com renovado suporte popular. Neste contexto, os funcionários anteriormente afastados foram, nos dois casos, readmitidos e não se observaram mudanças propriamente nas funções e nas prerrogativas das agências citadas.

No caso argelino, não tendo havido um conjunto de manifestações dessertizadas, articuladas e que demandassem – afinal – a queda de Abdelaziz Bouteflika, o presidente aproveitou sua renovada popularidade – subsequente à aprovação de reformas políticas e de regulamentações econômicas diversas – e a falha na detecção de um grupo salafista que cruzara a fronteira com a Líbia para reformar o DRS, uma agência eminentemente militar, e para afastar aquele que o dirigia desde antes do estalar da Guerra Civil dos anos 1990. Como no Egito e na Tunísia, no entanto, não houve o concomitante estabelecimento de quaisquer

mecanismos de transparência ou de supervisão, embora tenha havido uma importante mudança organizacional: a nova agência criada foi subordinada diretamente à Presidência da República, de modo a dificultar sua tutela por parte dos militares e de modo a diminuir a capacidade destes de penetrar na sociedade civil e, principalmente, de influir no processo político.

Assim, para os três países, o que observamos não foram propriamente reformas democratizantes do serviço de inteligência, as quais se assemelhassem àquelas detalhadas por Bruneau e Matei (2011) na Parte I deste trabalho. As mudanças que se observaram foram, antes, resultantes primeiro de uma estratégia para dar fim às manifestações que pediam por mudança de regime, no caso do Egito e da Tunísia, e – segundo – de disputas por poder entre as elites políticas dos Estados, as quais buscavam preservar as fatias de poder por elas asseguradas em anos anteriores, sejam aquelas componentes do Poder Executivo, no caso argelino, sejam os militares, no caso egípcio, sejam os oficiais da segurança interna, no caso tunisino. Assim, pela análise do caráter anterior de atuação das polícias políticas e pela análise das reformas empreendidas – conjugadas à nossa interpretação de que estes serviços constituíram elementos caracterizadores dos regimes estabelecidos quando das manifestações populares – concluímos que não se pode argumentar pela existência segura de um processo de mudança de regime nestes países, ainda que tenham ocorrido, no Egito e na Tunísia, mudanças de governo.

Logicamente, nossa conclusão é tributária dos pressupostos os quais utilizamos: a centralidade do Poder Executivo, a preponderância do partido-único e, residindo aqui nosso foco de análise, o papel político a cargo das forças de segurança, enquanto elementos caracterizadores dos regimes estabelecidos no pós-Independência. Para comprovar nossa hipótese de pesquisa, procedemos a uma análise das dinâmicas históricas de construção dos três Estados e de evolução destes três elementos, com ênfase na evolução dos serviços de inteligência, embora uma abordagem diversa, a qual elencasse outras características dos regimes aqui estudados, pudesse chegar a uma conclusão oposta.

De tal forma, nos colocamos duas perguntas ao final deste trabalho. Em primeiro lugar, pode um número tão pequeno de casos e de comparações resultar em um argumento cientificamente válido? Em segundo lugar, é frutífero, em termos científicos, levarmos adiante uma agenda de pesquisa motivada por perguntas, ainda que substantivas, ainda que atuais, e não propriamente por uma teoria? Argumentamos, enquanto respostas a estes questionamentos, que o número de três casos – os quais não foram escolhidos ao acaso, mas devido à semelhança entre os três países e à possibilidade, portanto, de promover

comparações robustas – nos permitiu, durante o curto período de mestrado acadêmico, um tipo de exame bastante detalhado de nosso objeto de pesquisa, o qual seguramente não seria possível caso houvesse um maior número de países a serem testados. De tal forma, acreditamos ser esta uma contribuição válida, uma vez que está suscetível de ser base para novos estudos, mais amplos e mais vigorosos. Assim, é uma agenda possível de pesquisa a inclusão de novos países, os quais podem ser tanto países árabe-muçulmanos como os aqui trabalhados, integrantes seja do norte africano, seja do Oriente Médio, repúblicas ou monarquias, quanto países pertencentes a outros contextos históricos e geográficos, mas que tenham sofrido, igualmente, processos de reforma no setor de inteligência.

Sobre esta possibilidade, a realidade dos três países aqui analisados é destes muito própria. No entanto, a natureza do processo de reforma, sem o intento propriamente democratizante, não é nada alheia a outros casos observáveis. Diversos autores trataram justamente deste ponto, das reformas nas polícias políticas após o fim das ditaduras militares latino-americanas, a fim de demonstrarem os níveis de controle dos governos civis estabelecidos sobre suas Forças Armadas e sobre seus serviços de informação. Atualmente, reformas no setor de inteligência ocorreram na maioria dos países da América Latina, embora – em alguns casos – tenham sido limitadas, por exemplo, em termos de expansão da autoridade civil sobre os subsistemas militares de inteligência. Especificamente no Brasil, os militares lograram preservar prerrogativas e níveis de autonomia, os quais lhes permitiram protagonismo em decisões nacionais, protegidos pelo desinteresse da classe política. Entre essas prerrogativas, elenca-se a imprecisão constitucional sobre suas missões, a ambiguidade nas definições de segurança e de defesa e a condução da atividade de inteligência, a qual evidencia-se pela subordinação da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e não diretamente à Presidência da República.<sup>138</sup> Longe de argumentarmos que há um paralelismo no processo, simplesmente apontamos para a possibilidade analítica de um estudo bastante mais amplo e, talvez, da proposição de uma teoria sobre reforma no setor de inteligência com estas características, distantes – portanto – daquilo que observamos enquanto hipóteses de reformas tradicionalmente contidas nos Estudos em Inteligência.

O presente trabalho, no entanto, não teve esta pretensão. Ademais, este possui limites evidentes, sendo o primeiro um limite de caráter temporal: as reformas analisadas foram empreendidas recentemente, de modo que seus desdobramentos não são ainda observáveis em

---

<sup>138</sup> Ver: Arturi e Rodriguez (2011), Rotta (2009), Weeks (2008), Pion-Berlin (2008), Stepan (1988), Zaverucha (1998).

toda sua amplitude possível. De tal forma, este processo deve ser acompanhado nos anos próximos. Em segundo lugar, caso levado adiante, o presente estudo demanda uma pesquisa de campo, não apenas para munir-se de entrevistas, como para a coleta de material de pesquisa. Conforme pode-se supor, a grande dificuldade aqui enfrentada foi a carência de literatura e de material para análise. Muito pouco foi publicado relativo à evolução dos serviços de inteligência no Egito, na Argélia e na Tunísia, especialmente neste último país, ao passo que no Egito e na Argélia a literatura disponível versa mais especificamente sobre as guerras árabe-israelenses e sobre as operações encobertas durante a guerra de libertação argelina e durante sua guerra civil, sendo este material fortemente marcado pelo ponto de vista israelense e europeu, ou por uma abordagem mais operacional que propriamente política da atividade de inteligência. Deste conjunto de estudos, pouquíssimos utilizam o pós-Primavera Árabe enquanto recorte temporal e virtualmente inexistem análises comparativos sobre o tema, o que dificulta substantivamente nossa análise, ainda que a provenha de certo grau de originalidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDEL-BAKY, Mohamed. Choice of a clean slate. **Ak-ahram Weekly**. Cairo, out. 2012. Disponível em: <<http://weekly.ahram.org.eg/Archive/2012/1118/eg9.htm>>. Acesso em: 28 fev. 2017.
- ABU-TARBUSH, José. Del nacionalismo a los islamismos. **Ayer**, Madrid, v. 65, n. 1, p.153-187, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/41325074?uid=2&uid=4&sid=21104233057931>>. Acesso em: 27 mar. 2017.
- ACHY, Hèla. Breakdown of authoritarianism "Social Contract" and Emergence of a New Social Actors: An ongoing process?. In: SADIKI, Lardi (Ed.). **Routledge Handbook of the Arab Spring**. Nova York: Routledge, 2015. p. 303-318.
- ADDI, Lahouari. Army, State and Nation in Algeria. In: KOONING, Kees; KRUIJT, Dirk. **Political Armies: The Military and Nation Building in the Age of Democracy**. Nova York: Zed Books, 2001. p. 159-178.
- ADDI, Lahouari. Political Islam and democracy: the case of Algeria. In: HADENIUS, Axel. **Democracy's Victory and Crisis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 105-120.
- AGERON, Charles-robert. **Histoire de l'Algérie contemporaine (1830-1982)**. Paris: Presses Universitaires de France, 1983.
- AHMED, Nafeez Mosaddeq. **La guerre contre la vérité: 11 septembre, désinformation et anatomie du terrorisme**. Paris: Éditions Demi-lune, 2006. Tradução de: Monique Arav e Kiersten Week.
- AKHAVI, Shahrough. Egypt: Diffused Elite in a Bureaucratic Society. In: ZARTMAN, William et al. **Political Elites in Arab North Africa: Marocco, Algeria, Tunisia, Libya and Egypt**. Nova York: Longman, 1982. p. 223-266.
- AL-ANANI, Khalil. **Inside the Muslim Brotherhood: Religion, Identity and Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- AL-JAZEERA. Hosni Mubarak walks free after six years in jail. **Al-Jazeera**. Doha. 24 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2017/03/hosni-mubarak-walks-free-years-jail-170324095324330.html>>. Acesso em: 24 mar. 2017.
- ALEXANDER, Christopher. Tunisia. In: GASIOROWSKI, Mark (Ed.). **The Government and Politics of the Middle East and North Africa**. Boulder: Westview Press, 2014. p. 475-500.
- ALEXANDRANI, Ismail; FRIESEN, Isaac. Conclusion: Movinf beyond Tahrir. In: MOMANI, Bessma; MOHAMED, Eid (Ed.). **Egypt Beyond Tahrir Square**. Bloomington: Indiana University Press, 2016. p. 166-176.
- AMIN, Galal. **Egypt in the Era of Hosni Mubarak**. Cairo: The American University In Cairo Press, 2011.

ANISTIA INTERNACIONAL. Egypt three years on, wide-scale repression continues unabated. **Anistia Internacional**. [s.l.], jan. 2014. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2014/01/egypt-three-years-wide-scale-repression-continues-unabated/>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

ARAFAT, Alaa Al-din. **Hosni Mubarak and the Future of Democracy in Egypt**. Nova York: Palgrave, 2009.

ARENDT, Hannah. **The Origins of Totalitarianism**. Nova York: Harcourt, Brace e World, 1966.

ARGÉLIA. Constituição (2016) de março de 2016. **Constitution de La Republique Algerienne Democratique Et Populaire**. Disponível em: <<http://www.joradp.dz/TRV/FCons.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

ARGÉLIA. Lei nº 01, de 01 de fevereiro de 2006. **Charte Pour La Paix Et La Réconciliation Nationale**. Argel, Disponível em: <<http://www.interieur.gov.dz/Dynamics/frmItem.aspx?html=1&s=3>>. Acesso em: 06 mar. 2016.

ARGÉLIA. Lei nº 99-08, de 13 de julho de 1999. **Ley de Concordia Civil**. Argel, Disponível em: <<http://www.solidaritat.uv.edu/observatori/esp/argelia/documentosargelia.htm>>. Acesso em: 06 mar. 2017.

ARIEFF, Alexis; HUMUD, Carla E.. **Political Transition in Tunisia**. Washington: Congressional Research Service, 2015. Disponível em: <<https://www.fas.org/sgp/crs/row/RS21666.pdf>>. Acesso em: 05 jan 2017.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2011.

ARON, Raymond. **Democracia e Totalitarismo**. Lisboa: Presença, 1966.

ARON, Raymond. **German Sociology**. Nova York: First Free, 1964.

ARTURI, Carlos S.; RODRIGUEZ, Júlio C.. Controles Democráticos e Serviços de Inteligência e de Segurança Interna em Portugal e no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35, 2001, Caxambu. **Anais**. Caxambu, 2011. p. 1 - 30. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/35\\_encontro\\_gt/GT04/ARTURI\\_RODRIGUEZ.pdf](http://www.anpocs.org.br/portal/35_encontro_gt/GT04/ARTURI_RODRIGUEZ.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2017.

ARTURI, Carlos S.. O Debate Teórico sobre Mudança de Regime Político: O Caso Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 17, p.11-31, nov. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n17/a02n17.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

ASHFORD, Douglas E.. Neo-Destour Leadership and the “Confiscated Revolution”. **World Politics**, [s.l.], v. 17, n. 02, p.215-231, jan. 1965.

ASHOUR, Omar. Politicizing security sector reform in Egypt. **Al Arabyia News**. Dubai, p. 1-1. mar. 2013. Disponível em: <<http://english.alarabiya.net/views/2013/03/03/269290.html>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

ASLAM, Reza. **Solo hay un Dios: Breve historia de la evolución del Islã.** Barcelona: Indicios, 2015.

ASSAM, Yahia. **Comité Justice pour l'Algérie: Les détentions arbitraires: Comité Justice Pour L'algerie**, 2004. Disponível em: <[http://www.algerie-tpp.org/tpp/pdf/dossier\\_4\\_detentions\\_arbitraires.pdf](http://www.algerie-tpp.org/tpp/pdf/dossier_4_detentions_arbitraires.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2017.

AYARI, Michaël Béchir; MERONE, Fabio. Ansar al-Sharia: une institutionnalisation à la croisée des chemins. In: CAMAU, Michel; VAIREL, Frédéric (Org.). **Soulèvements et recompositions politiques dans le monde arabe.** Montréal: Les Presses de L'université de Montréal, 2014. p. 414-428.

AZIZ, Sahar. Egypt' Revolutionary Moment Turned Uprising. In: MOMANI, Bessma; MOHAMED, Eid (Ed.). **Egypt Beyond Tahrir Square.** Bloomington: Indiana University Press, 2016. p. 41-62.

BAAMARA, Layla. Alger ou la contestation en rangs dispersés: des mobilizations qui "ne prennent pas". In: CAMAU, Michel; VAIREL, Frédéric (Org.). **Soulèvements et Recompositions Politiques dans le Monde Arabe.** Montreal: Les Presses de L'université de Montréal, 2014. p. 189-205.

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. **Politique Comparée.** Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

BARAK, Oren; DAVID, Assaf. The Arab Security Sector: A New Research Agenda for a Neglected Topic. **Armed Forces & Society**, [s.l.], p.804-824, jun. 2010.

BEININ, Joel; DUBOC, Marie. Mouvement Ouvrier, lutttes syndicales et processus révolutionnaire en Égypt: 2006-2013. In: CAMAU, Michel; VAIREL, Frédéric (Ed.). **Soulèvements et Recompositions Politiques dans le Monde Arabe.** Montreal: Les Presses de L'université de Montréal, 2014. p. 121-142.

BELHASSEN, Souhayr. Les legs bourguibiens de la répression. In: CAMAU, Michel; GEISSER, Vincent (Org.). **Habib Bourguiba: La trace et l'héritage.** Paris: Karthala, 2004. p. 392-405.

BELLIN, Eva. The Robustness of Authoritarianism in the Middle East: Exceptionalism in Comparative Perspective. **Comparative Politics**, [s.l.], v. 36, n. 2, p.139-157, jan. 2014. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/4150140>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

BENCHIKH, Madjid. **Comité Justice pour L'Algérie: L'organisation du système politique.** -: Dossier N. 16, 2004. Disponível em: <[http://www.algerie-tpp.org/tpp/presentation/resume\\_13.htm](http://www.algerie-tpp.org/tpp/presentation/resume_13.htm)>. Acesso em: 11 mar. 2017.

BOBBIO, Norberto. **Democracia e Segredo.** São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política.** São Paulo: Paz e Terra, 2014[1986].

BOILE, Jean-Louis del. **Police et Politique: une approche sociologique.** Paris: L'Harmattan, 2006.



BOITO, Armando. **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BORN, Hans; WETZLING, Thorsten. Intelligence accountability: Challenges for parliaments and intelligence services. In: JOHNSON, Loch K. (Ed.). **Handbook of Intelligence Studies**. Nova York: Routledge, 2007. p. 315-328.

BOUANDEL, Youcef. Algeria: The limits of revolution and democratization. In: SADIKI, Lardi (Ed.). **Routledge Handbook of the Arab Spring**. Nova York: Routledge, 2015. p. 451-462.

BOUBAKRI, Amor. Interpreting the Tunisian Revolution: Beyond Bouazizi. In: SADIKI, Larbi. **Routledge Handbook of the Arab Spring**. Londres: Routledge, 2015. p. 65-76.

BOUDHANE, Yacine. Dismissal of Algerian Intelligence Chief: A New Phase in Algerian History?. **The Washington Institute**. Washington. out. 2015. Disponível em: <<http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/dismissal-of-algerian-intelligence-chief-a-new-phase-in-algerian-history>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

BRONDINO, Michele. **Le Grand Maghreb: mythe et réalités**. Túnis: Alif, 1990.

BRUMBERG, Daniel; SALLAM, Hesham. The Politics of Security Sector Reform in Egypt. Nova York: United States Institute Of Peace, 2012. Disponível em: <[https://www.usip.org/sites/default/files/SR318\\_0.pdf](https://www.usip.org/sites/default/files/SR318_0.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2017.

BRUNEAU, Thomas; MATEI, Florina Cristiana. Intelligence reform in new democracies: factors supporting or arresting progress. **Democratization**, Londres, v. 18, n. 3, p.602-630, maio 2011.

BRUNEAU, Thomas. Controlling Intelligence in New Democracies. **International Journal Of Intelligence And Counterintelligence**, Londres, v. 14, n. 3, p.323-341, jul. 2001.

CAMAU, Michel; GEISSER, Vicent. **Le Syndrome autoritaire: Politique en Tunisie de Bourguiba à Ben Ali**. Paris: Presses de Science Po, 2003.

CAMAU, Michel; GEISSER, Vincent. La trace et l'héritage. In: CAMAU, Michel; GEISSER, Vincent (Org.). **Habib Bourguiba: La trace et l'héritage**. Paris: Karthala, 2004. p. 9-17.

CAMAU, Michel; MASSARDIEU, Gilles. **Autoritarismes et Démocraties à l'Épreuve de la Fragmentation des Pouvoirs**. Paris: Karthala, 2008.

CAMAU, Michel; VAIREL, Frédéric. **Soulèvements et recompositions politiques dans le monde arabe**. Montreal: Les Presses de L'université de Montréal, 2014.

CAMAU, Michel. **La Tunisie**. Paris: Presses Univrsitaires de France, 1989.

CAMAU, Michel. Le soulèvement populaire tunisien: retour sur images. In: CAMAU, Michel; VAIREL, Frédéric (Org.). **Soulèvements et Recompositions Politiques dans le Monde Arabe**. Montreal: Les Presses de L'université de Montréal, 2014. p. 45-70.

CAMAU, Michel. Poder y Legitimidad en el Magreb. In: GARCÍA, Barnabé. **Espana-Magreb**. Madrid: Siglo XXI. 1992. p.87-107.

CAMPANINI, Massimo. O Pensamento Islâmico Medieval. In: PEREIRA, Rosalie Helena de Souza (Org.). **O Islã Clássico: Itinerários de uma cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 247-285.

CAPOCCIA, Giovanni. Critical junctures and institutional change. In: MAHONEY, James; THELEN, Kathleen (Ed.). **Advances in Comparative-Historical Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 147-179.

CAROZ, Yaacov. **The Arab Secret Services**. Londres: Corgi Book, 1978.

ÇELENK, Ayşe Aslihan. Promoting democracy in Algeria: the EU factor and the preferences of the political elite. **Democratization**, [s.l.], v. 16, n. 1, p.176-192, fev. 2009.

CEPIK, Marco. Sistemas Nacionais de Inteligência: Origens, Lógica de expansão e Configuração Atual. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n.1, 2003. p.75-127.

CHOUIKHA, Larbi; GOBE, Éric. **Histoire de la Tunisie depuis l'indépendance**. Paris: La Découverte, 2015

CHOUIKHA, Larbi. Évoquer la mémoire politique dans un contexte autoritaire: « l'extrême gauche » tunisienne entre mémoire du passé et identité présente. **L'année du Magreb**, [s.l.], p.427-440, jun. 2010.

COHN, Gabriel. **Crítica e Resignação: Max Weber e a teoria social**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COLLOT, Claude. **Les institutions de l'Algérie durant la période coloniale: (1830-1962)**. Paris: Édition du CNRS, 1987.

COOK, Steven A. **Ruling but not governing: the military and political development in Egypt, Algeria and Turkey**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007.

COOK, Steven. **The Struggle for Egypt: From Nasser to Tahrir Square**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

CRUZ, Consuelo. **Political Culture and Institutional Development in Costa Rica and Nicarágua**. New York: Cambridge University Press, 2005.

DABÈNE, Olivier; GEISSER, Vincent; MASSADIER, Gilles (Org.). **Autoritarismes Démocratiques et Démocraties Autoritaires au XXIe Siècle**. Paris: La Découverte, 2008.

DAGUZAN, Jean-françois. **Al Qaida au Maghreb islamique: une menace stratégique?**. Paris: Fondation Pour La Recherche Stratégique, 2010. Disponível em: <<http://www.frstrategie.org/barreFRS/publications/dossiers/2011/aqmi/doc/aqmi.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

DAHMANI, Frida. Tunisie: Abderrahmane Hadj Ali nommé à la tête de la police après l'attentat du 24 novembre. **Jeune Afrique**. [s.l.], p. 1-1. dez. 2015. Disponível em: <<http://www.jeunefrique.com/283673/politique/tunisie-abderrahmane-hadj-ali-nomme-a-tete-de-police-apres-lattentat-24-novembre/>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

DALY, M. W.. The British occupation: 1882-1922. In: DALY, M. W. et al (Ed.). **The Cambridge History of Egypt: Modern Egypt, from 1517 to the end of the twentieth century.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 239-250.

DAVIES, Susanna. **Knowledge Is Power?:** The Use and Abuse of Information in Development. Londres: Ids Bulletin, 1994.

DOBRY, Michel. **Sociologia das Crises Políticas.** São Paulo: Unesp, 2014.

DOWDING, Keith M.; KIMBER, Richard. The Meaning and Use of 'Political Stability'. **European Journal Of Political Research**, Amsterdam, v. 11, n. 1, p.229-243, jun. 1983.

DRIS, Cherif. Algérie politique 2015: Mise à la retraite du général Médiène et restructuration du DRS. **L'année Du Maghreb**, [s.i.], v. 15, n. 01, p.185-202, jan. 2016. Disponível em: <<https://anneemaghreb.revues.org/2896#entries>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

DYKSTRA, Darrell. The French occupation of Egypt: 1798-1801. In: DALY, M. W. et al (Ed.). **The Cambridge History of Egypt: Modern Egypt, from 1517 to the end of the twentieth century.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 113-138.

EGITO. Constituição (2014). **Egypt's Constitution Of 2014.** Disponível em: <[https://www.constituteproject.org/constitution/Egypt\\_2014.pdf](https://www.constituteproject.org/constitution/Egypt_2014.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2017.

ENTELIS, John P.; ARONE, Lisa. Government and Politics. In: METZ, Helen Chapin (Ed.). **Algeria: a country study.** Washington: Federal Research Division Library Of Congress, 1994. p. 173-234. Disponível em: <<http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/dztoc.html>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

ENTELIS, John P.. Algeria: Technocratic Rule, Military Power. In: ZARTMAN, William et al (Ed.). **Political Elites in Arab North Africa: Morocco, Algeria, Tunisia, Libya and Egypt.** Nova York: Longman, 1982. p. 92-143.

ENTELIS, John P.. Sonatrach: the political economy of an Algerian state institution. In: VICTOR, David G.; HULTS, David R.; THURBER, Mark C. (Ed.). **Oil and Governance: State-Owned Enterprises and the World Energy Supply.** Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 557-598. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books/about/Oil\\_and\\_Governance.html?id=pBuV5z\\_hnngC&redir\\_esc=y](http://books.google.com.br/books/about/Oil_and_Governance.html?id=pBuV5z_hnngC&redir_esc=y)>. Acesso em: 04 mar. 2017.

EVANS, Martin; PHILLIPS, John. **Algeria: Anger of the Dispossessed.** Londres: Yale University Press, 2007.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria: Estados e transformação industrial.** Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 2004. Tradução de: Christina Batos Tigre.

FADEL, Mohammad. Egyptian Revolutionaries' Unrealistic Expectations. In: MOMANI, Bessma; MOHAMED, Eid (Ed.). **Egypt Beyond Tahrir Square.** Bloomington: Indiana University Press, 2016. p. 28-40.

FAHMY, Khaled. The era of Muhammad'Ali Pasha: 1805-1848. In: DALY, M. W. et al (Ed.). **The Cambridge History of Egypt: Modern Egypt, from 1517 to the end of the twentieth century.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 239-258.

FANON, Franz. **The Wretched of the Earth**. Nova York: Grove Press, 2005[1961].

FERABOLLI, Silvia. Relações Internacionais do Mundo Árabe (1954-2004): Os Desafios para a Realização da Utopia Pan-arabista. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p.63-97, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n1/a03v29n1.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. São Paulo: Global Editora, 2008.

FORCADE, Olivier. Michel Debré et les fins politiques du renseignement. In: MELNIK, Constantin. **De Gaulle, les services secrets et l'Algérie**. Paris: Nouveau Monde, 2012. p. 7-40.

FRISCH, Hillel. The Egyptian Army and Egypt's 'Spring'. **Journal Of Strategic Studies**, [s.l.], v. 36, n. 2, p.180-204, abr. 2013.

GALITO, Maria Sousa. AQIM: Terrorismo Islâmico no MAGREB e do SAHEL. **Sol Nascente**, Huambo, v. 2, n. 3, p.1-23, set. 2012. Disponível em: <[http://www.ispsn.org/sites/default/files/magazine/articles/N2\\_art8.pdf](http://www.ispsn.org/sites/default/files/magazine/articles/N2_art8.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2017.

GANNON, John. Managing Analysis in the Information Age. In: GEORGE, Roger Z.; BRUCE, James B.; GEORGE, Roger Z. (Ed.). **Analyzing intelligence: origins, obstacles, and innovations**. Washington: Georgetown University Press, 2008. p. 213-226. Disponível em: <[http://pahlevanzadeh.org/edu/Analyzing\\_intelligence\\_origins\\_obstacles\\_and\\_innovations\\_-\\_Roger\\_Z\\_George.pdf](http://pahlevanzadeh.org/edu/Analyzing_intelligence_origins_obstacles_and_innovations_-_Roger_Z_George.pdf)>. Acesso em: 27 out. 2016.

GARCIA, Barnabé Lopez. **El mundo árabo-islámico contemporáneo**. Madri: Síntesis, 1997.

GENIDY, Hesham; SALAM, Justine. Policing Egypt during Revolutionary Times. In: MOMANI, Bessma; MOHAMED, Eid (Ed.). **Egypt Beyond Tahrir Square**. Bloomington: Indiana University Press, 2016. p. 151-165.

GHABRA, Shafeeq. The Egyptian Revolution: Causes and Dynamics. In: SADIKI, Larbi (Ed.). **Routledge Handbook of the Arab Spring**. Londres: Routledge, 2015. p. 199-214.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W.. **Conceitos essenciais da Sociologia**. São Paulo: Unesp, 2014. Tradução de: Claudia Freire.

GILL, Peter. Introduction. In: GILL, Peter & FARSON, Stuart & PHYTHIAN, Mark & SHPIRO Shlomo (Ed.). **Handbook of Global Security and Intelligence: National Approaches**. Washington, Praeger, 2008. p. 01-17

GILL, Peter. **Policing Politics: Security Intelligence and Liberal Democratic State**. Londres: Frank Press. 1994.

GILL, Peter. Theories of intelligence Where are we, where should we go and how might we proceed? In: GILL, Peter; MARRIN, Stephen; PHYTIAN, Mark. **Intelligence Theory: key questions and debates**. Nova Iorque: Routledge, 2009. p. 208-226

GONZÁLES, Yoslán Silverio. El islamismo radical en Argelia: evolución y situación actual. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 8, n. 4, p.102-129, dez. 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/revistas/>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

GORDON, Joel. **Nasser's Blessed Movement: Egypt's Free Officers and the July Revolution**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

HACHED, Farah; FERCHICHI, Wahid. **Les services de renseignements tunisiens: Quel contrôle?**. Túnis: Med Ali Edition, 2014. 3 v. (Révolution Tunisienne et Défis Sécuritaires).

HALLIDAY, Fred. Tunisia's Uncertain Future. **Middle East Report**, [s.l.], v. 163, n. 1, p.25-27, abr. 1990.

HAMADI, Riyad. Vers une profonde restructuration du DRS. **Tout Sur L'Algérie**. Argel, p. 1-1. 27 set. 2013. Disponível em: <[http://www.algeria-watch.de/fr/article/mil/restructuration\\_drs.htm](http://www.algeria-watch.de/fr/article/mil/restructuration_drs.htm)>. Acesso em: 08 mar. 2017.

HANLON, Querine. **Security Sector Reform in Tunisia: A Year after the Jasmine Revolution**. Washington: The U.s. Institute Of Peace Security Sector Governance Center Is Engaged In A Funded Study Of The Prospects For Security Sector Reform In North Africa., 2012. Disponível em: <<https://www.usip.org/sites/default/files/SR304.pdf>>. Acesso em: 04 jan 2017.

HENRY, Clement. Tunisia's "Sweet Little" Regime. In: ROTBERG, Robert I.. **Worst of the worst: dealing with repressive and Rogue Nations**. Cambridge: World Peace Foundation, 2007. p. 300-324.

HERMAN, Michael. **Intelligence services in the information age**. Londres, FrankCass, 2001.

HERMASSI, Elbaki. **Leadership and National Development in North Africa: a comparative study**. Berkeley: University of California Press, 1972.

HERMET, Guy. L'autoritarisme. In: GRAWITZ, Madeleine; LECA, Jean (Org.). **Traité de Science Politique: Les régimes politiques contemporains**. Paris: Presses Universitaires de France, 1985. p. 269-312.

HIDOUCI, Ghazi. "Charter for Peace and National Reconciliation" in Algeria: Threatening Contradictions. **Arab Reform Initiative**, p.1-6, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.arab-reform.net/charter-peace-and-national-reconciliation-algeria-threatening-contradictions>>. Acesso em: 11 mar. 2017.

HILL, J. N.c.. Decolonization and the Challenges of Independence in Modern Algeria. **Intelligence and National Security**, [s.l.], v. 24, n. 4, p.612-622, ago. 2009.

HINNEBUSCH, Raymond. Authoritarian persistence, democratization theory and the Middle East: An overview and critique. **Democratization**, [s.l.], v. 13, n. 3, p.373-395, jun. 2006.

HINNEBUSCH, Raymond. Toward a Historical Sociology of State Formation in the Middle East. **Middle East Critique**, [s.l.], v. 19, n. 3, p.201-216, set. 2010.

HODGSON, Geoffrey. What Are Institutions?, **Journal of Economic Issues**, [s.l.], v. 40, n. 1, pp. 01-25, 2006.

HOMAS, Martin. Intelligence and the Transition to the Algerian Police State: Reassessing French Colonial Security after the Sétif Uprising, 1945. **Intelligence and National Security**, [s.l.], v. 28, n. 3, p.377-396, jun. 2013.

HOURANI, Albert. **O Pensamento Árabe na Era Liberal: 1798-1939**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005[1983]. Tradução de: Rosaura Eichenberg.

HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013[1991]. Tradução de: Marcos Santarrita.

HUNTINGTON, Samuel; MOORE, Clement. **Authoritarian politics in modern society: the dynamics of established one-party systems**. Nova York: Basic Books, 1970.

HUNTINGTON, Samuel. **O Choque de Civilizações: e a recomposição da ordem mundial**. São Paulo: Objetiva, 1996.

HUNTINGTON, Samuel. The Change to Change: Modernization, Development, and Politics. **Comparative Politics**, Nova York, v. 3, n. 3, p.283-322, abr. 1971.

I MÁS, Antoni Segura. **El Magreb: del colonialismo al islamismo**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1997.

IEGLER, Thomas. The State as a Terrorist: France and the Red Hand. Perspectives On Terrorism, [s.l.], v. 6, n. 6, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.terrorismanalysts.com/pt/index.php/pot/article/view/229/html>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

IGNATIUS, David. The future of Egypt's intelligence service. **Washington Post**. **Washington**. nov. 2013. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/blogs/post-partisan/wp/2013/11/11/the-future-of-egypts-intelligence-service/?utm\\_term=.eb8952aba3a0](https://www.washingtonpost.com/blogs/post-partisan/wp/2013/11/11/the-future-of-egypts-intelligence-service/?utm_term=.eb8952aba3a0)>. Acesso em: 20 fev. 2017.

IMMERGUT, Ellen. The Theoretical Core of the New Institutionalism, **Politics and Society**, [s.l.], v. 26, n. 1, pp. 5-34, 1998.

JACKSON, Henry F. **The FNL in Algeria**. Westport: Greenwood Press, 1977.

JEFFERY, Keith. **MI6: The History of the Secret Intelligence Service 1909-1949**. Londres: Bloomsbury, 2010.

KAHANA, Ephraim; STIVI-KERBIS, Sagit. The Assassination of Anwar al-Sadat: An Intelligence Failure. **International Journal Of Intelligence And Counterintelligence**, [s.l.], v. 27, n. 1, p.178-192, nov. 2013.

KAMRAVA, Mehran. Military Professionalization and Civil-Military Relations in the Middle East. **Political Science Quarterly**, Columbia, v. 115, n. 1, p.67-92, abr. 2000.

KASSAB, Ahmed; OUNAÏES, Ahmed. **Histoire Generale de la Tunisie: L'Epoque Contemporaine**. Túnis: Sud Editions, 2010. 4 v.

KEDOURIE, Elie. Democracy and Arab Political Culture. **Institute for Near East policy**, Washington, 1992. Disponível em: <<https://www.washingtoninstitute.org/uploads/Documents/pubs/DemocracyandArabPoliticalCulture.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

KEENAN, Jeremy. **The Dark Sahara: America's War on Terror in Africa**. Londres: Pluto Press, 2009.

KERVYN, J.; GÈZE, F.. **Comité Justice pour L'Algérie: L'organisation des Force de Répression**. -: Dossier N. 16, 2004. Disponível em: <[http://www.algerie-tpp.org/tpp/pdf/dossier\\_16\\_centres.pdf](http://www.algerie-tpp.org/tpp/pdf/dossier_16_centres.pdf)>. Acesso em: 09 mar. 2017.

KHADDAR, M. Moncef. Nationalist ruling parties, national governments ideologies, partisans and statesmen: human rights offenders and human rights defenders in the North African post-colonial states and societies. **The Journal Of North African Studies**, [s.l.], v. 17, n. 1, p.67-96, jan. 2012.

KHALDUN, Ibn. **Os Prolegômenos: Filosofia Social**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia, 1958. Tradução de: José Khoury e Angelina Bierrenbach Khoury.

LACHAPELLE, Jean. Puissance et vulnérabilité de l'appareil sécuritaire égyptien. In: CAMAU, Michel; VAIREL, Frédéric (Ed.). **Soulèvements et Recompositions Politiques dans le Monde Arabe**. Montreal: Les Presses de L'université de Montréal, 2014. p. 277-296.

LAGACÉ, Clara Boulianne; GANDHI, Jennifer. Authoritarian institutions. In: GANDHI, Jennifer; NO, Rubén Ruiz-ru (Ed.). **Routledge Handbook of Comparative Political Institutions**. Nova York: Routledge, 2015. p. 278-291.

LAMLOUM, O.. Tunisie: quelle transition démocratique?. In: FERRIÉ, Jean-noël; SANTUCCI, Jean-claude. **Dispositifs de démocratisation et dispositifs autoritaires en Afrique du Nord: Une mise en perspective**. Paris: Cnrs éditions, 2006. p. 121-147.

LARIBI, Lyes. **L'Algérie des Généraux**. Paris: Max Milo, 2007.

LAYACHI, Azzedine. People's Democratic Republic of Algeria. In: GASIOROWSKI, Mark (Ed.). **The Government and Politics of the Middle East and North Africa**. Boulder: Westview Press, 2014. p. 449-474.

LE MONDE AFRIQUE. Algérie: 37 otages étrangers et un Algérien ont été tués. **Le Monde Afrique**. [s.i], 21 jan. 2013. Disponível em: <[http://www.lemonde.fr/afrique/article/2013/01/21/algerie-37-otages-et-rangers-et-un-algerien-ont-ete-tues\\_1820135\\_3212.html](http://www.lemonde.fr/afrique/article/2013/01/21/algerie-37-otages-et-rangers-et-un-algerien-ont-ete-tues_1820135_3212.html)>. Acesso em: 16 mar. 2017.

LECA, Jean. Présentation. In: GRAWITZ, Madeleine; LECA, Jean (Org.). **Traité de Science Politique: Les régimes politiques contemporains**. Paris: Presses Universitaires de France, 1985. p. 9-23.

LECA, Jean. ; SCHMEIL, Yves. Clientelismo et patrimonialismo dans le monde arabe. **International Political Science Review**, Washington, v. 4, n. 4, p.455-494, outubro 2008. Disponível em: <[http://graduateinstitute.ch/files/live/sites/iheid/files/sites/developpement/shared/developpement/mdev/soutienauxcours0809/meier\\_MO/Leca\\_Schmeil.pdf](http://graduateinstitute.ch/files/live/sites/iheid/files/sites/developpement/shared/developpement/mdev/soutienauxcours0809/meier_MO/Leca_Schmeil.pdf)>. Acesso em: 10 jun. 2016.

LENZE, Paul Ernest. **Civil-Military Relations in “Islamic Democracies”**: Military intervention and withdrawal in Algeria Pakistan and Turkey. 2011. 334 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Department of Political Science, Washington State University, Washington, 2011. Disponível em: <[https://research.wsulibs.wsu.edu/xmlui/bitstream/handle/2376/2849/LenzeJr\\_ws\\_u\\_0251E\\_10074.pdf?sequence=1](https://research.wsulibs.wsu.edu/xmlui/bitstream/handle/2376/2849/LenzeJr_ws_u_0251E_10074.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 06 mar. 2017.

LERNER, Daniel. **The Passing of Traditional Society Modernizing the Middle East**. Nova York: Free Press, 1964.

LEWIS, Bernard. The Roots of Muslim Rage. **The Atlantic Monthly**. Boston, p. 47-60. set. 1990. Disponível em: <[http://pages.pomona.edu/~vis04747/h124/readings/Lewis\\_roots\\_of\\_muslim\\_rage.pdf](http://pages.pomona.edu/~vis04747/h124/readings/Lewis_roots_of_muslim_rage.pdf)>. Acesso em: 05 out. 2016.

LINZ, Juan J.; STEPAN, Alfred. **A Transição e Consolidação da Democracia: A experiência do Sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Tradução de: Patrícia de Queiróz Carvalho Zimbres.

LINZ, Juan. **Totalitarian and Authoritarian Regimes**. Londres: Lynne Rienner Publishers, 2000[1975].

LOUNNAS, Djallil. Confronting Al-Qa'ida in the Islamic Maghrib in the Sahel: Algeria and the Malian crisis. **The Journal Of North African Studies**, [s.l.], v. 19, n. 5, p.810-827, 20 out. 2014.

LYNCH, Marc. Obama's 'Arab Spring'? **Foreign Policy**. Washington, jan. 2011. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2011/01/05/the-wages-of-arab-decay/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MAHFOUDH, Haykel Ben. **Security Sector Reform in Tunisia: Three Years into the Democratic Transition**. [s.i]: Arab Reform Institute, 2014. Disponível em: <<http://www.arab-reform.net/security-sector-reform-tunisia-three-years-democratic-transition>>. Acesso em: 05 jan 2017.

MAHONEY, James. **The Legacies of Liberalism: Path Dependence and Political Regimes in Central America**. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 2001.

MAKARA, Michael. Coup-Proofing, Military Defection, and the Arab Spring. **Democracy and Security**, [s.l.], v. 9, n. 4, p.334-359, set. 2013.

MAKELA, Juha P.. The Arab Spring's Impact on Egypt's Securitocracy. **International Journal Of Intelligence And Counterintelligence**, [s.l.], v. 27, n. 2, p.217-239, mar. 2014.

MAMMERI, Achira. Bouteflika dissout le DRS. **Tout Sur L'Algérie**. Argel, 24 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.tsa-algerie.com/20160124/bouteflika-disout-le-drs/>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

MATA, Sérgio da. Einrich Rickert e a fundamentação (axio)lógica do conhecimento histórico. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p.347-367, jul. 2006.



MCGREGOR, Andrew. **A Military History of Modern Egypt: From the Ottoman Conquest to the Ramadan War.** Londres: Praeger Security International, 2006.

MITCHELL, Richard P.. **The Society of the Muslim Brothers.** Oxford: Oxford University Press, 1993.

MOJUEGAN, B. A. Ibn Khaldūn and His Cycle of Fatalism: a critique. **Studia Islamica**, Paris, v. 53, n. 1, p.93-108, jun. 1981.

MOMANI, Bessma; MOHAMED, Eid. Introduction. In: MOMANI, Bessma; MOHAMED, Eid (Ed.). **Egypt Beyond Tahrir Square.** Bloomington: Indiana University Press, 2016. p. 1-15.

MOORE, Clement Henry. The Neo-Destour Party of Tunisia: A Structure for Democracy?. **World Politics**, [s.l.], v. 14, n. 3, p.461-482, abr. 1962.

NAJIB, Ghadbian. **Democratization and the Islamist Challenge in the Arab World.** Londres: Westview Press, 1997.

NASSER, Gamal Abdel. **A Revolução no Mundo Árabe.** São Paulo: Arte Limitada, 1963.

NASSER, Reginaldo. Turbulências no mundo árabe: rumo a uma nova ordem?. **Tempo do Mundo**, [s.l.], v. 3, n. 2, p.141-170, ago. 2012.

ONU, Organização das Nações Unidas; COUNCIL, Human Rights. **National report submitted in accordance with paragraph 5 of the annex to Human Rights Council resolution 16/21: Tunisia.** Genebra: [s.l.], 2012. Disponível em: <[http://ap.ohchr.org/documents/alldocs.aspx?doc\\_id=20960](http://ap.ohchr.org/documents/alldocs.aspx?doc_id=20960)>. Acesso em: 03 jan 2017.

OSMAN, Tarek. **Egypt on the Brink: From Nasser to Mubarak.** Nova York: Yale University Press, 2013.

PACHON, Alejandro. Loyalty and Defection: Misunderstanding Civil-Military Relations in Tunisia During the 'Arab Spring'. **Journal Of Strategic Studies**, [s.l.], v. 37, n. 4, p.508-531, 16 abr. 2014.

PERES, Paulo. As Abordagens Neo-Institucionais da Política: Uma Proposta Alternativa de Análise Classificatória, **Revista Versões**, São Carlos, v. 3, n. 4, pp. 145-178, 2008. Disponível em: <<http://works.bepress.com/pauloperes/2/>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

PIERSON, Paul; SKOCPOL, Theda. El institucionalismo histórico en la Ciência Política Contemporánea. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, Montevideo, v. 16, n. 1, p.7-38, dez. 2008.

PIERSON, Paul. Power and path dependence. In: MAHONEY, James; THELEN, Kathleen (Ed.). **Advances in Comparative-Historical Analysis.** Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 123-146.

PION-BERLIN, D. Defense Organization and Civil--Military Relations in Latin America. **Armed Forces & Society**, [s.l.], v. 35, n. 3, p.562-586, 3 abr. 2008.

POERNER, Arthur José. **Argélia: O caminho da independência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

POLITZER, Georges. **Princípios Elementares de Filosofia**. São Paulo: Centauro, 2007.

PYE, Lucian; VERBA, Sidney. **Political Culture and Political Development**. Princeton: Princeton Legacy Library, 1965.

RAHAL, Yahya. **Histoires de pouvoir: un général témoin**. Argel: Casbah Edições, 1997.

RASHED, Dina. The Egyptian Military and the Presidency: Continuity and Change. In: MOMANI, Bessma; MOHAMED, Eid (Ed.). **Egypt Beyond Tahrir Square**. Bloomington: Indiana University Press, 2016. p. 133-150.

RATHMELL, Andrew. Brotherly enemies: The rise and fall of the Syrian- Egyptian intelligence axis, 1954–1967. **Intelligence And National Security**, [s.l.], v. 13, n. 1, p.230-253, mar. 1998.

ROBERTS, Hugh. Algeria's National "Protesta". **Foreign Policy**. [s.l.], 10 jan. 2011. Disponível em: <<http://foreignpolicy.com/2011/01/10/algerias-national-protesta/>>. Acesso em: 06 fev. 2017.

ROGAN, Eugene. **The Arabs: a History**. Nova York: Basic Books, 2011.

ROTTA, Andrés Gómez de la Torre. Servicios de inteligencia y democracia en América del Sur: hacia una segunda generación de reformas normativas? **Agenda Internacional**, v.16, n.27, p. 119-130, 2009.

ROUQUIÉ, Alain. Changement politique et transformation des régimes. In: GRAWITZ, Madeleine; LECA, Jean (Org.). **Traité de Science Politique: Les régimes politiques contemporains**. Paris: Presses Universitaires de France, 1985. p. 599-633.

RUSSELL, Bertrand. **Power: A New Social Analysis**. Londres: Routledge, 2004.

RUSTOW, Dankwart. **A world of nations: problems of political modernization**. Washington: The Brookings Institution, 1967.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALEM, Myriam Ben. L'histoire de la police politique en Tunisie. **Le Quotidien**. Túnis, p. -. mar. 2011. Disponível em: <<http://fr.ossin.org/reportages-du-monde/maghreb-et-afrique-du-nord/121-tunisie/750-lhistoire-de-la-police-politique-en-tunisie>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SAMRAOUI, Mohamed. **Chronique des années de sang**. Helsinki: Denoël, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. Seis Razões para Pensar. **Revista Lua Nova**, São Paulo, v. 54, n. 1, p.13-24, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n54/a03n54.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

SARTORI, Giovanni. The Typology of party systems: Proposal for improvement. In: ALLARDT, Erik; ROKKAN, Stein. **Mass Politics: Studies in Political Sociology**. Nova

York: Free Press, 1970.

SAYIGHO, Yezid. Bringing Tunisia's Transition to its Security Sector. **Carnegie Middle East Center**. Beirute, p. 1-1. fev. 2016. Disponível em: <<http://carnegie-mec.org/2016/02/05/bringing-tunisia-s-transition-to-its-security-sector-pub-62563>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

SAYIGHO, Yezid. **Missed Opportunity: The Politics of Police Reform in Egypt and Tunisia**. Washington: Carnegie Endowment For International Peace, 2015.

SEMMAR, Abdou. Bye Bye le DRS ! **Algérie Focus**. Argel, 24 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.algerie-focus.com/2016/01/algeriebye-bye-le-drs/>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

SÉRÉNI, Jean-pierre. Après Ben Ali, quelle police en Tunisie? **Le Monde Diplomatique**. Paris, p. -. abr. 2011. Disponível em: <<https://www.monde-diplomatique.fr/carnet/2011-04-01-Tunisie>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

SIDHOUM, Salah-eddine. **Comité Justice pour l'Algérie: Les centres de torture et d'exécutions: Dossier N° 6, 2003**. Disponível em: <[http://www.algerie-tpp.org/tpp/presentation/resume\\_6.htm](http://www.algerie-tpp.org/tpp/presentation/resume_6.htm)>. Acesso em: 19 mar. 2017.

SIDHOUM, Salah-eddine. **Comité Justice pour l'Algérie: Les centres de torture et d'exécutions: Dossier N° 6, 2003**. Disponível em: <[http://www.algerie-tpp.org/tpp/presentation/resume\\_6.htm](http://www.algerie-tpp.org/tpp/presentation/resume_6.htm)>. Acesso em: 09 mar. 2017.

SIFAOU, Mohamed. **Histoire Secrète de l'Algérie Indépendante: L'État-DRS**. Paris: Nouveau Monde, 2012.

SIRRS, Owen L.. **A History of the Egyptian Intelligence Service: a history of the mukhabarat, 1910-2009**. Nova York: Routledge, 2010.

SKOPCOL, Theda. Bringing the State Back In: Strategies of Analysis in Current 3 Research. In: EVANS, Peter B.; RUESCHMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. **Bringing the State Back In**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 3-43.

SOUAÏDIA, Habib. **La Guerre Sale**. Paris: La Découverte, 2001.

STACHER, Joshua. Arab Republic of Egypt. In: GASIOROWSKI, Mark. **The Government and Politics of the Middle East and North Africa**. Filadélfia: Westview Press, 2014. p. 371-396.

STATOIL. **The In Amenas Attack: Report of the investigation into the terrorist attack on In Amenas**. Prepared for Statoil ASA's board of directors. Stavanger, 2013. Disponível em: <[http://www.statoil.com/en/NewsAndMedia/News/2013/Downloads/In\\_Amenas\\_report.pdf](http://www.statoil.com/en/NewsAndMedia/News/2013/Downloads/In_Amenas_report.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2017.

STEINMO, Svein. **The Evolution of Modern States: Sweden, Japan, and the United States**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen. Historical institutionalism in comparative politics. In: STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen; LONGSTRETH, Frank (Ed.). **Structuring Politics: Historical institutionalism in Comparative perspective**. Cambridge: Cambridge University

Press, 1992. p. 1-32.

STEPAN, Alfred. **Rethinking Military Politics: Brazil and the Southern Cone**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

STEPAN, Alfred. Tunisia's Transition and The Twin Tolerations. **Journal Of Democracy**, Washington, v. 23, n. 2, p.89-103, abr. 2012.

STONE, Russell A.. Tunisia: A single party system holds change in abeyance. In: ZARTMAN, William et al. **Political Elites in Arab North Africa**. Nova York: Longman, 1982. p. 144-176.

STREECK, Wolfgang; THELEN, Kathleen (Ed.). **Beyond Continuity: Institutional Change in Advanced Political Economies**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

SULEIMAN, Umar. , **Statement of the Vice President of the Republic: Egypt State Information Service**. 2011. Disponível em: <<http://www.sis.gov.eg/En/Story.aspx?sid=53676>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

SUTTON, Frank. Social Theory and Comparative Politics. In: ECKSTEIN, Harry; APTER, David (Eds.). **Comparative Politics: A Reader**. Nova York: Free Press of Glencoe, 1963.

TAREK, Sherif. Nside Egypt's draft constitution: Debates over military powers continue. **Ahram Online**. Cairo, dez. 2013. Disponível em: <<http://english.ahram.org.eg/News/88582.aspx>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

TAYLOR, William C.. **Military Responses to the Arab Uprisings and the Future of Civil-Military Relations in the Middle East: Analysis from Egypt, Tunisia, Libya and Syria**. Nova York: Palgrave, 2014.

TEBIB, Roger. Essai d'Analyse des Services de Renseignement et de Sécurité en Afrique du Nord (Égypte, Libye, Tunisie, Algérie, Maroc) depuis L'époque de la Décolonisation. **Géostratégiques**, [s.i.], v. 32, n. 1, p.255-262, jul. 2011.

THE GUARDIAN. Hosni Mubarak: Egypt's former dictator freed after six years in custody. **The Guardian**. Londres. 24 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2017/mar/24/hosni-mubarak-returns-to-cairo-home-after-six-years-in-custody>>. Acesso em: 24 mar. 2017.

THELEN, Kathleen. Historical Institutionalism in Comparative Politics, **Annual Review of Political Science**, [s.l.] v. 2, pp. 369-404, 1999.

THOMAS, Martin. **Empires of Intelligence: Security Services and Colonial Disorder after 1914**. Londres: University Of California Press, 2008.

TILLY, Charles. **Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons**. Nova York: Russell Sage Foundation, 1989.

TUNÍSIA (1975). Decreto n° 343, de 30 de maio de 1975. **Organisation Du Ministère de L'intérieur**. Túnis.

TUNÍSIA (2014a). Constituição, de 27 de janeiro de 2014. **Constitution de La République Tunisienne**. Túnis.

TUNÍSIA (2015b). Decreto nº 251, de 24 de novembro de 2015. **Proclamant L'état D'urgence**. Túnis.

TUNÍSIA. Constituição (1959). Constituição, de 01 de junho de 1959. **Constitution de La République Tunisienne**. Túnis.

TUNÍSIA. Constituição (2014b). Decreto nº 4209, de 20 de novembro de 2014. **Modifiant le Décret N° 79-735 du 22 Août 1979 Portant Organisation du Ministère de la Défense Nationale**. Túnis.

TUNÍSIA. Decreto (2015a). Decreto nº 31, de 01 de junho de 1959. **Modification Du Décret N° 2007-246 Du 15 Août 2007, Fixant Les Structures Des Forces de Sûreté Intérieure Au Ministère de L'intérieur Et Du Développement Local**. Túnis.

TUNÍSIA. Decreto (2017). Decreto nº 3, de 17 de janeiro de 2017. **Prorogation de L'état D'urgence**. Túnis.

TURKI, Béchir. **Éclairages sur les Recoins Sombres de l'Ère Bourguibienne**. Túnis: Eclairage, 2011.

VANDEWALLE, Dirk. From the New State to the New Era: Toward a Second Republic in Tunisia. **Middle East Journal**, [s.l.], v. 42, n. 4, p.602-620, abr. 1988.

VIGEVANI, Tullo. **Terceiro Mundo: Conceito e História**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

VON BÜLOW, Mathilde. Franco-German Intelligence Cooperation and the Internationalization of Algeria's War of Independence (1954–62). **Intelligence and National Security**, [s.l.], v. 28, n. 3, p.397-419, jun. 2013.

WEBER, Max. **Economía e Sociedad: Esbozo de sociología comprensiva**. México: Fondo de Cultura Económica, 1944. Tradução de: José Medina Echavarrla, Juan Roura Farella, Eugenio Ímaz, Eduardo Garcla Maynez y José Ferrater Mora.

WEEKS, Gregory. A Preference for Deference: reforming the military's intelligence role in Argentina, Chile and Peru. **Third World Quarterly**, [s.l.], v. 29, n. 1, p.45-61, fev. 2008.

YAZBEK, Mustafa. **Argélia: A guerra e a independência**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

YEFSAH, Abdelkader. L'armée et le pouvoir en Algérie de 1962 à 1992. **Revue Du Monde Musulman Et de La Méditerranée**, Aix-en-provence, v. 65, n. 1, p.77-95, jun. 1992.

ZARTMAN, William. The Algerian Army in Politics. In: WELCH, Claude E. (Ed.). **Soldier and State in Africa: a comparative analysis of military intervention and political change**. Evanston: Northwestern University Press, 1970. p. 224-250.

ZAVERUCHA, Jorge. **Sarney, Collor, Itamar, FHC e as Prerogativas Militares (1985-1998)**. Chicago: Meeting Of The Latin American Studies Association, 1998. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Zaverucha.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

ZEGART, Amy. **Flawed by Design**: The evolution of the CIA, JCS and NSC. Standford: Standford Universtity Press, 1999.

ZEMNI, Sami. The Roots of the Tunisian Revolution: Elements of a Political Sociology. In: SADIKI, Larbi. **Routledge Handbook of the Arab Spring**. Londres: Routledge, 2015. p. 77-88.

ZERAOUI, Zidane. Algeria: revolution, army and political power. **Language and Intercultural Communication**, [s.l.], v. 12, n. 2, p.133-145, maio 2012.